

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula – LIV

Programa de Pós-Graduação em Linguística – Doutorado

**CATEGORIAS LEXICAIS E FUNÇÕES
NA LINGUAGEM DE ESPECIALIDADE DA ECONOMIA**

Elisabeth Alves

BRASÍLIA

2006

ELISABETH ALVES

**CATEGORIAS LEXICAIS E FUNÇÕES
NA LINGUAGEM DE ESPECIALIDADE DA ECONOMIA**

Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de DOUTORA EM LINGÜÍSTICA, pela Universidade de Brasília.

Orientadora: **Professora Doutora Enilde Faulstich**

Brasília, agosto de 2006

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Enilde Faulstich
(Presidente, UnB/LIV)

Professora Doutora Sabrina Pereira de Abreu
(Membro efetivo, UFRGS)

Professora Doutora Vânia Cristina Casseb Galvão
(Membro efetivo, UFG)

Professor Doutor René G. Strehler
(Membro efetivo, UnB/LET)

Professora Doutora Daniele Marcelle Grannier
(Membro efetivo, UnB/LIV)

Professora Doutora Ana Suelly A. Cabral
(Membro suplente, UnB/LIV)

Agradecimentos

À Professora Doutora Enilde Faulstich pela competência na orientação desta tese e pela confiança e amizade durante estes anos.

À minha querida família, pelo afeto e pela compreensão em todos os momentos difíceis de conclusão desta tese.

Aos funcionalistas da Universidade de Amsterdã, em particular a Kees Hengeveld pela orientação durante o doutorado ‘sanduíche’, e aos funcionalistas do Brasil e do mundo pelo apoio.

Aos professores da Pós-Graduação em Linguística pelos conhecimentos e estímulos transmitidos, aos colegas de Pós-Graduação, do Centro Lexterm e dos Estudos Funcionalistas, pelos momentos de troca e de amizade.

À CAPES pela ajuda financeira recebida, também durante a estada no exterior.

Agradecimentos	iii
Sumário	iv
Abreviações	viii
Resumo	x
Abstract	xi
Capítulo 1 – A linguagem de especialidade: perspectivas.....	12
1.1 Introdução.....	12
1.2 A perspectiva de terminologia e linguagem de especialidade.....	13
1.3 A perspectiva conceitual e categorial	21
1.4 A perspectiva empírica	31
1.5 A estruturação da tese.....	34
Capítulo 2 – Embasamento teórico: a Gramática Funcional do Discurso ..	37
2.1 Alguns conceitos básicos da Gramática Funcional do Discurso	37
2.2 Os componentes conceitual e contextual.....	43
2.3 O nível interpessoal (NI)	46
2.4 O nível representacional (NR).....	48
2.4.1 Marcos e formação de termos.....	50
2.4.2 Os lexemas e outros primitivos	53
2.4.3 Os operadores na formação de predicados	55
2.5 O nível estrutural ou morfossintático (NM)	57

2.5.1 Os esquemas morfossintáticos.....	58
2.5.2 Auxiliares e morfemas presos	59
2.6 Integração dos níveis e implementação	62
2.6.1 O nível fonológico na integração	62
2.6.2 Marcos e esquemas no SRef da área de especialidade ‘economia’	63
2.6.3 A integração dos componentes conceitual e contextual na LEsp.....	67
2.7 Síntese do capítulo 2.....	75
Capítulo 3 – Categorização lexical e classes de palavras.....	76
3.1 Introdução.....	76
3.2 Categorização lexical e categorização das formas lingüísticas	76
3.3 Classes lexicais e categorias gramaticais.....	80
3.4 Regras de expressão e papel da morfologia.....	86
3.5 Classes de palavras predicativas e mapeamento na LEsp da economia	92
3.5.1 As classes de palavras predicativas	92
3.5.2 Mapeamento lexical e categorial na LEsp da economia	96
3.6 Categorias lexicais e sintaxe interna e sintaxe externa.....	100
3.7 Síntese do capítulo 3.....	108
Capítulo 4 – Nominalidade e sintagma nominal	109
4.1 Introdução.....	109
4.2 Tipologia de substantivos	109
4.2.1 Classificação dos substantivos	110
4.2.2 Classes de individuação conceitual	116
4.3 O sintagma referencial.....	124
4.3.1 Diferença N – nominal	124
4.3.2 Características do sintagma nominal	128
4.3.3 O sintagma nominal como nível de análise lingüística	134
4.4 A nominalização	135
4.4.1 Tipos e graus de nominalização	137
4.4.2 Infinitivo e outros deverbais	145
4.4.3 A nominalização indireta.....	154
4.4.4 Produtividade da NLZ	157
4.5 Os predicados verbo-nominais (PVN).....	160

4.6 Nominalidade e verbalidade no discurso especializado	171
4.7 Síntese do capítulo 4.....	180
Capítulo 5 – Individuação por foco e perspectiva.....	181
5.1 Introdução.....	181
5.2 Construções de foco na linguagem de especialidade.....	185
5.3 Construções com predicados referenciais e predicção não-verbal	189
5.4 Lexemas e unidades terminológicas para expressar modalidade	193
5.4.1 Exemplos: tendência, expectativa	195
5.4.2 Exemplos: risco, investimento de risco, aplicação de risco, capital de risco, país-risco	202
5.4.3 Exemplos: cenário, percepção, sinal, perfil.....	209
5.5 Construções, categorias e recursos morfológicos para expressar modalidade e perspectiva.....	215
5.5.1 Construções impessoais de modalidade e seus lexemas.....	216
5.5.2 Advérbios modais.....	226
5.5.3 O morfema de capacidade ‘-vel’	229
5.6 Síntese do capítulo 5.....	233
Capítulo 6 – Modificação, categorias e sintagmas na LEsp da economia .	235
6.1 Introdução.....	235
6.2 Adjetivos relacionais	236
6.2.1 Adjetivos relacionais argumentais e qualificadores	238
6.2.2 Ordenação de adjetivos relacionais no constituinte referencial	244
6.2.3 Distribuição funcional de exemplos de AR (econômico, financeiro, comercial, empresarial, industrial, operacional, cambial).....	247
6.3 O morfema ‘-mente’ (ADV delimitadores)	255
6.3.1 Advérbios delimitadores: ADV de perspectiva e de âmbito	260
6.3.2 Ordem, foco e referencialidade	268
6.3.3 A ordem como indicador categorial no sintagma referencial: o participio	274
6.3.4 ADVs predicativos no sintagma adjetival	278
6.4. Alguns recursos lingüísticos para lexicalização e classificação na área de especialidade	281
6.4.1 A nominalização regressiva.....	282

6.4.2 Classificação de entidades de ordem mais alta por modificação	286
6.5 A linguagem sintagmática da LEsp da economia.....	288
6.6 Síntese do capítulo 6.....	297
Conclusões.....	298
Referências bibliográficas	301

AE = Área de Especialidade

AR = Adjetivos Relacionais

ARA = Adjetivos Relacionais Argumentais

Arg-1, Arg-2, Arg-3 = tipos de argumentos (para as posições Sujeito, Objeto e o terceiro argumento)

ARQ = Adjetivos Relacionais Qualificadores

CL = Categoria Lexical

CPR = Construções de Predicados Referenciais

CProp = Conteúdo Proposicional

Ent-zero = Entidade de ordem zero

Ent-1 = Entidade de primeira ordem

Ent-2 = Entidade de segunda ordem

Ent-3 = Entidade de terceira ordem

EstC = Estado de Coisas

FG = *Functional Grammar* (Gramática Funcional)

FDG = *Functional Discourse Grammar* (Gramática Funcional do Discurso)

IndObj = Indivíduo/Objeto

LEsp = Linguagem de Especialidade

LTK = conhecimento de longa duração (do inglês *Long-Term Knowledge*)

Loc = (camada de) Localização no SN

NAct = *Nomina Actionis*

NActi = *Nomina Actis*

NAg = *Nomina Agentis*

NI = Nível Interpessoal

NLZ = Nominalização

NM = Nível Morfossintático

n.p. = no prelo

NQual = *Nomina Qualitatis*

NR = Nível Representacional

PdD = Partes do Discurso

PNS = Predicações Nominais Subordinadas

PVN = Perífrases Verbo-Nominais, Predicados Verbo-Nominais

Prop = Proposição

Qual = (camada de) Qualificação no SN

Quant = (camada de) Quantificação no SN

SG-PL = Singular-Plural

SMod = Sintagma Modificador (do inglês *ModPhr – modifier phrase*)

SMod-de = Sintagma Modificador com ‘de’

SPred = Sintagma Predicativo (do inglês *PredPhr – predicate phrase*)

SRef = Sintagma Referencial (do inglês *RefPhr – reference phrase*)

TAM = Tempo, Aspecto, Modo

UL = Unidade Lexical

UT = Unidade Terminológica

V-lig = Verbo de ligação

V-sup = Verbo-suporte

A proposta desta tese é a análise das características e das regularidades de formação e variação das categorias lexicais, ou classes de palavras ou partes do discurso, N, V, ADJ e alguns tipos de ADV na linguagem de especialidade da economia, da forma como é veiculada em textos jornalísticos especializados do português. A investigação aplica a abordagem funcionalista da Gramática Funcional do Discurso (Hengeveld, 2004a e b; Hengeveld & Mackenzie, 2006) aos estudos do léxico e da terminologia para mapear a relação entre as diversas categorias – lexicais, semânticas e ontológicas – e as funções de Adscrição e Referenciação, assim como as funções de Núcleo e Modificador, que interagem nos processos lingüísticos de predicação e estabilização das unidades terminológicas da área. Os resultados mostram que as unidades terminológicas são predicativas e descritivas e que, por isso, têm a tendência de englobar unidades lingüísticas complexas, tais como estruturas sintagmáticas nominais e nominalizadas. Nestas unidades complexas, as diversas categorias lexicais adaptam-se às funções interpessoais e gramaticais que desempenham na comunicação, mas também se expressam e fixam por meio dos fenômenos morfossintáticos disponíveis da língua, as quais assumem sistematicamente seu papel de referir as categorias semânticas de base à área de especialidade.

This dissertation aims at analyzing characteristics and regularities of formation and variation of the lexical categories, also called word classes or parts of speech, such as N, V, ADJ and some kinds of ADV, as they can be found in the specialized language of economics, and as they are used in texts of specialized magazines written in Portuguese. This research applies the functional approach of Functional Discourse Grammar (Hengeveld, 2004a and b; Hengeveld & Mackenzie, 2006) to lexical and terminological studies in order to map relations between the different categories of language use - such as lexical, semantical and ontological categories – and the functions of Adscription and Reference, as well as the functions of Head and Modifier, which all interact during the linguistic processes of predication and stabilization of domain-based terminological units. The results show that domain-specific terminological units of economics are both predicative and descriptive and therefore show a tendency to complex linguistic units, such as noun phrases and nominalized phrases. The variety of lexical categories of those complex units aligns with the interpersonal and grammatical functions they perform in communication, yet are also realized and fixed by means of available morphosyntactic phenomena of the language which are systematically used for referring the recurrent semantic categories to the specialized domain.

Capítulo 1 – A linguagem de especialidade: perspectivas

1.1 Introdução

As pesquisas terminológicas de abordagem funcionalista na área de linguagens de especialidade (LEsp) e de unidades terminológicas (UT) estão ainda relativamente pouco desenvolvidas para os textos de divulgação científica do português, principalmente aquelas pesquisas que tratam da distribuição lexical e categorial de unidades terminológicas complexas para a expressão de conceitos da área nas diversas classes de palavras e unidades lingüísticas. Desta forma, a proposta da presente tese não é só a de estudar as bases teóricas e os processos envolvidos na formação e na ocorrência dos itens lexicais de uso especializado com dois ou mais componentes e um significado global. Pretende-se passar da descrição para a explicação e, além disso, avançar na análise das particularidades léxico-funcionais, semânticas, sintáticas e pragmáticas das UTs e investigar sua ocorrência em diversos níveis de análise lingüística: em palavras, sintagmas, orações e textos. Finalmente, objetiva-se tratar a questão dicotômica ‘linguagem de especialidade-língua comum’ e verificar se – e em que – a LEsp da economia se assemelha ou se distingue da língua comum.

Como objetivo mais específico, o trabalho engloba UTs da área da economia distribuídas em diferentes classes de palavras ou categorias lexicais (Nomes-N, Verbos-V, Adjetivos-ADJ e alguns tipos de Advérbios-ADV) e nas formas variantes textuais, bem como aquelas que se originam na mudança categorial, com vistas a verificar que forças atuam – e como atuam – na formação e na categorização das unidades complexas que referem a conceitos da área. Entre outras, são investigadas algumas características marcantes da LEsp da economia, como a alta nominalidade e a complexidade estrutural. O foco funcionalista, então, permite não só uma análise das UTs sob o ponto de vista lexical, mas também o estudo dos fatores de influência na sua forma e função que vão além das características morfossintáticas e conceituais. Além disso, este foco fornece importantes subsídios para explicar a variação nos textos.

Primeiramente, são definidos conceitos pertinentes para situar o trabalho nos estudos terminológicos, sob o ponto de vista lingüístico, assim como são introduzidas algumas perspectivas possíveis para tratar do tópico que norteiam este trabalho. Nas primeiras seções, é feita uma caracterização crítica de terminologia, de LEsp – especificamente da LEsp da economia –, de unidades terminológicas, de entidade, ontologia e categorização, entre outros, com vistas à confirmação das regularidades nos capítulos de análise. Em seguida, são explicados a metodologia e os objetivos, além de ser apresentada a estruturação da tese.

1.2 A perspectiva de terminologia e linguagem de especialidade

Nas últimas décadas, os estudos terminológicos passaram por inovações teóricas e metodológicas, que atualizaram a visão clássica da terminologia como campo de estudo e aplicação de taxonomias e relações hierárquicas e associativas entre os seus elementos. À medida que foram aperfeiçoadas as técnicas de levantar, processar e armazenar termos, a noção de ‘terminologias’ – como conjunto estruturado de termos – foi ampliada e, muitas vezes, substituída por ‘linguagens de especialidade’, uma vez que aplicações terminológicas, assim como troca, atualização e divulgação de conhecimentos especializados, são feitas antes de tudo em forma de trechos textuais maiores em situações mais diversas.

A terminologia é disciplina que requer um estudo textual, pois suas unidades, os termos ou UTs, ocorrem nesse ambiente. O conjunto de UTs presentes insere os termos em uma linguagem de especialidade. Embora não seja unicamente o vocabulário que caracterize uma LEsp, alguns autores atribuem-lhe importante papel, centralizado no vocabulário especializado (Gutiérrez Rodilla, 1998; Morgenroth, 1994; Sager, 1990; entre outros). Assim, considerar as UTs, em primeiro lugar, como subconjuntos do léxico, justifica a abordagem lingüística, mas não explica as particularidades que as aproximam e, ao mesmo tempo, as distinguem de unidades lexicais (UL). Além das UTs e do conhecimento específico da área nelas contido, devem ser considerados também a ocorrência e o uso em relação às UL da língua comum. Pois, se, na perspectiva do lingüista, ‘terminologia’ é definida como um subconjunto do léxico (L’Homme, 2004, entre outros) ou como estudo deste, é tarefa do lingüista mostrar que não se trata realmente de um subconjunto, uma vez que raramente há delimitação perfeita entre UT e UL, pois existem muitas formas que podem ser tanto uma UT quanto uma UL.

As UTs formam-se a partir de ‘palavras’, da língua comum, e usam recursos básicos de formação, especificação e variação destas. Uma diferença consiste no fato de que, de acordo com Cabré (1999b), as UTs são especializadas por critérios temáticos, pragmáticos e semânticos e são usadas, segundo a norma ISO 1087 (*International Organization for Standardization*), em situação profissional, ou seja, diferem das palavras em termos de condições ‘pragmáticas’, de interpretação e de adequação a um tipo de comunicação. Assim sendo, é possível aplicar a definição de Pavel (2003), de que uma LEsp é “um sistema de comunicação usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento”. Em consequência disso, as UTs são consideradas unidades lexicais com conteúdo específico no interior de uma área de especialidade e com referência especializada (Sager, 1990; L’Homme, 2004). De fato, nos estudos terminológicos, também contam os fatores comunicativos e de conteúdo (Cabré, 1999a e b; Rastier et al., 2002), os cognitivos (Temmerman, 2000, entre outros), os sociais (Gaudin, 2002; Faulstich, 2002) e os textuais (Bourigault & Slodzian, *apud* L’Homme, 2004), além de outros fatores lingüísticos. Um parâmetro classificador fundamental do significado dos termos ou UTs, então, está no conteúdo especializado referido e na área de especialidade à qual pertence a UT.

Como disciplina e metodologia, a terminologia restringe-se a áreas específicas de conhecimento e de atividade (Faulstich, 1995). No interior de uma determinada área, a terminologia tem as seguintes tarefas, que determinam grande parte de suas atividades (Sager, 1990):

- dar conta do conjunto de conceitos como entidades discretas da estrutura do conhecimento;
- dar conta das inter-relações de entidades lingüísticas, agrupadas e estruturadas segundo princípios cognitivos (ou relações conceituais);
- criar ligações entre conceitos e termos, por meio de definições.

Os itens mencionados mostram que os estudos terminológicos se ocupam com conceitos, ou unidades de conhecimento, designados por meios lexicais, que estão na base das UTs (Sager, 1990). Estes relacionam-se entre si e são organizados em relação à área. Ao analisar as relações, a ênfase está na parte cognitiva e conceitual, com a suposição de que haja uma relação direta entre UT e conceito, no molde de ‘termo’ – ‘definição’ – ‘conceito’. O termo corresponde diretamente a um conceito e é vinculado por uma definição. Já a

preocupação do lingüista, de interesse fundamental no presente trabalho, é menos com a correspondência termo-conceito, mas mais com a configuração formal e funcional das UTs e com a sua descrição, seja na própria forma, seja em definições. Assim, o lingüista tem o maior interesse nas características predicativas dos lexemas que estão na base das UTs e nas suas funções e relações, assim como nas conseqüências formais e funcionais da referenciação.

Contudo, é somente na visão clássica, de uma terminologia idealizada, que os termos correspondem diretamente aos conceitos e que desempenham, em primeiro lugar, o papel de veicular conhecimentos e informações da área (Cabré, 2003). Isso significa que, nesse caso, o termo atua como ‘etiqueta’ e apenas tem significado referencial, sendo que a definição vincula o conceito ao termo. Essa visão é razoavelmente adequada, por exemplo, para unidades lingüísticas isoladas no discurso metalingüístico de dicionários e glossários, como unidades denominativo-conceituais, mas deixa de fora outras ocorrências de UT. De fato, a denominação é reforçada pela abundância de UTs associadas à forma em substantivo (N) e nominais, de origem ou por mudança categorial (‘nominalização’), uma vez que a categoria lexical (ou classe de palavras) N propicia a referenciação e a classificação e segue a sistematicidade e as possibilidades de classificação de alguns tipos de UT. Mas como interpretar as UTs expressas em outras classes de palavras, ou UTs que ocorrem em mais de uma classe, ou ainda UTs complexas?

Contra a visão clássica, também chamada de abordagem conceitual, Rastier et al. (2002) observa que há poucos conceitos pré-existentes, enquanto pode haver análise conceitual mais tardia de uma UT. Os conceitos não existem necessariamente antes de serem expressos, mas tendem a ser formados e variados por processos lingüísticos, como categorização, classificação e modificação. Alguns autores (Cabré, 1999a, entre outros) afirmam que termos têm sistematicidade dupla: uma em relação às regras da língua – na criação, formação, variação, especificação etc. – e outra em relação à área de especialidade. Isso justifica a expressão ‘UT’, já que estão incluídas unidades formalmente complexas, com expansões que representam mecanismos denominativos, especificadores e intensionais típicos nas LEsp. Esse método sistemático de designação cabe às regras da língua, enquanto o princípio classificatório depende da área de especialidade (L’Homme, 2004; Cabré, 1999a e b). A

delimitação dessas unidades terminológicas complexas é feita, no nível paradigmático, pela funcionalidade (Café, 1999b).¹

Um outro fator importante para privilegiar a abordagem lingüística é a existência de variação nas UTs, particularmente na expressão de conceitos mais complexos, mais especificados (termos não-básicos) e em forma de construções analíticas. Trata-se de variação formal, segundo tipologia que responde ao modo de conceitualização e comunicação (Polguère, 2003) ou de exigências morfossintáticas e textuais (L'Homme, 2004). Uma elevada variabilidade formal, por exemplo, em diversas categorias lexicais, corresponde não só a exigências de reestruturação no texto – o uso de hiperônimos e termos gerais nas anáforas, por exemplo –, mas também a uma maior variedade de entidades, ou categorias semânticas ou ontológicas, que podem ser designadas pelo lexema. A ocorrência de formas em outras categorias lexicais do que a da UT de base, e igualmente de suas combinações, é um forte argumento para uma abordagem lingüística e semasiológica, como será discutido mais adiante.

Já a predicabilidade (*predicability*, segundo Hengeveld (1992b:112) da base conceitual, isto é, as possibilidades de expressão por meio de predicação, é materializada por meio da sinonímia, da reformulação, da articulação de informação e apresentação do conteúdo, além de diversos níveis de língua, de fatores estilísticos e de variações diacrônicas e topoletais (Faulstich, 2002; Depecker, 1999). No lado lexical, estão as variações sinonímicas e morfossintáticas e os formantes gregos e latinos de alguns tipos de LEsp; no gramatical, estão as formas analíticas, ou perifrásticas. De qualquer modo, é pelo fato de as UTs também terem função descritiva, além da referencial, que a variabilidade pode ser observada.

Os diversos níveis de especialização também estão acompanhados por diferenças em termos de ‘terminologicidade’, ou melhor, de uma relação variável entre as funções descritiva e referencial. Seguindo o postulado de que a expressão de uma UT é antes um processo do que um produto pronto, o conceito de ‘terminologização’ procura explicar a interação entre conceito de base e codificação lingüística. A terminologização *lato sensu*, ou de conceito para

¹ Opta-se, neste trabalho, pela expressão UT e não UTC devido à maior generalidade da primeira em relação ao aspecto basicamente formal de UTC. Na verdade, UT é preferível a ‘termo’ porque engloba expressões em outras categorias lexicais, sem ser N.

lexema, é, de acordo com Barbosa (1998), um processo gradual e, nesse sentido, condiz com a definição de ‘terminologização’ segundo Sager, como “um processo que acompanha a evolução de conceitos por estágios de denominação”.² No outro extremo desse movimento, pode ser situada a ‘determinologização’, assim como alterações do valor referencial, acompanhadas por alterações formais de UT nos contextos de banalização ou divulgação científica. É a chamada ‘teoria de referência’ que está na base da variabilidade de designação, mas não de denotação.

Com isso, a perspectiva de LEsp e de área de especialidade (AE) encontra maior respaldo, como se comprova até mesmo nas definições de UT: é a área de atividade e de conhecimento (AE) que influencia as conceitualizações e delimita uma LEsp, e são os especialistas que usam, compreendem e compartilham as UTs assim ancoradas. Do mesmo modo, é corroborada a importância de delimitar uma AE para garantir a “configuração de conhecimento que estabelece o contexto para a conceitualização de uma unidade semântica” (Taylor, 2002). Se isso já vale para diversas situações e ‘contextos’ até mesmo na língua geral, então, é ainda mais pertinente nas AE estabelecidas por práticas e convenções. Para Sager (1990), é a referência especializada que se aplica para UT, e a referência geral, para palavras da língua geral. Observa-se que, na prática, essa distinção se apóia em fatores ‘extralingüísticos’ complexos, os quais, com exceção da AE, não serão tema primordial deste trabalho, embora mereçam atenção para futuros estudos.

Portanto, evita-se o uso indiscriminado de AE como critério exclusivo para identificar uma UT, uma vez que a delimitação exata da área não é sempre fácil, seja porque há problemas epistemológicos no interior de macroáreas, seja porque há sobreposição nas áreas complexas de determinadas tecnologias e práticas sociais. As ciências humanas e sociais, por exemplo, assim como atividades do dia-a-dia de uma sociedade e ciências com inovações recentes (Temmerman, 2000), constantemente reelaboram e modificam sua estrutura de conhecimento e levam à interdisciplinaridade e heterogeneidade de algumas áreas, em oposição à maioria das ciências naturais e exatas. Nessa problemática, insere-se também a LEsp da economia, pelo fato de a separação entre conhecimento geral e especializado não ser completa e de ser uma macroárea que abrange diversos tipos de atividades, que são mais ou

² Barbosa (1998) também define a terminologização *stricto sensu* (de vocábulo/lexema para termo) e a banalização (de termo para vocábulo/lexema).

menos especializadas. Para a análise dos dados da presente tese, parece, porém, notável que a LEsp da AE da economia e de áreas relacionadas, na falta de um conjunto de UTs específicas e redes conceituais completamente estruturadas, tem encontrado meios, tais como recursos morfossintáticos disponíveis na língua portuguesa, para situar as categorias semânticas, expressas em diversas unidades lingüísticas, na AE (capítulo 6).

Já foi referida a importância de ‘texto’ para determinar e interpretar as UTs de uma LEsp em uso, assim como para analisar unidades lingüísticas maiores do que palavras (Rastier et al., 2002; também trabalhos relacionados à Lingüística de Texto, Koch, 2004, e outros).³ O texto constitui uma das categorias do discurso (Mondada & Dubois, 2003; Moutaouakil, 2004) e baseia-se, entre outros aspectos, em normas, convenções, gêneros, que influenciam a composição interna e que deixam pistas morfossintáticas para indicar determinadas variáveis e caracterizar ‘estilos’ (Moutaouakil, 1998; Jakobs & Rothkegel, 2001). Algumas características marcantes, como a tendência nominalizante da linguagem formal da administração, da linguagem econômica, política, acadêmica, jurídica, por exemplo, estão ligadas a certos tipos de textos e de formalização do pensamento em moldes referenciais (Azpiazu, 2004; Glušak, 2001). Além da ocorrência de itens lexicais com referência especializada ou não, de construções e de sintagmas, devem ser também contempladas as conseqüências da subordinação oracional e de relações inter-oracionais. Com isso, aceita-se o postulado de que as UTs, como expressões de conteúdo e uso especializado, possam ser atualizadas em unidades lingüísticas maiores do que palavras: também em sintagmas, orações e, possivelmente, unidades maiores ainda, tais como episódios e textos completos.

Os aspectos mencionados devem ser considerados ao se analisar o suporte escrito de uma LEsp, tanto com o fim de comunicação interna entre especialistas quanto com o fim de divulgação, por meios jornalísticos, para usuários de maior ou menor grau de especialização. Nos chamados textos de divulgação de uma LEsp, contam os diversos níveis de especialização, segundo critérios que incluem o grau de estruturação de uma disciplina e o grau de estruturação dos textos midiáticos em geral. A maior elaboração de textos de especialização – concisão, precisão e impessoalidade (Cabré, 1999b) – aplica-se nas suas

³ Segundo Rastier *et al.* (2002:193), “a text is an attested empirical linguistic sequence, produced within a specific social practice, and stored in a given material support.” O autor ressalta que as estruturas textuais são semânticas.

formas escritas e tende a se adaptar à precisão semântica, à estabilidade formal e à sistematicidade de uma AE. As observações confirmam que a macroárea ‘economia’ tem grau de especialização relativamente baixa, por motivos já mencionados anteriormente e outros, a serem discutidos mais adiante. Mas a divulgação do conhecimento especializado em textos midiáticos também tende a levar à diluição do grau de terminologicidade, independentemente da AE. Uma das conseqüências da desterminologização (Barbosa, 1998) é a maior variação formal das UTs e das construções do texto que as contêm, o que reduz a ‘densidade’ terminológica (Cabré, 1999a).

De fato, pelas razões explicitadas anteriormente, o grau de precisão semântica e de sistematicidade na expressão dos conceitos pode estar subordinado aos critérios de especialização de um texto, pois estes critérios levam a estratégias de reformulação e adaptação ao nível de conhecimento dos interlocutores para cumprir os fins comunicativos estabelecidos. Para Cabré (1999a), a especialização é definida em função de autor e receptor (por intenção e interpretação), de tipo de texto e documento (gênero textual e forma de publicação), de suporte ou forma de transmissão (escrito ou oral) e de grau de formalidade. Além dos fatores citados, a comunicação especializada também veicula a informação em graus variados de especialização.

Uma das classificações possíveis de LEsp, inspirada em Hoffmann (1984), distingue uma classificação horizontal, segundo áreas e subáreas, e uma vertical em termos de nível de abstração, de conteúdo e de estilo, assim como em termos de tipo de linguagem, de registro, de ambiente, de gênero e de participantes da comunicação. Todavia, parecem prevalecer, nos textos de divulgação científica, os aspectos jornalísticos e da escrita formal, em relação aos determinantes da LEsp e da AE. Temmerman (2000) enumera as seguintes características dos textos jornalísticos de divulgação:

- i) o tipo de participantes e o conhecimento compartilhado em maior ou menor grau;
- ii) a intenção comunicativa e sua articulação;
- iii) a modulação: autor, escola, ponto de vista, perspectiva mais subjetiva ou mais objetiva, estilo;
- iv) as características do texto jornalístico escrito: mais formalidade e informatividade, posicionamento do redator/jornalista em relação ao comunicado e à forma comunicada, divulgação do conhecimento e opiniões do redator que expressam posições em relação à área, para seu uso no dia-a-dia, profissional ou não.

As configurações provenientes dos critérios citados são altamente convencionais e estão cristalizadas nos diversos níveis de uma LEsp (Sager, 1990): no léxico, na morfossintaxe, nas construções, na modalidade e na situação de comunicação. Em termos lexicais, há as UTs mais ou menos especializadas da respectiva AE e de suas subáreas e áreas associadas. Mas também os âmbitos sintáticos de ocorrência das UTs seguem padrões particulares, por exemplo, quando estão envolvidas construções nas quais o lexema ocupa determinados lugares de maior ou menor destaque. Já como ponte entre o léxico e a elaboração sintática, há os agrupamentos lexicais colocacionais e fraseológicos, mas também construções de foco e esquemas de modificação característicos que surgem na especificação de termos e unidades lingüísticas básicas e que servem para acrescentar ou redistribuir a informação no nível sintagmático. A modalidade em que é apresentado o conteúdo, por sua vez, também está refletida na forma morfossintática. São valores e estratégias modais que expressam o posicionamento do participante em relação às possibilidades e probabilidades de algo ocorrer ou de ter uma determinada propriedade, ou em relação ao modo de ocorrer ou, ainda, a relevância do evento ou estado para uma determinada área de aplicação.

Por fim, é a própria situação de comunicação e informação que propicia o uso freqüente de formas e categorias convencionalizadas. Afinal, trata-se de uma troca lingüística que não ocorre entre especialistas puros, e tampouco entre especialistas e leigos, mas entre um redator especializado e um grupo de leitores de maior ou menor especialização ou interesse na área, portanto, um público de leitores pouco homogêneo. Assim, a comunicação também deve incluir estratégias amplas que facilitem a compreensão do saber (e/ou interesse) compartilhado, assim como estratégias de convencimento, de implicações e de inferência. Por isso, o uso de fórmulas e formas fixas, de expressões, de gêneros textuais e estratégias familiares por convenção desempenham papel fundamental.

Em termos estruturais, conta a efetividade comunicativa da LEsp com a atuação equilibrada entre economia da mensagem e precisão da informação, ou seja, entre uma mensagem compacta, na qual conteúdo e intenção estão coordenados e, por outro lado, a precisão necessária, com as especificações mínimas exigidas para garantir a informatividade objetivada. De acordo com Sager (1990) há, para alcançar maior precisão, preferência por termos com prefixação, formas nominalizadas e compostas e condensações com morfemas (a serem exemplificadas e discutidas nos capítulos de análise). Por outro lado, precisão, redundância e adequação à temática dependem também de normas sociais e convenções. E, na

parte formal, por fim, também os tópicos e o formato externo da comunicação especializada são convencionais nos jornais especializados, como, por exemplo, a distribuição de textos em reportagens, editoriais, entrevistas etc., a distribuição da informação entre manchetes e o corpo do texto, ou a opção entre tabelas e gráficos e o texto descritivo. Convencional e pouco aberta para variações é também a tipologia de textos e gêneros.

1.3 A perspectiva conceitual e categorial

Uma outra perspectiva relevante para caracterizar a LEsp da economia é aquela que se abre a partir da discussão de ‘conceito’ e ‘conceitualização’, uma vez que os estudos terminológicos clássicos privilegiam a abordagem conceitual dos termos (ou UT). Após uma rápida definição de ‘conceito’, na seção anterior, para relacioná-lo com a UT de uma LEsp, cabe uma discussão mais aprofundada, que considere a interação entre conceitualização, ontologia e codificação por expressões lingüísticas. Diz Sager (1990), em uma definição geral, entre outras mais específicas, que conceitos são “construtos de processos cognitivos do homem que colaboram na classificação de objetos por meio de abstrações sistemáticas ou arbitrárias”. Com isso, a questão é inicialmente colocada no seu devido lugar, isto é, como tarefa pré-lingüística e geral (Nuyts, 2004), que vale tanto para a língua comum, como para a LEsp. As características de classificação e sistematicidade são também corroboradas pelas relações estabelecidas entre os conceitos, já que os conceitos estão relacionados a outros no interior de uma AE. Isso faz com que as relações apontadas entre os conceitos sejam freqüentemente representadas sob a forma de árvores nocionais, redes conceituais e classes hierárquicas, seja na terminologia, na inteligência artificial IA (ou AI – *artificial intelligence*), ou nas ontologias. Determinar as relações conceituais entre conceitos (relações hierárquicas e associativas) é parte representativa da tradição dos estudos terminológicos (Otman, 1996).

Se a elaboração das relações entre conceitos cabe ao especialista e aos estudos terminológicos, a relação entre ‘conceito’ e sua expressão lingüística, ou sua codificação, é relevante para as LEsp e para a língua comum. Porém, freqüentemente ocorrem simplificações e imprecisões de base teórica. Assim, o terminólogo usa ‘conceito’ para dizer ‘significado’, e o lingüista usa ‘significado’ para dizer ‘conceito’ (Depecker, 1999). A distinção entre UL e UT – ambas ultimamente baseadas em uma representação mental, um conceito – recorre a fatores ‘extra-lingüísticos’ e deixa de registrar que a conceitualização é

uma atividade cognitiva, da qual surgem entidades que são formadas e moldadas por processos lingüísticos, ou seja, por categorização. Já o significado se aplica ao lexema, ou seja a uma instância posterior, já lingüística, conforme será discutido em 2.6.3.

Portanto, conceitos não existem independentemente, nem existem necessariamente antes de serem expressos, como afirma a abordagem conceitual clássica de terminologia. Tampouco os conceitos substituem o papel ‘transicional’ dos lexemas para expressar denotação.⁴ Trata-se de estágios diferentes, nos quais os conceitos são assimilados por operações de classificação, em colaboração com conhecimentos enciclopédicos e de mundo, para, em seguida, serem codificados em unidades lingüísticas ‘neutras’ (L’Homme, 2004; Barbosa, 1998). Esse fato está na base das ‘unidades de compreensão’ (*units of understanding*) de Temmerman (2000), nas quais os conhecimentos têm papel importante para estruturá-las e interpretá-las e, entre outros, situá-las como UL ou UT. Ficou evidente, no entanto, que não são unicamente os fatores pragmáticos os responsáveis pela distinção entre UL e UT, embora, posteriormente, isso possa ser comprovado empiricamente.

Já foi mencionado que as UTs, além de denotação, também têm capacidade de referência e que a referenciação é um processo e não apenas uma questão de representação. A referenciação é, segundo Mondada & Dubois (2003), “uma representação cognitiva socialmente compartilhada da realidade para formular uma relação entre palavras (como etiquetas) e entidades reais do mundo”. Essa interpretação aplica-se melhor às ciências naturais ou exatas com poder referencial da linguagem com seus objetos, e com taxonomias estabelecidas, pois só há relações taxonômicas quando há ligação direta entre palavras e coisas. Entretanto, em uma das funções de UT, estabelece-se a referenciação pela relação, não só com entidades reais do mundo, mas com correlatos fora da linguagem em geral. Esses referentes são do mundo mental, são as entidades, mas não os objetos concretos, como será mostrado no decorrer do trabalho. Nessa perspectiva, a abordagem lingüística é mantida, já que um referente pode ser identificado por uma instância particular de uso ou de manifestação

⁴ Segue-se, aqui, a visão de Lyons (1977), que distingue entre denotação e referenciação. Assim, a denotação é atribuída aos lexemas e a referenciação às palavras-ocorrências. Na expressão lingüística de conceitos, o lexema está situado a meio caminho das palavras-ocorrências, pois contém conteúdo semântico, mas necessita da referenciação para atualizá-lo no processo lingüístico.

de uma expressão lingüística (Polguère, 2003), a partir de qual a codificação acompanha a expressão de instanciações subseqüentes.

Inspirado em Rastier et al. (2002), a idéia de ‘etiqueta’ não se aplica apenas a palavras, mas também a estruturas codificadas pela norma, tais como gêneros e tipos de discurso, e – conforme discussão da seção anterior –, a outros construtos convencionalizados. Nessa visão de referenciação mais pragmática, o construto de ‘teoria da referência’ da abordagem terminológica clássica encaixa-se na definição de Sager (1990:17), quando afirma que a referenciação é “a função que mapeia um repertório de símbolos – o léxico – em um espaço de conhecimento contínuo”. Portanto, a teoria da referência está baseada em propriedades de conceitos que são referidas por propriedades formais, fato que ajuda a explicar a sistematização e regularidade dos processos de formação e variação de UT. Nesse sentido, a terminologia é uma semântica da referência (Depecker, 1999), na qual o usuário-especialista tenta fazer referência a uma entidade no interior de um universo particular de discurso, a AE particular. Esse aspecto pragmático de processo cooperativo e interpessoal continua presente nas LEsp heterogêneas das áreas humanas e sociais. É, às vezes, até mesmo um dos poucos critérios de delimitação de uma UT em relação a um item lexical da língua comum, principalmente quando a expressão é concisa e não oferece pistas morfossintáticas para situá-la em um determinado âmbito.

Segundo uma interpretação mais semântica de referenciação lingüística, também aplicável a LEsp não-exatas e multidisciplinares e seus textos, ocorre a codificação pela relação não só com palavras, mas com estruturas referenciais, tais como sintagmas e orações referenciais, sendo que as entidades representadas por eles atuam como referentes. Os núcleos das estruturas referenciais devem ser classes predicativas (lexemas), pois apenas estas têm conteúdo semântico (denotação). De fato, referencialidade é basicamente uma propriedade semântica de sintagmas referenciais, prototipicamente de expressões com núcleo mais nominal, as quais denotam e, ao mesmo tempo, designam pelo estabelecimento de uma relação (Lyons, 1977). Assim, a referenciação se dá com palavras-ocorrências, enquanto a significação (ou denotação) está organizada nas classes lexicais, nos vocábulos ou nos lexemas. Esse aspecto é importante, já que, na referenciação, pode haver conflito entre a categoria lexical do núcleo da expressão referencial e o tipo de entidade referido, exigindo a adequação gradual no discurso por mudança categorial.

Além da referenciação como processo de estabelecimento de relações, é necessário detalhar a referenciação na sua função de representação lingüística e alguns de seus mecanismos. Mondada & Dubois (2003) atribuem o problema de representação lingüística de conceitos das LEsp de áreas não-exatas ao fato de que as expressões referenciais figuram, antes, como instruções para se ajustarem à AE do que como etiquetas das realidades não-lingüísticas. As expressões referenciais da língua comum, assim como de LEsp da área de ciências humanas, são geralmente extensas e descritivas – isto é, predicativas - e, freqüentemente, não contêm um núcleo prototípico em N. A terminologização *strictu senso* em UTs mais concisas e mais precisas é reforçada, assim como palavras e itens lexicais por si, por possuírem forma fixa, já constituem um passo em direção a entidades discretas (Sager, 1990).

De fato, são dois os processos que combinam os efeitos de denominação e categorização: a) discretização e b) estabilização, sendo que ambos contribuem para a fixação da referência em formas lingüísticas. Para o primeiro (a), isto é discretização e individuação (Vossen, 1995)⁵, concorrem os seguintes recursos, com o objetivo de realçar a parte formal da expressão (adaptado de Mondada & Dubois, 2003):

- o uso privilegiado de N para denominar o núcleo prototípico, assim como processos de ‘nominalização’ ou despersonalização de formas verbais;
- uso de determinadas construções que reservam um lugar de destaque para inserir um item referencial, principalmente em forma de N ou ADJ;
- formação de UT, isto é, criação de referentes estáveis da AE, por exemplo, UTs inicialmente complexas;
- construção de inteligibilidade e objetividade das afirmações científicas por inscrições e formas fixas, pela escrita e divulgação em textos;
- Uso anafórico de termos básicos em trechos lingüísticos maiores.

O segundo processo (b), o de estabilização posterior apóia-se no uso constante e convencionalizado dos processos mencionados, mas igualmente por:

⁵ Vossen define ‘individuação’ como um fenômeno por meio do qual palavras fazem diferentes divisões de coisas semelhantes, assim como diferentes conceitualizações. Esse processo pode ser feito por individuação conceitual – que pode estar relacionada à ‘flexibilidade conceitual’ – ou por individuação gramatical (capítulo 4).

- fixação de construções em forma de esquemas;
- lexicalização com recursos de derivação, composição e fraseologia;
- intelectualização da língua tecno-científico-acadêmica pela escrita e pela divulgação (L'Homme, 2004).

A interdependência entre linguagem e formação de conceito tratado no decorrer dessa subseção leva a uma tipologia de conceitos que, em grande parte, depende da área de validade, pelo menos em termos de configuração e recorrência. Na terminologia, segundo Sager (1990), os tipos de conceitos podem ser agrupados em categorias, tais como conceitos de classe ('veículo', 'mercado'), conceitos de propriedade ('beleza', 'lucratividade'), conceitos de relação ('irmã', 'paralelo'), conceitos 'funcionais' ('operação', 'entrada'). Observa-se que, também na tipologia mencionada, determinadas classes de palavras tendem a ser associadas às classes de conceitos e ao campo de aplicação, levando ao quadro de relação entre conceitos, classes de palavras e realidades do mundo do Quadro I. Este, por sua vez, diz respeito à realidade ontológica.

QUADRO I: RELAÇÃO ENTRE CONCEITOS, CLASSES DE PALAVRAS E REALIDADES DO MUNDO

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. conceitos nominais (N): para coisas, objetos, participantes, lugares etc. (ou vistos ou interpretados como tais); 2. conceitos verbais (V): para relações, atividades, ações, processos, eventos, estados; 3. conceitos adjetivais (ADJ) e adverbiais (ADV): para propriedades, qualidades, modo, grau. |
|---|

A expressão formal em categorias lexicais não só colabora para expressar a ontologia da área, mas também se aplica para estruturar relações e redes conceituais. Para melhor ilustração, interessa destacar que as relações conceituais ou taxonômicas (por exemplo, hiperonímia, hiponímia, meronímia) são expressas em forma de N, ao contrário de relações léxico-semânticas (por exemplo, sinonímia, antonímia) e outras (por exemplo, relações partitivas, de sucessão, de materialidade, de causalidade etc.), que usam variantes em diferentes categorias lexicais, além de serem expressas em forma sintética (L'Homme, 2004). Evidentemente, isso também se deve à tradição de considerar a categoria lexical N como melhor representante de conceitos. Por outro lado, há razões cognitivas para tal: o N contribui significativamente para a individuação de conceitos, pois é a expressão formal de uma

categoria já estabelecida. Portanto, à tarefa de denominação do N, já mencionada, também se soma o papel preponderante na individuação.

Além disso, a tipologia de conceitos relacionada a classes de palavras, como aquela da Figura I, remete à sistematicidade presente na tipologia de entidades. Segundo concepção que difere daquela comumente usada na filosofia e fenomenologia, usa-se, neste trabalho, um conceito de ‘entidade’ que diz mais respeito à abordagem lingüística. Assim, entidades, ou entidades do discurso, são ocorrências específicas ou instâncias de um conceito em determinado contexto, portanto construtos mentais (Vossen, 1995). Apesar das entidades serem mentais, a instanciação de conceitos gerais em entidades já se enquadra no âmbito lingüístico, pois decorrem do processo lingüístico de referenciação. As entidades, então, são armazenadas, ao lado dos lexemas e as instruções de seu uso, no acervo lexical – o Fundo Lexical na abordagem funcionalista seguida aqui, ou o léxico mental de Geeraerts (1989), entre outros. Sua expressão é uma questão lexical, pois são tipicamente atualizadas por sintagmas referenciais, mas também por pronomes, nomes próprios e expressões perifrásticas. Assim, de acordo com as reflexões feitas até agora, entidades não são dadas de antemão nas situações, mas constróem-se de acordo com os processos de individuação e categorização da realidade. São introduzidas mentalmente, a partir de conceitos abstratos, no decorrer da elaboração lingüística e codificadas segundo regularidades que dependem não só do evento lingüístico, mas também das características e possibilidades estruturais e expressivas de uma determinada língua.

Quanto à tipologia de entidades, distinguem-se, de acordo com Lyons (1977), entidades de primeira, segunda e terceira ordem ou, para Hengeveld (1989, 1997, 2004a) e Mackenzie (2004), também entidades de ordem zero e de ordens mais altas. Essa distinção apresenta correspondências interessantes com a tipologia de conceitos de Sager, apresentada anteriormente, com as categorias lexicais e com a distribuição categorial nas representações lingüísticas. O levantamento dessas relações é coerente com a elaboração lingüística a partir de conceitos pré-lingüísticos, com os processos de referenciação, já discutidos, e com a expressão em estruturas lingüísticas, que estão subordinadas aos diversos preceitos gramaticais. Essas questões serão o tema da discussão teórica nos capítulos 2, 3 e 4 e, igualmente, da análise dos dados da LEsp em questão nos capítulos seguintes.

É relevante, antes de tudo, o fato de essa tipologia apresentar paralelismos com as categorias ‘ontológicas’ tratadas na filosofia e na metafísica, nas abordagens formalistas e na maioria de aplicações computacionais e de Inteligência Artificial (IA), já que a distinção é ontológica. A semelhança da abordagem ontológica com a conceitual é evidente. As diversas definições de ontologia (Nirenburg & Raskin, 2004; Feliu *et al.*, 2001; Moreno Ortiz & Pérez Hernández, 2002; Mairal Usón & Faber, 2002) destacam os conceitos, como conjunto de símbolos primitivos, sua organização em redes conceituais e a integração destas redes em um modelo estruturado de conhecimentos, de mundo ou de uma área, sendo que este modelo se propõe a ser independente da língua natural.

Entre os modelos ontológicos conhecidos, o modelo de semântica ontológica (Nirenburg & Raskin, 2004) visa a uma aproximação mais estreita com o componente semântico do processamento de uma língua natural e procura integrar um modelo de mundo físico, um modelo de participantes do discurso e o conhecimento de situações comunicativas de línguas. Da separação entre ontologia de representação, que serve para aplicação computacional, e entre ontologia de conteúdo, que se ocupa com conteúdos em geral ou de uma área específica, interessa a última devido às possibilidades de representação do conhecimento de determinada área pelo mapeamento do conhecimento especializado (Feliu *et al.*, 2001). Os problemas, no entanto, são parecidos com aqueles apontados na visão conceitual clássica. São, entre outros:

- i) os primitivos são apenas etiquetas e, portanto, não são aplicáveis aos lexemas de uma língua;
- ii) as ‘ontologias’ das áreas, isto é, a classificação e as relações entre os conceitos, são estruturadas em forma e em graus diferentes; e
- iii) a criação e a validade das ontologias não são de abrangência absoluta, pois englobam variadas decisões metodológicas específicas.

Para os fins deste trabalho, interessa uma perspectiva de ontologia mais específica, a saber, a correspondência entre categorias ontológicas e categorias semânticas, uma vez que a semântica pode ser vista como contraparte lingüística de ontologia. Trata-se de “associar itens lingüísticos a estados de coisas do mundo real por meio do mapeamento de categorias semânticas em categorias que são definidas ontologicamente” (Pustet, 2003:104). Essa visão aproxima-se do postulado parcial de Nirenburg & Raskin (2004), quando os autores afirmam que ontologia é, também, o conhecimento sobre tipos de ‘coisas’ do mundo: objetos,

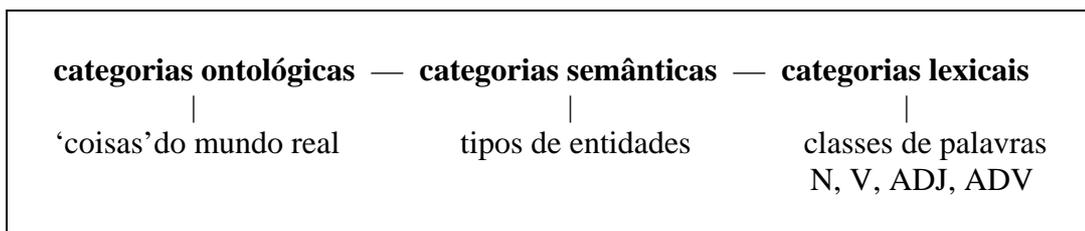
processos, propriedades e intenções. Em uma abordagem lingüística, o termo ‘ontologia’ refere-se, portanto, à tipologia de entidades – ou categorias semânticas – as quais formam a base das entidades do discurso representadas na expressão lingüística: Propriedades/Relações (entidades de zero ordem, Ent-zero), Objetos/Indivíduos (entidades de primeira ordem, Ent-1), Estados de Coisas (entidades de segunda ordem, Ent-2), Conteúdos Proposicionais (entidades de terceira ordem, Ent-3), mas também Atos de Fala (entidades de ordem mais alta), e outros de ordem zero, tais como Lugar e Tempo. Além dessas categorias semânticas ‘primárias’, há ainda outras categorias possíveis, assim como categorias dependentes como Modo, Grau, Modalidade e, provavelmente, outras.

Ainda assim, podem ser acrescentadas outras categorias, quando o objetivo é o mapeamento do conhecimento geral e do conhecimento especializado, sendo que estas devem ser estabelecidas para as áreas específicas, ou avaliadas em termos de relevância e saliência na codificação lingüística. É importante ressaltar, no entanto, que a base é sempre o conjunto de categorias semânticas básicas, uma vez que essas realidades perpassam a atividade lingüística em geral e, também, que estão envolvidas nas atividades humanas que aplicam e divulgam áreas de especialidade por meio da linguagem. Para a macroárea da economia, vale a observação de que são poucas as subáreas com redes ontológicas tradicionais estruturadas, mesmo que seja em parte. Uma das poucas exceções de subáreas com algumas relações hierárquicas na elaboração de conceitos é, por exemplo, a área de Finanças e Investimentos. Mesmo assim, a análise nos capítulos a seguir mostra que os tipos de entidades da área correspondem, em grande parte, à tipologia de entidades lingüísticas gerais e apenas acentuam algumas, como eventos e estados (Estado de Coisas); propriedades e fatos (Conteúdo Proposicional); participantes; lugares e modo. Um acréscimo importante, a ser discutido detalhadamente durante a análise de dados, é a categoria semântica ‘área de especialidade’ (AE), assim como aspectos de ‘modalidade’, ou seja, perspectiva e a maneira de apresentar conhecimentos e fatos.

A seleção das categorias semânticas citadas conta ainda com outros argumentos importantes, os quais aproximam a abordagem aos preceitos da ontologia tradicional (Taylor, 2003), que determina uma forma de descrição lexical por meio das classes de palavras (partes do discurso) ou, como são chamadas aqui, categorias lexicais. A noção de categoria lexical é, em primeiro lugar, relevante devido aos paralelismos observados entre classes de palavras e entidades (Figura I), pelo menos em termos prototípicos. Em segundo lugar, as categorias

lexicais constituem classificações relativamente fixas nas línguas, cuja codificação confirma sua relevância. Conforme a Figura I, as categorias lexicais representam um dos resultados lingüísticos da categorização. As possíveis relações entre as categorias semânticas e as lexicais, isto é, os representantes lingüísticos, serão tratadas no decorrer da análise.

FIGURA I: RELAÇÃO ENTRE CATEGORIAS – PADRÕES CATEGORIAIS



Então, interessa a investigação das razões desses padrões categoriais, principalmente daqueles do âmbito lingüístico – mas também de eventuais alterações, de seu condicionamento e de suas conseqüências –, já que diversos fatos lingüísticos demonstram alguma dependência ontológica entre forma (categoria lexical) e função (entre outras, a categoria semântica que designam). Essa preocupação efetivamente situa a presente pesquisa na abordagem lingüística e põe em segundo plano a análise conceitual, comunicativa e contextual da LEsp da economia.

Como último ponto desta seção, e como reforço da argumentação contra uma abordagem conceitual (tradicional) da LEsp selecionada, são abordadas as questões de categorização e protótipo para pleitear uma abordagem categorial. Em diversas passagens desta seção, refere-se à processualidade de referenciação e conceitualização e afirma-se que a categorização é canalizada por fatores lingüísticos. É justamente essa idéia que se aplica melhor a linguagens no contexto de macroáreas, de baixo grau de terminologicidade e de divulgação. A categorização é vista, pelo lingüista, como um processo lingüístico, em cuja elaboração há envolvimento entre o módulo cognitivo e lingüístico, considerando que os processos de individuação e estabilização estão apoiados em fatores cognitivos, perceptuais, convencionais e formais. Embora o papel de ‘negociação’ no processo de referenciação não deva ser superestimado – em oposição crítica a Mondada & Dubois (2003) –, concorda-se com a afirmação de que categorias são instáveis, variáveis e flexíveis (Taylor, 2003; Cruse, 1986; Mackenzie, 2004; Otman, 1996). Esse fato condiz, por exemplo, com a variabilidade lingüística. Mas há exceções importantes, como as categorias lexicais já mencionadas, que são menos flexíveis, pois, muitas vezes, existem codificadas e dependem da língua. Também

relativamente fixas são as categorias de ‘gênero’, ou tipos de textos, e as categorias de discurso, como ‘palavra’ – ‘sintagma’ – ‘oração’ – ‘texto’ (Moutaouakil, 2004), as quais podem servir como parâmetros de estruturação na expressão lingüística.

Observa-se, também, que há membros de categorias, ou ‘famílias’, com grau variado de propriedades em comum. Assim, o elemento considerado mais representativo, o membro médio, ou mais típico de uma classe, é o chamado protótipo. Para Rosch (1978), o protótipo responde à economia cognitiva e a restrições perceptuais e experienciais e está próximo ao nível básico de categorização. Ao contrário da visão conceitual de critérios necessários e suficientes de Aristóteles, conta, na teoria do protótipo, a semelhança de família entre os membros menos representativos para assegurar seu lugar na categoria (Geeraerts, 1989; Keizer, 1992; Taylor, 2003). E é também essa semelhança que possibilita a inclusão de exemplos menos prototípicos. Essa abordagem categorial não só é fundamental para a descrição lingüística adequada de uma LEsp, como a da economia e de suas UTs, mas também para a de muitos outros fenômenos lingüísticos relacionados que não encontram soluções claras em uma abordagem unicamente conceitual, pois esta deixa de fora informações valiosas. Além disso, o levantamento de membros, com seus variados graus de pertença, possibilita não só a delimitação das categorias pela funcionalidade, como também não impede a análise de características gerais expressas no protótipo. O protótipo permite as generalizações em relação a uma classe, e os membros da classe as delimitam.

A descrição da variação de uma expressão lingüística em relação a um conceito depende, em grande medida, das particularidades da categoria à qual pertence e, igualmente, da relação da forma variante com o protótipo da categoria. É o fato ou, pelo menos, o postulado de um protótipo que permite poder falar em variação, assim como é no contraste com as características que pode ser avaliado se a forma variante ainda representa a categoria ou não. Isso se aplica não só para conceitos, mas até mesmo para protótipos de ‘palavra’, de ‘classe de palavras’, de ‘expressão referencial’, entre muitas outras constantes lingüísticas. A instabilidade das margens de uma categoria abre espaço para os ajustes contextuais e lingüísticos, isto é, para os ajustes formais e funcionais em torno de um exemplar prototípico (Mondada & Dubois, 2003).

Pode-se postular, então, que muitas LEsp, e grande parte de suas UTs, simplesmente exploram mais os membros mais periféricos por estarem submetidos a uma variedade de

fatores condicionantes entre precisão e economia lingüística, incluídos os fatores cognitivos e contextuais. A codificação e decodificação de conceitos referidos, no processo de adequação ao ‘contexto’, leva à variabilidade, tanto para expressar as diversas entidades por meios lexicais quanto por construções gramaticais. Tendo em vista esse fato, deve-se compreender a importância das definições de conceitos por especialistas para eliminar as margens ‘borradas’ (*fuzzy borders*, Taylor, 2002), ao mesmo tempo que asseguram as definições, o uso e a interpretação de expressões menos especializadas.

1.4 A perspectiva empírica

Entre os fatores distintivos entre LEsp e língua comum, citam-se geralmente os itens lexicais especializados, ou termos, que são vistos como expressão da ontologia da área, assim como o uso especializado e a alta frequência de determinadas estruturas colocacionais e convencionalizadas. Nota-se, no entanto, que a chamada ‘linguagem da economia’ não se constitui apenas de termos especializados, mas também de determinadas estruturas complexas, do uso especial de formas nominais e nominalizadas e baseadas na mudança categorial em geral e de estratégias marcantes em relação à apresentação da informação e de fatos da área. O presente trabalho trata esses fatores com seriedade, mas não se centra em um estudo descritivo e quantitativo para caracterizar a terminologia da linguagem de especialidade da economia. Objetiva, antes, levantar a variedade das ocorrências e extrair delas regularidades gerais e específicas, estabelecer critérios básicos para uma teoria de formação e distribuição de UTs em diversos tipos de categorias e buscar as bases semânticas e ontológicas para analisar a codificação morfossintática observada. Uma das conseqüências dessa proposta é também uma melhor caracterização da LEsp da economia.

Constata-se o quadro heterogêneo da LEsp da economia nos textos e, a partir daí, tenta-se caracterizar os processos responsáveis pela formação e variação das UTs na linguagem de especialidade investigada, sem se restringir às unidades lingüísticas ‘palavra’, para, desta maneira, tirar conclusões em relação à ocorrência desses fenômenos, ou outros relacionados, na língua comum. Além disso, procura-se esclarecer diversos processos lingüísticos envolvidos e tratar de tópicos relevantes para a formação de unidades lexicais simples e complexas. Igualmente, reflete-se sobre a relação entre as funções específicas da classe de N e V, assim como de ADJ e de alguns tipos de ADVs, sobre léxico e gramática, sobre derivação

e flexão e, além disso, sobre as configurações semânticas e funcionais na formação de estruturas complexas em torno das funções gramaticais de núcleo e modificador. Reflexões sobre as bases semânticas e ontológicas, sobre conceitualização e categorização e, em menor grau, sobre fatores comunicativos completam as explicações da distribuição e do mapeamento categorial observado.

Para a discussão da relação entre ‘conceito’ e ‘codificação’ em unidades terminológicas, complexas ou não, há tradicionalmente dois caminhos metodológicos a serem seguidos: a abordagem onomasiológica e a abordagem semasiológica. Os estudos terminológicos – e os estudos ontológicos – geralmente privilegiam a metodologia onomasiológica, isto é, partem do conceito e verificam sua ocorrência e articulação na língua, ou seja, enxergam a unidade terminológica como realização lingüística do conceito. Já os estudos lexicais tradicionalmente postulam uma certa autonomia das unidades lingüísticas em relação aos conceitos e têm maior interesse em investigar sua expressão formal na língua, privilegiando a abordagem semasiológica. De fato, fazer a distinção entre as duas abordagens implica a separação do conceito de base da sua expressão lingüística e é contraprodutivo, pois os dois fatores se entrelaçam e são inseparáveis na investigação lingüística, tanto na da língua comum quanto nos estudos terminológicos.

De acordo com Depecker (1999), importam os conceitos e a ontologia eventualmente para uma perspectiva interlingüística, uma vez que diferentes línguas e culturas categorizam as realidades mentais e do mundo de forma diferente. Por outro lado, também a perspectiva intralingüística, como a da língua portuguesa e da variação interna, deve tanto considerar os conceitos de base quanto a expressão formal, além da interação funcional no uso. Observa-se, na língua comum e nos dados da LEsp da economia, que a língua dá forma ao conceito e, ao mesmo tempo, que o conceito dá forma à língua (Depecker, 1999). Esse fato exige, portanto, uma metodologia de pesquisa que considere o fato de que o objetivo é uma análise lingüística, e não conceitual, ao mesmo tempo que a base semântica, funcional e categorial, assim como o conteúdo comunicado da AE, argumentam a favor da inclusão da metodologia onomasiológica. De fato, a abordagem funcionalista justifica tanto o interesse pelas palavras-ocorrências, a forma, quanto o interesse pelos lexemas, o conteúdo semântico, mas principalmente a investigação das regularidades dos fenômenos lingüísticos no uso em contextos especializados.

A base de dados de LEsp da economia é constituída por textos jornalísticos (em versão eletrônica e em papel) dos jornais diários da área econômica *Gazeta Mercantil (GM)* e *Valor Econômico (VE)*, basicamente dos anos 2000, 2001 e 2002, com alguns exemplares posteriores para confirmação de dados. Foram selecionados dados das diversas subáreas e seções dos dois jornais, com a temática geral ‘economia’ e, em seguida, marcados, com seus contextos sintagmáticos, oracionais e, muitas vezes, unidades ainda maiores. Os textos completos foram organizados em arquivos individuais de acordo com a data de coleta, no total de 62 megabytes. A busca foi semi-automática por lexemas, com os recursos de busca no Microsoft Word. Ainda durante a coleta, os textos foram agrupados em dois tipos, um grupo com seções mais subjetivas e de maior posicionamento do redator-especialista (editorial, opinião, guias para consumo, investimento e suplementos de fim de semana), e o segundo com as reportagens propriamente ditas, identificadas como mais objetivas. Entre o primeiro tipo constam textos de colunas (COL), de cadernos suplementares com dicas e textos em linguagem mais coloquial (EI = Eu Investimento, com dicas de como investir; EC = Eu Consumo, sobre produtos e consumo).

O maior grupo é o de dados mais objetivos. Este abrange, em distribuição variada nos dois jornais, as seguintes seções (em ordem alfabética): administração, agronegócios, bolsa de valores, comércio, *commodities*, consumo, empresas, energia, finanças e investimentos, governança corporativa, indústria, internacional, investimentos, legislação, negócios, política, tecnologia, transporte, tributos. Escolheu-se as subáreas ‘Finanças e Investimentos’ e ‘investimentos’ como exemplos de subáreas mais estruturadas para a retirada de dados referentes à oposição ‘genérico’ e ‘específico’, no entanto, sem deixar de considerar dados das outras subáreas. As seções mais subjetivas dos jornais especializados serviram de base para dados em relação ao maior posicionamento do redator. Como a pesquisa é qualitativa e visa a conclusões teóricas e qualitativas, não houve uso de extratores de dados específicos, embora o valor quantitativo tenha pesado indiretamente: maior recorrência e frequência de determinadas UTs implica maior relevância para a área e maior ‘terminologicidade’.

O estatuto das unidades lingüísticas entre mais ou menos especializado, dependendo das seções, serviu para tratar a heterogeneidade e a variabilidade das unidades terminológicas. Pela própria definição da LEsp da economia e seu uso em contextos de especialização variada, não se esperava encontrar termos absolutos e invariáveis, mas, antes, possibilidades de articulação de UTs em uso. O estatuto mais ou menos especializado foi verificado em

material de consultas e glossários, mas, em primeiro lugar, pelas expressões lingüísticas, suas ocorrências em trechos textuais inteiros, suas variantes e suas definições.

Essa metodologia está apoiada na problemática do estatuto de disciplinas fora das ciências naturais tradicionais, levantada por Nirenburg & Raskin (2004). Afirmam os autores (2004:48) que essas ciências (por exemplo, sociologia, economia, lingüística, entre outras) são construtos não-observáveis e menos estruturados e estão fora do estereótipo estreito do método experimental. Por esse motivo, exigem uma aproximação por observação pré-teórica, ou seja, uma primeira aproximação dos conceitos abstratos e a posterior confirmação empírica. Assim, houve um trabalho intenso de levantamento e análise de dados e a confirmação dos postulados teóricos nos próprios dados depois, o que permitiu uma caracterização melhor da LEsp da economia.

1.5 A estruturação da tese

Após uma parte introdutória, no capítulo 1, sobre o estado da arte, as perspectivas da investigação de uma LEsp – a da economia em particular – e de suas unidades terminológicas e bases conceituais e categoriais, bem como de aspectos metodológicos, o restante da tese está dividido em uma parte mais teórica, que engloba os capítulos 2, 3 e partes do 4, e outra de análise, principalmente os capítulos 5 e 6.

No capítulo 2, é apresentado o embasamento teórico da abordagem funcionalista, mais especificamente, um esboço da Gramática Funcional do Discurso, já indicando a relação do modelo de gramática, da integração dos diversos componentes e das funções atuantes em relação às linguagens de especialidade e à LEsp da economia. Por um lado, há ênfase nos ‘primitivos’ e nas categorias envolvidas na formulação e codificação das expressões lingüísticas. Por outro lado, são examinados os operadores e as diversas funções que sustentam a ‘funcionalidade’ do modelo, tais com as funções de adscrição e referenciação e de núcleo e modificador. De particular interesse são os marcos e esquemas e as características morfossintáticas relacionadas, uma vez que são estes que determinam as particularidades de expressão de uma LEsp da língua portuguesa.

O capítulo 3 discute a questão da categorização, principalmente as bases teóricas e suas aplicações ao português dos estudos sobre as partes do discurso ou classes de palavras

predicativas (os substantivos N, verbos V, adjetivos ADJ e alguns tipos de advérbios ADV), aqui denominadas ‘categorias lexicais’. Para esta pesquisa, optou-se para uma abordagem funcionalista de base semântica, mas com particular interesse nas expressões lingüísticas complexas. A relação entre léxico e gramática e entre produtividade e variação é respaldada na questão de predicação e predicabilidade e objetiva explicar a possibilidade de variação entre formas sintéticas (lexemas) e analíticas (construções) nas unidades terminológicas da área de especialidade. Diversos fenômenos são analisados em relação à expressão de operadores que atuam no equilíbrio entre sintaxe interna e externa na mudança categorial.

O capítulo 4 trata, nos lexemas, a nominalidade e a possível delimitação em relação à verbalidade das expressões lingüísticas, sobretudo na sua função como categorias nucleares. Questões relacionadas à tipologia de N, à nominalidade e a importantes processos de mudança categorial, como nominalização e verbalização, são discutidas, enquanto é feita a distinção entre N e ‘nominal’ e entre o nível lingüístico ‘palavra’ e ‘sintagma’ (sintagma referencial). Além disso, estes e outros processos de predicação nominal são analisados na linguagem de especialidade, considerando as estruturas complexas que se apresentam nas unidades terminológicas da área.

No capítulo 5, são enfocadas construções relacionadas à apresentação do conhecimento especializado nas unidades lingüísticas ‘oração’ e, em partes, também nas de ‘texto’. Perspectiva, foco e a individuação são investigados nos seus reflexos na estrutura e no léxico e são considerados como processos que estimulam a formação de conceitos da área e a flexibilidade categorial. São rastreados alguns fenômenos salientes, tais como construções de foco e sua relação com a predicação não-verbal, construções impessoais e suas alternâncias, assim como a expressão morfossintática da modalidade na área. Um conjunto de exemplos exemplifica os mecanismos e resultados de referenciação, foco e perspectiva.

O capítulo 6 retoma os lexemas em função de núcleo e modificador e discute com profundidade o estatuto de alguns tipos de ADJ e deADV como expressões de categorias semânticas, na sua contribuição para a especificação e coesão interna nas unidades terminológicas. Como são tratadas formas complexas denominais com suas possibilidades de mudança categorial, há discussão das conseqüências morfossintáticas e da determinação da categoria lexical, com vistas à interação com as categorias semânticas de base. que se fundamenta na tipologia de entidades. Será mostrado e confirmado que a modificação

desempenha papel primordial e que, além disso, algumas características morfossintáticas da linguagem de especialidade da economia têm como objetivo a integração das unidades lingüísticas parcialmente especializadas na área.

Por fim, as conclusões destacam os resultados mais importantes.

Capítulo 2 – Embasamento teórico: a Gramática Funcional do Discurso

2.1 Alguns conceitos básicos da Gramática Funcional do Discurso

Apresentam-se, neste capítulo, as bases teóricas do modelo gramatical de análise que vai nortear a abordagem funcionalista da tese. A Gramática Funcional do Discurso (FDG) é uma teoria recente (Hengeveld, 2004a e b, 2005a e b, e n.p.; Hengeveld & Mackenzie, 2006; Mackenzie & Gómez-González, 2004) que resultou da integração de avanços de pesquisa e aplicação na Gramática Funcional (FG) de Dik (1980, 1997a e b) e seus colegas.⁶ Da FG, a FDG preserva e atualiza os postulados funcionalistas e a maioria das premissas teóricas. Como inovação, acrescentou a distinção clara entre os níveis de análise interpessoal e representacional, que permite a separação entre as intenções comunicativas e o conteúdo comunicativo, assim como incorporou aspectos importantes do modelo de camadas (Hengeveld, 1989). Fora disso, a FDG avançou os objetivos originais da FG ainda mais (Dik, 1997b), no sentido de passar de uma gramática da sentença para uma gramática do discurso (Hengeveld, 2004a e b).

Não obstante a inclusão de ‘discurso’ no nome da teoria, a FDG é, basicamente, um modelo de gramática. Não é uma teoria que analisa o discurso no sentido de centrar-se nos aspectos extralingüísticos, mas é uma teoria que considera ‘discurso’ não como processo mas como produto (Connolly, 2005; Dik, 1997b; Mackenzie & Keizer, 1991; Moutaouakil, 1998). Fundamenta esse foco diferenciado no fato de que muitos fenômenos lingüísticos podem ser explicados com maior adequação, se forem considerados no interior não apenas de sentenças, mas de unidades de influência maiores, tais como o tipo de discurso, de contexto, de enunciação, e se for analisado o papel da pragmática ao se aliar a uma forte base semântica.

⁶ As abreviações consagradas na teoria, entre outras as da teoria em discussão e dos váriáveis, serão mantidas no original em inglês, por serem convencionais. Usa-se FG em referência ao modelo de Dik, FDG ao modelo novo e F(D)G para as áreas que ambas tem em comum. Noções pertinentes à teoria serão mantidas com inicial maiúscula.

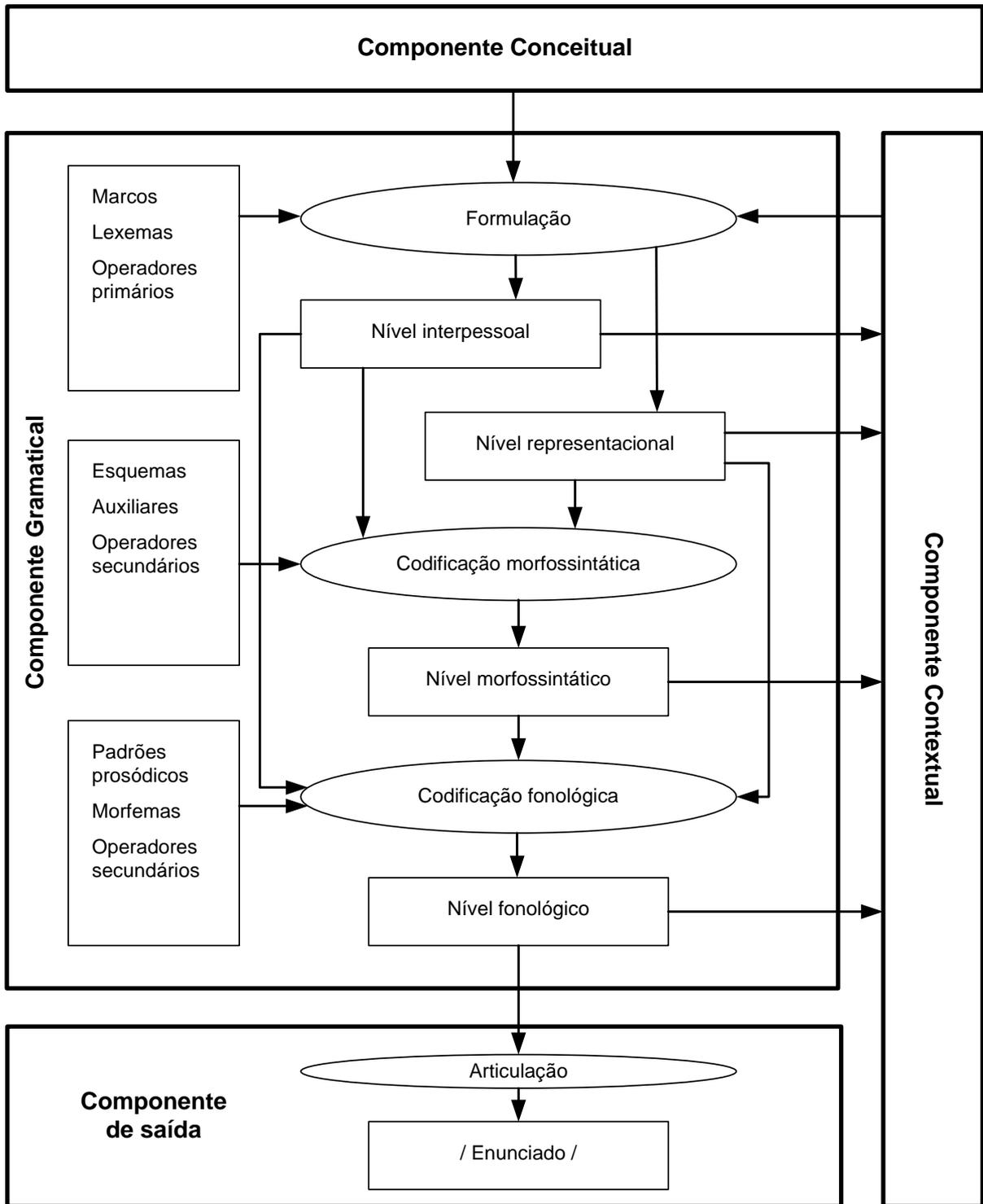
Por outro lado, segue a FDG firme no propósito de centrar-se na expressão lingüística e considerar os lexemas como unidades básicas para as unidades lingüísticas, por preceitos funcionais e estruturais de cada língua. Para tanto, situa sua forma e sua função no uso, busca explicações funcionais em primeiro lugar e, ainda, tenta formalizá-las para chegar a uma descrição adequada e teoricamente válida.

Inicialmente, serão introduzidos alguns aspectos marcantes dessa teoria, mostrados esquematicamente na Figura II a seguir, os quais, no decorrer da exposição nas próximas subseções, serão explicados detalhadamente. Destaca-se o postulado básico de uma gramática do discurso que se baseia na orientação do processo de formação das expressões lingüísticas ‘de cima para baixo’ (*top-down*). Isso significa que a análise procede de tal maneira que privilegia a perspectiva que vai da intenção para a articulação, pois assume que as decisões tomadas em nível mais alto determinam ou limitam as possibilidades de expressão nos níveis mais baixos (Hengeveld, 2004a). Esse enfoque reforça hierarquias funcionais, que se iniciam em níveis abstratos e, obedecendo a questões de escopo, terão reflexos morfossintáticos e fonológicos nas unidades lingüísticas.

Nisso, o modelo de FDG se opõe ao de FG, uma vez que este elaborou um modelo de construção de predicação, no qual um enunciado se constrói em camadas, ou estratos, sucessivas, que vão de dentro para fora, ou melhor, de baixo para cima. Isso significa que uma predicação ‘se inicia’ com um predicado e seus termos, no qual, pelo ato de predicação, são construídos os níveis de predicação nuclear, de predicação central e de predicação estendida, até chegar na proposição e no ato de fala (Dik, 1997a). Em cada nível, aplicam-se funções, as funções semânticas, sintáticas e pragmáticas, elementos gramaticais (operadores) e elementos lexicais (satélites). Embora Dik tenha enfatizado que a direção de influência, na verdade, segue do ato de fala para as camadas internas, esse postulado vem sendo efetivamente posto em prática pela FDG, com a direcionalidade indo da formulação para a codificação – o que Hengeveld chama de *top-down*.

Além da organização de cima para baixo, a FDG caracteriza-se pelas seguintes propriedades:

FIGURA II: O MODELO GERAL DE FDG



- i) o ato do discurso A é visto como a unidade básica de análise;
- ii) o componente da gramática interage sistematicamente com um componente conceitual, com um contextual e com o de saída (*output*);

- iii) a FDG inclui as representações morfossintáticas e fonológicas como parte de sua estrutura subjacente (semântica) e não apenas como resultado do componente de saída.

De acordo com a Figura II, o modelo de gramática trabalha com os níveis conceituais, contextuais e de saída, além do componente gramatical propriamente dito. É fundamental enfatizar que cada módulo tem organização hierárquica, mas interage com os outros de várias maneiras. Em cada nível de representação atuam funções, elementos primitivos e regras de mapeamento que garantem a interface entre os níveis. Essas regras elaboram as expressões lingüísticas que são internamente construídas e, em termos de complexidade, estão orientadas ‘de baixo para cima’, como na FG tradicional. Faz-se, portanto, a distinção entre níveis do modelo inteiro (*levels*: interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico) e as camadas no interior dos módulos (*layers*: predicado, predicação, proposição). Além disso, o modelo gramatical da FDG é também integrado a uma estrutura modular, que inclui os módulos conceitual e contextual. As regularidades que se mostram nas expressões lingüísticas, no componente de saída, são o resultado de regras de expressão e podem ser representadas por meio de variáveis.

A representação na Figura II reforça a centralidade do componente gramatical, que é, como já mencionado, de interesse central na análise da expressão lingüística, particularmente no presente trabalho. Quanto aos componentes conceituais, contextuais e de saída, vale observar que estes, embora se encontrem separados, estão interligados ao módulo central por regras de mapeamento e, em termos de representação, por setas. Com isso, ficou evidente que o conceitual e o contextual – que são ‘extralingüísticos’ – possuem influência nas decisões iniciais da formação lingüística. Os módulos correspondentes determinam os primeiros passos, mas não o processamento encaminhado, no momento em que o sistema da língua em questão, com suas características, é acionado.

O componente gramatical é constituído pelas operações de formulação e codificação (em oval na figura), primitivos usados nas operações (nos quadrados da figura) e níveis de representação produzidos pelas operações (nos retângulos). Todos interagem de cima para

baixo e da esquerda para a direita, à semelhança dos processos de produção lingüística⁷. A formulação especifica possíveis configurações pragmáticas e semânticas que podem ser ou são codificadas na língua de análise. A codificação ocupa-se das formas morfossintáticas e fonológicas que as configurações formuladas assumem na língua. Os primitivos agrupam-se em marcos e esquemas pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos, nos quais lexemas são inseridos e operadores se aplicam (Hengeveld & Mackenzie, 2005).

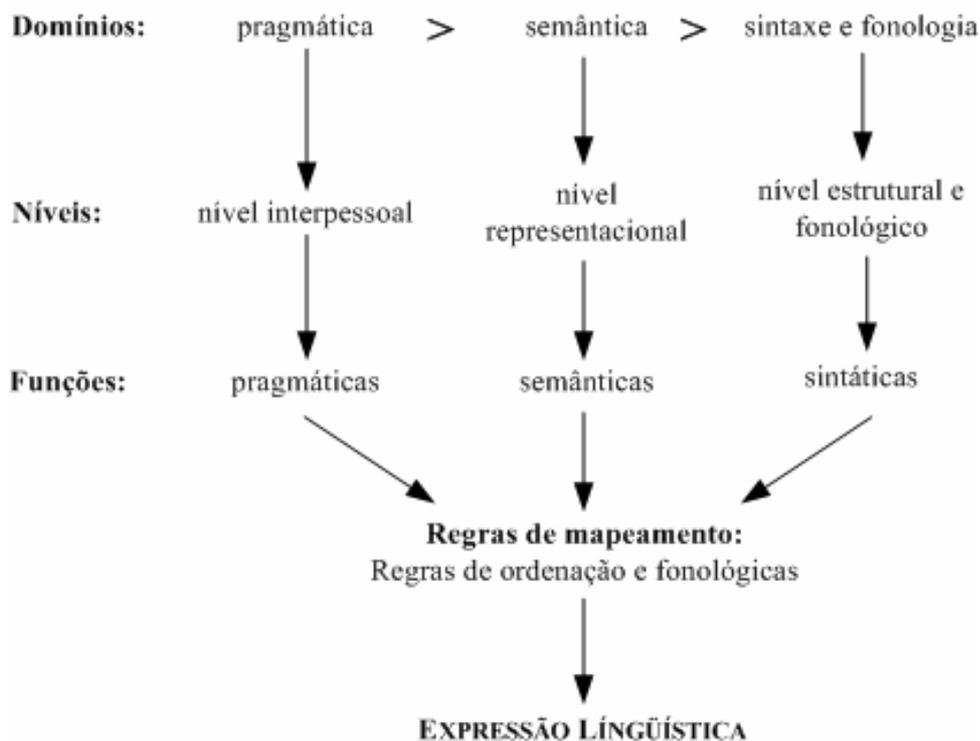
Os diversos níveis serão detalhados nas seções a seguir, mas podem ser destacados os níveis de representação (o nível interpessoal ou pragmático - NI; o representacional ou semântico - NR; o estrutural ou morfossintático - NM e o fonológico) como *locus* de aplicação de funções e regras de mapeamento. Estas últimas constituem a gramática, no sentido tradicional, e distinguem-se dos elementos de construção, do léxico, que são parte do Fundo Lexical. Os elementos de construção aplicam-se, por meio de primitivos específicos, nos diferentes níveis. Articulam-se no componente de saída por meio das regras de expressão – a morfologia – para formar um enunciado. O modelo visa a captar as relações complexas da atividade lingüística e a estreita inter-relação e colaboração entre gramática e léxico, portanto, entre o mais regular e o mais idiossincrático. Um outro objetivo é o detalhamento da direcionalidade e do escopo, que vão do mais geral para a atualização nas manifestações mais específicas.

De acordo com a área de atuação dos níveis, pode-se verificar que, enquanto os níveis interpessoais e representacionais são mais abstratos e mais independentes da língua analisada, os níveis estruturais e fonológicos são específicos a uma língua, pois constituem, passo a passo, os resultados lingüísticos concretos das regularidades aplicadas. Isso significa que uma organização do componente gramatical desse tipo confirma uma abordagem funcional autêntica, já que concretiza a prioridade pragmática sobre a semântica e a prioridade semântica sobre a sintática. Essa mesma hierarquia traduz-se na Figura III, na qual foram detalhadas as conseqüências dos componentes lingüísticos em relação aos níveis de atuação, à aplicação das funções e às regras provenientes para formar uma expressão lingüística. Nas

⁷ Hengeveld enfatiza, em várias oportunidades (2004a e b), que o modelo representa e esquematiza fatos lingüísticos e que, apesar de ser dinâmico e procurar aproximar-se da realidade psicolingüística de fala, não pretende ser um modelo de produção.

próximas subseções, cada tópico será aprofundado para avaliar o seu papel para as hipóteses do presente trabalho.

FIGURA III: A HIERARQUIA FUNCIONAL DE INFLUÊNCIA NO COMPONENTE GRAMATICAL DO MODELO DE GRAMÁTICA:



A Figura III esboça o mapeamento de funções na expressão lingüística no que se refere ao componente gramatical. As funções pragmáticas prevalecem sobre as semânticas e estas sobre as de expressão (morfofossintaxe e fonologia). As regras de expressão são específicas a uma língua e aplicam-se conforme a integração de todas na expressão lingüística, ou seja, no componente de saída. A configuração do componente gramatical confirma, entre outros, que, na F(D)G – ao contrário de outras teorias – a pragmática é parte da gramática, o que destina um papel particular a fatores que, muitas vezes, são chamados de ‘discursivos’ e ‘contextuais’. Para as funções pragmáticas, citam-se principalmente as funções de Tópico e Foco e algumas subdivisões; para as funções semânticas, as de Agente, Paciente (ou Meta), Experienciador, Força, Processado, Recipiente, Referente, Zero, Locação, Direção, Origem,

Referência e outros; e para as funções sintáticas, Sujeito e Objeto.⁸ Todos esses parâmetros foram estabelecidos e comprovados com base em estudos tipológicos (Dik, 1997a).

2.2 Os componentes conceitual e contextual

Visto que esses dois componentes estão fora do componente gramatical e, conseqüentemente, servem como ponte para o mundo externo e mental, assim como para a comunicação, é de grande importância especificar seu papel em relação aos componentes lingüísticos. A devida consideração destes no processo lingüístico intenta esclarecer fatores da gramática e do processo de comunicação, ao mesmo tempo em que estes são influenciados em maior ou menor grau. Surgem, pois, várias reflexões: já que são componentes extralingüísticos e, por isso, existem ‘fora da linguagem’, sua exata definição e caracterização exige estudos interdisciplinares e compete, em parte, a especialistas de outras áreas, por exigir conhecimentos específicos na área de cognição, psicologia, neurologia, ontologia, sociologia, entre outros. O que interessa, para a FDG, é o papel que desempenham na explicação dos fenômenos lingüísticos observados, uma vez que a abordagem funcionalista não pode prescindir dos fatores que estão associados ao uso. Com as mesmas razões, e de acordo com a discussão nas seções 1.2 e 1.3 do primeiro capítulo, postula-se que, no estudo de uma LEsp, haja determinadas condições complexas de produção e interpretação que codependem dos componentes ‘extralingüísticos’, mas que estejam subordinadas à língua de análise.

Um outro desdobramento do problema se apresenta ligado ao fato de que os fatores provenientes dos componentes conceituais e contextuais, que se materializam na linguagem e se expressam, de alguma forma, por meio da linguagem. Esse fato, às vezes, dificulta uma separação nítida entre o conteúdo extralingüístico e sua tradução para uma expressão lingüística. As diversas atitudes para enfrentar essa realidade já foram, de certa forma, antecipadas pela FDG, justificando plenamente sua denominação ‘funcionalista’. Os diversos fatores de influência integram-se por meio da adoção de variáveis que representam abstratamente as unidades lingüísticas em termos de sua função na comunicação (Hengeveld, 2004b) e se atualizam nas formas lingüísticas. Os componentes conceitual e contextual, de

⁸ As funções, assim como outros parâmetros e constantes nos níveis do modelo de gramática, aparecem com iniciais maiúsculas.

fato, têm escopo sobre o componente gramatical e agem e interagem nos diversos níveis. Tenta-se ver, para tanto, aspectos de cada componente e seu possível âmbito de influência.

O *componente conceitual* é uma importante força propulsora do processo de formulação. Abrange, além das capacidades cognitivas gerais, o conhecimento de longa duração (*long term knowledge* - LTK), o conhecimento de mundo e das ontologias, a intenção e a competência comunicativa e, por último, a competência lingüística. É o componente responsável pela operação de formulação, que representa a conversão de representações pré-lingüísticas conceituais em representações semânticas e pragmáticas que são lingüisticamente relevantes e que são permitidas pela gramática da língua em questão. Postulam-se, segundo Hengeveld & Mackenzie (2006), representações mentais que correspondem a intenções comunicativas e suas conceitualizações associadas que são relevantes para os eventos no mundo externo e mental. Estas representações expressam os diversos tipos de entidades e são chamadas 'categorias semânticas'.

Além disso, competem ao componente conceitual a conceitualização e a categorização dos diversos tipos de entidade, pois a formulação converte as representações mentais, e também os diversos tipos de entidade, em representações interpessoais e representacionais, as quais são, em seguida, traduzidas pela codificação em representações morfossintáticas e fonológicas. Assim, as categorias ontológicas só contam, nessa abordagem, se forem relevantes e possíveis para a língua de análise. Conforme já introduzido, as categorias ontológicas são vistas como categorias semânticas, pois se atualizam no nível semântico, ou representacional, por meio de unidades representacionais e podem ser representadas por variáveis nos níveis do modelo de FDG. Supõe-se um papel essencial desse componente não só na configuração do léxico, na mudança categorial e na perspectiva, mas também na estruturação do conteúdo comunicado. Desse modo, é importante nos processos lingüísticos de adscrição, de referenciação, assim como na passagem de um processo para outro, mesmo se essas mudanças são determinadas por preceitos contextuais e comunicacionais. No entanto, de acordo com a discussão anterior, a presente pesquisa pretende concentrar-se mais na atualização das unidades lingüísticas e somente analisar os fatores provenientes do componente conceitual quando dão indicações claras de estarem determinados pela área especializada em questão.

O *componente contextual* faz igualmente parte do contexto lingüístico mais amplo e, freqüentemente, sobrepõe-se ao componente conceitual. Contém a descrição do domínio do discurso de acordo com sua elaboração durante o discurso e é parcialmente representado pelos interlocutores. Além disso, é responsável pela expressão da categoria gramatical Pessoa e, também, pelas referências dêiticas feitas por pronomes e demonstrativos, que podem ter influência nos atos do discurso subseqüentes. De fato, o conhecimento da situação e dos contextos de uso da língua que os participantes da interação verbal possuem, ou compartilham, pode passar para o nível conceitual e fixar determinadas categorizações. Alguns aspectos da interface entre os componentes conceitual e contextual que dizem respeito ao tema dessa tese são tratados, de forma revisada, em 2.6.3.

Além da interação entre os componentes extralingüísticos, a FDG descreve a interface entre as diferentes camadas e a geração das estruturas subjacentes em termos de decisões comunicativas do falante, que se fazem necessárias ao longo do processo de formação e explicam sua dinamicidade e, na Figura II, as setas que saem do componente gramatical e ‘retornam’ ao contextual. Este nível é também responsável pela informação situacional e contextual da produção lingüística, da situação de fala, do discurso prévio, dos fatores textuais e do gênero, das convenções, entre outros. Podem-se, sem hesitação, incluir nesse módulo o contexto de uma linguagem de especialidade, o de informações específicas de uma área, o de comunicação entre especialistas e o de características de base para criação e uso de itens e estruturas terminológicas, por exemplo.

De acordo com a proposta da FDG, o componente contextual determina a expressão de certas categorias gramaticais, como número, pessoa, gênero etc. nas expressões, as quais se atualizam de forma variada e em níveis diferentes, conforme a tipologia da língua (Hengeveld, 2005a e b), uma vez que é esse o componente que promove a introdução de participantes e possibilita a referência anafórica a eles, por meio de pronominalizações, ou ainda a referência dêitica local, temporal ou situacional. Outras características lingüísticas e textuais de abrangência maior também exigem interação com o componente contextual, como determinadas construções narrativas, reduções e elipses. Alguns desses fatores, muitos em combinação com os componentes conceitual e contextual, serão tratados e discutidos no

componente gramatical das próximas seções, em todos os seus níveis: os níveis interpessoal, representacional, estrutural e fonológico.⁹

2.3 O nível interpessoal (NI)

Já foi mencionado que os componentes conceituais e contextuais entram na esfera lingüística pela via da formulação que converte a representação conceitual pré-lingüística em representações semânticas e pragmáticas de relevância lingüística, permitidas pela língua em questão (Hengeveld, 2004b). O NI condiz com aspectos formais de unidades lingüísticas que refletem a interação entre os interlocutores, ou seja, os participantes. Representa, portanto, o domínio ‘pragmático’ e forma a ponte para a codificação de intenções e conceitualizações. Com o objetivo de representar os conceitos extralingüísticos sob forma lingüística, Hengeveld introduz, no nível interpessoal, variáveis abstratas para determinadas noções. São elas M, A, ILL, P, C, T, e R, e vêm definidas a seguir, assim como constam na representação do Quadro II, mais adiante.

A aplicação predicativa das variáveis do nível interpessoal cria uma representação abstrata do nível interpessoal, como a do Quadro II. Observe, na formalização, as seguintes notações convencionais da F(D)G: cada variável ‘predica’ um ou mais argumentos, ato que é expresso por meio de dois pontos (:). Os colchetes [] delimitam as diversas camadas do nível interpessoal e os parênteses () inserem no NI as variáveis. Nas representações, também no Quadro II, as variáveis vêm repetidas, pois podem ser modificadas recursivamente e referidas anaforicamente.¹⁰

QUADRO II: O NÍVEL INTERPESSOAL (NI)

$(M_I: [(A_I: [ILL (P_1)_S (P_2)_A (C_I: [...(T_I) (R_I)...] (C_I))] (A_I))] (M_I))$
--

⁹ O nível fonológico só será mencionado, uma vez que os dados de análise são escritos e, além disso, a teoria ainda espera por melhor desenvolvimento desse aspecto lingüístico.

¹⁰ Em Hengeveld & Mackenzie (2006) foi acrescida a variável F no marco ilocucionário (de ‘ocorrência de fala / enunciação’).

- M = Movimento (*Move*): a unidade mínima do discurso; expressa uma intenção comunicativa do falante (Ex. ‘informar’);
- A = Ato do discurso (*Discourse act*): a unidade mínima do comportamento comunicativo (corresponde, por exemplo, a uma oração declarativa no M ‘informar’);
- ILL = Ilocução (*Illocution*): a ilocução codificada na expressão (Ex. tipos de oração, por exemplo, uma oração declarativa); é codificada em marcos ilocucionários abstratos que determinam prosódia, marcas morfológicas, lexicalizações convencionais, itens lexicais específicos etc.;
- P_S e P_A = Participante, tais como falante e ouvinte (*P-Participant*, P_S-*Speaker*, P_A-*Addressee*): os participantes envolvidos na ilocução (sua introdução e especificação);
- C = Conteúdo (*Content*): o conteúdo semântico comunicado, tanto o ato quanto o modo da informação a ser comunicada;
- T = Ato adscritivo (*Adscriptive act*): é subato; constrói o conteúdo por predicação, mas como ato comunicativo do participante, ou seja, o interlocutor tenta evocar uma propriedade;¹¹
- R = Ato referencial (*Referential act*): é também subato; o falante adscribe propriedades para entidades por meio de expressões referenciais, ou seja, ele tenta evocar um referente. R serve para a distinção entre ato referencial e o tipo de entidade referido.

Notam-se, na fórmula, os fatores interpessoais de importância que já são parte do componente gramatical: um marco ilocucionário ILL, os participantes (P₁)_S e (P₂)_A, o conteúdo transmitido C e os dois ou mais subatos contidos T e R, também chamadas ‘funções interpessoais’ (Hengeveld & Mackenzie, 2005). As funções pragmáticas são introduzidas principalmente no subato R. Dão as primeiras instruções provenientes dos componentes conceituais e comunicativos, encaminhadas por meio da formulação. As funções pragmáticas básicas Tópico e Foco estão atreladas aos subatos R e indicam a saliência comunicativa.¹²

As variáveis são atualizadas por realizações lingüísticas destas na atualização sucessiva dos próximos níveis, ora por marcos interpessoais, ora por lexemas e operadores primários.

¹¹ Veja a diferença entre adscrição (*adscription*) e predicação (*predication*) em Lyons (1977:161): “For example, in saying of a particular flower that it is red, we ascribe to it the property of redness, but we predicate of it the predicate ‘red’.” Usa-se, em FDG, ‘adscrição’ para o ato do falante e ‘predicação’ para a instanciação lingüística de adscrição (Hengeveld, 2004a).

¹² Outros subtipos são Foco Novo, para seleção de informação nova; Foco Enfático, para enfatizar um determinado subato; e Foco Contrastivo, para mostrar diferenças e semelhanças particulares entre dois ou mais conteúdos comunicados C (Hengeveld & Mackenzie, 2006; Dik, 1997b; Mackenzie & Keizer, 1991).

Os marcos ilocucionários, os lexemas e os operadores primários constituem os elementos “prontos” desse nível e são fornecidos pelo Fundo. Desta forma, as representações abstratas da F(D)G procuram representar as unidades lingüísticas tanto em termos de sua função ideacional (ou interpessoal) quanto referencial (Hengeveld, 1989 e 1992a e b). As do nível interpessoal caracterizam-se pela função ideacional, enquanto as dos níveis seguintes já expressam conteúdo, sendo, portanto, referenciais. De qualquer forma, determinam a codificação no nível morfossintático (NM).

2.4 O nível representacional (NR)

Se as funções pragmáticas atuam no NI por meio da operação ‘formulação’, as funções semânticas entram nela no nível representacional (ou semântico), como representações das estruturas subjacentes. O nível representacional NR caracteriza-se pelos aspectos formais de unidades lingüísticas que refletem seu papel de estabelecer uma relação com o mundo real ou imaginário descrito (Hengeveld & Mackenzie, 2006). Isso significa, então, que é no NR que os lexemas são introduzidos, já com seus marcos característicos e com a categoria lexical, como representantes das categorias semânticas. O nível representacional representa o conteúdo semântico básico de entidades por designação, elaborando o estatuto ontológico de uma unidade lingüística pelo seu valor semântico. É uma instância fundamental para uma teoria semântica-funcionalista como a F(D)G, já que é no NR que as categorias representacionais, ou tipos de entidades, são expressas em forma lingüística por lexemas e as funções semânticas se aplicam. Depende de cada língua e de sua tipologia, se e como as entidades são codificadas e articuladas pelas regras de mapeamento, ou regras de expressão da FG.

Os tipos de entidades são categorias representacionais, portanto, um tipo de primitivos conceituais. São determinados pela análise funcional do nível interpessoal (NI), podem ser de diferentes ordens e estão subordinados aos atos de adscrição (T) e referência (R). Dessa distinção decorre a representação hierárquica abstrata do nível semântico por meio das variáveis – ep, p, e, x, f, t, l – a qual se faz, na forma mais simples, no Quadro III a seguir. De acordo com as camadas no interior das expressões lingüísticas, um conteúdo proposicional p corresponde a um enunciado, um estado de coisas e a uma oração, um indivíduo/objeto x a uma palavra ou um sintagma, enquanto uma propriedade f, local l e tempo t – todos no mesmo

nível hierárquico – podem-se aplicar a diversas camadas. Os episódios ep são exemplos de unidades para unidades lingüísticas maiores do que um enunciado. Outros tipos de entidades para designar unidades maiores ou menores não estão excluídos.

QUADRO III: O NÍVEL REPRESENTACIONAL

$$(ep_i: [(p_i: [(e_i: [(f_i) (t_i) (l_i) (x_i)] (e_i))] (p_i))] (ep_i))$$

- f = propriedade/relações, Ent-zero;
- l = local
- t = tempo
- x = indivíduo/objeto (IndObj), Ent-1: pode ser localizado no espaço e ser avaliado em termos de sua existência;
- e = estado de coisas (EstC), Ent-2: pode ser localizado no espaço e no tempo e ser avaliado em termos de sua realidade;
- p = conteúdo proposicional (CProp), Ent-3: é um constructo exclusivamente mental e não pode ser localizado nem no espaço, nem no tempo; é avaliado em termos de seu valor de verdade;
- ep = episódio: uma unidade semântica formada por um conjunto de proposições.

A representação do Quadro III indica também as relações hierárquicas: episódios constituem-se de (uma ou mais) proposições, estas por EstC, e estes, por sua vez, podem conter os tipos de entidade Propriedade(s), Local, Tempo, entre outros, sendo todos hierarquicamente do mesmo nível. Por outro lado, são as Propriedades (f) os tipos mais versáteis. Com a função de modificador, podem designar propriedades em todos os níveis, assim como, no âmbito da predicação (oração), podem coocorrer com os outros do mesmo nível (l e t). Isso faz com que a função de modificador mereça um estudo detalhado, considerando as diversas unidades lingüísticas que podem ser qualificadas.

No NR, aplicam-se também as funções semânticas, os marcos semânticos e os lexemas. As funções semânticas, já mencionadas em 2.1, são condicionadas pelos primitivos atuantes nesses níveis (Dik, 1997a). As diversas configurações, elaboradas em conjunto com as pragmáticas, levam a determinados marcos semânticos, que dependem de cada língua. O lugar de inserção dos lexemas e do material lexical ocorre igualmente nesse nível, o que sugere não só o acesso direto ao Fundo Lexical, mas também ao componente contextual, no qual as categorias semânticas, ou tipos de entidades, possuem sua representação mental. Com isso, passa-se à descrição mais detalhada dos marcos e da formação dos termos em 2.4.1, à

discussão dos conceitos de lexema, classes de palavras e ordens de entidades (2.4.2) e às considerações sobre os operadores na formação dos predicados (2.4.3), tendo em vista seu papel e sua relevância para a presente pesquisa.

2.4.1 Marcos e formação de termos

Os elementos constitutivos do modelo gramatical são, em todos os níveis, elementos primitivos, operadores, regras de mapeamento e funções. A presença desses elementos tem como objetivo garantir a funcionalidade e a adequação em cada nível de atuação. Há marcos de ilocução, marcos pragmáticos e marcos de predicação. Os marcos de ilocução (por exemplo, DECL - declarativo, INTERROG - interrogativo, EXCL - exclamativo) parecem ser gerais para a linguagem e apenas distinguem-se em termos de codificação nas línguas, isto é, nos seus esquemas. Quando aplicados, são fixos e ‘predispõem’ a expressão lingüística para aplicação das regras de expressão dos níveis mais baixos. Também os marcos pragmáticos estão baseados em configurações gerais de distribuição de Tópico e Foco. Contêm, no seu interior, marcos de predicação, por exemplo o marco de uma oração, de um constituinte ou de um determinado lexema. Os marcos contêm lugares (*slots*) para serem preenchidos por itens lexicais (lexemas), sejam estes simples ou complexos e, do mesmo modo, possuem disposições para serem ajustadas por operadores, regras de mapeamento e funções. Os elementos primitivos, por exemplo, os lexemas, e as regras de mapeamento, em forma de marcos e esquemas, são parte do Fundo, enquanto operadores e funções se aplicam por meio da codificação. Para melhor ilustração, o Quadro IV apresenta a estrutura geral de camadas no interior de cada nível, com estratégias gramaticais e lexicais de modificação e atualização (Hengeveld & Mackenzie, 2006).

QUADRO IV: ESTRUTURA GERAL DE CAMADAS

$$(\pi \alpha_i: [\text{núcleo (complexo)}] (\alpha_i): \sigma (\alpha_i))_\varphi$$

- π = operador: é uma estratégia gramatical não-relacional, expressa, por exemplo, por categorias gramaticais;
- α = variável geral da camada: está para os diversos tipos de entidades, por exemplo, x, e, p, mas também f;
- σ = modificador: é uma estratégia lexical, por exemplo, por ADJ e ADV, ou por locuções;

φ = função: é uma estratégia gramatical relacional, abstrata, por exemplo, as funções pragmáticas, semânticas, sintáticas, mas também as funções interpessoais de adscrição e referenciação e as de núcleo e modificador.

Com essa estrutura geral e as especificações dadas ainda gerais e não-ordenadas, é possível representar as categorias semânticas que se atualizam em expressões lingüísticas. A base semântica da F(D)G é plenamente justificada pelo fato de que tanto os núcleos, em forma de lexemas, quanto a predicação, que envolve operadores e entidades, contribuem para o valor semântico da expressão lingüística. O Quadro V exemplifica uma representação semântica (simplificada) de uma oração com as posições de núcleo e modificação preenchida por lexemas.

QUADRO V: EXEMPLO DE REPRESENTAÇÃO SEMÂNTICA

‘As exportações brasileiras cresceram consideravelmente.’

$$(\pi f_i: \text{CRESCER}_V (f_i): (f_j: \text{CONSIDERÁVEL}_{\text{ADV}} (f_j)) (f_i)) (\omega x_i: (f_k: \text{EXPORTAÇÃO}_N(f_k)) (x_i): (f_l: \text{BRASILEIRA}_{\text{ADJ}} (f_l)) (x_i))_{\text{Ag}}$$

- ω = operador de sintagma, por exemplo, de Definitude e de SG-PL, está para o artigo ‘as’;
- π = operador de predicação, por exemplo, para expressão de Tempo, Aspecto e Modo, está para as categorias gramaticais que se aplicam no V;
- i, j, k, l = co-indexação para a aplicação da variável f ; são subscritos;
- Ag = função semântica Agente
- $V, \text{ADV}, N, \text{ADJ}$ = as categorias lexicais como parte dos lexemas, subscritos.

A representação inclui os lexemas CRESCER, CONSIDERÁVEL, EXPORTAÇÃO, BRASILEIRA, convencionizados na representação e marcados com a categoria lexical.¹³ Onde há regras produtivas, como a formação em ‘-mente’, que se origina na função de modificador de um núcleo verbal ou não-nominal, ou a concordância no sintagma nominal, devido à

¹³ Entre as convenções também está a representação dos lexemas em caixa alta tamanho 10, como ‘quase-primitivos’, quando são inseridos no NR. De fato, a desinência de concordância no ADJ indica uma palavra-ocorrência no português. No entanto, não se tomou uma posição rígida a respeito, já que o isolamento da base (por exemplo, ‘brasileiro-’) trunca o lexema e dificulta a compreensão. No inglês, não há esse problema. A mudança categorial no ADV CONSIDERAVELMENTE possibilita a clara distinção entre as formas de ADJ e ADV.

função de modificador do ADJ de um núcleo nominal, são os operadores que se encarregam da codificação de categorias gramaticais e de funções, de acordo com seus escopos.

Assume-se, na FDG, que os lexemas ocorrem, no Fundo, separados dos marcos de predicação ou marcos representacionais (acepções ou *meaning definitions*) e que os subatos de adscrição ou referenciação determinam a seleção dos elementos primitivos adequados para serem aplicados, isto é, determinam a seleção dos lexemas na expressão lingüística. No Fundo encontram-se, portanto, os lexemas, por exemplo, CRESCER, CONSIDERÁVEL, EXPORTAÇÃO, BRASILEIRA, que assumem sua forma final, como palavra-ocorrência, após a aplicação de marcos, operadores e funções. Desta forma, os marcos, são selecionados simultaneamente com os lexemas e elaborados e preenchidos progressivamente até sua atualização lingüística completa no componente de saída, conforme o sistema da língua. A aplicação de marcos representacionais visa a reduzir o ‘trabalho’ das regras de formação e restituir ao léxico sua função de fornecedor de elementos prontos para serem usados na expressão lingüística. Portanto, o postulado de marcos prontos, tanto de ilocução quanto representacionais, está bem adequado ao modelo dinâmico da FDG e aumenta sua adequação tipológica, pragmática e psicológica. Em relação à atuação das funções, deve ser feita referência a Hengeveld (2004b), que afirma que as funções fazem parte, em todos os níveis, dos marcos. Nos marcos pragmáticos já estão incluídas as funções pragmáticas, nos marcos semânticos, as funções semânticas etc. Quanto ao comportamento funcional como lexema, remete-se à próxima seção.

Os elementos pré-formados (marcos e esquemas) e a ordem hierárquica de aplicação das regras de mapeamento permitem não só a produção mais efetiva, mas também esclarecem alguns fenômenos intrigantes da interação verbal e da tipologia da(s) linguagem(ns). Além das perspectivas para um estudo funcionalista de texto, o postulado do marco representacional, e dos marcos em geral, também permite um tratamento apropriado do fenômeno de variação intralingüística. Possibilita a abordagem adequada das diferenças lexicais e formais em função de fatores situacionais, de registro, de especialização, de fatores regionais, históricos, entre outros (Faulstich, 2002), sem precisar insistir em processos cognitivos demorados e processos lingüísticos completamente diferentes para cada forma variante. Como os marcos são abstratos e só se atualizam com a inserção de lexemas e a aplicação de operadores, a variação se dá espontaneamente na atualização, uma vez que o complexo processo de elaboração de uma expressão lingüística se apóia em um conjunto de

fatores de influência. Ora são os lexemas inseridos nos marcos, ora são determinados operadores ou combinações de operadores e esquemas que explicam as formas variantes. Com isso, remete-se à discussão de esquemas morfossintáticos e operadores na próxima seção.

2.4.2 Os lexemas e outros primitivos

Desenvolve-se, aqui, a análise do lexema, ou – na terminologia da FG – predicado, como um primitivo fornecido pelo Fundo Lexical e atualizado pelas regras de mapeamento. A característica maior dos lexemas é a de conter significação. Isso ajuda a compreendê-los como algo diferente de uma palavra, a qual, por sinal, tem sido de definição difícil. A F(D)G vê o lexema antes na sua funcionalidade que na sua discrepância ou congruência com unidades formais e ressalta seu valor semântico, separando-os dos morfemas gramaticais livres (3.5.2). Em todos os casos, os lexemas formam a base lexical, nas quais as regras de mapeamento se aplicam, seja em forma de morfemas presos, no âmbito da palavra, ou de morfemas livres, no âmbito do sintagma. A importância dada à semântica condiz com o papel fundamental do lexema na F(D)G, já que constitui a expressão da significação a partir de uma entidade conceitual, não-lingüística. Mas, tanto quanto o conteúdo semântico presente pela denotação, interessam os valores atribuídos pelo seu papel no interior da engrenagem complexa de uma expressão lingüística.

Os lexemas estão estreitamente ligados aos marcos e vinculam-se a eles por meio de regras de ligação para realizar sua atualização lingüística. Isso fez García Velasco & Hengeveld (2002) postular a existência de marcos de predicação, pois os lexemas estão integrados às construções e estruturas maiores, que contribuem para o conteúdo semântico, além de serem co-responsáveis pela sua forma. Já a FG (Dik, 1997a) fala dos marcos de predicado, selecionados pelos lexemas no ato de predicação, e que se compõem de forma, tipo categorial, informações sobre valência, funções semânticas e restrições de seleção do predicado em questão. Também para o autor, marcos têm formas básicas e constroem-se por regras de formação de predicados em cada ato, entre outros na formação de termos e predicados complexos (Alves, 2002). É, no entanto, a FDG que reforça o estatuto independente dos marcos e esquemas autônomos ao lado dos lexemas no Fundo Lexical. Um dos problemas surge em relação a formas flexionais e derivadas, bem como convencionais e fraseológicas, já que na FG os marcos são constituídos em cada ato predicativo, enquanto há

evidentemente diferentes acepções e variantes ‘prontas’ no Fundo, para serem usadas imediatamente. A aplicação de marcos representacionais no ato lingüístico visa reduzir o ‘trabalho’ das regras de formação e restituir ao léxico sua função de fornecedor de elementos prontos para serem usados na expressão lingüística (Vossen, 1995; Bakker, 2001).

Assim, a FDG amplia o alcance do léxico e o faz integrar o componente gramatical em diversos níveis. Na expressão lingüística, os lexemas se aplicam a marcos adequados e estes, por sua vez, recorrem às possibilidades da língua específica para selecionar os esquemas morfossintáticos apropriados para atualizar unidades lingüísticas que melhor cumprem o objetivo de comunicação e expressão. A aplicação de todos os fatores de formulação e codificação leva à expressão no componente de saída e também afeta o léxico individualmente, formando palavras-ocorrência. Assim, os lexemas assumem seu lugar na construção de uma expressão lingüística desde os níveis lingüísticos mais altos, embora se materializem nos dois níveis mais baixos, isto é, no nível estrutural e no fonológico.

O Quadro VI mostra i) os primitivos que integram o Fundo, ii) sua localização no Fundo; e iii) a incidência que vai do NI para os níveis NR, NM e para o fonológico.

QUADRO VI: O FUNDO LEXICAL NA FDG

Nível	Unidades básicas no Fundo
Interpessoal	Marcos ilocucionários LEXEMAS Operadores primários
Representacional	Marcos representacionais LEXEMAS Operadores primários
Estrutural	Esquemas morfossintáticos Morfemas gramaticais livres (auxiliares, partículas: artigos, preposições, pronomes) Operadores secundários morfológicos
Fonológico	Padrões prosódicos, sons Morfemas gramaticais presos Operadores secundários fonológicos

Quando visto segundo sua função, o lexema pode expressar funções pragmáticas em uma única palavra (“Socorro!”) e pode expressar funções semânticas e sintáticas, quando inserido como núcleo, e, como termo, numa construção sintagmática. É essa funcionalidade que o faz assumir, por categorização, os rótulos de classes de palavras ou partes do discurso,

tais como V, N, ADJ etc., ou exige sua mudança categorial. De qualquer forma, importa saber que estas se constituem por regras morfossintáticas nos níveis estruturais e fonológicos e, com isso, passam pelo processo de codificação.

2.4.3 Os operadores na formação de predicados

Operadores são meios gramaticais, abstratos, para expressar categorias aplicáveis em determinados níveis e opõem-se, na FG, aos meios lexicais para a expressão dessas mesmas categorias ou ‘satélites’. Na FDG, fala-se em ‘modificadores’ como funções responsáveis para os meios lexicais e gramaticais de modificação. As regras de expressão e de mapeamento trabalham tanto com meios lexicais quanto com meios gramaticais e sua exata distinção nem sempre é completamente visível. Assim, a perspectiva funcionalista atribui importância maior aos operadores abstratos, já que estes estão na base das realizações lingüísticas concretas, tanto das lexicais quanto das gramaticais. Os operadores, então, caracterizam noções inteiras, responsáveis por processar operações gramaticais nos lexemas por meio das regras de expressão. Essas noções podem ser expressas por meio de morfemas presos, por morfemas livres, portanto de forma lexical, por meio de recursos sintáticos ou fonológicos, ou podem nem estar marcadas.

Em termos de funcionalidade, faz-se a distinção não mais entre meios gramaticais e meios lexicais, mas, sim, entre a função exercida por operadores e por modificadores. As duas funções fazem parte dos marcos e ocupam ‘lugares’ nos sintagmas (*slots*), se a língua em questão oferecer essa possibilidade. Com o ‘material lingüístico’ disponível na língua, eles operam os ajustes necessários para cada nível, fato que confirma a inter-relação contínua entre os primitivos, em dependência do nível. Do mesmo modo, confirma que a distinção entre meios gramaticais e meios lexicais para expressar as noções é feita conforme as características lingüísticas (estruturais) de cada língua, também em termos de recursos mais sintéticos ou mais analíticas.

Quanto a classificações de operadores, há diversas: i) pelo campo de aplicação; ii) pela dinamicidade do componente gramatical; e iii) pela camada de aplicação. A primeira (i) diz respeito ao campo de aplicação: operadores π aplicam-se no Sintagma Predicativo (SPred) e operadores ω , no Sintagma Referencial (SRef). Uma segunda classificação (ii) relaciona-se à

dinamicidade do componente gramatical e distingue entre operadores primários e secundários. A terceira (iii) entrelaça-se com as outras, referindo-se à camada de aplicação. Apóia-se muito na tipologia de operadores elaborada pela FG tradicional, porém acrescenta, na FDG, aqueles operadores que se fazem necessários devido à ampliação e remodelação do modelo de gramática no NI e às observações feitas em estudos interlingüísticos.

Operadores primários são definidos em termos do seu conteúdo pragmático e semântico e referem-se a noções, enquanto os operadores secundários são morfológicos e antecipam expressões gramaticais presas (Hengeveld, 2005b). Os operadores primários aplicam-se no nível interpessoal. Relacionam-se a estratégias ilocucionárias e discursivas e estão ligados às variáveis do nível interpessoal, por exemplo, para mitigação, para estratégias narrativas e textuais, para expressão de valores modais. Também são importantes, para o presente trabalho, os operadores subordinados às variáveis T (ato de adscrição) e R (ato referencial), principalmente na sua expressão como operadores secundários, desde que possam levar a mudanças categoriais. Um exemplo de operadores para R são os que indicam definitude e especificidade, uma vez que provêm do NI e identificam e especificam referentes R nos constituintes.

No nível representacional, há operadores π de proposição p, para fonte proposicional e relacionados ao compromisso da autenticidade; de predicação e, relacionados ao estado de coisas, como tempo, frequência e atualidade; de predicado x, por exemplo, negação, número, algumas distinções aspectuais; e operadores internos ao predicado, tais como aspecto fasal, com a variável f, por exemplo, definitude e especificidade. São os responsáveis pela codificação e abrangem grande parte das categorias gramaticais, passíveis de serem marcadas morfológicamente nas línguas mais familiares. De fato, é conhecida sua realização morfossintática e é essa percepção que está na base da distinção entre operadores primários e secundários. Os operadores primários são abstratos, enquanto secundários são responsáveis pela atualização morfossintática e fonológica. Evidenciou-se, então, que os operadores secundários dependem em alto grau da língua e do seu tipo morfológico (Hengeveld, 2005b). A isso também está relacionado o fato de que apenas os operadores primários que possuem uma expressão concreta são especificados e atualizados por operadores secundários, desde que a língua em questão disponha de meios de expressão para tal.

2.5 O nível estrutural ou morfossintático (NM)

Após a formulação segundo diretrizes dos níveis pragmáticos e semânticos, ou seja, segundo marcos, e já com o mapeamento encaminhado por regras e primitivos, o material lexical é submetido ao processamento no nível estrutural, com a aplicação de esquemas, isto é, de ‘traduções’ ordenadas dos marcos. A diferença fundamental entre formulação e codificação é que a primeira se refere às regras que determinam a representação pragmática e semântica subjacente de uma língua, enquanto a segunda diz respeito às regras que convertem as representações abstratas em representações morfossintáticas e fonológicas (Hengeveld, 2005b). Assim como os níveis mais altos, o nível estrutural desdobra-se em unidades de organização, em parte paralelas aos níveis abstratos e em parte específicas, visando a efetuar a codificação morfossintática. É preciso reiterar que os marcos de ilocução e de predicação preenchidos por lexemas se atualizam para esquemas morfossintáticos (*templates*), servindo-se dos primitivos disponíveis para o nível estrutural. Como este se subdivide em nível morfossintático e nível fonológico e o último se aplica menos a dados escritos, usa-se, neste trabalho, principalmente ‘nível morfossintático’ (abreviado NM).

A codificação, na verdade, nem sempre se completa nesse nível, se bem que são dadas as instruções básicas para a articulação final, a começar pelos esquemas. As regras sintagmáticas, por exemplo, aquelas em relação à estruturação dos sintagmas predicativos e referenciais, assim como a especificação da distribuição de núcleo e modificador desses sintagmas, são direcionadas pelas funções interpessoais (subato referencial R), mas cabe ao NM para que os esquemas apropriados sejam implantados. Isso inclui, entre outros, a aplicação das funções sintáticas Sujeito e Objeto, as únicas que a F(D)G admite, que se dá segundo diretrizes abstratas e se completa pelos operadores secundários nas adaptações que a língua exige. Os últimos ajustes ficam por conta de eventuais dependências entre morfologia, sintaxe e fonologia. Estes exigem operadores que traduzem a tipologia morfológica para a codificação. Quanto mais ‘rica’ e morfológicamente opaca uma língua – por exemplo, línguas fusionais – tanto mais envolvidos são os primitivos de todos os níveis (Hengeveld, 2005b). Isso será exemplificado com dados do português nas próximas seções, a começar com os esquemas morfossintáticos.

2.5.1 Os esquemas morfossintáticos

Uma expressão se inicia, então, com a seleção de marcos e a inserção simultânea de lexemas. Esses marcos são semânticos, mas já trazem todas as informações que se referem ao lexema relacionado: especificações semânticas básicas, configuração de funções semânticas, número de posições para serem preenchidos por termos (valência), instruções categoriais, operadores primários para indicar as relações gramaticais envolvidas etc. (Quadro VI). É no NM que os marcos são atualizados por esquemas morfossintáticos. Ao contrário dos marcos, os esquemas contêm seus constituintes já ordenados segundo as regras de ordem da língua, já que as funções sintáticas Sujeito e Objeto e as funções Núcleo e Modificador são instanciadas na expressão lingüística. É por isso que a linearização dos constituintes se inicia no nível estrutural, com a distribuição dos argumentos, como, por exemplo, de acordo com a função de Sujeito e Objeto. Outras funções sintáticas são, para a FDG, aquelas relacionadas a Núcleo e Modificador. Envolvem, igualmente, questões de ordenamento e dependência e ocorrem, por essa razão, no nível estrutural com a aplicação de esquemas. Do mesmo modo, os esquemas fixam a passagem de lexema para palavra-ocorrência, principalmente nas UL derivadas.

Essas questões se apóiam, não obstante a complexidade e especificidade das línguas, em representações básicas que ajudam a compreender a caracterização detalhada dos esquemas e morfemas típicos desse nível. O Quadro VII é um exemplo de uma fórmula possível do nível estrutural da sentença tratada no nível representacional (Quadro III). Inclui as funções núcleo e modificador e a instanciação das categorias semânticas de base.

QUADRO VII: O NÍVEL ESTRUTURAL DO PORTUGUÊS – ORAÇÃO

‘As exportações brasileiras cresceram consideravelmente.’

[[[lexema _N] _{SRef} [lexema _{Adj}] _{SMod}] [lexema _V [lexema _{Adv}] _{SMod}] _{SPred}] _{Oração}]
--

SMod = Sintagma modificador

SRef = Sintagma referencial, ou SN; para núcleo

A fórmula representa uma oração com um predicado verbal monoargumental, modificado por um advérbio que forma um SPred. O único SRef, já que o lexema de base está inserido em um marco de predicação monoargumental, é modificado por um ADJ. Assim, aplica-se, para a modificação do SRef, o primeiro esquema morfossintático do Quadro VIII e

o segundo para a modificação de um SPred, assim como o terceiro para um SAdj, todos com o esquema de modificação. Nota-se que a diferença em relação à representação semântica está apenas na ordem. Observa-se o paralelismo entre a modificação de SRef e SPred, embora, no SRef haja concordância.

QUADRO VIII: ESQUEMAS MORFOSSINTÁTICOS PARA SREF, SPRED E SAdj:

1. SRef	[[[lexema _N] _{SRef} [lexema _{Adj}]] _{SMod}]
2. SPred	[[[lexema _V [lexema _{Adv}] _{SMod}] _{SPred}]
3. SAdj	[[[lexema _{Adv}] _{SMod} [lexema _{Adj}]] _{SRef}]

Os paralelismos entre os tipos de sintagma e seus esquemas abrem perspectivas interessantes em relação às formas recategorizadas, por exemplo, as verbo-nominais, mas também para ocorrências de variação da ordem do ADJ no constituinte, principalmente porque a ordem é condicionada por variáveis dos níveis de maior escopo e se baseia em esquemas variantes. Esse assunto será a base da discussão nos capítulos de análise. Na próxima seção, abordar-se-á a questão dos morfemas gramaticais livres e dos morfemas presos.

2.5.2 Auxiliares e morfemas presos

Sabe-se que a atualização lingüística de determinadas categorias gramaticais do português ocorre tanto por operadores (abstratos) como por morfemas presos (meios morfossintáticos) e por morfemas livres (meios analíticos ou perifrásticos), entre outros, os auxiliares. Quanto aos aportes semânticos, deve ser acrescentado que há um leque de possibilidades expressivas entre auxiliares mais gerais: o verbo de ligação ‘ser’ na predicação não-verbal, (exemplo 2a), ‘ser’ e ‘ter’ nos tempos compostos (2b), ‘ir’ na expressão do futuro (2c), e outros um pouco mais lexicais: ‘estar’ em oposição a ‘ser’ (2d), os verbos suporte ‘dar’ (2e) e ‘ter’ (2f). Em outros casos, como na expressão de modalidade deôntica com ‘dever’ (2g), já há acréscimos semânticos claros, algo que se poderia também afirmar em 2e e 2f. O conjunto em 2c representa variantes possíveis do português, embora também seja determinada por variáveis de uso. Os auxiliares integrantes do sintagma verbal de (2) carregam as marcas categoriais de verbo (no predicado verbal) e se combinam com formas mais nominais do

predicado. O dado em 2h representa um morfema preso (‘-ção’) em possível alternância com uma variante analítica (‘ação de...’).

- (2)
- a. João é professor.
 - b. A casa foi reformada. Tem chovido muito nos últimos dias.
 - c. Vou buscar os amigos. Buscarei os amigos.
 - d. O jantar está bom. Comer é bom.
 - e. Deu um pulo de alegria.
 - f. A empresa não teve lucro. A empresa não lucrou.
 - g. Deveria ter dito isso logo.
 - h. A revisão do texto já acabou. A ação de revisar o texto já acabou.

Voltando à análise teórica, confirma-se a localização dos morfemas gramaticais livres entre os primitivos do nível estrutural. Os morfemas gramaticais livres são selecionados por regras morfossintáticas e, no nível estrutural, fazem parte de esquemas morfossintáticos disponíveis no Fundo e ocupam determinadas posições na configuração sintática, ao contrário dos morfemas presos. Apesar de certas restrições de ordem, observa-se que os morfemas livres se adaptam a algumas reestruturações sentenciais. Isso se opõe aos morfemas presos que fazem parte de uma palavra. Observa-se ainda que, em termos de ordem, há diminuição de flexibilidade do nível sentencial para o sintagmático e fixidez no nível da palavra, por exemplo, ‘revisão do texto’ em comparação com ‘ação de revisar o texto’.

Além dos esquemas verbais citados, há os esquemas que se aplicam para morfemas gramaticais livres nos contextos nominais. Nesse contexto, fala-se frequentemente em partículas ou, funcionalmente, em relatores. Estão incluídas as adposições, isto é, as preposições do português, tanto como marcadores de funções semânticas (Direção em 3a e Locativo em 3b), como para expressão de Caso (3c), de agente da passiva (3d) ou na regência verbal e nominal (3e e 3f). A forma ‘de’ do português, uma partícula versátil, ocorre nas estruturas de posse (3g) e na composição (3h), de acordo com Alves (2004). Também artigos são partículas (3a etc.). Da mesma forma, os pronomes (3c), que asseguram as relações anafóricas no texto, são considerados partículas.

- (3)
- a. Fui ao mercado. (‘a’)
 - b. Moro na capital. (‘em’)
 - c. O que disse a ele? (‘a’)
 - d. O romance foi escrito por Jorge Amado. (‘por’)
 - e. Não pensei mais no caso. (‘em’)
 - f. ter orgulho dos filhos (‘de’)
 - g. a casa de João (‘de’)

h. casa de alvenaria; viagem de férias ('de')

A questão é de grande interesse devido à variação interlingüística relacionada à tipologia morfológica (Hengeveld, 2005 b). Mostra que o mapeamento formal entre funções pragmáticas e semânticas e sua expressão morfossintática não apresenta necessariamente isomorfismo e que os aparentes 'descompassos' encontram melhor explicação se tomarmos a perspectiva funcionalista como ponto de partida. Essa perspectiva aponta para duas tendências diferentes nas línguas, ou até numa mesma língua: i) uma determinada categoria gramatical pode ser expressa por um morfema livre atrelado a um predicado na formação de um sintagma, ou ii) a categoria gramatical aparece como morfema preso a um lexema ('radical') – o que reforça a importância dos esquemas. O primeiro recurso caracteriza línguas e estratégias lingüísticas mais analíticas e o segundo, as mais sintéticas.

Consideremos, então, o procedimento para expressar categorias gramaticais e funções que usa um morfema preso para marcá-las diretamente nos lexemas, e está disponível para o português. Expressam noções variadas e estão, em parte, lexicalizadas. Comprova-se, no entanto, que a língua portuguesa permite, nos itens lexicais mais eruditos, algumas formas sintéticas de categorias que, tradicionalmente, não são consideradas tipicamente gramaticais, apesar de serem regulares e produtivas. São elas: a iteratividade, em 4a, noção expressa no nível de predicação; um aspecto de quantificação de evento em 4b; noções de polaridade de evento e de negação de adjetivo e substantivo em 4c; expressão de relações aspectuais e temporais em 4d; a marcação da função semântica Companhia com a preposição que a expressa em 4e; reflexos de localização ou (possível) avaliação em 4f; e noções semânticas de 'aumentativo' e 'diminuição' (4g). Além disso, remete-se ao morfema nominalizador em (2h) e outros sufixos derivacionais e categoriais a serem discutidos no capítulo 4.

- (4) a. reajustar
- b. semi-pronto
- c. desacelerar, inexistente, não-pagamento
- d. pré-pago, recém-inaugurado
- e. co-geração
- f. subvalorizar
- g. mega-inflação, super-oferta, microempresa

Lembramos que uma abordagem funcionalista é capaz de reinterpretar não só fenômenos morfológicos, mas também dar novas atribuições aos elementos básicos destes. Desse modo, distinguem-se os morfemas presos dos livres no domínio de classificação, quer

dizer, os morfemas presos estão no domínio da morfologia, os morfemas livres estão fora do domínio desta. Em termos de competência de nível no processamento lingüístico, os morfemas livres são introduzidos no nível estrutural e os presos são de competência do nível fonológico. De qualquer forma, são elementos indispensáveis para marcar as categorias gramaticais nos itens lexicais e, conforme discussão nos capítulos 3 e 4, também classes de palavras e categorias semânticas.

2.6 Integração dos níveis e implementação

Interessa, em primeiro lugar, como se dá a integração dos diversos níveis nas expressões lingüísticas. Mas antes, é mencionado o nível fonológico, como parte do nível estrutural, embora, devido ao tipo de dados, escritos e não falados, não seja considerado neste trabalho.

2.6.1 O nível fonológico na integração

Nesse último nível antes da articulação fonética no componente de saída (Figura II), as representações do nível pragmático, semântico e estrutural são traduzidas para representações fonológicas. As regras dessa expressão se apóiam em um conjunto de primitivos que contém sons, padrões prosódicos, morfemas presos e operadores secundários fonológicos. Os primitivos ‘alimentam’ a operação de articulação, a qual contém as regras fonológicas necessárias para chegar a um enunciado fonético adequado. A forma final – e linearizada – é passível de ser selecionada pelos operadores no nível fonológico, se houver necessidade de este estar incluído na estrutura subjacente. Os padrões prosódicos organizam a informação morfofonológica proveniente dos níveis mais altos e os morfemas presos a atualizam na expressão lingüística para ser articulada no componente de saída. Os morfemas presos são efetivamente introduzidos no nível fonológico, já que em algumas línguas eles podem depender da configuração sintática na qual ocorrem. Observa-se, também, que as regras podem condicionar morfemas fusionais, elipses e outros processos fonológicos na expressão lingüística a ser articulada e fazer com que os limites das palavras nem sempre sejam respeitados.

As diferentes funções são sensíveis aos operadores fonológicos em diversos graus, dependendo das línguas. Nota-se, em geral, que a entonação acompanha a marcação de funções de maior escopo, tais como as do nível de ilocução, por exemplo, a interrogação; funções pragmáticas, como o Foco, ou é coadjuvante de funções sintáticas. Já a articulação propriamente dita ocorre do lado de fora do componente gramatical, no de saída. Devido ao tipo de dados, os aspectos relacionados à fonologia não serão proeminentes na presente pesquisa. Importa, no entanto, a presença de um último nível que reúna primitivos, operadores e funções de forma integrada antes do pronunciamento do enunciado. Nesse sentido, a FDG oferece efetivamente as bases teóricas necessárias para descrever também esse nível de codificação e, assim, comprovar seu amplo alcance.

O mapeamento morfossintático é construído em bases funcionais que englobam os diversos componentes e níveis do modelo. Para comprovar a relevância da integração completa, Hengeveld & Mackenzie (2006) destacam três exemplos de generalizações e correspondências entre os conjuntos de primitivos e as regras de mapeamento presentes em todos os níveis, incluindo o nível fonológico:

- i) Regularidades na organização geral: para a formulação são usados os marcos; para a codificação morfossintática, os esquemas; e os padrões prosódicos para a codificação fonológica;
- ii) Presença de operadores em cada conjunto de primitivos: operadores primários para a formulação e operadores secundários para a codificação morfossintática e fonológica;
- iii) Existência de um subconjunto de unidades em forma fonêmica em cada conjunto de primitivos: os lexemas na formulação, os auxiliares na codificação morfossintática e os morfemas presos na codificação fonológica.

2.6.2 Marcos e esquemas no SRef da área de especialidade ‘economia’

A questão de marcos e esquemas é importante para os fins deste trabalho, uma vez que ambos formam construções e também atribuem valores semânticos à expressão lingüística. Principalmente o fato de se tratar de uma LEsp, e não da língua comum, requer a indicação dos tipos de distinções possíveis entre as duas. Como a análise dos dados pretende mostrar que o nível do sintagma tem papel fundamental, procura-se enfocá-lo mais explicitamente, já com suas particularidades na LEsp da economia. Desta forma, faz-se referência ao Quadro II

do nível interpessoal, ao Quadro III do nível representacional, ao Quadro IV da estrutura geral de camadas e, principalmente, ao Quadro VIII (exemplo 1) para o SRef do nível estrutural, com o fim de demonstrar possíveis relações e diferenças entre LEsp e língua comum.

O Quadro IX procura representar, no nível interpessoal, a unidade de discurso ‘movimento’ (M) com suas respectivas variáveis nos dados de uma LEsp em forma escrita, do tipo jornalístico. Foi adaptada a partir do Quadro II, com o acréscimo das variáveis F e AE, assim como com a omissão da variável (P₁)_S, já que o receptor do conteúdo é mais subentendido do que elemento ativo na situação comunicativa. Todas as variáveis de M são co-indexadas em _I. A partir desse nível, são enfatizados os pontos de relevância para tratar a expressão lexical no nível estrutural do sintagma.

QUADRO IX: O SREF NA LESP DA ECONOMIA NO NI

$$(M_I: [(A_I: [(F_I) (P_I)_S (C_I) (AE_I)] (A_I)] (M_I))$$

F = ocorrência de enunciação (ou de fala); inclui a função ilocucionária, por exemplo, ILL e especificações de estilo, como ‘formal-informal’, entre outros; F = {DECL, FORMAL}

AE = área de especialidade

A fórmula da Figura IX apresenta algumas diferenças básicas em relação ao Quadro II da seção 2.3, pois mostra o valor distintivo das variáveis F, P, C e AE. A ocorrência da enunciação F é relativamente fixa na expressão da LEsp da economia na escrita jornalística: é declarativa (DECL), de registro formal (FORMAL), fato que tem conseqüências na codificação como um todo (Inchaurrealde, 2004) e, igualmente, caracteriza o contexto particular da comunicação especializada. Também a variável AE será distintiva para representar a área na qual o movimento M é inserido, pois leva a estratégias que inserem e localizam a situação comunicativa e o conteúdo em determinado âmbito, no da macroárea de especialidade ‘economia’ com suas subáreas e áreas relacionadas.

Conforme a discussão do capítulo anterior, aplica-se, no Quadro IX, a variável AE não exclusivamente ao conteúdo C, com seus lexemas e expressões lingüísticas, mas a outras ocorrências discutidas nos capítulos de análise, que justificam o postulado de uma variável autônoma e não subordinada a C. Embora o participante Receptor (variável (P₂)_A) não participe ativamente da situação comunicativa e tenha sido omitido na representação no

Quadro IX, é subentendido que este e o Emissor (variável $(P_1)_A$) possuem conhecimentos compartilhados por serem especialistas da área em maior ou menor grau. Com isso, é possível postular uma situação de enunciação F característica para o discurso jornalístico escrito da LEsp da economia, por exemplo, por meio da variável $F_{LEsp/Jorn}$. Embora a questão não seja aprofundada aqui, vale ressaltar que a tipologia de P, C e AE são os fatores que caracterizam uma comunicação especializada, também aquela da economia.

Deve ser lembrado que o conteúdo comunicativo C é que veicula o conteúdo da informação. É constituído pelos subatos adscritivos (T) e referenciais (R). As expressões referenciais prototípicas são sintagmas. O Quadro X a seguir tenta ressaltar a expressão do subato R nos diversos níveis, com o objetivo de ilustrar um sintagma referencial (SRef) com modificador, como o exemplo ‘títulos pré-fixados’. O nível interpessoal traz um recorte do marco interpessoal referente a C, no qual R é contido. O nível representacional apresenta o segmento correspondente, um marco representacional, com núcleo em Ent-1 x (‘títulos’) e o modificador lexical em Ent-zero f (‘pré-fixados’). Já o nível morfossintático mostra um esquema morfossintático de núcleo em N e modificador em ADJ, com a ordem do português. Com isso, evidencia-se como um ato referencial R, por exemplo, em forma de sintagma nominal simples (SRef), é representado pela formulação e codificação até chegar à expressão ‘títulos pré-fixados’. A representação não inclui os operadores e modificadores do SRef.

QUADRO X: EXPRESSÃO REFERENCIAL NO NÍVEL DE SINTAGMA (SREF)

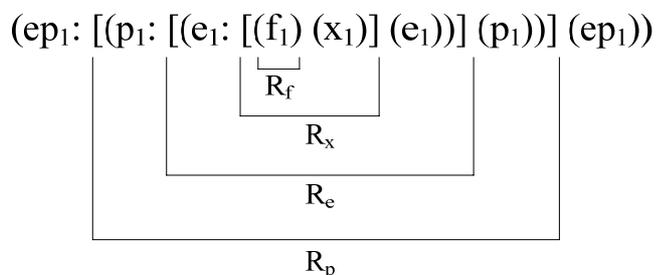
‘títulos pré-fixados’

NI:	... (C _I : [...(T _I) (R_I)...]) (C_I) ...
NR:	[(f _i) (x _i)]
NM:	[[[lexema _N] _{SRef} [lexema _{Adj}]] _{SMod}] ‘títulos pré-fixados’

O exemplo ‘títulos pré-fixados’ representa um SRef prototípico, com núcleo de Ent-1. No entanto, não são apenas sintagmas nominais que podem ser referenciais. Também componentes do sintagma, como um predicado que designa uma Propriedade f, podem referir, assim como estruturas oracionais que designam estados de coisas EstC e conteúdos proposicionais CProp (Keizer, 2004; Hengeveld, n.p.). Essa possibilidade é mostrada no marco do nível representacional no Quadro XI, com as categorias representacionais

‘propriedade’, ‘indivíduo/objeto’, ‘estado de coisas’ e ‘conteúdo proposicional’ e com os respectivos escopos e exemplos. O Quadro X completa o Quadro XI, no NR, bem como leva a esquemas morfossintáticos iguais ou semelhantes para os diversos atos referenciais R.

QUADRO XI: SUBTIPOS DE ATOS REFERENCIAIS R NO NÍVEL REPRESENTACIONAL



1. R_f = ‘pré-fixabilidade dos títulos’ (núcleo em f)
2. R_x = ‘títulos pré-fixados’ (núcleo em x)
3. R_e = ‘pré-fixação dos títulos’ (núcleo em e)
4. R_p = ‘o fato dos títulos serem pré-fixados’ (núcleo em p)

O Quadro XI comprova que um ato referencial R pode designar diversos tipos de entidades, embora R_x seja o mais próximo do protótipo (Hengeveld, n.p.; Rijkhoff, 2002). É também a prototipicidade que favorece a escolha do esquema morfossintático, seja em termos de categoria lexical dos seus componentes para núcleo (N) e para modificador (ADJ), seja em termos de ordenação. Explica-se, assim, a tendência de mudança categorial dos lexemas nucleares dos exemplos 1 a 3 do quadro anterior para N (‘nominalizações’) e dos lexemas modificadores para ADJs ou sintagmas modificadores em ‘de’. Uma exceção significativa é o exemplo 4, com o ato referencial em R_p, que é preferencialmente expresso por uma expressão analítica oracional. O tópico em relação a ‘recursos sintéticos *versus* recursos analíticos’ será exaustivamente discutido nos capítulos 4, 5 e 6.

De qualquer modo, confirma-se a estrutura geral do Quadro XII (repetição do Quadro IV), pelo qual os núcleos, embora preferencialmente da categoria lexical N, podem ser de categorias semânticas (tipos de entidades) variadas, e os operadores e modificadores possuem lugares específicos. Isso leva à hipótese de que as categorias lexicais, ou partes do discurso, tendem a se alinhar antes a funções interpessoais, por exemplo R, do que a categorias representacionais.

QUADRO XII: ESTRUTURA GERAL DE NÚCLEOS COMPLEXOS EM N

$$(\pi \alpha_i: [\text{núcleo (complexo)}_N] (\alpha_i): \sigma (\alpha_i))_\phi$$

π = operadores, para um SN definitude e especificidade
 α = funções
 σ = modificadores

Na verdade, instancia o R ‘os títulos pré-fixados’ um ato referencial complexo, no qual os componentes predicativos ‘títulos’ e ‘pré-fixados’ executam atos adscritivos, conforme a formalização do Quadro XIII (Hengeveld, n.p.). As variáveis ‘i’ e ‘d’ do nível interpessoal representam um ato R identificado e determinado. O operador correspondente no nível representacional, ‘m’, está para ‘plural’. A expressão de Número e Definitude no nível morfossintático, por sua vez, ocorre por meio do artigo ‘os’ (‘títulos pré-fixados’).

QUADRO XIII: ATO REFERENCIAL COMPLEXO E SUA EXPRESSÃO

(id R_I : (m x_i : [[os _{part}]	T_I (f_i : título _N (f_i)) [[[títulos _N] _{SRef}	T_J (f_j : pré-fixado _{Adj} (f_j)) [pré-fixados _{Adj}] _{SMod} NP1] NP2]	(R_J) (x_i) \emptyset	NI NR NM
---	--	--	------------------------------------	----------------

Do mesmo modo que há atos referenciais complexos com atos adscritivos, também estruturas oracionais com R e T são freqüentes, tal como o exemplo 4 do Quadro IX: ‘o fato dos títulos serem pré-fixados’. Nesse caso, o ato referencial R_p é caracterizado por R encaixados, os quais ocupam posições-chave nas construções. Esse tipo de expressão analítica será abordado nos capítulos 5 e 6.

2.6.3 A integração dos componentes conceitual e contextual na LEsp

Após as considerações sobre os componentes conceitual e contextual na seção 2.2, interessam a relação destes com o conhecimento lexical e lingüístico referente às LEsp no português e alguns aspectos da integração destes componentes no modelo de gramática. A questão é pertinente, já que foi o modelo de produção de fala de Levelt que inspirou a organização *topdown* e dinâmica da FDG (Levelt, *apud* Hengeveld, 2004a e b): a produção de fala vai da intenção para a articulação. Assim, muitos dos fatores ‘pragmáticos’, ‘contextuais’

e ‘interacionais’ – no seu sentido mais amplo – precisam ser acomodados, ou, pelo menos, situados em relação aos fatores lingüísticos. No modelo da FDG, esses aspectos influem na formulação, ou seja, atuam diretamente nos níveis interpessoais e representacionais, assim como afetam outras etapas da elaboração lingüística, indicadas por setas no modelo geral (Figura II).

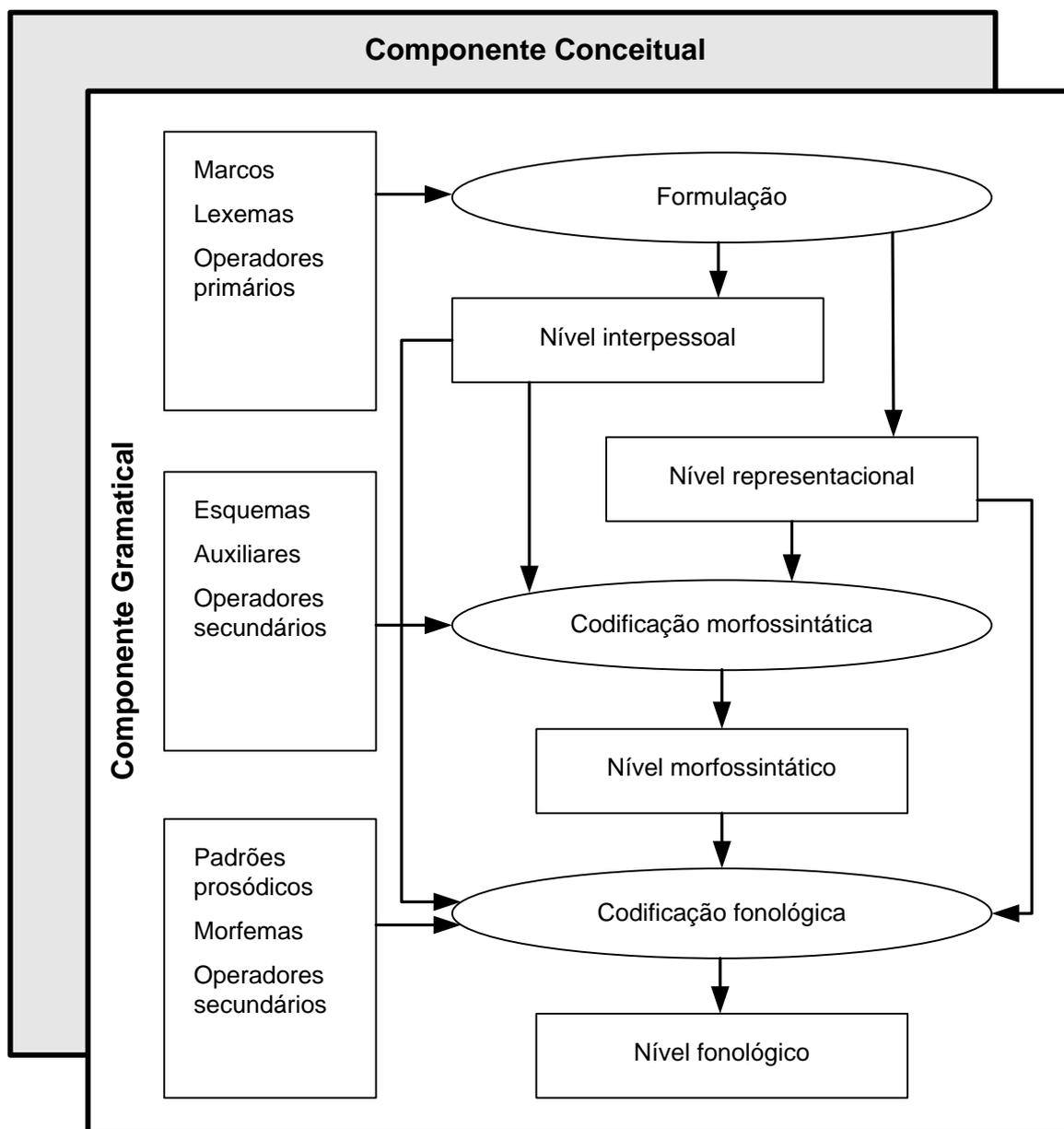
Vossen (1995) e Inchaurrealde (2004) elaboram melhor o componente conceitual do modelo de F(D)G. Para os autores, este componente engloba o conhecimento de longa duração (em inglês *long-term knowledge*, abreviado LTK) e o conhecimento enciclopédico. O primeiro abrange o conhecimento de língua. Além disso, o componente conceitual contém a memória episódica – que recupera episódios ou eventos particulares – e a memória semântica – que integra o conhecimento do mundo. Esses dois tipos são importantes para seleção e interpretação adequada do vocabulário e para as informações enciclopédicas em relação aos itens lexicais.

Desse modo, o conhecimento lexical – dos lexemas, dos marcos, das subcategorizações e das informações sobre uso em determinados contextos e situações – está inserido em um sistema cognitivo maior do que uma simples listagem do Fundo Lexical. Isso significa que há, a partir de entradas lexicais (ou lexemas), conexões com uma rede semântica inteira, incluindo determinadas configurações para usos e linguagens de especialidade. Esse fato relaciona os itens lexicais a categorias ontológicas e semânticas e comprova que as UTs não são necessariamente fixas, mas que se formam e se estruturam como outras unidades lingüísticas. E embora os ‘primitivos’ lexemas e marcos tenham entradas fixas no fundo, é o LTK do componente conceitual que atua como base interativa com os níveis interpessoais, representacionais e de expressão.

O conhecimento de longa duração (LTK) também abrange a chamada competência lingüística e comunicativa e sua realização. Com isso, a produção (e compreensão) lingüística baseia-se em um nível conceitual pré-lingüístico (intenções, atitudes, avaliações etc.) e na correspondente representação mental (ou referência). Compreende-se, então, que também o conhecimento de conceitos e entidades, e de diversos tipos de categorias, assim como de sua vinculação a lexemas e expressões lingüísticas esteja fortemente condicionado pelo componente conceitual. A imbricação do componente conceitual no uso lingüístico leva ao

postulado de um componente não apenas como propulsor da Formulação, mas com conexão com o componente gramatical inteiro, conforme ilustrado na Figura IV a seguir.

FIGURA IV: RELAÇÃO COMPONENTE CONCEITUAL – COMPONENTE GRAMATICAL

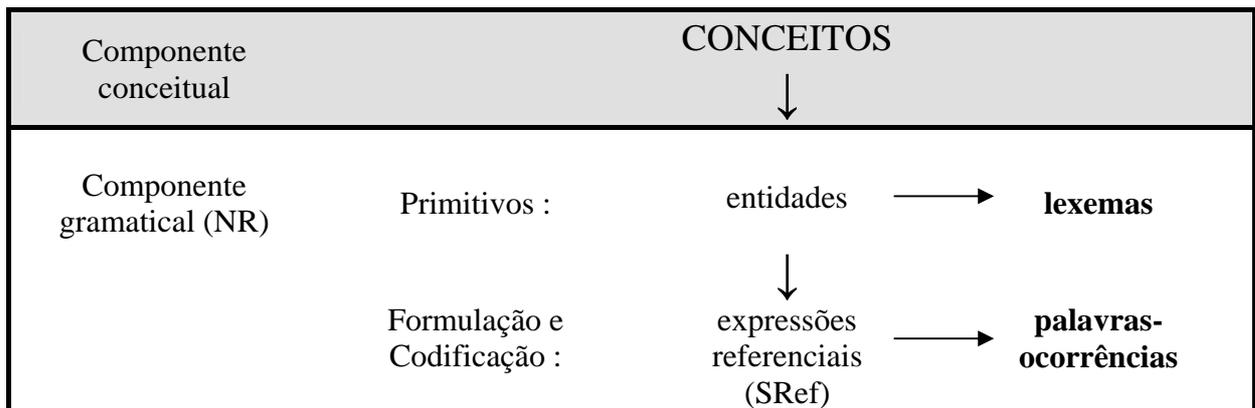


A figura pretende ser um complemento esquemático do componente gramatical da Figura II. Demonstra que, de fato, há um nível conceitual pré-lingüístico e que o componente conceitual possui ligação direta com várias partes do componente gramatical. Os pontos de contato, não representados na figura, localizam-se entre o componente conceitual e as diversas operações (Formulação e Codificação, representadas em oval) e, além disso, em relação direta com os primitivos que alimentam os três níveis de operações (representados nas

caixas da esquerda): os lexemas, marcos e operadores primários, os quais cuidam da representação lingüística de noções como categorias gramaticais (TAM, Pessoa, Número etc.) e funções (de núcleo e modificador, funções pragmáticas, semânticas, sintáticas). A direcionalidade da incidência não é hierárquica, mas ocorre nos dois sentidos, enquanto as expressões lingüísticas se constituem do componente conceitual para o gramatical, na produção; do componente gramatical para o conceitual, na compreensão e interpretação.

Um exemplo pertinente para ilustrar a competência de cada componente é a relação entre conceito e entidade, por exemplo (Figura V). Conforme a discussão e as definições dadas em 1.3, do capítulo anterior, conceitos e conceitualização são tarefa do componente conceitual. Conceitos são, portanto, abstratos. Sua expressão é, no entanto, lingüística e ocorre, via entidades, em forma de lexemas (*types*) e, via expressões referenciais, tipicamente sintagmas referenciais, em forma de palavras-ocorrências (*tokens*).

FIGURA V: RELAÇÕES ENTRE CONCEITO E ENTIDADE, LEXEMA E PALAVRA-OCORRÊNCIA



Embora a figura considere, entre os primitivos, apenas os lexemas, procura-se mostrar i) a divisão de trabalho entre um componente pré-lingüístico, o conceitual, e um lingüístico, o gramatical; ii) a relação entre conceitos, entidades e expressões referenciais, como elementos abstratos; e iii) a diferença entre lexema e palavra-ocorrência. A representação por setas segue a perspectiva de cima para baixo, mas permite, na interpretação, a reversão da direcionalidade. A separação entre conceitos e entidades condiz com o fato de que as entidades são como referentes (Mackenzie, 2004). Igualmente, as entidades são conceitos instanciados, ou melhor, são instâncias específicas e situadas de conceitos gerais (Vossen, 1995), portanto categorizações que podem ser expressas em forma lingüística. Ficou evidente

que entidades e expressões referenciais, protipicamente sintagmas referenciais, fazem parte da esfera lingüística.

Por fim, a diferença entre lexema e palavra-ocorrência corresponde à diferença entre denotação e referenciação e mostra que instanciação e especificação recorrem ativamente aos recursos lingüísticos, perpassando o modelo de gramática. As palavras-ocorrências representam o resultado dos processos de formulação e codificação e, com isso, carregam as diversas marcas provenientes da aplicação dos outros primitivos, assim como a eventual discrepância entre classe de palavra do lexema e classe de palavras da palavra-ocorrência. É que, enquanto os lexemas são fornecidos ‘prontos’, em português, normalmente com a categoria lexical acoplada (exemplo: INVESTIR_v, INVESTIMENTO_N), as palavras-ocorrências têm definida no módulo da saída (palavra-ocorrência). De fato, a tipologia de entidades é parte da ontologia lingüística e está à disposição para ser atualizada, como estágio intermediário entre conceitos e sua expressão lingüística e referencial. Por outro lado, a referenciação privilegia a denominação, portanto a categoria N. Todos esses fatores reforçam o argumento de que o estudo de itens lexicais isolados, e também de unidades terminológicas, é válido para taxonomias prontas, mas, não, para tipos de entidades individuadas, como aquelas que ocorrem nos textos da LEsp.

Apesar de não representada na Figura IV – mas, sim, na de II –, conta igualmente a conexão entre componente contextual e conceitual, que surge pelo processo de formulação. O componente contextual (ou comunicativo) responde a fatores da situação comunicativa imediata, a participantes e eventos perceptíveis que possam influir na situação da enunciação imediata. Esses fatores relativos a informações percebidas da comunicação atual atuam no conhecimento de curta duração (*short-term knowledge*), podendo integrar o LTK ou não. Contudo, o mapeamento das situações e a adequação e pertinência das representações mentais criadas ocorre no componente conceitual, precisamente no LTK. Por isso, há determinadas configurações comunicativas já conhecidas ou automatizadas, as quais, em determinadas circunstâncias e situações, fazem parte do conhecimento compartilhado entre os usuários envolvidos.

O conhecimento compartilhado é parte da competência lingüística e comunicativa. Inclui, além disso, os conhecimentos em relação às ‘condição de felicidade’ para uma comunicação bem-sucedida (Austin *apud* Mackenzie, 2004; Inchaurrealde, 2004; e,

particularmente, em Hengeveld, 1992b), mas também conhecimentos sobre as já mencionadas categorizações convencionizadas da seção 1.2 (categorias ontológicas, tipos de entidades, classes de palavras, gêneros textuais, estilos, registros, níveis de língua, padrões comunicativos, e outros) e seus reflexos na expressão lingüística. Alguns autores apontam para essas regularidades e postulam operadores próprios, como, por exemplo, Moutaouakil (1998), que, ainda antes do modelo de FDG, se inspirou em Benveniste para postular um operador de texto T para explicar determinadas características estilísticas.¹⁴ O autor distingue os operadores R (para *récit*) e D (para *discours*), uma vez que estes determinam um conjunto de características gramaticais e estilísticas nos textos envolvidos. Assim, há o operador R para textos narrativos com determinadas escolhas de tempo e modalidade verbal e outras características morfossintáticas marcantes, e o operador D para diálogos e textos de produção espontânea. Esses dois tipos, embora representem apenas um pequeno recorte de tipos de textos, demonstram a importância de considerar a combinação de fatores provenientes dos componentes conceitual e contextual para compreender melhor as expressões lingüísticas decorrentes. Outras tentativas interessantes consistem na discussão e conseqüente reestruturação desses dois componentes em Butler (n.p.), assim como trabalhos funcionalistas sobre ‘texto’ em geral (Butler, 2003; Connolly, 2005; Hannay & Bolkestein, 1998; Mackenzie & Gómez-González, 2004).

As conclusões para as LEsp e para a comunicação especializada são várias. Por um lado, pode-se explicar porque alguns tipos de linguagens de especialidade não se distinguem nitidamente da língua comum e porque, na própria língua comum, nem sempre é possível ou necessário fazer essa separação. De qualquer modo, estão as duas formas de conhecimento estabelecidas no componente conceitual. Afirma Haiman (1980) que nem todas as culturas distinguem o conhecimento proveniente da experiência fenomenológica do dia-a-dia (*folk knowledge*) do conhecimento que se origina na pesquisa científica (*expert knowledge*), já que ambas podem ocorrer nas sociedades humanas: a primeira se baseia na percepção e a segunda nas definições científicas. Muitas áreas científicas apresentam até mesmo sobreposição entre conhecimento de especialista e de leigo.

¹⁴ Em relação a ‘estilo’, o autor baseia-se na definição dada por Dik (1997b:417): “... ‘style’ may be defined as a sequence of choices through the discourse of means of expression which have consistent values along such polar dimensions as Formality-Informality, Politeness-Familiarity, and Conciseness-Redundancy.”

A separação exata entre conhecimento de especialidade e de leigo e entre uma expressão especializada ou não é menos importante do que o levantamento do que, afinal, é compartilhado. A diferença entre a experiência cotidiana e a experiência científica é antes uma diferença de grau de precisão e de generalidade, mas não uma diferença de tipo (Vossen, 1995). Em algumas áreas, há separação tradicional entre *folk knowledge* e o conhecimento que se origina na pesquisa científica *expert knowledge*. Naquelas em que não há, o conhecimento científico é baseado na experiência e só há diferentes graus de especialização na categorização (*expert categories versus folk categories*, Taylor, 2003). Na área da economia, por exemplo, há os conhecimentos gerais sobre como lidar com dinheiro, com as transações comerciais e outras atividades que estão na base da nossa sociedade e da experiência do homem civilizado. Mas também há atividades mais especializadas, como conhecimentos sobre investimentos, juros, política econômica etc. que estão mais restritas a especialistas ou aprendizes da especialidade. E, por fim, dependem também das práticas sociais de produção e leitura de textos sobre economia, que estão na base dos textos de divulgação científica do conhecimento compartilhado entre os usuários.

Por outro lado, foi mostrado que os conhecimentos dos padrões convencionalizados estão fixados no componente conceitual, ou seja, no LTK dos usuários da área de especialidade. No fundo, é esse o fato que está na base da separação entre língua comum e LEsp, ou ainda nas expressões ‘comunicação especializada’, ‘discurso especializado’ e ‘discurso de especialidade’ (Cabré, 1999a e b, 2003; Lorente, 2002; entre outros). A grande dificuldade de distinção deve-se justamente à complexidade dos fatores condicionantes, pois estes estão refletidos na expressão lingüística: no léxico e na sua formação, variação, distribuição; na seleção de esquemas morfossintáticos e construções; na individuação de determinadas categorias semânticas e preferência de classes de palavras; na distribuição de funções referenciais e adscritivos, de núcleo e modificador, de Tópico e Foco; e outros fatores a serem discutidos à medida que surgem na análise de dados.

Também os aspectos comunicativos envolvidos nos textos midiáticos, por exemplo, nos jornalísticos, propiciam a interação entre os componentes conceitual e contextual, embora não sejam tema deste trabalho. Interessa, por exemplo, que as unidades lingüísticas com o conhecimento da AE desempenham diversas funções para o especialista e para o mediador. Assim, para o especialista a unidade terminológica representa, em primeiro lugar, o conhecimento da área, enquanto, para o redator-especialista, é a unidade lingüística que

permite a transmissão do saber da área e conta para o ‘como’ fazê-lo (L’Homme, 2004). Isso significa que, nessas duas funções, há envolvimento diversificado dos componentes: no primeiro caso, é visado o NI (conteúdo comunicativo C) e, no segundo caso, interagem os componentes contextual e conceitual para fixação no LTK.

Uma outra conseqüência fundamental é que, sendo esses fatores convencionalizados, sistemáticos e relativamente regulares, portanto de um certo modo ‘gramaticalizados’, é possível tentar estabelecer variáveis que possam integrar o modelo de gramática. Dessa forma, remete-se não só ao conteúdo comunicado C e ao tipo de participante P, mas também à situação da ocorrência da enunciação particular (a variável $F_{L\text{Esp}/Jorn}$) da área de especialidade (AE), dos tipos de entidades e das categorias lexicais preferidas. Muito proeminente é a tarefa principal dos textos da AE de transmitir informação e conhecimentos especializados, o que é veiculado no conteúdo comunicativo C. Pode ser observado que, entre estas constantes, a forma e configuração pronta de primitivos – itens lexicais ou unidades terminológicas fixas – é de importância relativamente restrita, enquanto a relação entre estes e os fatores cognitivos e contextuais atuantes é determinante. Todos os fatores mencionados, de alguma forma, remetem ao conteúdo comunicativo e ao componente conceitual.

Igualmente a resposta sobre a heterogeneidade, multidisciplinaridade e variabilidade da LEsp em questão encontra uma explicação satisfatória quando se lembra o papel ativo da competência lingüística e comunicativa para o usuário ao determinar expressões pertinentes a uma área profissional, social ou contextual e ao selecioná-las e saber interpretá-las adequadamente. Deve-se lembrar ainda que o conhecimento enciclopédico provém do conhecimento cotidiano e do científico e que não é de incumbência da competência lingüística. Com isso, o conhecimento enciclopédico não é necessariamente representado ou fixado no léxico, a não ser que seja na forma de eventuais taxonomias (Rastier et al., 2002). Portanto, não são exclusivamente taxonomias prontas que caracterizam uma LEsp como a da economia, mas, sim, estratégias sutis que se originam na complexa interação entre o conhecimento de participantes familiarizados com a especialidade e com o uso contextualizado, e que, além de unidades terminológicas, saibam aplicar recursos disponíveis e funcionalmente adequados para uma comunicação efetiva. Essas estratégias e recursos provém ou perpassam o componente conceitual para se cristalizarem em seguida nas expressões, além de envolverem variáveis com estatuto ontológico.

2.7 Síntese do capítulo 2

Este capítulo visou explicar o modelo de gramática da FDG em geral, nos seus componentes específicos e na sua aplicação ao estudo das LEsp, bem como confirmar as possibilidades de aplicação nos dados da LEsp da economia. Foram tratados os níveis, os primitivos, os marcos e esquemas, operadores e funções e a relação entre eles. Fatores que, em muitas abordagens, entram como ‘pragmáticos’ ou ‘contextuais’, foram desdobrados e situados nos componentes gramaticais, precisamente no nível interpessoal, e nos componentes conceitual e contextual, a fim de que possam ser situadas as formas lingüísticas codificadas na análise dos dados dos próximos capítulos. Por fim, a LEsp foi brevemente situada em relação a essas bases teóricas e gramaticais para, nos capítulos de análise, poder estabelecer as relações necessárias entre a abordagem funcional e os fenômenos de expressão da LEsp da economia do português.

Capítulo 3 – Categorização lexical e classes de palavras

3.1 Introdução

Neste capítulo, tratar-se-á especificamente do léxico, como representante lingüístico das categorias semânticas, e mostrar-se-á que este não é completamente idiossincrático, mas apresenta regularidades notáveis. O fato mais importante é que o estudo do léxico pode ser abordado na sua sistematicidade e, assim, ser visto nos seus pontos de contato com a gramática. Desta forma, inicia-se, em 3.2, a análise com as diferentes abordagens para categorizar o léxico nas chamadas partes do discurso ou classes de palavras (categoria lexical, abreviada CL), ponto que o liga estreitamente à gramática. Em 3.3, justifica-se a posição funcionalista pelo fato de as partes do discurso se mostrarem mais claramente na sua função, predicativa ou não, assim como pelo fato de a codificação dos significados organizar-se funcionalmente em itens lexicais e em itens gramaticais. As categorias lexicais são mostradas na sua relação com verbos de ligação, verbalização e predicabilidade. Abordam-se, em 3.4, os diferentes recursos lingüísticos de marcação dessas funções, em formas mais simples ou complexas, por meio da morfologia e das regras de expressão e discutem-se suas características e regularidades por meio de exemplos. Em seguida, em 3.5, focalizam-se as classes de palavras predicativas e faz-se o mapeamento lexical de algumas delas na LEsp da economia. Para concluir, introduz-se, em 3.6, a relação entre categorias lexicais, funções e os conceitos de sintaxe interna e externa, pois serão relevantes para a explicação das categorias lexicais complexas na aplicação das funções núcleo e modificador.

3.2 Categorização lexical e categorização das formas lingüísticas

A categorização pertence à experiência real e lingüística humana e constitui um processo lingüístico, embora esteja estreitamente vinculada a faculdades cognitivas e preceitos conceituais. Com base nisso, podemos afirmar, consoante Taylor (2003), que o

estudo da semântica lexical deve ser considerado como um estudo sobre categorização. Neves (2002) mostra que a organização da gramática tradicional baseia-se na tradição grega e latina, na qual as classes de palavras foram instauradas como partes do discurso e vistas, basicamente, no seu funcionamento sintagmático¹⁵. Assim, procedeu-se a classificar o sistema das partes do discurso (doravante PdD) segundo as marcas flexionais do grego e do latim e a associar as classes de palavras a categorias gramaticais, ditadas pela presença ou ausência de flexão de caso, tempo, número e gênero (Robins, 2000 [1966]). Paralelamente, surgiu a discussão sobre a problemática da unidade ‘palavra’, pois a seleção de critérios definitórios para as classes de palavras que podem ser identificadas nas PdD exigiu considerar-se três ‘tipos’: a palavra formal, isto é, a palavra-ocorrência, a função sintática e o que parecia ser o significado de classe de cada PdD, ou seja, o lexema. Isso levou à conhecida predominância da caracterização semântica ontológica das classes de palavras, em combinação com critérios morfossintáticos, como é comprovado pelas definições tradicionais das classes de palavras N, V e ADJ.

A categorização clássica não estava isenta de problemas e, como vem sendo feita pela tradição gramatical, é alvo de crítica por parte de diversos estudos lingüísticos, pois, apesar de ter sido elaborada a partir do funcionamento no nível de sentença, mistura critérios muito variados, tais como os de natureza filosófica, sintática e semântica (Neves, 2002). A importância de se estabelecerem critérios mais rigorosos para efetuar a categorização lexical mostra-se em diversas áreas, a começar pelos estudos interlingüísticos, nos quais fica evidente que essa categorização não se sustenta na análise das línguas indo-germânicas e, menos ainda, na de línguas diferentes dessa família. Mesmo para o português, com herança mais próxima das línguas clássicas, como o latim, há muitas inconsistências em relação às classes de palavras.

Por um lado, há línguas com características morfológicas distintas – que não ‘marcam’ as categorias lexicais com determinados morfemas, como as línguas românicas, por exemplo – e que precisam de outros critérios, tais como ordem, função, prosódia etc., para

¹⁵ As expressões *classes de palavras*, *partes do discurso* e *categorias lexicais* são aparentemente intercambiáveis do mesmo conceito, embora haja preferências de uso: *categorias lexicais* é a denominação mais geral, *classes de palavras* remete mais diretamente ao léxico e *partes do discurso* inclui a função do léxico em relação à sintaxe. Usam-se, neste trabalho, as três expressões e só se dá preferência à última quando são abordados mais especificamente aspectos funcionais e sintáticos das partes do discurso.

reconhecimento de seu estatuto categorial, ou de algumas categorias não-marcadas (Schachter, 1985; Lehmann, 1990; Hengeveld, 1992a e b, 2002, 2004). Por outro lado, há conceitos que se atualizam lingüisticamente em diversas classes de palavras. Conceitos de propriedades, como, por exemplo, ‘branco’, podem ser expressos em português e em muitas línguas familiares, em forma de ADJ. No entanto, pode diferir sua classificação primária entre as línguas (ora V, ora N, ora ADJ) ou, ainda, aparecer em diferentes categorias numa mesma língua, como em latim (Lehmann, 1990), dependendo da conceitualização à qual a propriedade ‘branco’ se associa: a uma propriedade de um evento, à de um objeto ou à de um estado. Veja o exemplo (1) do mesmo autor:

- | | | |
|--------|--|---|
| (1) a. | <i>nix</i>
neve (F): NOM SG
‘A neve é branca’ | <i>cand-et</i>
branco-PRES 3SG |
| b. | <i>nivis</i>
neve (F): NOM SG
‘a branquidão da neve’ | <i>cand-or</i>
branqu-idão(NOMSG M) |
| c. | <i>nix</i>
neve (F): NOM SG
‘neve branca’ | <i>cand-ida</i>
branc-a (ADJ:NOM SG F) |

O conceito da propriedade ‘branco’ é categorizado como estado (ou até mesmo processo), portanto em uma classe que caracteriza principalmente verbos, em (1a); visto como abstração, quase objeto, e codificado como na classe usada primordialmente para referenciar, o nome (1b); ou ainda é tratado como aspecto ou atributo contingente de um objeto, uso tipicamente destinado à classe de adjetivos, como em (1c). Em cada palavra-ocorrência ocorrem as categorias morfológicas pertinentes a uma determinada classe de palavras enquanto o conceito se mantém. Mas, como definir a propriedade ‘branco’ em termos de classe de palavras e, afinal, ela pode ser atribuída a uma determinada PdD do latim?

Em face da dificuldade intralingüística, e, às vezes, interlingüística, de fazer com que a representação dos conceitos abarque as diferentes entidades, analisar-se-ão primeiramente as diferentes abordagens de categorização em classes de palavras. O recurso das etiquetas tradicionais de N, V, ADJ etc. para assinalar protótipos semânticos já foi notado por Sapir (1949), quando ele afirma que tradição e educação levam o falante a atribuir essas classificações semânticas, apesar do vocabulário não resistir a testes de uso real. Isso confirma, no entanto, a observação feita anteriormente de que esse tipo de categoria está estabelecida em muitas línguas e, por isso, faz parte da intuição lingüística dos falantes. Para

determinar e estudar as PdD, Hengeveld (1992b) menciona quatro abordagens, a discursiva, a nocional, a morfossintática e a funcional, que apontam para diversos aspectos descritivos e funcionais.

Na abordagem *discursiva* (Hopper & Thompson, 1984), os predicados definem-se na sua função no discurso: um V prototípico indica a ocorrência de um evento e um N prototípico introduz participantes e proposições no discurso. Esta abordagem situa a questão num âmbito mais amplo, mostrando, segundo Hengeveld (1992b), importantes correlações entre classes de palavras, função discursiva e fatos morfossintáticos. É limitado, no entanto, no sentido de não distinguir claramente palavras de predicados e sintagmas e não considerar o funcionamento sintático e os mecanismos para marcar o processo de recategorização, presentes em algumas línguas, mas não em todas. De fato, N e V não são realidades ontológicas ou abstratas, mas, sim, realidades lingüísticas, como será mostrado mais detalhadamente nos próximos capítulos. De qualquer forma, há o risco de se perder importantes aspectos particularizáveis e, ao mesmo tempo, generalizáveis, se forem consideradas exclusivamente as formas prototípicas das classes de palavras.

A abordagem *nocional* define os predicados em relação a entidades (Lyons, 1977), conceito já introduzido nos capítulos anteriores, e permite a distinção das PdD no nível do sintagma. Essa visão está de acordo com a concepção funcionalista que também considera as unidades de descrição pela função sintática, sendo que a classe de palavras está subordinada às funções de núcleo e modificador. Alguns dos problemas possíveis, suscitados por essa perspectiva, já foram apresentados no exemplo (1), no qual um conceito (ou noção) é passível de ser expresso em diferentes classes de palavras. Ainda que, por meio dela, não se possa abarcar todos os aspectos da categorização lexical com as classes de palavras de interesse para a presente pesquisa, há a opção de, igualmente, concentrar-se nos membros prototípicos de cada uma. Como a abordagem nocional é baseada em critérios semânticos e é uma via de materialização de conceitos (também terminológicos), ver-se-á com quais ressalvas e adaptações ela pode ser levada em consideração no presente trabalho.

A abordagem *morfossintática*, segundo marcas categoriais nos lexemas, apresenta sérias dificuldades para uma generalização interlingüística (consoante Hengeveld, 1992b) e dificilmente serve como critério exclusivo. Deve ser vista, todavia, como aliada valiosa na análise e descrição da língua portuguesa, já que esta usa tais recursos sistematicamente.

Sobretudo na formação de palavras e na mudança categorial, essa abordagem possibilita situar o léxico em relação à sua função gramatical. Eventuais ambigüidades com formas derivacionais, principalmente quando estas se aplicam para nomes e adjetivos, tratadas nas seções 3.5, e para deverbais, denominais e deadjetivais mais exaustivamente nos capítulos a seguir, poderão ser desfeitas na combinação com critérios funcionais e nocionais.

Por último, a abordagem *funcional*, ou melhor, sintática-funcional, segundo Hengeveld (1992a e b, 2004 a e b), toma como ponto de partida a função predicativa das classes e, conseqüentemente, só se aplica às classes predicativas: V, N, ADJ e ADV de modo. Como critérios funcionais e semânticos, são levados em conta tanto o uso predicativo-adscritivo (prototipicamente, o V) como o referencial (prototipicamente, o N), e como critérios sintáticos as funções de núcleo (desempenhadas por V e N) e as funções de modificador (o ADJ em relação ao N no sintagma referencial e o ADV em relação ao V no sintagma predicativo). Isso permite verificar as categorias lexicais também em relação à mudança categorial de formas complexas e eventuais estruturas de subordinação.

Com isso, ficou evidente que, para os fins desta tese, as abordagens mais adequadas para a categorização lexical são as de bases sintático-funcional e nocional, apoiadas na do discurso e confirmadas por meio da abordagem morfossintática. Com isso, evita-se a mera descrição, assim como não se perde o foco na realidade cognitiva e comunicativa das linguagens de especialidade. Permitem, igualmente, distinguir entre o aspecto lexical, o lexema, e o gramatical, a expressão lingüística que se cristaliza no sintagma, por meio da adscrição e/ou da referenciação, e, além disso, ver a questão de representação e distribuição sistemática das entidades nas categorias.

3.3 Classes lexicais e categorias gramaticais

Como já mencionado na seção anterior, serão abordadas somente as classes de palavras verbo (V), nome (N), adjetivo (ADJ) e advérbio de modo (ADV), pelo fato de essas expressarem mais claramente conceitos e serem passíveis de uso predicativo, ou pelo menos poderem entrar em relação estreita – de modificação ou atribuição – com classes predicativas, como no caso do ADV de modo. Neste sentido, a visão funcionalista sobrepõe-se à concepção tradicional, aristotélica (Neves, 2002), e a substitui e amplia por relações semânticas quanto à

predicação e referenciação, e por relações sintáticas quanto ao que se refere a conceitos com núcleo e modificador. Diz Neves (2002:80) que “entre os processos de funcionamento e as classes, podem-se descobrir correspondências regulares que respondem pelo estabelecimento do estatuto categorial dos diversos itens em funcionamento na produção lingüística”. A visão funcionalista permitirá, por conseguinte, verificar o potencial predicativo no funcionamento das PdD e distinguir entre as palavras que representam essa classe e as unidades de funcionamento, os sintagmas. É nesse sentido que devem ser entendidas as definições das categorias lexicais predicativas dadas por Hengeveld (1992b) e transcritas no Quadro XIV¹⁶.

QUADRO XIV: DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS PREDICATIVAS:

- Um predicado *verbal* é um predicado que, sem medidas complementares necessárias, tem *apenas* uso predicativo.
- Um predicado *nominal* é um predicado que, sem medidas complementares necessárias, pode ser usado como núcleo de um termo.
- Um predicado *adjetival* é um predicado que, sem medidas complementares necessárias, pode ser usado como modificador de um núcleo nominal.
- Um predicado *adverbial* é um predicado que, sem medidas complementares necessárias, pode ser usado como modificador de um núcleo não-nominal.

As definições anteriores exigem algumas explicações: i) a expressão ‘sem medidas complementares necessárias’ exclui quaisquer recursos morfossintáticos necessários para garantir o funcionamento de um lexema como V, N, ADJ ou ADV, tais como sufixos categoriais, ordenamento em relação a núcleos e modificadores e na oração, prosódia etc. como representante de uma determinada categoria; ii) as funções das categorias predicativas estabelecem-se, primeiramente, pelo uso e não são necessariamente dadas de antemão. Nisso, as classes de palavras definidas no quadro seguem, em termos de definição, a tradição gramatical de ater-se ao funcionamento das partes do discurso na sentença; iii) um predicado verbal caracteriza-se pelo uso exclusivo como predicado – o que leva a entender a razão de

¹⁶ ‘Termo’ da FG corresponde, na terminologia da FDG, ao sintagma referencial ou SRef.

essa categoria ser considerada como predicado prototípico –, mas também o distingue das outras categorias predicativas, pelo fato de as últimas não serem exclusivamente predicativas.

Em relação às ‘medidas complementares necessárias’ (i) cabe a menção aos processos morfológicos derivacionais que, embora não se apliquem à tipologia de PdD, são um recurso relevante para marcar a mudança categorial do português. Assim, as derivações por sufixos categoriais do português se aplicam quando um lexema se adapta às necessidades de integrar as funções de núcleo ou modificador por via de categorias lexicais. A marcação da nova categoria no lexema com recursos lexicais é estabelecida formalmente (ii) e propicia a aproximação ao protótipo, enquanto a estratégia analítica, por meio de construções, é gramatical e principalmente satisfaz as exigências funcionais do protótipo, mas não as formais. Essa diferença será importante na discussão dos processos de adaptação de diversos lexemas para palavras-ocorrências.

O ponto iii) anteriormente referido vale para o V. O uso predicativo, de fato, não esgota a caracterização do V, porque, além do uso predicativo (função semântica), o verbo também é núcleo de um sintagma predicativo (função sintática), que, na terminologia funcionalista, corresponde ao sintagma verbal da tradição formalista, no entanto sem incluir o sintagma de objeto direto dos verbos transitivos. O V é completado pelos termos em forma nominal, às vezes até mesmo em sobreposição ao conteúdo semântico, apenas para expressar o complemento mínimo da expressão predicativa (marco). Desta forma, o N – e outras classes predicativas – podem assumir várias funções do predicado. O N também pode desempenhar o papel de argumento em relação ao verbo, ou, no nível de sintagma, ser núcleo de um sintagma referencial.

Particularmente interessante é o fato de que Hengeveld (1992b), ao tratar de predicação não-verbal, estabelece uma relação direta entre o uso do verbo de ligação (*copula*, abreviada V-lig) e partes do discurso. Em vista das funções de V-lig – vinculação do Sujeito ao ‘predicado’ da gramática tradicional, como elemento que agrega categorias de flexão verbal e com a função de predicador adicionado a lexemas que não formam predicados sozinhos (Pustet, 2003) –, é relevante que o V-lig possibilite um predicado não-verbal a atuar como predicado principal (Hengeveld, 1992b). Dessa forma, a ‘medida complementar necessária’ de V-lig, das definições em (2), amplia a distribuição das categorias lexicais em posição predicativa não só para N e ADJ, mas também para alguns tipos de ADV, além de unidades

lingüísticas maiores do que a unidade ‘palavra’: sintagmas, orações, textos. Isso envolve a predicabilidade lingüística, ou seja, se algo é ou não é expressável lingüisticamente (Hengeveld, 1992b).

O V-lig (‘ser’) tem, portanto, função de suporte para expressar, por meio de expressões analíticas, categorias complexas híbridas como diversos tipos de deverbais, formas nominais e estruturas complexas de modificação, os quais não teriam expressibilidade em português. Essa mesma função pode ser ampliada a pseudocópulas (‘estar’, ‘tornar-se’, ‘permanecer’ etc., segundo Hengeveld, 1992b), que explicitam a escala entre o lexicalmente menos pleno e mais pleno, a verbos-suporte (V-sup) e verbos de interpretação genérica. Essas e outras questões sobre predicabilidade envolvem distinções e relações entre verbal e nominal e os processos de verbalização e nominalização, a serem analisados no próximo capítulo. Quanto à codificação segundo o modelo de gramática da FDG, o V-lig é um morfema gramatical livre, que pode ocupar determinadas posições e afeta a estrutura lingüística. A distribuição de predicados verbais e não-verbais com o suporte de formas verbais, também V-lig e V-sup, leva a configurações morfossintáticas e pragmáticas singulares que até mesmo se refletem em diferentes estilos de linguagem e na conceitualização de realidades de uma área de especialidade em unidades lingüísticas, de maior ou menor grau de especialização.

A superioridade de uma definição primordialmente funcional e, no interior desta, sintática, também se comprova quando se considera a questão da variação na expressão de conceitos. Isso remete a distinção fundamental entre os níveis de descrição lingüística: entre o nível lexical, o lexema, que representa a forma e entre o nível sintático, o sintagma, que explicita a função. Com o objetivo de mostrar o freqüente descompasso entre forma e função e as conseqüências na expressão de categorias lexicais, apresentam-se alguns exemplos do português, de (2) a (5), nos quais os lexemas em questão vêm sublinhados.

- (2) O país produz cabos óticos de boa qualidade.
- (3) a. O produto vende bem.
b. a produção algodoeira
c. Os produtores anunciaram um novo aumento.
- (4) os países produtores
- (5) a. trabalhar produtivamente
b. o trabalho produtivo

O lexema verbal PRODUZIR, flexionado em pessoa, número, tempo, só pode ser usado na categoria V (2). Já as palavras-ocorrência do conjunto de exemplos (‘produto’, ‘produção’

e ‘produtor’), todos da categoria N (3a - c), divergem formalmente entre si, apesar de conterem um conceito em comum e serem referenciais, mas desempenham todos a mesma função sintática nos exemplos de (3), o de sintagma referencial (SRef). Nesse caso, ocorre a mesma função com diferentes formas. Há discrepância entre forma e função do lexema PRODUTOR, mostrada no exemplo (3c) e (4). Livre de sua função e de seu contexto, o lexema PRODUTOR pode ser tanto N como ADJ, e o mesmo acontece com a forma ‘produtores’ do exemplo dado, ainda que essa ambigüidade se desfaça na sua função sintática, quer dizer, é N por ser núcleo de um SRef, em (3c), e é ADJ, atuando como modificador de núcleo nominal em (4). Outras categorias, como as de ADJ e ADV costumam ser formalmente marcadas no português: em (5a), o morfema ‘-mente’ se junta ao ADJ, devido à função como núcleo não-nominal (verbal) neste caso, enquanto o lexema PRODUTIVO é modificador de núcleo nominal, portanto, tem a forma de ADJ (5b). Nota-se que, no português, a marcação de funções pode ser dupla:

- i) Marcação de *categoria lexical*, com morfemas obrigatórios de classes próprias (mais nítida, por exemplo, no caso dos verbos: *-ar/-er/-ir* ou de muitos ADV, mas menos nítida nos Ns e ADJs) ou com presença de morfemas derivacionais, ou não (exemplos em (4));
- ii) Marcação de *categoria gramatical*, tais como número, pessoa, gênero etc. (exemplo de (4c) e (5) mas também com número, pessoa, tempo, aspecto, modo etc., no exemplo (3)).

Para ilustrar e adiantar exemplos que constam dos capítulos de análise a seguir, apresentam-se, no Quadro XV, algumas marcas morfológicas do português que se ligam aos lexemas de base, os chamados ‘sufixos categoriais’. Caracterizam as quatro classes predicativas analisadas e ajudam na abordagem morfossintática das PdD no português. Ressalta-se que, no português, é a categoria ADJ que divide várias dessas marcas com o N, por exemplo, ‘-do’, ‘-nte’, ‘-eiro’, entre outros.¹⁷

¹⁷ Devido a critérios funcionais, decidiu-se agrupar a vogal temática com as marcas morfológicas categoriais, e não como parte da base.

QUADRO XV: CLASSES DE PALAVRAS E SUFIXOS CATEGORIAIS DO PORTUGUÊS

Classe de palavras	(Base) + morfemas
Verbo	() -ar, -er, -ir () -ecer, -ificar, -izar
Nome	() -mento, -ção, -agem () -ança, -ença, -ência, -ez, -idade () -do, () -eiro, -nte
Adjetivo	() -ável, -ível, -úvel () -al, -ivo, -eiro; -oso, -udo, -esco () -nte () -do
Advérbio	() -mente

Além da diferença entre classes de uso predicativo e não-predicativo, sendo que as primeiras são, às vezes, também chamadas de classes categoremáticas e, as últimas, de classes sincategoremáticas (Rastier et al., 2002), há ainda a distinção entre categoria lexical e categoria gramatical. O que Neves (2002) denomina de ‘palavras lexicais’ e ‘palavras gramaticais’ apresenta-se como diferença fundamental na discussão sobre a relação entre gramática e léxico. As categorias gramaticais chamadas de ‘acessórias’ na tradição gramatical grega (Neves, 2002) servem justamente para marcar a função de um lexema no interior de uma sentença. Para tal, as relações entre os lexemas são codificadas na sua organização de itens lexicais e gramaticais, indicando relações de dependência nas diferentes esferas (ou ‘níveis’, segundo o modelo de FDG), que expressam significados e dão pistas para a interpretação das formas lingüísticas em uso. No discurso, justamente essas marcas são significativas para expressar os conceitos atualizados. Pode-se afirmar, então, que na expressão lingüística em uso, não há categorias mais ou menos importantes – como, por exemplo, os termos em N nos estudos terminológicos tradicionais –, mas que são fatores como a interação entre lexemas e sua atualização no uso, no âmbito da área de especialização, que devem nortear o significado.

Em relação à marcação das categorias gramaticais, da qual a morfologia se encarrega, as regras de expressão de línguas flexionais, como o português, determinam-nas no nível paradigmático. Observam-se as categorias ‘morfológicas’ enumeradas em (6), as quais privilegiam as categorias V e N, devido à função básica de serem núcleos de sintagma. O ADJ, com sua função prototípica de modificador no SRef, ‘adapta-se’ na expressão

referencial e assume as marcas de seu núcleo por ‘concordância nominal’ (ou congruência, segundo Haspelmath, 2000).

- (6) Predicado verbal: número, pessoa, tempo, modo, aspecto, voz etc.
- Predicado nominal: número, pessoa, gênero etc.¹⁸
- Predicado adjetival: número, pessoa, gênero etc.

Voltar-se-á a isso com mais detalhes no decorrer do trabalho e tentar-se-á, nesta análise, preservar o equilíbrio entre o lexical e o funcional, a fim de explicar satisfatoriamente os predicados complexos do português e as UTs da LEsp da economia. Na próxima seção, serão esclarecidos os fatos morfológicos.

3.4 Regras de expressão e papel da morfologia

Conforme dito antes, as marcas das categorias gramaticais dizem respeito à expressão formal e não podem ser generalizadas, por serem altamente dependentes da língua em questão, ao contrário da função das PdD, que são universais. Entretanto, o que há de regular na expressão paradigmática é passível de ser determinado por regras de expressão, as quais utilizam os recursos morfossintáticos e morfofonológicos da língua observada, isto é, o sistema da língua. No entanto, as funções não podem ser apenas abordadas no sentido paradigmático, uma vez que apresentam características variadas no nível sintagmático. No interior de cada SPred ou SRef, há expressões formais particulares, mais simples ou mais complexas, ou com paralelismos nas formas recategorizadas, já que a expressão lingüística segue as características e a tipologia de uma língua, sempre de acordo com a predicabilidade lingüística.

No caso dos predicados verbais (SPred), fala-se ora em formas complexas, ora em predicados compostos ou complexos, quando estas se compõem de afixos ou de um conjunto de lexemas (Haspelmath, 2002, Rocha, 1998). Mencionam-se, tradicionalmente, formas perifrásticas (Haspelmath, 2000; Olbertz, 1996), quando estas incluem auxiliares para expressar as categorias gramaticais, assim como locuções ou predicados fraseológicos

¹⁸ O caso não é marcado nos predicados nominais (e tampouco nos adjetivais) do português, mas apenas nos elementos pronominais; definitude, especificidade, quantificação, dêixis, classificação, honorificidade etc. são expressas por formas livres ou ficam sem expressão.

(Lorente, 2002; Pavel, 2003; Alves, 2002), os quais podem abranger o *continuum* entre construções com verbos-suporte (Neves, 1996, Barón & Herslund, 1997, Alves, 2002 e 2004) e verbos mais plenos. Sob perspectiva funcional, o *continuum* também se estende para V-lig e pseudocópulas, assim como para os Vs genéricos em formas colocacionais. De certo modo, as propriedades desse tipo de predicados complexos situam-se, em termos de descrição, claramente entre léxico e gramática.

No caso do SRef, ou sintagma nominal, observa-se uma estruturação típica no português, que possui, no seu esquema morfossintático, posições para incluir a presença de determinantes, quantificadores ou pronomes, modificadores em forma de complemento, adjunto ou ADJ, além do núcleo nominal referencial obrigatório. O leque de categorias lexicais possíveis na unidade lingüística ‘sintagma’ assemelha-se àquele da ‘oração’, embora muitas marcas relacionais e de predicação estejam apagadas e a expressão toda seja ‘condensada’ lingüisticamente. Principalmente sintagmas com núcleo deverbal ou deadjetival, portanto, com algum grau de verbalidade (*verbality*, Mackenzie, 1986) mantêm a estrutura argumental, muitas vezes reduzida em forma de ADJs relacionais, e modificadores não-nominais, como diversos tipos de ADV. Já os SPred abarcam apenas o núcleo predicativo ou verbal e seu modificador, mas também nestas ocorrências pode haver alguma complexidade categorial e morfológica que aponta para o parentesco com estruturas oracionais. Discutir-se-ão as propriedades do sintagma predicativo e, principalmente, do sintagma referencial no próximo capítulo.

Com intenção de ater-se à realização formal das noções expressas pelas categorias gramaticais, adotar-se-á a proposta de Taylor (2003), autor que cita as categorias ‘palavra’, ‘clítico’ e ‘afixo’ como recursos de expressão das partes do discurso por meio das categorias gramaticais. Essa proposta condiz com o fato de os diferentes meios de expressão, tais como formas livres ou formas presas, estarem relacionados ao tipo morfológico de uma língua (Hengeveld, 2004b), embora possam expressar valores semânticos semelhantes. Verifica-se, no entanto, que uma mera classificação formal não dá conta de explicar os mecanismos envolvidos – nem mesmo em uma única língua – uma vez que as categorias palavra, clítico e afixo nem sempre podem ser delimitadas como tais com absoluta clareza. Além do mais, excluiria as inúmeras possibilidades sintáticas, como as formas complexas discutidas no parágrafo anterior, assim como também determinadas construções sintáticas, a ordem dos constituintes etc., que sinalizam as redes relacionais na sentença enquanto expressam

conceitos. A exclusividade da abordagem formal também deixa de fora as condições discursivas e contextuais que condicionam a forma, se bem que aporta boa adequação descritiva.

No entanto, se for encarada a questão por uma perspectiva funcional, ou funcional em combinação com a formal, encontram-se evidências nos postulados do modelo de gramática de FDG, já introduzido e discutido no capítulo anterior, o qual é rapidamente recapitulado aqui nos pontos que se referem diretamente ao componente de expressão. A perspectiva de cima para baixo do modelo de gramática reflete o processamento lingüístico e evidencia as operações de formulação e codificação morfossintática como responsáveis pelo componente morfológico. Na formulação, as representações conceituais pré-lingüísticas são convertidas em representações lingüísticas e determinam, com seus elementos básicos (os lexemas), as regras de expressão da operação codificação. Marcos, verbos auxiliares e operadores primários expressam as diversas funções pragmáticas e semânticas e, como tais, traduzem-se nos esquemas, morfemas gramaticais livres e operadores secundários no português. São, de fato, os elementos que constituem o componente de marcação morfológica, tanto flexionais como derivacionais. Aquilo que vem expresso por codificação traduz, portanto, os fatores interpessoais responsáveis pela seleção de marcos e esquemas e que interagem com o componente conceitual e semântico na combinação de lexemas e construções da língua. A multiplicidade dos fatores envolvidos também estrutura-se em função do conteúdo transmitido, da situação comunicativa específica e do entrosamento dos participantes, assim como da área de conhecimento ou atividade de aplicação. Assim, é possível acomodar as diversas influências, uma vez que todas elas interferem, à sua maneira, na seleção e estruturação das unidades lingüísticas efetivamente usadas.

Para verificar a atuação de algumas regras de expressão, parte-se de exemplos como de (7) a (10): expressão de moldes em (7), atuação de um morfema gramatical livre em (9), e representantes de predicados complexos com operadores secundários em (10) e (11):

- (7) O Iraque produz e exporta 2,3 milhões de barris por dia. (VE-27-10)
- (8) Eles têm feito os ajustes necessários para sustentar o currency board. (VE-27-10)
- (9) ... trabalhadores ... devem obter reajustes salariais bem menores ... (VE-08-11)
- (10) ... um sistema de tipos de câmbio fixos, mas ajustáveis, ... (VE-01-11)

O esquema (marco de predicação ordenado) dos verbos 'produzir' e 'exportar', em (7), determina não só a valência argumental (bivalência), mas também a seleção de restrição

(Sujeito: agente, humano etc. e objeto não-animado, material de troca econômica etc.) e a ordem não-marcada (SVO na oração principal). O exemplo de (8) aponta para o tempo composto do português para representar lingüisticamente a noção do passado de ‘fazer’; o auxiliar ‘ter’ é um morfema gramatical livre (operador primário), ocupando uma posição fixa, anteposta, em relação ao componente verbal ‘feito’. Os lexemas ‘trabalhadores’, ‘devem’, ‘reajustes’ e ‘salariais’, no exemplo (9), ilustram o operador secundário Plural, formando uma rede de congruência, primeiramente entre SRef em função de Sujeito e predicado verbal e, em nível hierárquico distinto, entre o SRef ‘reajustes’ e seu modificador ‘salariais’. Além disso, o V ‘dever’ indica modalidade epistêmica (obrigação), que é expressa por meio de predicado complexo. O dado em (10) traz um exemplo de um ADJ deverbais que incorporou o operador modal de capacidade (‘ajustável’ para ‘podem ser ajustados’), mas, neste caso, como operador em forma de morfema e não de partícula. Em todos os casos mostrados, as regras de expressão do português exigem determinadas marcas morfológicas.

Para ilustrar ainda melhor a diferença entre operadores primários e secundários, cita-se Haspelmath (1996), para quem as formas flexionais freqüentemente se agrupam em chamadas supercategorias, tais como número (incluindo singular, plural, dual etc.), pessoa (1ª, 2ª e 3ª pessoa inclusiva e exclusiva), gênero, caso, tempo etc., com todas as especificações do paradigma que o inventário morfológico de uma língua permite, além das combinações, formas supletivas, entre outras. Um operador primário seria, por exemplo, a categoria Número, a qual deixa de ser abstrata na hora de se atualizar no operador secundário SG ou PL, expresso no exemplo (9) do português. Algo parecido também ocorre em (8), na perífrase *têm feito*: essa combinação é uma das expressões da supercategoria ‘tempo passado’ – provavelmente em combinação com traços aspectuais, como progressividade – e tem, no caso do português e neste caso especial, uma forma perifrástica. Com isso, a cada classe de palavras aplica-se um paradigma abstrato de morfemas, seja uma ou mais supercategorias, expressas por meio de um ou mais operadores primários. Ao constituinte em particular, já com função sintática designada, aplica-se uma realização concreta, expressa por meio de um ou mais operadores secundários.

Dado isso, em uma língua de marcação relativamente abundante, como o português, não só a presença de marcas morfológicas para expressar as categorias gramaticais, mas também sua ausência suscitam reflexões sobre a interação de diversos operadores e marcas, ou ainda a alternância entre morfemas presos e morfemas livres. A ordenação relativa ao núcleo reflete o

escopo dos operadores respectivos (Bybee, 1985), mas nem todos os operadores precisam estar presentes na codificação. Hipóteses do ponto de vista funcional parecem, mais uma vez, confirmar que deve haver um jogo complexo de relações que se constituem hierarquicamente a partir de operações discursivas, pragmáticas e semânticas e se refletem no nível estrutural (morfofossintático), fazendo com que a expressão lingüística do componente de saída tenha determinadas características formais.

Outro aspecto intrigante em relação à marcação ou não-marcação por recursos morfológicos surge nas expressões lingüísticas, sejam estas em forma de lexema ou de construções sintáticas, que se cristalizam na mudança categorial, por exemplo, nas formas de origem verbal que assumem função nominal e vice-versa. Mackenzie (1996 e outros), em trabalhos sobre a nominalização, demonstra e confirma para o inglês que, apesar de se poder distinguir 5 estágios formais entre as formas lexicais prototípicas de V e N, há um *continuum* em termos de possibilidades sintáticas, em que a estrutura argumental e as marcas das categorias gramaticais se adaptam formalmente à sua nova função de parte do discurso.¹⁹ Tratar-se-á dessa questão exaustivamente nos próximos capítulos, mas pode-se ilustrá-la rapidamente, com particular ênfase na atuação dos operadores que determinam as regras de expressão nas formas ‘intermediárias’ do *continuum*. Vejamos alguns exemplos, de (11) a (15), nos quais os trechos em discussão estão sublinhados:

(11) V → N, com o constituinte em complemento nominal:

A empresa reafirmou seu compromisso de participar do leilão de licenças de telefonia móvel de terceira geração na Suíça, com novos sócios. (VE-11-00)

(12) V → N como argumento:

... o fato de trabalhar mais com vendas à vista e de comercializar produtos de menor valor agregado contribuíram para melhorar os resultados. (VE-EI-02)

(13) ...[eles] se beneficiaram da operação fora dos limites da legislação nacional...

(14) V → N como proposição inteira:

Levanta também o fato de que os acordos estavam sendo fechados com “master franquias” ... (VE-09-11)

(15) Contudo, alguns analistas ficaram decepcionados com o fato de as receitas terem ficado abaixo da previsão... (VE-26-10)

¹⁹ As formas nesse continuum caracterizam-se por serem estruturas encaixadas. Desempenham, como unidades lingüísticas, determinadas funções no modelo de camadas (Dik, 1997; Hengeveld, 1989, 1992b, 1997, 2004b e d).

O constituinte complexo em torno do predicado verbal ‘participar’ do exemplo (11) assumiu a função de complemento nominal do lexema ‘compromisso’, mantendo sua estrutura argumental intacta, o primeiro argumento no pronome possessivo e o segundo argumento na mesma forma deverbal. Nota-se que ‘participar’ aparece sob forma nominal invariável, portanto sem marcação flexional de tempo, aspecto ou modo, e sem liberdade de ordem, pois o complemento deve vir sempre logo após o núcleo nominal, especificando-o. Em termos de estrutura argumental, podemos distinguir entre diferentes níveis encaixados. Ainda que os argumentos de ‘participar’ venham realizados exatamente como em função verbal, o complemento, por sua vez, é moldado como argumento do lexema deverbal nominalizado ‘compromisso’, que é introduzido com a preposição ‘de’ (‘genitivo objetivo’) e sempre posposto.

As construções com ‘fato’ (12) e (14) também desempenham função nominal. A construção introduzida por ‘fato’ em (12) é um argumento do lexema verbal ‘passar’ e assemelha-se formalmente à expressão de (11). Na expressão de (13), constata-se um morfema derivacional (‘-ção’) que indica o *status* de núcleo, função de certa forma preenchida por itens lexicais como ‘ação’, ‘evento’, ‘atividade’ e, eventualmente, por ‘fato’, quando a intenção que prevalece é a de reforçar o valor proposicional do evento. A diferença fundamental é que, fora do elemento composicional ‘de’, a construção ainda possui mais traços verbais do que nominais (Haspelmath, 1996). A construção com ‘fato’ em (12) difere das anteriores por ser um CProp (Ent-3) e não um Est-C (Ent-2). Isso se revela, entre outros, com o ‘de’ que, nesse caso, não pode sofrer fusão com o artigo ‘a’, se bem que pode ser omitido, enquanto no núcleo ‘fato’ pode haver complementos com ‘de’, como em (12), (14) e (15), ou com ‘que’, como em (14). No último caso, o ‘de’ indica a função de complemento nominal e o ‘que’ introduz a categoria semântica Prop.

Em síntese, pode-se apontar para marcas de categorialidade, tipicamente mais verbais, devido à atuação de operadores para flexão de tempo, modo, aspectos, resíduos de influência do sujeito (no infinitivo flexionado), quando as construções se situam no lado mais verbal do *continuum*. No que diz respeito às marcas tipicamente nominais, tais como a presença do ‘de’ para marcar a estrutura argumental, a ordem fixa no interior do sintagma, a possibilidade de concordância nominal nos casos de modificadores adjetivais do núcleo nominal/nominalizado e a presença de morfemas presos derivacionais (como o ‘-ção’), deve-se também chamar a atenção para a presença reduzida de marcação temporal e aspectual – apenas a oposição

presente/passado e progressivo/não-progressivo –, somente nos casos menos nominais, por exemplo (14) e (15).

Outro fator intrigante é a dificuldade de fixar os limites exatos entre flexão e derivação (Haspelmath, 1996), já que se percebe que no centro do *continuum* pode haver tanto marcas verbais quanto nominais, e não é sempre possível distinguir claramente entre marcação como função (pertença a uma classe, formação de palavras, derivação) e marcas morfosintáticas dessa mesma função (categorias gramaticais, flexão). Na seção 3.6 e no capítulo 4, esses aspectos serão aprofundados, particularmente para o português, e discorrer-se-á sobre os processos de nominalização e verbalização, quando há mudanças categoriais referentes a modificadores. Com relação à referenciação, é importante lembrar a discussão sobre tipologia de entidades e o fato de que a afixação derivacional contribui para a extensão do leque de Ns como expressão de entidades de diversas ordens (Mackenzie, 2004).

3.5 Classes de palavras predicativas e mapeamento na LEsp da economia

3.5.1 As classes de palavras predicativas

É importante destacar que o uso predicativo ou não-predicativo não é decisivo para a distinção entre classes de palavras (Hengeveld, 1992a e b), mas como estas, em forma de núcleos de constituintes, expressam linguisticamente os conceitos e, por extensão, as categorizações desses em objetos, ações, qualidades etc., as categorias lexicais possuem conteúdo lexical que pode ser atualizado sintaticamente na expressão lingüística. Assim, consideram-se as classes de V, N, ADJ e ADV como os representantes lexicais das classes de conceitos, pois estas classes não são realidades ontológicas, e, sim, lingüísticas. É importante lembrar que não existem conceitos fora da língua, fato que justifica a abordagem lingüística e não ontológica. Consoante as realidades que são tipicamente expressas, tem-se enfatizado, tradicionalmente, o critério ontológico para a categorização, também nas gramáticas tradicionais (Rastier et al., 2002): o N tem sido designado a objetos, o V a ações, o ADJ a qualidades.

Por outro lado, também é fato que as PdD designam várias categorias ontológicas, se foram tomadas as devidas providências, como já foi exemplificado no exemplo (1) em 3.2 e

será discutido no próximo capítulo. Resta, então, considerar, em primeiro lugar, as funções prototípicas de V, N e A, já que as classes de palavras não são necessariamente fixas. A hierarquia predicativa de Hengeveld (1992b), no Quadro XVI, indica o V como a classe predicativa mais prototípica e com menos restrições, enquanto o grau de predicabilidade diminui cada vez mais no lado direito da escala (N, ADJ e ADV).²⁰

FIGURA XVI: HIERARQUIA PREDICATIVA DE PARTES DO DISCURSO (HENGEVELD, 1992b)

Verbo > Nome > Adjetivo > Advérbio (de modo)

O autor justifica a proeminência do *Verbo* pelo fato de ser um elemento indispensável: é uma ‘propriedade ou relação situada no tempo’, portanto temporal, com traços semânticos de maior ou menor agentividade, de maior ou menor dinamicidade. Givón (1979) ressalta a não-estabilidade temporal no V e estabilidade temporal no N, e também Hopper & Thompson (1984) realçam a ocorrência de um evento. Considerando a categoria predicativa V, não de forma isolada, mas em termos de seu uso mais comum, como núcleo de predicação, constata-se que, por ser relacional, também os argumentos a ele vinculados obrigatoriamente colaboram na sua definição. Assim, um evento também se faz com os argumentos, cujos núcleos são nominais e completam o predicado verbal.

Como componente central, a maioria das categorias gramaticais de relevância semântica é codificada no predicado verbal. A predicação é uma representação semântico-sintática e ocorre quando um EstC é representado lingüisticamente, com base em um predicado ao qual determinados números e tipos de argumentos se aplicam. A hierarquia do Quadro XVI baseia-se naquela do Quadro XVII a seguir, principalmente porque as funções de núcleo são obrigatórias e as de modificador, opcionais, fato que co-determina a seqüência das relações hierárquicas. Também aqui, as funções mais gerais e obrigatórias estão localizadas na esquerda da hierarquia, no núcleo. De acordo com a discussão em 3.2, é a combinação entre

²⁰ Em um estudo tipológico, baseado em metodologia rigorosa, o autor demonstra que nem todas as partes de discurso precisam estar presentes em todas as línguas, para expressar os conceitos que estas tradicionalmente designam. O estudo estabelece uma tipologia (línguas flexíveis, línguas diferenciadas, línguas rígidas) no que diz respeito ao uso sintático de lexemas, ou seja, como núcleos e modificadores, além de revelar mecanismos e recursos de partes do discurso não-verbais para atuar como predicados.

critérios semânticos e as funções discutidas nessa seção que determina a definição de PdD adotada no presente trabalho.

QUADRO XVII: HIERARQUIA DE PARTES DO DISCURSO PELA FUNÇÃO (HENGEVELD, 1992b)

Núcleo de SPred > Núcleo de SRef > Modificador de SRef > Modificador de SPred

O papel das PdD consiste na possibilidade de ocupar certas posições funcionais e sintáticas, que resultam na expressão de categorias lexicais variadas, devido às funções que podem desempenhar, aqui chamado ‘flexibilidade categorial’. Fatores como obrigatoriedade e opcionalidade determinam a posição na hierarquia e se sobrepõem à pertença a classes. Isso é corroborado pelo fato empírico observável de que as línguas dispõem de meios derivacionais para adaptar os lexemas às funções exigidas, tais como, os processos de formação de N, V, ADJ, e que formas deverbais sinalizam um mais alto grau de flexibilidade categorial do que não-deverbais. É justamente a função mais central, a de uma categoria ser predicativa e núcleo de SPred, que explica, na mudança categorial, a presença forte de determinados lexemas em diferentes categorias lexicais. E é também a mudança categorial que é condicionada pela necessidade de marcar os lexemas de forma que eles possam assumir as diversas funções: núcleo ou modificador. Contudo, as formas derivadas são as menos prototípicas, já que provêm de outras classes de palavras e preservam alguns traços, ao mesmo tempo que adquirem novos, necessários para desempenhar as funções da categoria nova.

A categoria *Nome* foi privilegiada pela tradição filosófica devido à sua função denominativa. Na verdade, confluem nessa categoria lexical os processos de designação, denominação e referenciação para expressar entidades e realidades discretas, individuadas e com estabilidade temporal e espacial. Numa ótica léxico-semântica da terminologia, os Ns freqüentemente são vistos como correspondentes a conceitos, os quais podem ser mais bem classificados e relacionados entre si quando em forma de N (Sager, 1990; L’Homme, 2004). Uma das motivações é o fator cognitivo, já que se prestam bem para categorização e classificação. Em termos funcionais, o N é essencial para preencher, como núcleo de sintagma, o lugar determinado a argumentos na predicação e para referenciar. Além disso, designa a categoria semântica-ontológica IndObj, ao qual propriedades e qualidades podem se aplicar, como correlato lingüístico de uma Ent-1 prototípica. Há, no entanto, estratégias

derivacionais para formar Ns com base em entidades de todas as ordens (Quadro XVIII), sendo que estas são sinalizadas morfologicamente.

A formação de N a partir de entidades de diferentes ordens reforça o estatuto de designação dessas expressões. Além do fato de o N poder moldar-se na sua função, foram apontadas, por diversos autores, outras características provenientes dessa função: o N possui estabilidade temporal, introduz, sob perspectiva discursiva, um novo participante no discurso (Hopper & Thompson, 1884) e tem mais ‘perfil’ (*profile*) do que um verbo, segundo termos de abordagens cognitivas (Taylor, 2003). Para o estudo de Ns nas LEsp sobressaem, sem dúvida, as funções designadora e classificadora da CL N.

O Quadro XVIII, adaptada de Mackenzie (2004), exemplifica as entidades de diversas ordens com formas do português. Observa-se que a língua se serve de diferentes sufixos derivacionais para marcar cada ordem.

QUADRO XVIII: TIPOS DE ENTIDADES E EXPRESSÃO NOMINAL

Entidades	Descrição	Exemplos
zero ordem	Propriedade / relação	<i>cor, rapidez, quantidade, produtividade</i>
de primeira ordem	indivíduo ou objeto – existência no espaço	<i>casa, pescador, ações, estudante</i>
de segunda ordem	estado de coisas – pode ser avaliado em termos de sua realidade (no tempo e no espaço)	<i>aula, ajuste, casamento, importação</i>
de terceira ordem	conteúdo proposicional – construto mental, pode ser avaliado em termos de verdade	<i>dúvida, esperança, desejo, plano</i>

Entidade de ordem zero: Ent-zero (propriedade)

Entidade de primeira ordem: Ent-1 (abreviada IndObj)

Entidade de segunda ordem: Ent-2 (abreviada EstC)

Entidade de terceira ordem: Ent-3 (abreviada CProp)

As categorias *Adjetivo* e *Advérbio (de modo)* são as outras classes predicativas consideradas neste trabalho. As categorias ADJ e ADV têm a função sintática não-obrigatória de modificar um núcleo: o ADJ modifica o núcleo de um SRef e o ADV, o de um SPred. O ADJ prototípico designa, semanticamente, uma propriedade ou qualidade, que é atribuída a uma Ent-1. Essa ‘subordinação’ representa uma relação de dependência em relação ao núcleo N e leva à adaptação formal do ADJ ao seu núcleo, ou seja, a copiar as marcas morfológicas e

gramaticais, próprias da função do núcleo, para indicar sua dependência. Por causa disso, ADJ e N têm algumas estratégias de marcação morfológica semelhantes, expressas em vários sufixos compartilhados entre ADJ e N. Da mesma forma, o ADV de modo modifica o sintagma predicativo (o EstC). Entre os diversos tipos de ADV, interessa aquele que é marcado por ‘-mente’, e que é, portanto, produtivo. A discussão do tipo produtivo mais adiante, mostra a diversidade de valores semânticos que esses ADVs acrescentam ao seu núcleo predicativo, assim como a difusa correspondência entre CL e categorias semânticas (tipos de entidades). Isso explica as reconhecidas dificuldades de classificação dessa ‘classe’ de palavras na gramática tradicional.

3.5.2 Mapeamento lexical e categorial na LEsp da economia

Supõe-se que o exame da distribuição de PdD na área de análise leve à compreensão das relações entre predicabilidade, categorização e funções gramaticais, mas também forneça informações sobre possíveis fundamentos ontológicos da área ‘economia’ e sobre como estes são expressos lingüisticamente. A perspectiva de analisar UTs de uma AE a partir de categorias predicativas não é muito comum, embora haja tentativas e observações pertinentes em relação a isso (Sager, 1990; Rastier et al., 2002; L’Homme, 2004; Cabré, Estopá & Lorente, 1998; Bevilacqua, 2004). Para tanto, é preciso não sobrevalorizar a expressão de conceitos em forma lexical e, nesse caso, da categoria N, uma vez que o estabelecimento típico de relações por meio da predicação nem sempre se mostra pelos conceitos em N. A tentativa de considerar núcleos de caráter relacional, ou eventivo, como feito pela hipótese categorial (Cabré, Estopá & Lorente, 1998), inclui Ns deverbais, além de verbos e participios e suas características nas AE (Lorente, 2002; L’Homme, 2004). Todavia, esses esforços são mais produtivos ainda quando vinculados a abordagens funcionalistas abrangentes e quando a predicabilidade dos núcleos relacionais é vista como produtiva e modificadora de expressões complexas.

De acordo com a discussão em 1.3, o léxico, por ser constituído de unidades discretas, permite sistematização e mapeamento das unidades lexicais em um espaço de conhecimento contínuo (Sager, 1990, referindo-se à referenciação). Contudo, não há perfeita identidade entre palavras e os conceitos expressos por elas, pois também contam relações, esquemas e construções, assim como categorias lexicais que se estruturam funcionalmente. A proposta de

Rastier (Rastier et al., 2002) de levantar relações conceituais por meio de ‘classes lexicais’, por exemplo, é um importante passo em direção à análise sistemática do inventário lexical de uma LEsp. O autor considera as classes de i) dimensões, ii) áreas (*domains*), iii) campos semânticos e iv) taxemas, quando estas classes são expressas por unidades lexicais.

As classes mais genéricas, e também menos numerosas, para diferenciar áreas semânticas são as ‘dimensões’ (i). As áreas (ii), mais frequentes do que as dimensões, são definidas como “classes de significado mais genérico, que estão relacionadas a práticas sociais” (Rastier et al., 2002:120). Aplicam-se a subáreas de uma área de conhecimento mais geral, que são estabelecidas de forma epistemológica, e se diferenciam em diversos aspectos. As áreas são constituídas por (diversos) taxemas (iv), os quais, por sua vez, integram campos semânticos, ou seja, conjuntos estruturados de taxemas (iii). Os taxemas são definidos como unidades de classes semânticas mínimas de um mesmo campo semântico, para representar relações que podem ser estabelecidas entre diversos componentes de um mesmo campo (por exemplo, ‘operações financeiras’), sem, no entanto, possuírem relações estruturais rigorosas entre eles. Nos exemplos de classes lexicais da AE da economia com seus lexemas (16), ECONOMIA está para a área de saber; INVESTIMENTO para prática social; APLICAÇÕES FINANCEIRAS como exemplo de campo geral da área, caracterizado por um conjunto de atividades; e conceitos, ou tipos, que participam do campo, para taxemas.

- (16) i) dimensão: economia
- ii) área: investimento
- iii) campo semântico: aplicações financeiras
- iv) taxemas: títulos, ações, fundos, papéis etc.

As classes servem de proposta para estabelecer uma organização taxonômica, mostrando que não só as noções de ‘dimensão’ e ‘área’ são relevantes pelas suas características genéricas, mas também que ‘campo semântico’ e ‘taxema’ representam unidades interessantes para organizar a realidade de uma AE. Desta forma, reconhecem-se campos semânticos nos conceitos ‘coletivos’ de Temmerman (2000) e taxemas na maioria das expressões que habitualmente são dadas como UT de uma área. Uma das vantagens é que essa classificação permite maior flexibilidade no estabelecimento de relações, sem desconsiderar uma eventual estrutura hierárquica e sem insistir em rígidas redes conceituais, uma vez que estas são muito raras na AE da economia.

Há, porém, alguns problemas e insuficiências. Em primeiro lugar, nota-se que só são contemplados lexemas de categoria N, embora haja presença de entidades de diferentes ordens, por exemplo atividades, propriedades em ‘campos semânticos’. Estas são, no entanto, dadas em forma de N e visam abarcá-los mais como designações do que como relações. Em segundo lugar, essa estruturação aceitaria mais subdivisões, possivelmente ‘subáreas’ e ‘subtaxemas’, já que várias unidades lexicais relacionadas à área não se encaixam. Em terceiro lugar, pode-se supor que a predicabilidade lingüística não permita a expressão de determinadas entidades e realidades em forma de N, portanto, que deva haver lacunas lexicais nessas classes. Por outro lado, não haveria como preencher as lacunas por expressões analíticas ou que envolvem classes categoriais além de N. Fora disso, há pouco lugar para UTs complexas e expressões lingüísticas com estruturas de modificação, como ‘títulos de renda fixa’, ‘papéis pré-fixados’, ‘fundos off-shore’ etc., fato que dificulta mostrar o papel dos processos morfossintáticos produtivos que indicam as possibilidades de predicação e de variação lingüística e que confirmam que a categorização é uma questão intrinsecamente lingüística.

Embora as relações mencionadas anteriormente sejam relevantes também, seguem-se, para os propósitos do presente trabalho, caminhos metodológicos que permitam a análise da dimensão lingüística, com explicações semânticas e funcionais de formação e variação e das suas conseqüências. Interessam, por um lado, o que Sager (1990) chamou de ‘conceitos funcionais’, como aqueles que expressam atividades, propriedades e relações e, eventualmente, objetos. Por outro lado, há expressões lingüísticas que se agrupam em campos lexicais, cujo lexema de base é predicativo. A partir de um lexema da área de especialidade, a metodologia semasiológica ajuda a detectar as palavras-ocorrências em diferentes PdD que expressam um conteúdo relevante da área, e a metodologia onomasiológica ajuda a verificar a atualização dos conceitos nas suas funções. Isso possibilita o levantamento das ocorrências em categorias lexicais e a distinção entre categorias lexicais e categorias gramaticais.

Assim, o Quadro XIX confirma que as categorias lexicais V e N são as mais propícias para codificar conceitos já que V e N desempenham função de núcleo e por esta ser hierarquicamente mais alta do que a de modificador. Além disso, representa o V a predicabilidade típica e o N a referencialidade típica. A ênfase na predicação explica a categoria lexical V como ponto de partida. O ADJ e, particularmente, o ADV tendem menos a expressar conceitos predicativos relacionais, já que são predominantemente modificadores e,

com isso, mais acrescentam propriedades novas aos seus núcleos do que mantêm as já introduzidas – embora a expressão de conceitos especializados não esteja excluída. Observa-se no quadro que foram consideradas formas prototípicas como representantes das categorias. O quadro comprova que, se não forem consideradas as marcas flexionais no V, há mais variedade nas palavras-ocorrência em N do que em outras.

QUADRO XIX: EXEMPLO DE MAPEAMENTO CATEGORIAL DE ALGUNS LEXEMAS DA ECONOMIA

Verbo	Nome	Adjetivo	Advérbio
-	alta	alto	alto / altamente
CRESCER	crescimento	crescido crescente	crescentemente
FINANCIAR	Finanças e Investimentos financiamento financista financiador	financiado financeiro	- financeiramente
LANÇAR	lançamento lance lançador	lançado	-
PRODUZIR	produção produto produtor produtividade	produzido produtivo	- produtivamente

A categoria N expressa várias ordens de entidades e apresenta maior expressão de palavras-ocorrências do que as de ADJ e ADV. Incluem-se ações, processos, agentes, resultados, propriedades. Essa flexibilidade conceitual da categoria N certamente facilitou a tradicional ênfase na nominalidade das terminologias. Em forma de N, ocorrem Ent-1 como *Finanças e Investimentos*, *financiador*, *lance*, *produto*, e Ent-2, como *financiamento*, *lançamento*, *produção*. Também há nominalizações a partir de ADJ, chamados hipóstases de qualidades (Mackenzie, 2004, Lyons, 1977), como em *produtivo – produtividade*.²¹ Outro fator que reduz a facilidade de expressão do mesmo conteúdo semântico de base por meio de ADJ ou ADV é que essas formas são freqüentemente mais lexicalizadas, como os participípios adjetivais da coluna ‘ADJ’. É também possível que os modificadores em ADJ e ADV tenham

²¹ Inspirado em Halliday (1985), Mackenzie (2004) usa o termo ‘hipóstase’ em relação à metáfora gramatical, em que um termo não-nominal é ‘reificado’ (*vergegenständlicht*) quando em forma de N. Mackenzie aplica esse conceito para expressões de qualidades que são tratadas como se fossem entidades de primeira ordem.

sido lexicalizados em combinação com seu núcleo, por exemplo *alto*, *crescido* e ocorrências com *altamente*, e seu significado já se tenha afastado do lexema de origem. Devido aos processos derivacionais de mudança categorial, muitas formas de N e aquelas em função de modificação (ADJ e ADV) são morfologicamente mais complexas.

O mapeamento apresentado condiz com a predicabilidade lingüística dos conceitos de base e testa a sua abrangência. Atividades pontuais, como LANÇAR, não formam ADJs nem ADVs com facilidade, pois não demonstram nenhuma relação com propriedades ou modos. O oposto é igualmente válido: propriedades como ALTO dificilmente formam Vs com uso na AE, mas formam estados ('alta'). Outros lexemas, por exemplo CRESCER, FINANCIAR e PRODUZIR são bases para ADJs deverbais, ainda que por meio de morfemas derivacionais próprios. Ver-se-á que, para que o lexema seja incorporado a categorias lexicais que designam propriedades (ADJ), é necessário que haja qualificação. Para chegar a ADV, há o requisito de o modificador ora expressar modo, ora perspectiva, ora âmbito (capítulos 5 e 6).

3.6 Categorias lexicais e sintaxe interna e sintaxe externa

Após discorrer sobre as partes do discurso que correspondem às tradicionais classes de palavras (V, N, ADJ e ADV de modo), convém mostrar um possível elo entre estas e suas formas concretas no texto, quando ocorre mudança categorial. Haspelmath (1996), ao tratar da transposição entre classes de palavras (*transposition* ou *word-class changing*) em termos formais, distingue entre CL do lexema (*lexeme word-class*) – CL-lex – e CL da palavra-ocorrência (*word-form word-class*) – CL-ocorr. A CL-lex é uma unidade significativa, uma forma invariável que é, de certo modo, básica e tem interpretação mais genérica. Possui características de um primitivo semântico e é fornecido pelo Fundo Lexical com um 'rótulo' categorial, seja no nível interpessoal, seja no representacional. Nas línguas flexionais, a categoria lexical pode ser identificada no lexema pelas marcas, como, por exemplo, nas classes predicativas do português – em Ns como DINHEIRO, JORNAL, FÁBRICA; em V como INTERVIR, CRESCER, IMPACTAR; em ADJs como CUSTOSO, LUCRATIVO, ANALISÁVEL; e em ADV como ALTAMENTE e NECESSARIAMENTE. Alguns desses sufixos categoriais já foram apresentados na Figura XIX.

Há línguas nas quais a categoria lexical não é, ou é apenas parcialmente, marcada no lexema. Nesse contexto, é acrescida por marcos de ilocução ou de predicado, ou, para o léxico complexo, por esquemas morfossintáticos, os quais agregam morfemas derivacionais. Mas, independentemente disso, está a CL-ocorr estreitamente relacionada à base do lexema. A CL-ocorr é sempre de incumbência da realização formal na expressão lingüística e é resultado da atualização pelas regras de mapeamento. Aparece marcada não só com as categorias gramaticais da sua classe, mas também com certos afixos que, no exemplo do português, indicam mudança categorial por meio de formas como infinitivo, particípio, gerúndio, nominalizações etc. Se é a convenção que determina a forma do lexema (por exemplo, V no infinitivo, N e ADV no singular e no gênero masculino, quando pertinente), é o uso efetivo do lexema que determina a forma da ocorrência. Assim, a CL-ocorr é uma das pontes de ligação entre léxico e gramática pois é construída na gramática e na codificação, ou seja nas regras de expressão da FG e está vinculada aos componentes do contexto gramatical. A divisão de tarefas entre o léxico e a gramática corresponde à observação, no uso real da linguagem, de mudanças de categoria por meio de marcas morfológicas que são atribuídas a processos derivacionais quando se referem a CL-lex e a processos flexionais quando se referem a CL-ocorr (Haspelmath, 1996 e 2000).

A distinção entre CL-lex e CL-ocorr objetiva a descrição das formas variantes e a explicação funcional destas, de modo a atribuir a CL-lex à sintaxe interna e a CL-ocorr à sintaxe externa. A sintaxe externa refere-se à combinação do lexema de origem com os elementos do mesmo constituinte ou da mesma oração. Um sinal desse tipo de combinação é a concordância nominal no interior de um SRef, ou determinadas restrições de posição no SRef e SPred; o do nível oracional é exemplificado pela concordância entre sujeito e predicado. A sintaxe interna determina que as formas derivadas têm parte de suas propriedades conforme sua CL de origem, como ocorre, por exemplo, quando a valência de uma forma verbal é preservada, tais como em ADJs e Ns verbais, a serem tratados no capítulo 4 e 6. Já a sintaxe externa é determinada pelo estatuto que o item adquire quando assume a CL da palavra-ocorrência. A diferença entre sintaxe interna e sintaxe externa é exemplificada, em (17), com a forma derivacional ‘ajustável’.

- (17) O euro começou com um sistema de tipos de câmbio fixos, mas ajustáveis ao mercado, e sem liberdade de movimentos de capital. (VE-01-11)

A sintaxe externa do ADJ deverbal exige a assimilação da forma ao núcleo do sintagma, do qual depende. Por desempenhar a função de modificador e ser da categoria ADJ, este concorda, por exemplo, em número com seu núcleo ‘tipos de câmbio fixo’, assim como obedece a regras de ordenamento. Já pela sintaxe interna, a CL-ocorr comporta-se como um V, do qual se origina, e preserva parte da sua valência verbal: ‘(alguém) ajustar (algo) (a alguma coisa)’, sendo paráfrase do ADJ: ‘(algo) pode ser ajustado (a alguma coisa)’. Postula-se, então, que há dois processos responsáveis para classificar e explicar a ocorrência de formas por mudança categorial. De acordo com o Quadro XX, estes processos são de responsabilidade de áreas diferentes da gramática, ou seja, localizam-se em componentes diferentes no modelo de gramática: i) os lexemas, com a eventual CL-lex, são primitivos que provêm do léxico e as palavras-ocorrência, com a CL-ocorr, são formadas no processo de codificação e expressão, servindo-se de operadores em forma de morfemas gramaticais livres ou presos. No português, a afixação é preferida. Fora disso, o significado do lexema contribui para a sintaxe interna e para a externa.

QUADRO XX: CATEGORIA LEXICAL E SINTAXE INTERNA / EXTERNA

Categoria lexical do lexema (CL-lex):

determinada pelo componente lexical

→ afeta a sintaxe interna

Categoria lexical da palavra ocorrência (CL-ocorr):

determinada pelos componentes responsáveis pela formulação e codificação

→ afeta a sintaxe externa

Essa divisão de tarefas explica a complexa interação entre CL e lexema sem precisar recorrer a transformações, já que há tanto motivação funcional como motivação gramatical na expressão da categoria lexical. Com isso, há como lidar melhor com as formas variantes que apresentam mudança categorial, tais como as que são tradicionalmente chamadas ‘nominalizações de ação’ ou ‘nominalizações sintáticas’ (*nomina actionis*). Também formas como adjetivos relacionais, participios de uso adjetivo e advérbios deadjetivais, ou seja, alguns tipos de ADV em ‘-mente’, são produtivas no português e presentes nos dados da LEsp da economia. Isso abre espaço para uma análise formal dos fenômenos lexicais mencionados em relação às sintaxe externa e interna. A análise lexical e funcional será feita nos capítulos de análise.

O exemplo (21) representa a forma produtiva do particípio que, embora de origem verbal (com valência de ‘agregar’ subentendida), assimila sua sintaxe externa para um modificador perfectivo que qualifica o núcleo patrimônio. A interpretação do particípio é ambígua entre verbal, devido ao argumento circunstancial preservado, e adjetival, já que na LEsp da ‘economia’ há a forma lexicalizada com uso de ADJ qualificador. É interessante notar que esse tipo de forma adjetival está relacionado a ADJs deverbais com ‘-vel’. Por sinal, caracteriza-se o grupo de formas deverbais (N e V) pela preservação da predicabilidade na sintaxe externa.

4. Advérbios deadjetivais:	sintaxe externa:	ADV
(com subtipos):	sintaxe interna:	ADJ / N

(22) Só resta às multinacionais seguirem à risca aquela velha máxima de marketing de pensar globalmente e agir localmente. (VE-Col-01)

O morfema ‘-mente’ atua como elemento de mudança categorial de ADJ para ADV, extrapolando as formas tradicionais ADV de modo. A paráfrase ‘pensar de modo global” ou ‘em termos globais’ recupera a forma que determina a sintaxe interna, no entanto são a falta de concordância e a posposição, após núcleo verbal que modifica, indicadores claros de sua ocorrência exigida pela sintaxe externa. A CL-ocorr é determinada por dois fatores: i) pela base adjetival – que é denominal e preserva a referencialidade, e ii) pelo ‘-mente’, assim como o é por ‘-al’, ‘-eiro’, ‘-do’ e outros afixos.

Enfatiza-se neste estudo o fato de que há, no português, grande flexibilidade para introduzir formas adjetivais com base em ADJs relacionais, o que cria um quadro particular de distribuição categorial, assim como maior síntese na estrutura oracional (Azpiazu, 2004). Além disso, há relação colocacional entre [ADV + ADJ] e [N + ADJ], tal como em ‘economicamente viável-viabilidade econômica’ e ‘fiscalmente austero-austeridade fiscal’. Isso não será interpretado como uma transformação entre uma estrutura subjacente e uma superficial, mas como indicativo de que os processos de mudança categorial seguem princípios formais regulares que estão fundamentados nas funções de núcleo – modificador. Estas, por sua vez, também se ajustam às necessidades de sintaxe interna e externa, desde que haja o envolvimento de lexemas derivados. São as funções gramaticais, entre outras, as de núcleo – modificador, que fornecem a explicação funcional para a mudança categorial. Os capítulos de análise tratam minuciosamente desse tema.

Os exemplos (23) e (24) apresentam dados com o ADV em função de modificador de adjetivos derivacionais, ‘danoso’ em (23), e ‘massacrado’ em (24), os quais, por sua vez, modificam um núcleo nominal. Ambos são formalmente ADJs deverbais cujas CL-ocorr preservam sua predicabilidade:

- (23) ...que busca não só reduzir o uso de agrotóxicos, mas aplicar produtos potencialmente menos danosos ao meio ambiente e aos seres humanos - trabalhadores rurais e consumidores. (GM-01-11)
- (24) ...aquele funcionário de banco miseravelmente massacrado pelo contador com os recursos da pedagogia ferina do Maquiavel de "O Príncipe"... (VE-Col-01)

Ao se considerar as ‘discrepâncias’ contempladas pelos gramáticos do português entre sintaxe interna e externa nos exemplos que envolvem advérbios adjetivais dos exemplos (23), (24) e (25), percebe-se que estes ultrapassam os tradicionais ADV de modo. Por outro lado, há indícios, já nos exemplos (23) a (24), mas ainda mais em (25), de que muitas formas em ‘-mente’ do português têm uma relação peculiar com a categoria N, seja como núcleo que modificam, seja como CL do lexema de que partem. Constatase que a sintaxe interna de N perpassa o adjetivo relacional e o advérbio derivado e mantém o seu valor referencial.

- (25) A Yamaha Motor traz ao São Paulo Boat Show o mais novo modelo de motor da linha Verde, o F 225A, considerada menos poluente e ecologicamente engajada. (VE-Col-01)

A paráfrase de ‘ecologicamente’ localiza-se entre ‘engajado de forma ecológica/em termos ecológicos’, com ‘ecológico’ em interpretação qualificativa e ‘engajada em termos de ecologia’. Esta última é mais condizente com o núcleo nominal do todo (a moto F 225A). Neste caso, supõe-se não mais um ADJ, mas um N como categoria lexical determinante para a sintaxe interna. Em forma de ADV, o lexema introduz a área de atuação específica e situa um constituinte atributivo complexo na área da ecologia. Esses dados, assim como outros no capítulo 6, mostram a relevância desse processo produtivo não só para a flexibilidade categorial do português, mas também para a influência de áreas especializadas na expressão lingüística.

Formas como o infinitivo, o particípio e o gerúndio do português são um outro grupo de exemplos com formas verbais produtivas, mas que não possuem uma CL específica, em parte por serem formas complexas e por ultrapassarem a unidade lexical ‘palavra’, e possivelmente, por não serem devidamente consideradas pelos gramáticos tradicionais das línguas ocidentais

modernas. Devido a sua versatilidade gramatical, o particípio integrava as partes do discurso do grego antigo (Robins, 2000 [1966]; Neves, 2000). É chamado de *masdar* na tradição gramatical árabe e ocorre como forma flexional em diversas línguas do mundo. Também o *converb* representa uma forma freqüente nas línguas do mundo, usando a forma do gerúndio nas línguas românicas (Haspelmath 1996, entre outros). Ao contrário do infinitivo, o gerúndio não será examinado neste trabalho, já que não diz respeito à mudança categorial como lexema e porque a discrepância entre sintaxe interna e externa se restringe mais à função. Constitui uma das formas verbais dependentes que entra em orações adverbiais, além de expressar Aspecto. Já o infinitivo será tratado como verbo nominal com toda a sua variedade de uso nos capítulos de análise.

O infinitivo, o particípio e o gerúndio são consideradas formas flexionais, mas que – com possível exceção do particípio – não mudam a categoria do lexema. Com exceção do particípio como ADJ e do infinitivo flexionado, eles se apresentam formalmente invariáveis, mas no seu papel prevalecem as características de V (sintaxe interna). Em alguns usos, devem ser vistos no contexto que passa do nível de oração simples e chega às relações inter-oracionais, como em (26) e (27):

- (26) Mas, como o ano deve ser de turbulência por conta das eleições, quem aplicar em ações não pode precisar do dinheiro no curto prazo e tem de estar preparado para perdas. (VE-EI-02)
- (27) Com pequenas quantias, o investidor consegue maior rentabilidade aplicando em fundos que investem em CDB. (VE-27-10)

O exemplo (26) mostra uma oração subordinada subjetiva para expressar um sintagma nominal de forma complexa e, semanticamente, especifica um sujeito por meio de uma ação. O gerúndio, em (27), acrescenta detalhes sobre o modo do predicado verbal principal, como núcleo verbal de uma oração subordinada e tem função adverbial.

Entre as formas verbais, o gerúndio, o particípio e o infinitivo tradicionalmente são categorizados como formas verbais não-finitas, por não carregarem marcas de categorias morfológicas tipicamente verbais. Não obstante, são marcados aspectualmente: o primeiro expressa ação durativa (gerúndio como forma deverbal imperfectiva) e o segundo, o particípio, ação perfectiva ou propriedade dessa ação (Azpiazu, 2004). São formas dependentes, em termos funcionais, já que ocorrem em orações e construções de subordinação e se relacionam ao sujeito na oração principal – que já concorda com um verbo finito. Na

oração subordinada, são núcleos verbais de orações adverbiais (o gerúndio de função adverbial, ou *converb* na literatura tipológica) e de orações de complemento (infinitivo e *nomina actionis*). O particípio passado (28), além da já mencionada função adjetiva no SRef, também ocorre como núcleo de orações relativas e reduzidas de particípio. Neste caso, é sintaticamente dependente do seu núcleo nominal e desempenha a função de um modificador oracional.

- (28) Lançada comercialmente em 1996, a catarina teve as primeiras mudas plantadas imediatamente por pomicultores profissionais. (GM-06-11)

Funcionalmente, observa-se paralelismo entre as categorias lexicais N, ADJ e ADV e as formas verbais dependentes em estruturas complexas de complementação, de relativas e estruturas absolutas e de adverbiais, com a diferença de que estas são predicados complexos para os quais não existe denominação na gramática tradicional. Nesses casos, a função de modificador da unidade oracional toda sobrepõe-se à CL. E como essas unidades ultrapassam o nível de palavra, não cabe falar em categoria lexical, e, sim, em categoria funcional.

O processo de assimilação, morfossintaticamente marcado ou não no lexema, faz-se necessário no discurso, pois é gradual e depende de cada língua. No entanto, há, como já foi mencionado por meio dos dois tipos de categorias lexicais e da distinção entre sintaxe interna e externa, atribuição de componentes específicos do modelo de gramática. A descrição desse fenômeno e da assimilação observada fez surgir as denominações ‘verbalização’, ‘adjetivização’, ‘adverbialização’ e ‘nominalização’ na literatura lingüística, notadamente na perspectiva estruturalista e transformacionalista. No presente trabalho, estas não serão usadas como expressões técnicas para a mudança categorial, embora sua referência (por exemplo, NLZ) possa ajudar, em alguns casos, para situar a questão. Este fenômeno, assim como sua justificativa, será analisado detalhadamente no próximo capítulo.

Se, por um lado, podem ser observados, nas expressões lingüísticas, processos graduais de ajustamento entre sintaxe interna e sintaxe externa, também há necessidade de partir de categorias lexicais prototípicas, pelo fato de que aos elementos lingüísticos são atribuídas categorias lexicais como manifestação da atividade de categorização. Em geral, observa-se que os protótipos de uma categoria lexical melhor expressam a sintaxe interna, enquanto as menos prototípicas se subordinam à sintaxe externa. Isso reflete a hierarquia das funções (sintaxe externa) sobre a da categoria lexical (sintaxe interna).

3.7 Síntese do capítulo 3

Neste capítulo, foram discutidos alguns os pontos de contato entre o léxico e a gramática e a categorização lexical em PdD. Mostrou-se a importância de distinções fundamentais, menos aquelas entre classes predicativas e não-predicativas, tampouco distinções relacionadas a critérios ontológicos, mas sobretudo a distinção existente entre os níveis lexical e sintático. Os resultados confirmam que estes dois níveis freqüentemente interagem e se completam por meio das operações de adscrição e referenciação, bem como na expressão por recursos morfossintáticos. Por último, foi demonstrado que o mapeamento das categorias lexicais e gramaticais é complementar na marcação funcional e se baseia em categorias semânticas. A hierarquia de classes predicativas, por sua vez, co-determina a presença e a expressão formal e categorial dos conceitos da área especializada 'economia'. No ajuste final, contam fatores que provêm tanto da sintaxe interna, quanto da sintaxe externa determinada pela predicação. Assim, foram preparadas as bases teóricas para a análise das premissas e conseqüências na mudança categorial no próximo capítulo.

Capítulo 4 – Nominalidade e sintagma nominal

4.1 Introdução

Nos capítulos anteriores, já foi discutido o papel de destaque da categoria lexical N em geral e na terminologia em particular. Nesta seção, mostrar-se-á que esse fato, além da tradição, também se explica e se justifica pelas características semânticas, conceituais e gramaticais do N, da nominalização e dos contextos nominais, nos quais aparece. Em 4.2, discute-se a tipologia de N, revisam-se classificações tradicionais, e introduzem-se cinco tipos com distinções por individuação conceitual. Além de considerar classificações formais e conceituais, discutir-se-á a questão da nominalidade, que ocorre no nível sintagmático, em 4.3, e suas diversas ocorrências nominalizantes e verbalizantes no interior da oração, respectivamente em 4.4 e 4.5. Por fim, em 4.6, demonstrar-se-á a complexa interação entre o nominal e o verbal em conceitos da AE economia/investimentos.

4.2 Tipologia de substantivos

Uma revisão concisa das características do N como categoria lexical aponta, em primeiro lugar, para sua especificidade semântica e conceitual. Ao contrário das outras categorias, o N possui uma configuração autônoma e é, com exceção dos Ns relacionais, semanticamente saturado. À falta de distinções temporais na conceitualização associada, soma-se o aspecto de ‘categoria’ (Harder, 1992). Este último aspecto está ligado ao protótipo e a sua permeação nos membros da classe dos nominais e realça o valor classificatório e referencial elevado dessa categoria em relação ao V (Sager, 1990). Procura-se, no entanto, não confundir a categoria lexical N com o sintagma nominal (ou sintagmas referencial, SRef) em que o N prototipicamente constitui o núcleo lexical. Tampouco a atemporalidade sustenta-se como critério exclusivo, conforme a discussão nas próximas seções, já que a categoria conceitual ‘evento’ (EstC) pode bem ser expressa em forma de N, por nominalização. A

definição mais adequada, então, parece ser a que define o N como a categoria de lexemas que é lexicalmente especificada para uso em posição de núcleo nominal (Harder, 1992). A partir daí, será possível propor a distinção fundamental entre N e nominal e a distinção entre os tipos de entidade e sua expressão lingüística.

4.2.1 Classificação dos substantivos

Será pertinente examinar algumas classificações, já que as subcategorias refletem a categorização e se manifestam com marcas gramaticais nos sintagmas, assim como explicam fatos que, freqüentemente, são atribuídos a ‘idiossincrasias’ do léxico comum ou especializado. A classificação que condiz mais com a descrição do que com a explicação é a morfológica, por exemplo, em pares como primitivo-derivado, simples-composto e outros. Outras distinções tradicionais são as que são feitas entre substantivo próprio e substantivo comum e substantivo concreto e abstrato. Na primeira, interessa que o N comum, reunindo conteúdo semântico e função denominativa e descritiva, pode tanto assumir a função de N quanto de nominal e, com isso, presta-se i) para rotular a categoria estabelecida e ii) para definir o conjunto de propriedades que a identificam.

Mais complicada é a classificação semântica entre concreto e abstrato devido à freqüente falta de critérios para definir o que é abstrato (Correia, 2004). Uma abordagem semântica, como a de Lyons (1977) e da F(D)G, presta-se melhor para estabelecer uma distinção mais clara em termos de tipos de entidades referidos pelo N, embora o ‘abstrato’ possa ser de tipos muito variados. Por definição, Ns concretos possuem extensão mais visível e delimitável (Rijkhoff, 2002). Referem sempre a Ent-1 (IndObj), enquanto Ns abstratos estão para Ent-zero (‘alegria’, ‘inteligência’), Ent-1 (‘paz’, ‘círculo’), Ent-2 (‘classificação’, ‘recebimento’) e, embora com menos freqüência, para entidades de ordem mais alta (‘fato’, ‘questão’, ‘idéia’), já que estas últimas normalmente se manifestam por expressões e construções analíticas. Por outro lado, há Ns com mais de uma acepção, tais como ‘alegria’, visto como propriedade e como estado (Ent-zero), ou, por exemplo, ‘classificação’ como Ent-1, na interpretação resultativa, ou como Ent-2, quando processo. Essas e outras complexidades reduzem o valor de aplicação da distinção concreto-abstrato para classificar os Ns do discurso especializado, tendo em vista que prevalecem conceitos intuitivamente ‘abstratos’ (‘taxas’, ‘inflação’), ações (‘aplicação’, ‘lançamento’), processos (‘queda’,

‘percepção’), estados (‘alta’, ‘volatilidade’), proposições e avaliações. Além disso, instanciação e especificação dos conceitos, por meio de propriedades, são fatores fundamentais que estabelecem o significado no contexto comunicativo e na área. Isso mostra que a classificação somente entre Ns abstratos e concretos não é suficientemente precisa e explicativa.

A distinção entre N contável e N não-contável (N de massa ou N massivo) é mencionada por vários autores (para o português, entre outros Neves, 2000, Camacho & Pezzatti 2002, Correia, 2004), sem, no entanto, ter recebido a atenção merecida. Esta distinção apresenta conseqüências gramaticais significativas relacionadas com a quantificação e o uso de singular (SG) e plural (PL). Por exemplo, os Ns contáveis são marcados pela distinção SG-PL, assim como pelo uso de números cardinais (‘um livro’ - ‘dois livros’).²² A contabilidade geralmente coincide com os Ns concretos e demonstra a preferência tracionalmente dada ao protótipo de N: o N concreto e contável. Alguns outros casos, nos quais não há congruência entre a marcação de número e a contabilidade, apresentam formas lexicalizadas e são conhecidas como *pluralia tantum* (por exemplo, ‘bodas’) e *singularia tantum* (por exemplo, ‘polícia’, na interpretação de ‘conjunto de policiais’).

Os Ns não-contáveis são neutros em relação à marcação de número e sua quantificação ocorre no português por expressões analíticas de medida que envolvem o relator ‘de’ e obedecem às restrições semânticas entre o tipo de medida e a substância medida (‘um pedaço de pão’, ‘um metro de fita’, ‘uma garrafa de vinho’, mas também com ‘um pouco de’, ‘um resto de’, ‘grande quantidade de’ etc.). Há ainda um outro grupo de N, os coletivos, que também dispensa a marcação gramatical pela categoria Número. Os coletivos não mostram quantificação de uma substância homogênea, mas um elemento superordenador que agrupa diversos componentes com algum tipo de relação, sem ser homogêneo (‘móveis’, ‘talheres’, ‘manada’). Muitas vezes, a contabilidade não é inerente à entidade, mas depende da conceitualização feita. Por exemplo, a substância ‘uva’ (*grape*, de Rijkhoff, 2002) pode ser concebida como entidade coletiva (‘uma penca de uva’), como unidades em objetos individuais distintos (‘50 uvas’) ou como massa (‘meio quilo de uva’), sem afetar o conceito,

²² Para uma distinção mais precisa no inglês, Vossen (1993) apresenta um conjunto de testes com diversos tipos de quantificadores.

embora o português agrupe as distinções ‘coletivo’ e ‘massa’ pela falta da marca PL (coletivo ‘uva’ e massa ‘uva’ *versus* N de objetos singulares ‘uva(s)’).

As classes de N receberam tratamento detalhado em Dik (1997a, e trabalhos anteriores), que estabeleceu a supercategoria *ensemble* com as subcategorias objetos individuais (*individuals*), conjuntos (*sets*) e massa (*mass*). Esse agrupamento baseia-se em estudos tipológicos e filosóficos, e foi refinado para Ent-1 por Rijkhoff (2002, e publicações anteriores). Sob o termo *Seinsart* (ou ‘modo de ser’), uma propriedade nominal representada na dimensão espacial, este autor elabora uma classificação da categoria nominal segundo os traços [\pm contorno] (*shape*) e [\pm homogeneidade] (*homogeneity*). O traço [contorno] – e isso é previsível pela definição de N – é fundamental para todos os seis tipos de Ns estabelecidos por Rijkhoff (*singular object nouns, collective nouns, set nouns, sort nouns, mass nouns, general nouns*).

Para o português, dos seis tipos destacam-se quatro, que surgem pela combinação de traços representados no Quadro XXI: N de objetos singulares, ou contáveis (*singular object nouns*), N de conjuntos, ou coletivos (*collective nouns*), N de massa, ou não-contáveis (*mass nouns*) e N genéricos, ou gerais (*general nouns*).

QUADRO XXI – TIPOLOGIA DE N (ADAPT. DE RIJKHOFF, 2002)

Tipo	Traços	Exemplo
N de objetos singulares	[+contorno], [-homogeneidade]	livro
N coletivos	[+contorno], [+homogeneidade]	móveis
N de massa	[-contorno], [+homogeneidade]	água
N genéricos	[-contorno]	água (em ‘bolsa de água’)

As três primeiras classes também fazem parte da classificação de Vossen (1995). Incluiu-se o quarto tipo, o de Ns genéricos, por ser relevante para os estudos do léxico comum e especializado. Deve-se lembrar que os quatro tipos se caracterizam por distinções semânticas e gramaticais. A oposição SG-PL, mostrada nos exemplos a seguir, comprova que a subcategorização ‘contabilidade’ não é uma noção cognitiva de individuação, mas constitui-se como um fenômeno gramatical de flexão. Percebe-se a produtividade e a

regularidade de (1) a (3), em que um mesmo lexema ('aplicação') permite diversas interpretações.

- (1) Os FIF cambiais encerraram outubro com alta nominal de 4%, a melhor entre as aplicações. (GM-01-11)
- (2) A continuidade da instabilidade dos mercados financeiros cria oportunidades de ganhos futuros para os fundos de carteira livre, que circulam entre os diversos tipos de aplicações. (VE-27-10)
- (3) A alta no mercado futuro de juros prejudicou alguns fundos de renda fixa prefixados, mas os analistas dizem que não é hora de trocar de aplicação. (VE-26-10)

Em (1), há um claro exemplo de N de objetos singulares, no qual o PL indica a contabilidade, reforçado por 'a melhor entre'. Uma outra marca gramatical é o artigo, que indica a definitude (que se deve ao fato de o item ser núcleo de um SRef). 'Aplicações', em (2), é um N de massa em forma de *pluralia tantum*. Apesar de a expressão 'tipo de' não ser de Quantificação (ou medida), ela indica a relação semântica de hiponímia, de especificação e individuação entre um conjunto de aplicações e aproxima o N da classe dos genéricos. O que dificulta a interpretação de genérico, na verdade, é a marca de PL no lexema. Assim, comprova-se que a categoria Número é distintiva entre Ns genéricos e de massa. O lexema é claramente genérico em (3), sem artigo e sem marcas de Número.

Observe agora o mesmo lexema 'aplicação' representando um evento (Ent-2) em (4). O N é dependente e só se completa pelo complemento 'dos fundos' e também se subordina a 'limites de'. Assim os traços de [\pm contorno] e [\pm homogeneidade] não se aplicam e não há marcas de Número nem de Definitude. Com isso, o N em (4) se enquadra no tipo de N genérico, que, na tradição gramatical, é chamado de 'N abstrato'.

- (4) Kliass também não concordava com posição defendida pela Comissão de Valores Mobiliários no grupo que estuda alterações nos limites de aplicação dos fundos. (VE-01-11)

Para completar a tipologia de N em relação aos coletivos, Vossen refina a subclassificação dos Ns de massa. Além de Ns de substâncias como 'água', 'ouro' etc. e *pluralia tantum* como 'aplicações' em (2), dois outros tipos de N de massa interessam: N de massa multiforme (ou Ns multiformes), e N de massa pluriforme (ou Ns pluriformes). O primeiro tipo, exemplificado por 'portfólio' em (5), apresenta uma forma de N própria, no qual o conceito de especialidade leva à interpretação não de massa homogênea, mas de N

coletivo composto por componentes individuais, ou seja, por tipos de títulos e fundos que compõem um portfólio (ou uma ‘carteira’). O segundo tipo mostrado em (6), o dos Ns pluriformes, baseia-se em processo produtivo de formação de N por derivação ou composição, com um morfema (‘-veis’) que denomina uma classe inteira.²³

- (5) "Por mais que o volume fique concentrado, os grandes caixas, como fundos de pensão e empresas sempre vão querer ter pelo menos uma pequena parte de seu portfólio em uma aplicação diferenciada", diz Pitta, do Brascan. (VE-EI-02)
- (6) Aumentou, por exemplo, a oferta de consórcios imobiliários por diversas instituições privadas, como parte de uma política alternativa de financiamento de imóveis. (VE-EI-01)

Os Ns multiformes (‘portfólio’) são de formação idiossincrática e, por sua vez, podem ocorrer como Ns contáveis ou não-contáveis. Isso significa que esses coletivos se comportam gramaticalmente como Ns contáveis. Nos Ns pluriformes, a individuação gramatical diverge da conceitual; só há um morfema invariável para expressão da noção de coletivo, por exemplo, sempre o PL com ‘-veis’ do substantivo ‘imóveis’ em (6). Ambos, Ns multiformes e pluriformes, abrangem componentes diversificados e são alternativas para o conjunto { } de peças individuais pluralizadas (7).

- (7) a. portfólio = {títulos, fundos, ações etc.}
b. imóveis = {casas, prédios, terrenos etc.}

O interessante desse último grupo, ou dos Ns pluriformes, é a alta produtividade para formar cadeias de coletivos que usam o morfema sufixal como elemento genérico e a base como especificador. Assim, os morfemas vinculam-se, com maior ou menor transparência, a entidades que se agrupam em determinadas técnicas ou áreas de conhecimento ou especialidade (Gutiérrez Rodilla, 1998). ‘Imóveis’ é um exemplo de uma classe que se forma em torno de tipos de bens alienáveis (ou ‘bem’), com ‘-veis’ ou ‘-vel’ (8); ‘detergente’ é um dos representantes de líquidos da área da química, com ‘-nte’, que se vincula a bases verbais (9); ‘macarronada’ é um dos representantes de comida da área da culinária (10), amplamente discutido em Correia (2004); o morfema em ‘cafezal’ remete a uma área de plantação (11) e o

²³ Mostrar-se-á que o português usa mais a derivação ou processos analíticos para formar N multiformes, em oposição às línguas germânicas que privilegiam a composição. No inglês, há elementos de composição como ‘-ware’ para nomear coletivos (*hardware, software*) e no alemão, ‘-ware’, ‘-gut’, ‘-zeug’ (*Handelsware, Steingut, Werkzeug*). Vossen também traz uma lista extensa desses formantes para o holandês.

‘-ia’ da cadeia em (12) parece ter-se especializado em lugares e estabelecimentos comerciais, embora também haja formas que façam parte de conjuntos (‘cavalaria’).

(8) -veis: imóveis, móveis, recebíveis, comestíveis, perecíveis etc.

(9) -nte: detergente, solvente, amaciante, lubrificante etc.

(10) -ada: macarronada, goiabada, limonada; garotada etc.

(11) -al: cafezal, arrozal, bambuzal etc.

(12) -ia: livraria, padaria, lavanderia; cavalaria etc.

O morfema ‘-vel’ (8) indica modalidade de capacidade no seu significado mais básico (capítulo 6) e liga-se, normalmente, a bases verbais (ou predicativas). A ocorrência nos dados em (7) sugere que há um núcleo nominal apagado que é, ou foi, modificado por um ADJ deverbal em ‘-vel’. Isso pode ser visto em expressões como ‘bens duráveis’ ou ‘alimentos perecíveis’, em que o N genérico (ainda) foi mantido.

Percebe-se, portanto, que o fenômeno de Ns pluriformes aponta para interessantes pistas na formação do léxico especializado do português, além de lançar luz sobre alguns morfemas produtivos e suas particularidades. O recurso de formantes, sufixais ou posicionais, é também freqüente na área química, na qual foi criado um conjunto de formantes lexicais para relacionar sistematicamente os reativos a determinados comportamentos e características, assim como também direcionou a taxonomia botânica por meio de derivativos do latim. Entretanto, deve ser ressaltado que não foram encontrados morfemas exclusivos na área da economia, e, sim, processos analíticos de especificação. Isso tudo indica que a expressão lingüística de conceitos comuns e especializados se serve das possibilidades gramaticais e lexicais da língua para classificar as entidades relevantes.

O exame das diversas classes de N pretendeu deixar claro que i) a classificação dos Ns nos tipos do Quadro XXI é relevante para a análise semântica e morfossintática; ii) as subcategorias, ou classes, são impostas pelo N nuclear, apesar dos operadores completarem a tipologia no nível sintagmático; iii) a marcação gramatical dá-se para as noções contável–não-contável, mas não para concreto–abstrato; e iv) o português lança mão de recursos gramaticais (operadores) e lexicais (sufixos/elementos de composição) para categorizar o vocabulário dos lexemas de categoria N.

Confirmando a classificação baseada na *Seinsart* de Rijkhoff nos dados e ampliando-a com as observações sobre regularidade e produtividade, Vossen (1995) lembra que são vários

os efeitos para a individuação gramatical de conceitos nominais. Além da divisão em agrupamentos (os coletivos), da necessidade de quantificadores e recursos gramaticais (os operadores de Número e Definitude), também há o recurso em que o falante escolhe determinados itens lexicais simples e complexos para expressar perspectiva e avaliação (os *cognitive synonyms* de Cruse (1986)). Isso se dá, por exemplo, quando é usado ‘vira-lata’ para ‘cachorro’ ou quando expressões fraseológicas ou metafóricas são selecionadas para denominar realidades complexas (Alves, 2002). Há ainda vários sufixos para denominar coletivos (N pluriformes), que também incluem conotação pejorativa (Correia, 2004; Rocha, 1998; entre outros).

4.2.2 Classes de individuação conceitual

Independentemente dos casos especiais mencionados na subseção anterior, a expressão lingüística impõe determinadas conceitualizações da realidade a serem expressas, partindo do nível básico de uma entidade denotada. Segundo Vossen, as variantes lingüísticas de N com suas distinções gramaticais, decorrentes dessa individuação são parcialmente funcionais, ou seja, gramaticais, e parcialmente arbitrárias, quer dizer, lexicais. Essas reflexões permitem o agrupamento dos N não somente segundo as marcas gramaticais, como feito anteriormente, mas também segundo a individuação conceitual. Para tanto, retoma-se a discussão sobre a hierarquia dos níveis de conceitualização e as relações conceituais, a fim de verificar alguns efeitos nas classes de N.

A tipologia a seguir, inspirada em Vossen (1995), baseia-se em dependências conceituais em relação ao nível básico (denotação) estabelecido para determinadas realidades e situações e, por isso, aplica-se também em determinadas áreas de conhecimento e de atuação. A partir desse nível, cada tipo expressa e conceitualiza diferentes propriedades. Desta forma, podem ser estabelecidas as seguintes classes de N de individuação conceitual:

- Tipo 1: Nomes
- Tipo 2: Subordinados
- Tipo 3: Superordenados ou Ns pluriformes
- Tipo 4: Todo/componentes/grupos

- Tipo 5: Formas pejorativas e apelidos

Tipo 1: Nomes

O primeiro tipo de N, o dos nomes, é o mais neutro em termos de informação e conteúdo semântico. Este tipo nomeia as coisas no mundo e desempenha melhor o papel de identificador de referência, já que a conceitualização é transparente. Aproximam-se dos nomes próprios, segundo Taylor (2003). Para o autor, a semelhança vale para palavras de nível básico, supostamente da língua comum, e será aqui estendida para uma língua de especialidade, quando usada no âmbito da comunicação especializada. Uma das ressalvas é de que os Nomes são mais relacionais e dependem da conceitualização compartilhada entre os usuários – que pode sofrer variação e alterações. Incluem-se aqui os termos (ou UTs) de uma área, que figuram como quase-rótulos para os especialistas e iniciados da área. Mais ainda do que as formas reduzidas, características do nível básico, esse tipo se aplica às abreviações e siglas, já que são abstrações extremas da expressão lingüística e, muitas vezes, têm mais valor referencial do que descritivo. De fato, os nomes são isentos de especificação e pressuposição (Vossen, 1995). Veja exemplos para Ns do Tipo 1 em (13) a (15):

(13) PIB (= Produto Interno Bruto)

(14) FACs (= fundos de aplicação em cotas)

(15) IPO (= oferta pública inicial de ações)

As siglas em (13) e (14) recuperam as iniciais das UTs, assemelham-se foneticamente a palavras da língua portuguesa, admitem artigo (o PIB, as FACs) e, como visível na marca de plural em (14), são contáveis. Já em (15) não há correlação entre a denominação por extenso e as iniciais, visto que a sigla se constitui a partir do inglês. Supõe-se que haja insegurança em relação ao artigo ('o' ou 'a') e ao número. Representa, no entanto, assim como outras siglas e truncamentos, um claro referente para o especialista, embora possa haver algumas variações.

Tipo 2: Subordinados

O segundo tipo é o dos **Ns subordinados**, que coincide com as chamadas palavras de nível básico. Contêm a quantidade de informação e especificação apropriada para denominar um conceito 'auto-suficiente', ou seja, possuem os traços básicos para distinguir o conceito em termos de conhecimento do mundo ou da AE. Compõem-se de uma parte pressuposta,

genérica, e outra assertiva. Por exemplo, ‘potro’ é um ‘filhote de cavalo’. A parte pressuposta é que o animal é da espécie ‘cavalo’, e a informação acrescida, a de que é filhote (Cruse, 1986). Assim, esse tipo de N pode ser predicado ou definido em expressões analíticas, como por exemplo, em definições lexicográficas.

A tendência é que um subordinado seja representado por uma forma lingüística mais curta, por exemplo, um N, mas não exclusivamente. Por outro lado, pode ser também uma expressão analítica e trazer a informação especificadora necessária como modificador analítico. Para isso, são levados em conta diversos fatores, tais como o tipo de conceito, as características da língua (mais composicional, mais derivacional ou mais analítica) e convenções estabelecidas. Quando a assertiva não está lexicalmente integrada, pode haver alternativas e maneiras não-convencionais de referência, justamente para focalizar os traços distintivos. Veja um exemplo em (16), no qual ‘títulos’ figura como subordinado de ‘fundos’.

- (16) Outro ponto é que existem poucas alternativas para o investidor que deseja ter parte do patrimônio em títulos pré. Só existem cerca de quatro fundos de investimento que têm 100% da carteira aplicada nesses papéis. A maioria dos fundos de renda fixa mescla títulos pré e pós-fixados. (VE-EI-02)

Os ‘títulos pré’ referem-se a ‘títulos que têm a renda pré-fixada’ e distinguem-se daqueles com renda posteriormente fixada (pós-fixados). Essa assertiva sobre os títulos é fundamental na área de finanças e investimento, pois o N ‘títulos’ é genérico demais e exige o acréscimo da propriedade que esclarece a informação essencial sobre o valor da renda: se é fixado de antemão ou depois (‘pré’ ou ‘pós’). A partir desse termo básico, pode haver mais especificação, se necessário, por exemplo, em ‘títulos públicos pré-fixados’. No entanto, o que constitui a propriedade distintiva dos títulos não é o fato de ser fixada, mas, sim, o ‘pré’ e o ‘pós’. Isso oferece pistas importantes para a variabilidade das formas.

Tipo 3: Superordenados ou Ns pluriformes

Os Ns superordenados agrupam-se, junto aos subordinados, no eixo da hiponímia e situam-se no nível mais genérico, acima do nível básico (Cruse, 1986; Vossen, 1995; Polguère, 2003; Otman, 1996; entre outros). Diferentemente dos N subordinados, os superordenados enfatizam propriedades generalizadas, que posicionam o N no centro de uma classe inteira. Este núcleo envolve um elemento lingüístico com um traço genérico que é

herdado pelos membros mais específicos da classe (*inheritance*) e pode ligar-se a uma base específica, tanto por meios sintéticos quanto por meios analíticos.

O recurso sintético de especificação já foi introduzido na subseção anterior em relação aos Ns pluriformes, nos quais a noção de superordenação está no sufixo, como nos exemplo e (8) a (12). O alcance dessa estratégia de classificação lexical não se restringe somente a algumas áreas de conhecimento, mas também permeia a formação de palavras em geral e, até mesmo, a morfossintaxe e a mudança categorial. Assim, pode-se interpretar grande parte da sufixação derivacional do português como atuação dos superordenados, principalmente quando os sufixos derivacionais têm algum aporte semântico.

Processos produtivos, como a chamada ‘nominalização argumentativa’ (Vossen, 1995), ou nominalização (doravante NLZ), são passíveis de serem explicados dessa forma, por exemplo, a mudança categorial produtiva de V para N do português. Os sufixos derivacionais, que geralmente são considerados como semanticamente esvaziados, expressam categorias semânticas tão genéricas que mais sobressai a função de mudança categorial do que o acréscimo semântico à base. Essas categorias semânticas, a saber Ação, Agente, Resultado, Propriedade/Estado, coincidem, no entanto, com a ontologia lingüística básica e, assim, perpassam não só a formação de palavras da língua comum, mas também a da LEsp da economia (Quadro XXII). Com essa perspectiva semântica, é introduzido o processo nominalizador, antes de ser tratado em outras abordagens nas seções a seguir.²⁴

²⁴ Estudos tipológicos (Comrie & Thompson, 1985; Koptjevskaja-Tamm, 1993, Croft *et al.*, 1990) mostram que em algumas línguas há confluência de sufixos entre NLZ agentiva, locativa e instrumental. Veja, por exemplo, os sufixos ‘-eiro/-eira’ do português para Agente (faxineiro/a), Lugar (galinheiro, pedreira) e, por derivação, coletivo de objetos guardados em um lugar (faqueiro) e Instrumento (lavadeira). Observe que, em parte, também confluem Agente e Instrumento no sufixo ‘-dor’. Em outras línguas, também há morfemas derivacionais para indicar, por exemplo, Tempo, Modo, Razão, Fato (Comrie & Thompson, 1985; Correia, 2004; Haspelmath, 1996).

QUADRO XXII: SUFIXOS DE SUPERORDENAÇÃO:

Expressão de:	Morfema	Exemplos
Ação <i>nomina actionis</i>	-ção, -mento, -agem	produção, lançamento, alavancagem
Agente <i>nomina agentis</i>	-or, -dor, -eiro, -ista, -nte	gestor, investidor, banqueiro, financista, negociante
Resultado <i>nomina actis</i>	-	produto, lance, gasto, venda
Propriedade e estado <i>nomina qualitatis/essendi</i>	-(i)dade, -ncia, -	rentabilidade, inoperância, alta

O quadro mostra que o português atualiza o traço genérico Ação/Processo no predicado verbal ‘produzir’ pelo sufixo ‘-ção’, o que leva ao lexema de categoria N PRODUÇÃO (*nomina actionis*). Com a adição sufixal ao lexema de categoria V, também são expressos os conceitos de Agente (*nomina agentis*), Resultado (*nomina actis*), Propriedade e Estado (*nomina qualitatis/essendi*), sendo que estas últimas coincidem frequentemente. Assim, consideram-se os sufixos listados no Quadro XXII como representantes dos conceitos mais gerais Ação/Processo, Agente, Resultado, Qualidade, Lugar e Instrumento, que se expressam em N pluriformes. Observe, no entanto, que Resultado (*obiectum effectum* e *nomina actis*) costuma ser expresso em português por uma forma mais curta, formada pela chamada ‘derivação regressiva’.²⁵ Os lexemas PRODUÇÃO – LANÇAMENTO e PRODUTO – LANCE expressam, respectivamente, os eventos e os resultados dos eventos.

Numa abstração ainda maior, reconhece-se a formação de classes de N, como expressão da ontologia geral nesse processo altamente produtivo, fato corroborado pelo pouco conteúdo semântico desses morfemas. Os Ns de Ent-1 (IndObj) que resultam de uma ação ou de um

²⁵ Para os fins deste trabalho, não é considerada a subdistinção da NLZ de resultado entre *nomina actis* (por exemplo, ‘dança’) e *obiectum effectum* (por exemplo, ‘aplicação’, com interpretação de resultado), uma vez que ambos têm comportamento sintático e semântico semelhante. Com isso, a abreviação NActi aplica-se tanto para *nomina actionais* quanto para *obiectum effectum*.

processo correspondem aos *nomina actis* (NActi); as Ent-2 (EstC), aos *nomina actionis* (NAct); e as Ent-zero (Propriedades), aos *nomina qualitatis* ou *nomina essendi*. As propostas de ampliação e de especificação desses conceitos gerais (Mackenzie, 1992 e 1998) respondem não só aos fenômenos observados na expressão morfossintática das línguas, mas também abrem perspectivas para o estudo da ontologia das LEsp. Para o fim de apresentação dessa seção, a da individuação conceitual, confirma-se o pressuposto de que a expressão formal da mudança categorial também é direcionada por bases conceituais.

Como contraponto ao recurso sintético de expressar classes de conceitos gerais por superordenação e derivação, a língua portuguesa também conta com meios analíticos produtivos. Isso se deve ao fato de os recursos morfológicos da língua para derivação serem relativamente restritos. Por exemplo, não há no português um morfema para expressar a factualidade de modo sintético, ou seja, uma entidade de ordem mais alta como Prop só pode ser circunscrita pelo N genérico ‘fato’ e locuções como ‘o fato de’. Por outro lado, a forma analítica oferece mais possibilidades predicativas de especificação e focalização e amplia a variabilidade. Observe que, nas expressões variantes ‘evento de lançar’ e ‘lançamento’, em (17), há variação entre a forma analítica e a forma sintética:

- (17) a. o evento de lançar um produto novo
- b. o lançamento de um produto novo

A variante analítica é portanto constituída por um N genérico, ou núcleo vazio (*void head*), e um complemento oracional que o descreve (Vossen, 1995). O núcleo sintático é o hiperônimo da palavra definida e especificada no complemento. Percebe-se, então, a estreita relação com o modo sintético de superordenação: os mesmos Ns genéricos que antes eram incorporados como conceitos e por recursos morfológicos, agora, vêm explicitados. A expressão do conceito genérico por um item lexical, e a especificação como complemento deste, possui algumas vantagens. Uma é que o uso de ‘o evento de’, em (17a), permite acréscimos no conteúdo semântico, por exemplo, afirmando que o produto foi lançado em circunstâncias especiais (em um evento), assim como possibilita focalizar a eventividade. Assim, Ns genéricos, ou Ns menos específicos, são reforçados na sua individualização conceitual quando fazem parte das chamadas Construções de Foco (capítulo 5).

Outras vantagens de extrair o núcleo genérico, que estão relacionadas à coesão textual, são a abstração de algumas propriedades e a ênfase em propriedades generalizadas, no caso de

referência identificadora, seja quando uma entidade é novamente referida mais adiante, seja quando é introduzida antes de ser completamente identificada (18).

- (18) O banco conseguiu um retorno de até 106% do CDI com operações de arbitragem com títulos cambiais ou corrigidos pelo IGPM. Essas aplicações tiveram seu rendimento convertido para o CDI por meio dos chamados swaps de taxas. (VE-27-10)

A retomada resumitiva das operações especificadas por ‘essas aplicações’ em (18) é uma estratégia não exclusiva dos Ns superordenados. Também pode ocorrer com N nominalizados, para resumir um EstC já apresentado, e ainda no Tipo 4, embora com características diferentes. De qualquer modo, a referência identificadora explicita as relações hiperonímicas que perpassam o texto e o discurso.

Tipo 4: Todo/componentes/grupos

O grupo de N que conceitualiza formas de ‘todo/componentes/grupos’ é mais heterogêneo, mas expressa os efeitos do agrupamento por distribuição diferenciada de propriedades. Esse agrupamento em um item lexical dá-se no eixo da meronímia, por exemplo, de acordo com dependências conceituais de parte-todo, já que estes refletem efeitos de agrupamentos. Essas dependências podem organizar-se das partes para o todo ou do todo para os componentes, mas sempre levam a configurações particulares de distribuição. O que importa para a discussão é que as diferenças de individuação conceitual se cristalizam em formas lexicais, nos Ns multiformes, embora as relações de dependência possam ser traçadas nos trechos lingüísticos maiores.

Assim, esse tipo de N também ajuda a estruturar o texto em termos lexicais e contribui para a coesão, à medida que estabelece as relações com as partes. Estabelece-se, no interior do campo semântico ‘aplicações’, uma rede de lexemas relacionados (Rastier et al., 2002). Veja o trecho textual com o coletivo ‘carteira’ (neste caso, contável); e ‘papéis’, como partes de ‘carteira’ (19).

- (19) Nas carteiras dos fundos da Investidor Profissional os títulos de renda fixa são todos do governo federal. Por isso, segundo Athilas, não há problema em precificar esses papéis, porque são papéis bastante negociados e considerados livres de risco. Já para precificar as ações, Athilas recorre à cotação média do papel na Bolsa. (VE-EI-02)

O termo ‘carteira’ em (19) é um bom exemplo de coletivo que é formado, entre outros, por fundos, título e ações, e mostra dois processos diferentes no exemplo citado. Um é a relação entre o todo e as partes pelo N ‘carteira’; e o outro, a retomada do conjunto com um N hiponímico em relação às partes (‘esses papéis’). De fato, ‘carteira’ consta como coletivo, ou um tipo de superordenado, de fundos, títulos e ações e ‘papéis’. Também há diferenças em termos de contabilidade: ‘carteira’ é contável, e ‘papéis’ ora é contável, ora não. O último ainda aparece como N genérico em ‘cotação média do papel na Bolsa’. Com isso, o estatuto de contável e genérico não é necessariamente dado de antemão, mas estabelece-se no discurso e no texto, assim como as relações entre o todo e as partes se estabelecem por meio de Ns coletivos e dos componentes que os compõem. Esse fato reforça a importância de analisar os itens lexicais nos seus contextos de ocorrência.

Em relação à genericidade, deve-se destacar que também no uso colocacional os Ns se tornam mais genéricos. Uma investigação das colocações em torno de ‘papéis’, ‘ações’, ‘títulos’, ‘fundos’ e ‘aplicações’ mostra que o item lexical que entrar em expressões mais fixas é, de preferência, ‘papéis’, e não é modificado. No caso de ‘carteira’, observa-se que a genericidade é obtida pela ausência do artigo, e o reforço da noção de ‘locativo’, pela preposição ‘em’. Ocorrem colocações como ‘manter/ter os papéis em carteira’, assim como ‘operar papéis’ e ‘girar papéis’, esta última exemplificada em (20).

(20) O que gera mais retorno, montar uma carteira de ações de longo prazo ou operar e girar os papéis constantemente em busca das melhores oportunidades? (VE-EI-02)

No dado acima, há a coocorrência freqüente de ‘carteira’ e ‘papéis’, sendo que o sentido de coletivo tende a ser realçado por meio de verbos de posicionamento e pela preposição ‘em’, também em (19) e nas colocações. Além disso, ‘carteira’ tende a se aproximar de um quantificador em ‘uma carteira de ações’ em (20).

Tipo 5: Formas pejorativas e apelidos

Por último, mencionam-se Ns que representam **formas pejorativas ou melhorativas e apelidos**, que incluem a avaliação do conceito pelo falante. Como essa classe não está no centro de interesse deste trabalho, só será mencionado um termo freqüente da área econômica, para exemplificação: ‘bolo’ (21).

- (21) A operação deve ser um sucesso, porque os conglomerados financeiros estão com baixíssima alavancagem em títulos prefixados - consagrados como 'cereja do bolo' quando os juros estão em queda no país e, possivelmente, por tempo prolongado. (VE-Col-01)

'Bolo' é forma melhorativa e está para 'lucro'. É também encontrado em expressões fraseológicas e colocacionais ('repartir o bolo', 'a fatia do bolo'). No dado acima, 'bolo' é descrito nas suas partes, e o lucro dos títulos prefixados, visto como o detalhe 'cereja'. Esse tipo de N ocorre principalmente nos comentários e quando opiniões pessoais transparecem em entrevistas ou na fala direta.

4.3 O sintagma referencial

4.3.1 Diferença N – nominal

A categoria N, discutida na seção anterior, é o núcleo prototípico nos sintagmas nominais e nos sintagmas referenciais e, freqüentemente, é de difícil distinção do próprio N. No entanto, devido às conseqüências da referenciação para a gramática e para o léxico, justifica-se sua análise detalhada. Apesar de importante, a diferenciação entre N e nominal nem sempre tem recebido a atenção devida. Principalmente a NLZ e outros fenômenos de derivação tendem a ser atribuídos quase exclusivamente ao léxico, sem considerar a complexa interação entre este e as regularidades gramaticais que se baseiam em fatores semânticos. Isso faz com que todos os itens lexicais em N, que aparecem em forma de palavras, como as formas nominalizadas, logo sejam enquadrados na categoria lexical N e não na categoria sintática 'nominal'. Muitas vezes, prefere-se tratar o nominal em oposição ao verbal e desconsiderar as distinções internas daquilo que é chamado 'nominal'.

De fato, o N é um lexema da categoria lexical N, ao passo que nominais não são lexemas, mas palavras-ocorrências. Freqüentemente, mas não exclusivamente, são unidades lingüísticas complexas, especificadas em torno de um núcleo N, mas também podem não ter núcleo (Hengeveld, n.p.). N e nominais não são as mesmas categorias, tampouco são do mesmo nível lingüístico: o N é categoria lexical, do nível lingüístico 'palavra', e o nominal é um fenômeno gramatical, dos níveis lingüísticos 'palavra', 'sintagma' e/ou 'oração'. Em termos semânticos, um N tipicamente designa um IndObj (Ent-1 ou Ent-2 lexicalizada e com

interpretação de IndObj, ou Ent-3 como ‘fato’), enquanto um nominal também designa entidades de ordem mais alta (Ent-2 ou mais). O quadro a seguir mostra as diferenças, assim como as características de designação do tipo de entidade, que se dão por denotação no N e por referência no nominal.

QUADRO XXIII: DISTINÇÃO ENTRE N E NOMINAL

	N	Nominal
Tipo de categoria:	lexical	gramatical
Nível lingüístico:	lexema	palavra-ocorrência
Unidade formal:	palavra	palavra, sintagma, oração
Entidades designadas:	Ent-1, Ent-2, Ent-3	Todos os tipos
Designação das entidades por:	denotação	referência

Na base das diversas unidades lingüísticas, palavra ou sintagma, há um outro fato semântico importante: enquanto o N traz a classe genérica do lexema, o nominal representa a instanciação do N na situação de uso. Como tal há referência de N e este é atualizado, localizado no contexto, modificado e interpretado, indicando e inferindo isso por diversas marcas gramaticais ou por recursos lexicais. As marcas gramaticais são, para a FDG, determinados pelos operadores, e os recursos lexicais, por modificadores. Podem-se listar os seguintes referentes particulares designados gramaticalmente, basicamente as noções citadas de 1. a 5., e lexicalmente (6) no âmbito nominal. Deve-se esclarecer, no entanto, que em muitos casos os recursos gramaticais e lexicais interagem (1. a 5.):

- 1) classe de N: marcas de contabilidade e não-contabilidade, de genericidade, de especificidade;
- 2) espaço do discurso: definitude, indefinitude;
- 3) locação: demonstrativos, marcas dêiticas; ADJs possessivos; locuções locativas;
- 4) quantificação: números, medidas;
- 5) mudança categorial: sufixos derivacionais, também com marcas do gênero da derivação;
- 6) modificação: modificadores (restritores na FG) em forma de ADJs classificadores, ADJs qualificadores.

Quanto ao tópico 1 e 4, já foi mencionado na seção anterior que a tipologia de N se completa no nível sintagmático e na interação entre os níveis de N e de nominal (Vossen, 1995). No português, as marcas para contável e não-contável vêm da categoria gramatical Número (SG-PL). Se já é um fato conhecido que a distinção genérico-específico é feita lexicalmente por modificação, gramaticalmente, esta se dá, entre outros, na interação entre

presença ou ausência de artigo ou de PL, pela distinção artigo definido e indefinido ou pela interação entre os fatores mencionados e PL. O artigo é, portanto, um indicador gramatical de diversos operadores, mas também marca um outro indício de referenciação: a (in)definitude, assim como entra na expressão das funções pragmáticas. Veja os exemplos (22) a (24), além dos já apresentados em relação a contável e não-contável da seção anterior. Note que os lexemas em N BALEIA, LEÃO e PRESENTE opõem-se aos sintagmas instanciados. O exemplo (22) é de Correia (2004) e os artigos estão sublinhados.

(22) Vi uma baleia [genérico] vs. A baleia é um mamífero [específico].

(23) O leão é um animal feroz. Leões são animais ferozes. [genérico]

(24) Comprei um presente [informação nova – Foco]. O presente já veio embrulhado [informação conhecida – Tópico].

Observe ainda que elementos dêiticos, tais como demonstrativos e possessivos, alguns advérbios de tempo e lugar, sintagmas adposicionais, e também o artigo definido, fixam a referência no espaço situacional do discurso e na locação (25). Em um exemplo já mencionado, e aqui renumerado como (26), o tipo de quantificador, se numeral ou medida, depende da interpretação de N contável ou N não-contável, e ainda envolve a distinção SG-PL. Mas também a ordem dos componentes pode determinar a interpretação de N como genérico ou como de N de objetos singulares, como demonstram os Ns sublinhados no exemplo em (27):

(25) nossos livros, estes livros, os livros aqui, os livros na estante

(26) 50 uvas, meio quilo de uva

(27) lucro de 20% (N de objetos singulares)

20% de lucro (N genérico)

O último exemplo mostra que as freqüentes medidas, porcentagens e quantias da área de economia podem indicar tanto especificações de Ns conceitualizados como Ns de objetos singulares, quanto quantificar gramaticalmente Ns conceitualizados como Ns genéricos. Interessa notar que o elemento ‘de’ relaciona os núcleos em ambos os casos como relator, ora para introduzir uma estrutura de modificação, ora para ligar a porcentagem ao núcleo para quantificação. Assim, os dois usos atuam no N nuclear de forma lexical. Examinar-se-á a modificação por meios lexicais, citada anteriormente no tópico 6, na próxima subseção (4.3.2).

De particular interesse é, aqui, a mudança categorial de não-N para N, por meio de recursos morfológicos, como de responsabilidade do nível sintagmático (referente designado gramaticalmente, do Tópico 5). É nesse contexto que a distinção entre tipos de entidades é relevante, já que a mera consideração do lexema portador do sufixo categorial nem sempre é distintivo. Os dados relacionados a ‘aplicações’ em (28), para uma Ent-1, e em (29), para uma Ent-2, mostram isso:

- (28) "Sendo a maior bolsa de títulos, a CBOE tem o prazer de adicionar o iShares para nossa crescente lista de alternativas de aplicações para os investidores", disse o presidente da CBOE, William J. Brodsky. (GM-03-11)
- (29) Mas, segundo a Previ, ao contrato inicial de R\$ 204,7 milhões juntou-se um aporte de R\$ 87 milhões em março passado e ainda os rendimentos de R\$ 37 milhões resultantes de aplicações financeiras de recursos destinados ao projeto. (GM-01-11)

Mesmo com o sufixo ‘-ção’, o lexema APLICAÇÕES é, em uma das interpretações de ‘alternativas de aplicações’ (22), um IndObj, pois é resultado de um evento, um NActi. Já em (23), ‘aplicações’ é núcleo do sintagma ‘aplicações financeiras de recursos destinados ao projeto’ (NAct). Possui complementos contidos em ‘financeiros’ e ‘de recursos...’ que são exigidos pela valência do N nuclear. Nesse último dado, também evidencia-se que os complementos complexos contêm estruturas encaixadas. Examinar-se-ão os complementos e suas particularidades nas próximas seções.

Além do sufixo categorial, há ainda outros fatores importantes a serem levados em conta além da semelhança formal na expressão de tipos de entidade diferentes: as características morfológicas de uma língua e fatores comunicativos. Em relação ao primeiro, é relevante considerar se uma língua possui um repertório rico em morfemas apropriados para que determinadas categorias gramaticais sejam nominalizadas ou não. Um exemplo interessante é o sufixo ‘-bilidade’ para modalidade de capacidade (30). Outras possibilidades são: a língua favorece a expressão da mesma categoria gramatical em termos analíticos, ressaltando a modalidade por NLZ (31), ou ainda interessa salientar a agentividade em uma estrutura de voz ativa (32). Por fim, também são importantes razões comunicativas (saliência, ênfase etc.) e suas repercussões, no caso de optar por uma ou outra estratégia.

- (30) Muitos executivos perguntam-se sobre o real valor e a aplicabilidade dessa tal "gerência de projetos" em suas empresas. (VE-EI-02)

- (31) Com a possibilidade de aplicar os recursos do Fundo de Garantia nas ações ON da Petrobras, o trabalhador que optou por esse investimento está no topo do ranking. (VE-27-11)
- (32) O site considera como site de investimento qualquer endereço por onde o cliente pode aplicar on-line em fundos, ações e títulos. (VE-26-10)

Em termos gerais, os dois nominais sublinhados em (30) e (31), ‘a aplicabilidade de’ e ‘a possibilidade de aplicar’, podem ser considerados, respectivamente, como expressão sintética e analítica da mesma categoria de modalidade. Também ‘pode aplicar’ (ou melhor, a diátese ‘pode ser aplicado’), em (32), expressa um valor modal semelhante, embora de forma verbal. Os dois primeiros são formas nominais com núcleo em N e seus complementos, sendo que, em (30), há dois Ns para serem referenciais (‘aplicabilidade’ e ‘gerência de projetos’) e, em (31), a noção de ‘possível’ (modalidade epistêmica) é destacada. Uma vez que os complementos apresentam estruturas diferentes, com presença de traços verbais em (31), há de se falar também em graus de nominalidade. Isso será tema das próximas seções.

Ainda sobre a semelhança formal vista em (28) e (29), observa-se, de fato, uma estreita relação entre N e nominal, já que os nominais tendem à lexicalização, sobretudo quando são expressos em uma única palavra (veja ‘aplicações’ em (28)). Isso pode ser constatado nas UTs do discurso especializado, que são tipicamente constituídas por expressões nominais. A alta produtividade e a informatividade podem ser explicadas por instanciação, especificação e condensação lingüística, características dos nominais no nível lingüístico ‘sintagma’. As especificações de um núcleo nominal básico que objetivam situar o termo na escala de termo mais básico ou mais específico podem ser ‘incorporadas’ por lexicalização, embora mais dificilmente por fusão no nível de ‘palavra’. É a união semântica dos componentes lingüísticos, seja em torno do tipo de entidade, seja em torno do conceito, que promove a completa ou parcial terminologização de uma UT, aproximando-a a um nominal, ou seja, ao nível de uma estrutura sintagmática.

4.3.2 Características do sintagma nominal

Após a discussão das diferenças gerais entre N e nominal, a unidade lingüística ‘sintagma nominal’ (SN) merece uma análise mais aprofundada, sobretudo em termos semânticos e morfossintáticos. Em relação à organização conceitual, Taylor (2002) enfatiza a relação entre o tipo e a ocorrência, isto é, entre o lexema e sua instanciação na palavra-

ocorrência. Para o autor, são as características do SN a seguir que formam a base para a realização morfossintática, em conjunto com os tipos de N (4.2.2):

- i) a especificação: um modificador, por exemplo adjetival, especifica o tipo;
- ii) a instanciação: a relação entre o tipo e suas ocorrências;
- iii) a quantificação: número e quantidade da instância designada;
- iv) de ancoragem (ou: *grounding*): a localização da instância designada pelo falante, vista pelo ponto de vista do evento de fala.

Já foi mostrado que o SN constitui uma categoria sintática com características e funções que combinam recursos gramaticais (por operadores) e lexicais (por modificadores). Embora a distribuição desses recursos entre gramatical e lexical possa ser abordada de várias formas, há de se considerar que esses basicamente se encarregam da dupla função de um SN (Rijkhoff, 2002):

- descrever um referente fisicamente, com suas propriedades qualitativas, quantitativas e posicionais;
- ser expressão referencial, em que o referente é uma entidade sobre a qual se fala e que está sendo atualizada no discurso.

Em relação à função descritiva, sobressai o papel dos recursos lexicais, já que estes permitem uma especificação detalhada e precisa do referente. Além disso, é a descrição do referente também completada nas suas propriedades interpessoais e contextuais, principalmente quando, no caso mais típico, o SN é referido e atualizado. Assim, a função referencial está estreitamente ligada à descrição da entidade, mas também ao tipo de entidade expresso no núcleo.

É a dupla função mencionada que estabelece os critérios básicos para o modelo de SN de Hengeveld (2004b e n.p.), também abordada em Keizer (2004), Rijkhoff (2002), Vossen (1995), assim como em Butler (n.p.). Segundo Hengeveld, o SN constitui um tipo de nominal que pode ser estudado na aproximação a um protótipo com as características de i) ter presença de núcleo nominal; ii) designar uma Ent-1 concreta por meios lexicais; e iii) ter uso referencial. É este último ponto que leva um SN a se tornar um SRef, contando que a denominação SN apenas realça os aspectos formais. Para a FDG, interessam os fatores funcionais e semânticos, bem com seu lugar no modelo de gramática.

As características que mais sobressaem são, portanto, lexicalidade e referencialidade, mas não o tipo de entidade do núcleo. Por causa disso, a noção de protótipo pode ser aplicado para entidades de ordem mais alta, desde que expressas pela categoria lexical N, por exemplo, ‘investimento’, ‘exportação’, ‘produção’, todas Ent-2; ‘fato’, ‘idéia’, ‘plano’, todas entidades de ordem mais alta. Com isso, pode-se afirmar que a prototypicalidade está mais na categoria N do que no tipo de entidade. Dessa forma, busca-se uma adaptação para um modelo que também considere entidades de diversas ordens, como aquelas que são designadas por formas nominalizadas, e que explique regularidades que aparecem no nível morfossintático do SN do português.

Para o exame dos outros elementos que podem integrar um SN, são de interesse as especificações dadas em Rijkhoff (2002) sobre os modificadores no constituinte.²⁶ Em torno do predicado (na presente análise, o núcleo), as camadas de Qualidade (Qual), Quantidade (Quant) e Locação (Loc) arranjam-se por meio de expressões lexicais (modificadores) e recursos gramaticais (operadores). Reconhecem-se, no exemplo ‘estes dois livros novos de lingüística em cima da mesa’ (Quadro XXIV), as noções semânticas já discutidas na subseção anterior, que especificam o núcleo ‘livros’. Não é relevante se cada camada está representada por operadores ou modificadores, ou se não tem expressão, mas a presença de modificadores importa em termos de ordenação relativa com o núcleo. Para o SN do português, a ordenação é como aquela mostrada no SN a seguir²⁷:

QUADRO XXIV: NOÇÕES SEMÂNTICAS NO NP (RIJKHOFF, 2002)

Exemplos: ‘estes dois livros novos de lingüística em cima da mesa’

estes	dois	-	<u>livros</u>	novos de lingüística	-	em cima da mesa
Loc	Quant	Qual	Núcleo	Qual	Quant	Loc

²⁶ Para criar o modelo de SN e dividir as camadas semânticas em Qualidade, Quantidade, Localização, o autor baseia-se em Aristóteles e em ampla pesquisa tipológica. Restringe o modelo de SN a Ent-1 concretas e, entre outros, traça um paralelismo interessante entre a ordenação de constituintes na oração e os componentes no sintagma nominal, recriando a estrutura de camadas elaboradas em Hengeveld (1989).

²⁷ A ordenação também se aplica para ‘estes dois novos livros de lingüística’.

A camada Quant, expressa por numerais e medidas, já foi abordada anteriormente. A camada Locação, a mais externa, prioriza os recursos lexicais e freqüentemente é expressa em construções mais complexas com relatores, partículas, adposições. Abrange a locação em termos de discurso (pronomes possessivos, demonstrativos que se referem aos participantes e à situação comunicativa) e em termos de localização do conteúdo em relação ao mundo físico (demonstrativos que se referem à dêixis extradiscursiva, locuções locativas e sintagmas adposicionais). Desta forma, estão incluídos os sintagmas de posse, que substituem o chamado ‘genitivo’ de outras línguas (33), a relativa (34), os sintagmas adposicionais (35) e as estruturas subordinadas (encaixadas), muitas vezes com a estrutura argumental preservada (36).

(33) o livro de João

(34) o livro que o João me emprestou

(35) o livro na estante

(36) o livro emprestado ao João

Os modificadores de Qual, assim como os de Loc, também obedecem os outros princípios internos de ordenação, entre os quais estão os princípios ditados por LIPOC (*Language-Independent Preferred Order of Constituents*, Dik, 1997a; Rijkhoff, 2002). Estes princípios estabelecem um conjunto de regularidades de ordenação que podem ser observados nas línguas. Por exemplo, conclui-se que os componentes mais complexos, como os introduzidos por relatores, como ‘de’ ou as preposições do português, são modificadores frasais e localizam-se mais longe do núcleo, à direita, por serem mais complexos e ‘lingüisticamente pesados’, ou seja, contêm muito material lingüístico. Isso vale tanto para modificadores de Qual (‘de lingüística’, no Quadro XXIV), quanto para Loc (‘em cima da mesa’). De qualquer modo, pesa, na morfossintaxe do SN, a distinção entre Qual e Loc, assim como entre lexema simples e locução. Esse assunto será exposto e discutido no capítulo 6.

A análise dos modificadores de qualificação, localizadas na camada Qual de Rijkhoff, encontra importante explicação no modelo de FDG. Hengeveld (n.p.) cita três tipos de modificadores que atuam no SN, em dois níveis distintos: no nível interpessoal, modificadores de discurso Σ^R ; no nível representacional, modificadores σ^x ou modificadores de referência, e σ^f , modificadores de referente. A distinção entre modificadores de referência e de referente (Bolinger, 1967; *apud* Hengeveld, n.p.) aplica-se para o uso de lexemas da categoria lexical ADJ, muitas vezes com os mesmos ADJs. Sua caracterização baseia-se em

valores semânticos. Assim, os modificadores de referente σ^f são mais inerentes, pois especificam subpropriedades da propriedade expressa pelo N nuclear (variável f). Já os modificadores de referência especificam propriedades da entidade designada como um todo e têm escopo maior; são indicados pela variável x sobrescrita. Com a mesma forma, os ADJs distinguem-se por outros recursos: ordenação no SN (gramático) e entonação.

No português, muitas vezes, um grupo de ADJ segue essa distinção pelo posicionamento: os ADJs que representam σ^x permitem a anteposição ao núcleo N, enquanto os de σ^f sempre estão na posição *default*, ou seja, seguem o esquema previsto de modificação no sintagma e são pospostos. As relações de escopo articulam-se, então, por recursos morfossintáticos. Nesse sentido, cabe a observação que, também nesse nível, não é justificada a separação nítida entre operadores e modificadores, uma vez que recursos gramaticais, como a ordem no SN, interagem, na qualificação, com recursos lexicais (ADJ), por exemplo, os modificadores. Como exemplo, cita-se a diferença semântica entre ‘um amigo velho’ e ‘um velho amigo’. No primeiro, há um modificador de referente, que especifica o amigo por uma propriedade mais inerente (a idade dele), enquanto, no último exemplo, como modificador de referência, a idade se refere ao tempo de haver amizade e não ao amigo. Observam-se as alterações na ordem e na entonação.

Em termos de posicionamento, as diretrizes para um ADJ ser anteposto estendem-se para o terceiro tipo de modificadores, os de discurso (Σ^R), que expressam atitude subjetiva por meio lexical. De acordo com LIPOC, isso vale apenas para modificadores em forma de lexema simples, e não para modificadores complexos, ou frasais. Hengeveld ilustra a questão com o exemplo do ADJ *poor* do inglês (Hengeveld, n.p.) Para o português, o tipo de modificador de discurso é mais raro no nível do sintagma, sobretudo para lexemas da CL ADJ, embora seja possível com modificadores com forma e função de ADV, como será discutido mais adiante. Mas, o recurso de estruturação pelo mesmo esquema morfossintático de modificadores de referente, ou seja pela anteposição, também vale para os do nível interpessoal. Isso é ilustrado nos esquemas do Quadro XXV. No decorrer da discussão sobre ADV, verificar-se-á que os esquemas para ADV são os mesmos (capítulo 6).

QUADRO XXV: ESQUEMAS MORFOSSINTÁTICOS PARA NÚCLEO/MODIFICADOR NO SN DO PORTUGUÊS:

- | | | |
|---|--|------------------|
| 1. Esquema para σ^f : | [[lexema _N] _{RefP} [lexema _{Adj}] _{ModP}] | ‘um amigo velho’ |
| 2. Esquema para σ^x e Σ^R : | [[[lexema _{Adj}] _{ModP} lexema _N] _{RefP}] | ‘um velho amigo’ |

σ^f = modificador de referente
 σ^x = modificador de referência
 Σ^R = modificador de discurso

A interpretação dada, na literatura do português, à ordem no sintagma, restringe-se ao rótulo de ‘subjatividade’ quando há anteposição (Ilari *et al.*, 2002). De qualquer modo, a anteposição parte da decisão do falante e, assim, realmente constitui uma estratégia do falante, com resultado na expressão morfosintática do SRef. No entanto, a explicação pela tipologia de modificadores nas ocorrências de anteposição ao núcleo do português, é superior, uma vez que a ordem alterada é acompanhada por distinções semânticas.

A diferenciação desse grupo de qualificadores, nos quais o falante se mostra presente por meio de avaliação e perspectiva sobre a entidade ou o evento designado, nem sempre é fácil. Keizer (2004) tem uma proposta interessante sobre a distinção entre subjatividade do falante e influências do contexto comunicativo. Nos exemplos do inglês da autora (Keizer, 2004:15), *a splendid ideia* contém um modificador que indica atitude relacionada à avaliação, e *a tentative answer* aponta para modo ou atitude em relação ao contexto comunicativo. Para o português, ficou claro que a anteposição de ADJs constitui um exemplo de modificação interpessoal, que é incompatível com a função classificadora dos ADJ. Esse fato tem conseqüências na ordenação dos componentes quando houver um núcleo que designa uma entidade de ordem mais alta do que Ent-1, mas também na especificação de termos básicos do discurso de especialidade. A especificação de um termo básico por meios lexicais, por exemplo, ADJs ou locuções adjetivais, somente é possível pelo primeiro esquema do Quadro XXV (modificador de referente σ^f).

Por último, a referenciação representa uma característica fundamental do sintagma nominal. É o nível interpessoal que se encarrega da referenciação por meio do subato referencial (R). Um constituinte sintagmático com núcleo N foi tratado, nessa seção, como SN, quando visto sob ângulo morfosintático e de análise interna, mas é referencial (SRef)

quando integrado ao discurso. A presença de operadores e modificadores de discurso (Π^R e Σ^R), por exemplo, representa um desses distintivos.

4.3.3 O sintagma nominal como nível de análise lingüística

A questão de posicionamento, examinada na seção anterior, ressalta aspectos fundamentais para a presente pesquisa: i) comprova que o SN/SRef deve ser visto como nível de análise lingüística autônomo e condicionado por diretrizes morfossintáticas próprios, e ii) mostra que alterações no posicionamento dos modificadores têm origem semântica e discursiva, que se concretizam no âmbito do sintagma. A questão da modificação, por exemplo, segue princípios próprios, já que a especificação se aplica a um núcleo referencial. Portanto, em termos estruturais, importa a distinção entre SN e N, por um lado, e entre SN e oração, por outro lado.

Para Moutaouakil (2004), o SRef é um dos quatro tipos de categorias do discurso, ao lado de categorias, ou melhor unidades lingüísticas, como texto, oração, e palavra. O autor ressalta que, embora todas tenham valor comunicativo, é a categoria ‘texto’ a unidade mais informativa, com mais especificações pragmáticas e semânticas, com mais receptividade para expressar os aportes dos componentes ‘extragramaticais’ (conceituais e contextuais). Também as outras categorias ainda contêm grande parte das informações comunicativas mais ou menos implícitas, embora de forma mais ‘condensada’. Entre as categorias do discurso, o nível ‘palavra’ é aquele que menos propicia a expressão de fatores contextuais e comunicativos, embora esteja, consoante a discussão anterior, diretamente ligado ao componente conceitual pela categorização. Já o estudo da presença de fenômenos lingüísticos que entram na comunicação nas unidades de diversas línguas mostra que a categoria de discurso mais especificada é a de texto(ou discurso). Isso leva à seguinte hierarquia, que vai das unidades lingüísticas mais abrangentes, passa pelo sintagma e chega à unidade autônoma ‘palavra’.

QUADRO XXVI: HIERARQUIA DE CATEGORIAS DO DISCURSO (MOUTAOUAKIL, 2004)

texto > oração > sintagma > palavra
--

Depois da categoria texto, é na oração que marcas interpessoais podem ser lingüisticamente visíveis, além das funções pragmáticas, sintáticas e semânticas. A hierarquia

mostra que, no sintagma, algumas noções ainda podem ser expressas, como, por exemplo, alguns valores interpessoais, ilocutivos e modais. Vários desses já foram discutidos na seção anterior em relação a estruturas encaixadas; outros, como a modalidade, serão tratados no próximo capítulo. É uma categoria mais informativa do que a palavra e nela, segundo o modelo de Bakker (2001), confluem mais claramente as regras de expressão, a morfologia, e de ordenamento, a sintaxe. Seu estatuto intermediário entre ‘oração’ e ‘palavra’ é exemplificado pela variedade de modificadores discutidos e pela relativa flexibilidade, que também é visível na ordenação de ADJs para expressar valores mais discursivos ou mais inerentes. Justifica-se, então, um nível lingüístico próprio ‘SRef’.

Em comparação ao sintagma, então, oferece a categoria ‘palavra’ mais restrições e só pode recuperar algumas noções genéricas quando a língua de análise é de morfologia concatenativa e possui maior leque de morfemas derivacionais e flexionais. Este fato comprova-se nos Ns pluriformes do português, os quais incluem uma classificação no nível sintagmático. Em contrapartida, os limites entre as categorias são fluidos, de modo que a categoria hierarquicamente mais alta, a oração, pode estar presente no SRef na forma de estrutura argumental, de alguns valores aspectuais, temporais e dêiticos. Porém, sobressaem as exigências estruturais e referenciais que exigem um ajuste formal ao protótipo, por exemplo, em termos de modificação e ‘entificação’ do núcleo (*entification*, segundo Harder, 1992). As adaptações necessárias para ajustar expressões do nível oracional para o nível sintagmático são, na literatura funcionalista, os Princípios de Ajuste Formal (PFA – *Principles of Formal Adjustment*) estabelecidos por Dik (1997), que são efetuados no nível morfossintático e integram as regularidades do processo de nominalização. Esses processos de ‘adaptação’ são condicionados funcionalmente e fazem parte de diversos tipos de complexos sintagmáticos. Por exemplo, ao falar em nominalização e seus tipos, nas seções a seguir, percebe-se que esse fenômeno abarca unidades lingüísticas complexas, cuja codificação obedece aos PFA. Estas, por sua vez, aplicam-se na morfossintaxe e confirmam que o SRef é uma unidade de análise lingüística que é estruturalmente relevante.

4.4 A nominalização

A nominalização (NLZ) constitui um tema de grande interesse nas pesquisas lingüísticas, tanto nas abordagens formais quanto nas funcionais (Comrie & Thompson, 1985,

Mackenzie, 1996, entre outros). As denominações para o processo e para as expressões resultantes são variadas. Além da expressão geral ‘nominalização’ (desde Vendler, 1967), encontram-se ‘translação’ (Tesnière), ‘transposição’ (Bauer, Haspelmath e outros), ‘conversão’ (Correia, Harder e outros), ‘ações nominais’ (Ross, Comrie & Thompson), ‘transcategorização’ (Azpiazu) e ‘mudança categorial’ (Rocha, Basílio e outros). Como as denominações, também refletem a perspectiva dada ao fenômeno – ‘translação’, ‘transposição’ e ‘conversão’ para ênfase no formal e ‘transcategorização’ e ‘mudança categorial’ para ênfase na semântica –, usa-se aqui, preferencialmente, mudança categorial, mas também o termo tradicional NLZ para referência mais geral. Distingue-se, no entanto, entre o processo e as expressões lingüísticas resultantes.²⁸

No âmbito de uma abordagem semântica, considera-se a NLZ sob dois aspectos: i) na sua sistematicidade para a descrição de entidades e ii) na sua importância como processo de mudança categorial, também nas LEsp. Em relação ao aspecto semântico, ressalta-se que o estatuto semântico da NLZ é de evento (ou EstC), na qual são expressas entidades de ordem mais alta que se codificam estruturalmente como expressões de primeira ordem (Dik, 1997b; e publicações de Mackenzie). O processo é relevante por criar sistematicamente classes de descrição de entidades, resultando nos chamados ‘nominais’, mas também em lexemas da CL N, quando as expressões nominais se lexicalizam em Ent-1. De acordo com L’Homme (2004), usa-se N para a categoria lexical ‘substantivo’, portanto para indicar o nível lingüístico ‘palavra’, e ‘nominal’ para unidades lingüísticas maiores, tais como sintagmas e orações, desde que com características mais ‘nominais’, tal como a referenciação. Esse aspecto será tratado em 4.4.1 e em outras seções.

Em termos de mudança categorial, é necessário lembrar que a NLZ conta como um processo de formação de palavras importante (Bauer, 2004, Rocha, 1998), que serve para adaptar uma classe ou CL a outra, por ser exigida pelo sistema da língua. Isso se dá por meio de recursos morfológicos – no português, por derivação sufixal – e explica sua sistematicidade e produtividade. Em decorrência disso, adota-se aqui a noção de NLZ *lato sensu* (Rocha, 1998), ou seja, a NLZ como processo de criação de um substantivo a partir de

²⁸ Para informações mais detalhadas sobre a NLZ, também segundo outras abordagens, veja as referências bibliográficas. Os trabalhos de Mackenzie (1985, 1986, 1996), Hengeveld (n.p.) e Santana (2005) representam a abordagem de FG e FDG.

qualquer categoria que não seja N, já que os nominais se constroem em torno de construções complexas que contêm elementos de diversas categorias lexicais. De acordo com Mackenzie (1986, e trabalhos posteriores), NLZ será, então, usada para todas as instâncias de assimilação entre o não-nominal e o nominal. Assim, espera-se explicar forma e função de Ns deverbiais e Ns deadjetivais e analisar seu funcionamento, seja como núcleos, seja como modificadores.

A visão mais ampla, não só a de considerar as conversões entre V e N (a NLZ *stricto sensu*), mas a de V, ADJ e outros Ns para N, também permite abordar, nas próximas subseções, o fenômeno de NLZ como construção sintagmática. Percebe-se, sem prender-se à concepção transformacionista, que possa haver paralelismos entre estruturas oracionais e sintagmáticas, e que, em ambas, o arranjo sintático, semântico e pragmático é afetado de forma e de graus diferentes (4.4.1). Nesse sentido, a análise vai além do nível lexical (palavra) e possibilita tratar as expressões resultantes do processo como tendo um núcleo nominal, mais ou menos prototípico, e complementos que ora são exigidos pela valência, ora são acrescentados para descrição do núcleo nominal genérico (Mackenzie, 1986, Vossen, 1995). A primeira, a chamada NLZ direta, é tema de 4.4.1, e a segunda, a NLZ indireta, de 4.4.3. A seção 4.4., a seguir, aborda os tipos e graus de NLZ. Depois serão investigadas outras formas e construções nominais, por exemplo, aquelas que envolvem o infinitivo e o particípio. Já no âmbito das construções analíticas nominais, será analisada a NLZ indireta (4.4.3), assim como será retomada a discussão sobre derivação, mas com vistas à produtividade e à relação flexão-derivação. Nas outras seções, haverá análise da relação de sintagmas nominalizados e V-sup no contexto, ou seja, nos predicados verbo-nominais (em 4.5), e a questão de nominalidade e verbalidade em algumas UTs da AE da economia.

4.4.1 Tipos e graus de nominalização

A classificação conceitual de alguns morfemas envolvidos na NLZ, já apresentada na seção 3.2, apóia-se em classificações correntes (Comrie & Thompson, 1985; Mackenzie, 1986 e 1996; Vossen, 1995), e pode ser ampliada pela NLZ de Instrumento, de Modo, de Locativo, de Tempo, entre outras. Frequentemente, usa-se NLZ apenas para a NAct e, eventualmente, para NActi, como ocorre na própria expressão ‘nominalização’, que pode ser o NAct de ‘nominalizar (uma expressão)’, quando vista como ação ou processo, ou pode ser interpretada

como produto ou resultado da ação de nominalizar, quer dizer, como fenômeno lingüístico formal.

Tradicionalmente, muitos autores adotam uma visão mais estrita de NLZ e concentram-se na distinção entre o verbal e o nominal e na intrigante indefinição desta nas expressões nominalizadas (o *nouniness squish* de Ross (2004 [1973])). Nessa linha, está a classificação de Comrie & Thompson (1985), que tenta sistematizar a escala de verbal/nominal no inglês em 5 tipos e inclui fenômenos particulares, tais como o *gerund* e *genitive*, entre os dois extremos: o verbal, a expressão finita, e o nominal, a NLZ lexicalizada em forma de N (NActi). Também o trabalho de Koptjevskaja-Tamm (1993), um estudo tipológico do fenômeno, estabelece oito classes formais de distinção, das quais os cinco mais comuns nas línguas do mundo são: 1. OR – tipo oracional; 2. POS-ACC – tipo possessivo-acusativo, para línguas com caso genitivo; 3. ERG-POS – tipo ergativo-possessivo; 4. NOMN – tipo nominal; 5. INC – tipo incorporante. Para o português, e muitas outras línguas indo-européias, interessam os tipos ERG-POS, NOMN e também INC, pois coincidem com NAct e processos composicionais (Azpiazu, 2004).

No âmbito da GF, há os trabalhos de Mackenzie (1985, 1986, 1996, e outros) para aplicar uma classificação, feita inicialmente para o holandês (Dik, 1985), ao inglês. A escala entre verbal e nominal do Quadro XXVII foi inspirada na de Ross (2004 [1973]) e não tem todas as correspondências em outras línguas ou no português.

QUADRO XXVII: ESCALA VERBAL – NOMINAL DO INGLÊS (MACKENZIE, 1986)

FIN: my horse is winning the race – ‘meu cavalo está ganhando a corrida’
GER: my horse winning the race ... – uso aproximado em ‘se meu cavalo ganhar a corrida...’ ²⁹
GEN-GER: my horse’s winning the race... - - -
NOM: my horse’s winning of the race – uso aproximado em ‘o fato do meu cavalo ganhar a corrida’
LEX: my horse’s victory in the race – ‘a vitória do meu cavalo na corrida’

²⁹ A correspondência não equivale ao uso amplo da expressão no inglês, pois a mesma construção do português só considera um grupo restrito de ocorrências.

Na comparação interlingüística com o português, apenas os extremos da escala, a forma finita e a forma lexicalizada em N, são fixos, enquanto é o infinitivo que assume a maior parte das funções intermediárias do *gerund* do inglês. De acordo com uma classificação posterior do autor (Mackenzie, 1996), chega-se à conclusão de que é mais explicativo estabelecer graus de assimilação entre o verbal e o nominal e analisar quais aspectos de um se mantêm ou quais do outro são assimilados. Os 5 graus de assimilação do autor, para o inglês, procuram contemplar a perda de propriedades verbais e de suas marcas (flexões para TAM), a presença de marcas de nominalidade (adposições e afixos ou partículas que indicam a expressão referencial ou o complemento, operadores de SN, contabilidade, gênero etc.), presença ou não de argumentos como ‘possessores’, eventual presença de modificadores em forma de ADJ e outros.

Com base nisso, podem ser estabelecidos alguns indícios de uma expressão ser mais verbal ou mais nominal (Quadro XXVIII), já aplicados ao português, com as ressalvas de que a distribuição interna das marcas depende da função dos predicados verbais e nominais, complexos ou não. Os dois pólos correspondem aproximadamente a FIN e LEX do Quadro XXVII, portanto, aos protótipos de V e N.

QUADRO XXVIII: ALGUNS CRITÉRIOS DE VERBALIDADE E NOMINALIDADE:

	mais verbal:	mais nominal:
Núcleo:	V finito	V não-finito, N
Nível lingüístico:	oração (predicação)	sintagma ou oração (predicado ou predicação); lexema N
Valência quantitativa e qualitativa:	presença obrigatória	presença possível
Presença de funções semânticas, sintáticas, pragmáticas e interpessoais	presença obrigatória	apenas função semântica Referencial (Ref)
Operadores:	mais operadores verbais	mais operadores nominais
Sujeito:	presença obrigatória	omitido, ou presente com genitivo ou relator ‘de’
Relator para marcar encaixamento no português:	que	de
Categoria lexical de modificadores:	ADV ou adverbiais	ADJ (ou locuções)

Referencialidade do predicado:	não	sim
Tipo de entidade do predicado:	Ent-zero	Ent-1, Ent-2 ou entidades mais altas
Ordem dos componentes e núcleo/modificador:	com alguma flexibilidade	com pouca flexibilidade

Os critérios do Quadro XXVIII distribuem as noções e suas marcas de acordo com as características categorias já mencionadas: o nominal para referência, maior informatividade, maior perfil, maior espacialidade, e o verbal para adscrição, maior relacionalidade e maior temporalidade. Quanto à escalaridade, os graus intermediários, ou os que conservam mais propriedades verbais, mostram que a NLZ se afasta da prototipicidade apoiada em determinadas categorias lexicais. A NLZ enquadra-se, de fato, nas estruturas encaixadas, que estão próximas à subordinação (Lehmann, 1988). Como tais, geralmente entram na modificação ou na complementação de um núcleo, do qual dependem. Isso explica a omissão do Sujeito e as formas não-finitas, mas também a presença de conectores e relatores. No português, há especialização do conector ‘que’, para unir orações no nível de predicação, e do relator ‘de’, para integrar componentes no nível de constituinte.

Uma oração subordinada, ou, segundo a F(D)G, construção encaixada, pode ser expandida ou reduzida. Nesse último caso, a predicação adquire propriedades nominais, já que a redução está direcionada para um constituinte sintagmático. Por um lado, a integração das estruturas subordinadas depende também do grau de verbalidade, uma vez que os relatores nominais predominam e muitas categorias semânticas não se expressam com todas as nuances próprias dos verbais, mas apenas em oposições básicas, (37) e (38). Por outro lado, a referência da estrutura toda permite a maior coesão interna e, por sua vez, fortalece a nominalidade, como no exemplo (40) mais adiante. A compressão para um sintagma, ou até mesmo para uma palavra, leva à ‘des-atualização’ e interpretação genérica, assim como reforça o significado básico próprio da construção (do esquema) e da categoria.

- (37) Tudo isso a um custo de R\$ 253 milhões, sendo a maior parte aplicada na aquisição de urnas reaproveitáveis – um investimento. (VE-07-11)
- (38) Com a possibilidade de aplicar os recursos do Fundo de Garantia nas ações ON da Petrobras, o trabalhador que optou por esse investimento está no topo do ranking. (VE-07-11)

O exemplo (37) mostra que a distinção temporal entre presente e passado foi apagada no particípio verbal, embora seja recuperável em oração explicitada. É um bom exemplo para a escalaridade do nominal e do verbal: a concordância com o núcleo N indica nominalidade do particípio deverbal (em função de modificador), mas verbalidade com a da valência preservada (aplicar (em algo)). Em termos de operadores TAM, nota-se que o infinitivo em (38), como complemento de ‘possibilidade’, pode representar tanto ‘tempo presente’ quanto ‘tempo futuro’, ‘aspecto contínuo’ ou ‘aspecto habitual’. O esquema de NLZ dessa estrutura nominal inclui o relator ‘de’ e os argumentos da predicação. Do mesmo modo, preserva o paralelismo entre a perífrase modal ‘poder aplicar’ e ‘possibilidade de aplicar’, com infinitivo em ambos, e a referencialidade.

O grau de verbalidade pode ser constatado nos complementos do núcleo, que se tornou relacional com a NLZ. Como já foi mencionado, há de se distinguir o processo de NLZ propriamente dito e o do resultado desse processo. O primeiro é pertinente em termos de regularidade e produtividade, porque leva noções semânticas importantes à unidade ‘oração’ para o nível sintagmático. Quanto à NLZ de resultado, há aproximação da unidade lingüística ‘sintagma’ àquela da ‘palavra’. Com isso, assume-se que a NLZ produtiva, além da mudança categorial do núcleo V para N, também inclui a transposição dos componentes oracionais para componentes sintagmáticos. Estes são chamados de ‘possessores’ (*possessors*) e sua adaptação ao nível sintagmático, em diversos tipos de formas lingüísticas, dá-se por meio do princípio de ajuste formal (PFA, de *Principle of Formal Adjustment*) de Dik. Veja os exemplos em (39) a (43), nos quais ‘Arg-1’ e ‘Arg-2’ correspondem aos possessores :

(39) financiamento do desenvolvimento
Arg-2

(40) queda de juros
Arg-1

(41) exportador de carne suína
Arg-2

(42) lucratividade da empresa
Arg-1

(43) ajuste financeiro
Arg-2

Os núcleos de Ns deverbais dos SRefs do conjunto de exemplos vêm acompanhados por componentes que seriam argumentos na oração, mas figuram como complementos no SRef (39) – (42) ou são modificadores (43). Assim, o NAct em (39) ‘financiar’ é aqui

acompanhado pelo Arg-2, mas ‘queda’ em (40), também NAct, pelo Arg-1. No *nomina agentis* (NAg) de (41), ocorre o Arg-2 como complemento, e aquele em (42) consta como Arg-1 de uma construção predicativa. Por fim, o ADJ em (43) apenas qualifica o NActi, embora ‘financeiro’ seja um tipo especial de ADJ (ADJ relacional), que representa um SMod- de (‘de finanças’) do Arg-2.

Presença e distribuição dos possessores são, em grande parte, condicionadas pelo tipo de NLZ. O componente mais ‘dispensável’ é aquele que corresponde ao Sujeito da oração (Arg-1) com Vs biargumentais (37), mas, não, com Vs monoargumentais (38). No exemplo ‘produção’, a seguir, demonstrar-se-á que a NAct do português tipicamente não mantém a valência toda, mas que omissão ou não-obrigatoriedade de um dos argumentos são sistemáticas. Preferencialmente, só o Arg-2 é expresso, e o Arg-1 omitido, como em (44). Quando o Arg-1 faz parte do SN, o relator ‘de’ relaciona os dois ao núcleo (45). Essa repetição não é muito freqüente, pois pode criar ambigüidade. Usa-se, então, um outro relator, normalmente a preposição ‘por’.³⁰ Há ainda o recurso comum de substituir o Arg-1 por ADJ relacional (46), por exemplo ‘industrial’ para ‘da indústria’.

(44) Um grupo de empresários brasileiros chegou esta semana de uma visita a Cuba onde iniciaram as conversações para a criação de uma empresa mista que desenvolva a área de pecuária, produção de soja, álcool e geração de energia a partir do bagaço de cana em Cuba. (VE-26-10)

(45) Cai a produção de laranja de SP (VE-27-10)

(46) As novas incertezas do cenário macroeconômico já se refletiram na produção industrial paulista em setembro. (VE-01-11)

A sistematicidade observada em (37) a (44) consiste no fato de que os NAct do português correspondem aos tipos ERG-POS e NOMN de Koptjevskaja-Tamm. O primeiro caracteriza-se pela marcação diferenciada dos dois possessores, no inglês, por exemplo, pelo genitivo subjetivo e pelo genitivo objetivo (47). Outra distinção encontra-se na presença de um e na omissão de outro possessor, nos exemplos já discutidos, assim como no uso diferenciado dos relatores ‘de’ e ‘por’. Por fim, há o uso dos ADJ relacionais para substituir possessores de forma sintética. Interessa observar que tanto o Arg-1 quanto o Arg-2, ou

³⁰ O ‘por’ é a marca típica do Agente nas passivas, nas quais também não é obrigatório. O uso desse recurso indica maior verbalidade da forma nominalizada, já que esta se assemelha mais à estrutura oracional. Para alguns autores, a marca distintiva entre Arg-1 (por) e Arg-2 (de) confere o *status* de ergatividade aos NAct, e também motivou a denominação do tipo ERG-POS de Koptjevskaja—Tamm (1993).

ambos (46), podem ser expressos por ADJ relacionais (exemplos (48) e (49) e esquema de possesores (50)).

(47) my father's washing of the car

Arg-1

Arg-2

(48) A Pirelli decidiu triplicar sua produção mundial de fibras óticas, e a unidade da empresa em Sorocaba (SP) poderá ser beneficiada por essa decisão. (VE-27-10)

(49) O presidente da Black Swan Resources será um dos palestrantes, falando sobre o potencial de produção diamantífera do Estado. (VE-27-10)

(50) sua produção mundial de fibras óticas

Arg-1

Arg-2

produção diamantífera do Estado

Arg-2

Arg-1

A NLZ do tipo ERG-POS (exemplos (47) a (50)) apresenta-se, portanto, com presença mais diferenciada e analítica dos possesores, mesmo no inglês, em que há a possibilidade de expressar ambos por genitivo. A preferência da forma sintética para o Arg-1, em detrimento do Arg-2, é evidente no inglês (47), mas também o português possibilita a manifestação do Arg-1 de forma sintética, desde que haja anáfora e que não esteja enfatizado: por meio dos ADJs possessivos, como em (48) e (50). Este recurso é de uso mais amplo e produtivo em algumas línguas eslavas (Lehmann, 1990). No português, o recurso do ADJ relacional não se restringe ao Arg-2 (49), mas pode ocorrer em Arg-1 ('a produção brasileira de fibras óticas') e com uso qualificador ('mundial' em (50)).

O tipo NOMN de Koptjevskaja-Tamm conta com a presença dos dois genitivos, ou seja, da mesma marca para os dois possesores. O resultado é uma NLZ mais concisa e, de certo modo, mais nominal. Já foi mencionado que, no português, há restrições ao uso simultâneo da expressão analítica com o relator 'de', além de não haver genitivo sintético. Se, entre outros, for medido o grau de nominalidade em termos de integração dos componentes, o NOMN está duplamente excluído: por serem as marcas diferenciadas ou analíticas. Por outro lado, há algumas aproximações também, quando forem considerados os ADJs relacionais, como, por exemplo, em 'produção industrial paulista' em (46). Essas estruturas são claramente mais nominais, também em termos de CL dos componentes, uma vez que os modificadores prototípicos de um SN são os ADJ. Isso leva a concluir que, embora não tão relevante no português, o tipo NOMN é mais nominal do que o tipo ERG-POS.

A discussão de NAct revelou que quanto maior a valência do predicado verbal de base, menos soluções há para integrar todos os argumentos na expressão nominalizada. O argumento que se incorpora com mais facilidade é o Arg-2. Um caso especial é a NLZ de Vs multiargumentais, pois esta é ainda mais incompleta do que o ERG-POS, já que o Arg-3 não parece possuir esquema apropriado de assimilação. Este pode ser mantido por causa da informatividade, ainda em preferência ao Arg-2. Nesse caso, a NLZ de base tende a ser interpretada como NActi (51). O procedimento de destacar argumentos de NActi por um relator, ou por uma adposição diferenciada, é observada também em outros usos de NActi (52).

- (51) A crise da Argentina vem reduzindo as expectativas de crescimento da economia brasileira em 2001, mas o Brasil tem hoje uma melhor capacidade de ajuste às turbulências externas do que há dois anos, o que atenua o risco. (VE-08-11)
- (52) Goldman saiu da reunião dizendo que deverá haver ajustes na proposta orçamentária. (VE-08-11)

Assim, é demonstrada a maior nominalidade dos NActi, que, à semelhança de NLZ lexicalizados (LEX do Quadro XXVII), não mantêm a estrutura argumental. Eventuais SMod- de do núcleo avalente sempre são qualificadores. Isso comprova que não existem mais traços verbais nas formas LEX (exemplos (53) e (54)).

- (53) Em parceria com a Embrapa, a empresa fornece sementes e insumos e compra a produção de cinco mil famílias no Rio Grande do Norte. (VE-01-11)
- (54) “Se viesse um pouco antes, teria impacto no custo dos insumos importados para a produção de Natal”, acredita. (VE-07-11)

Se incluída a capacidade de qualificação dos componentes de uma NLZ como atestado maior de nominalidade, chega-se à seguinte hierarquia implicacional parcial de tipos de NLZ em termos de [+nominal]. Nessa ordenação, foram considerados apenas aqueles com núcleo em N. Deve ser também lembrado que NOMN e ERG-POS correspondem aos NAct e que todos os tipos são vistos como processos de NLZ, antes de serem seus resultados.

Infinitivo, particípio e gerúndio são formas dependentes, ao contrário dos NAct discutidos até agora. Com isso, fazem parte de estruturas subordinadas. Integram, segundo Azpiazu (2004), as chamadas ‘predicações nominais subordinadas’ (PNSs), que correspondem ao termo ‘nominalização’ usado até agora. Os PNSs são construções sintagmáticas com um núcleo verbal em infinitivo, particípio ou gerúndio que desempenham uma função no interior da oração e cujo núcleo mantém relações predicativas com seus complementos. Esse núcleo pode ser marcado por afixos derivacionais, quando da categoria N, ADJ ou ADV, e, além disso, por marcas de concordância, quando ADJ. O interessante do fenômeno é que as estruturas são consideradas na sua complexidade, não só em relação à sintaxe interna e externa, mas também na atuação de ambas as funções de núcleo e modificador. Igualmente, essa abordagem permite considerar a distribuição de verbalidade e nominalidade entre diversos componentes e categorias, assim como a interação entre sintaxe interna e sintaxe externa. Esta seção dá ênfase na função substantiva, principalmente no infinitivo. Por entrarem na modificação (ou atribuição), as funções adjetivas e adverbiais, e algumas de suas formas – ADJs deverbais e gerúndio –, são apenas exemplificadas e recebem a devida atenção no capítulo 6.

O infinitivo

O infinitivo, quando em função de N, com artigo ‘o’ para gênero neutro, designa primeiramente o nome da ação e, de preferência, de Vs intransitivos que denotam ação: ‘o falar’, ‘o andar’, ‘o sorrir’ etc.³¹ Nesses casos, é expressão para *nomina modi* porque enfoca o modo da ação. Não se trata, porém, de formas produtivas, já que há tendência para lexicalização, como em ‘poder’, ‘jantar’, ‘olhar’ e outros, em que a interpretação é resultativa (NLZ do tipo LEX). Quando falta a única marca de nominalidade, o artigo, trata-se de uma forma verbal.

De acordo com Azpiazu (2004), esse fato tem explicação diacrônica. O infinitivo provém de NLZ fossilizadas das línguas indo-européias e preservou, da origem verbal, a

³¹ A neutralidade do gênero, indício do estatuto de completamente nominal, é claramente visível no alemão, em que, além da alta produtividade para NAct, o artigo normal é o neutro ‘das’: *das Sprechen, das Gehen, das Lächeln*. Uma marca formal importante da nominalidade está na inicial maiúscula, característica para todos os substantivos da língua.

vogal temática.³² Também continua, em conjunto com o significado do lexema, com algumas marcas aspectuais e diatéticas (Comrie & Thompson, 1985), como exemplificado para aspecto em (55) e diátese em (56). Além disso, carrega, no português, marcas de Pessoa para a oposição entre 1P-SG e outras formas, o chamado infinitivo flexionado (57).

- (55) "Além do orgulho por ter sido eleito para o conselho, a atuação no fórum foi positiva para meu 'networking' e deu maior visibilidade para o meu trabalho e para a tecnologia desenvolvida no Brasil", afirma Pichini. (VE-EI-01)
- (56) "Essa movimentação é a mais importante a ser observada, porque indica as tendências." (VE-EI-01)
- (57) Apesar de todas as entrevistas terem sido feitas de um ano para cá, alguns dos executivos não ocupam mais a posição que tinham na ocasião das entrevistas. (VE-EI-01)

Por um lado, os resíduos de marcas flexionais verbais confirmam a origem verbal (sintaxe interna), por outro lado, estabelecem-se valores aspectuais também por meio de relatores que introduzem determinadas funções como um todo e ditam a sintaxe externa. Nessas estruturas, a função na oração, sinalizada pelo relator introdutório, prevalece e leva à redução do constituinte. Assim, explicam-se as construções absolutas em infinitivo, que expressam valores aspectuais como 'simultaneidade' (58) – co-determinada pela partícula 'a' –, a função semântica de Propósito por 'para' (59), a de Condição por 'se' (60) e a de Razão por 'por' (59).

- (58) "Ao estabelecer o novo regime fiscal, a MP deve estimular as fundações a buscar rentabilidades melhores fora dos juros pós-fixados (DI)", avalia Máscolo. (VE-EI-02)
- (59) Os investidores descobriram que precisam ler o regulamento do fundo para conhecer seu grau de risco e ainda que alavancagem pode reduzir seu patrimônio a pó em questão de horas", acrescenta. (VE-EI-02)
- (60) Mas, gestores que concentraram suas carteiras nessas operações, se tiverem que se desfazer dos papéis no mercado, por conta de uma onda de saques – ou seja não poderão carregá-lo até o vencimento – não encontrarão quem pague 100% do valor do papel. [sic] (VE-EI-02)
- (61) Já o analista André Rocha, da Máxima Asset Management, preferiu deixar o papel de lado por acreditar que o preço do minério vá sofrer influência direta dos solavancos da economia americana. (VE-EI-02)

Todas as construções listadas de (58) a (61) preservam grande parte da oracionalidade, até mesmo a categoria gramatical Pessoa, sob as condições mencionadas anteriormente. A

³² A mesma vogal temática encontra-se, também, em alguns NActi: 'melhora', 'ajuda', mas, não, em outros: 'ajuste', 'lance', 'gasto', 'lucro' etc.

conceitualização ‘mista’, entre formalmente verbal, mas funcionalmente nominal, pode se estender de constituintes em função semântica (Simultaneidade, Propósito, Condição, Razão) para constituintes oracionais em função pragmática (Tópico). A manchete em (62) representa um dos tipos de construção de foco, na qual ‘o que exportar’ é deslocado para a posição de Tópico e, em seguida, retomado pelo ‘o que’ anafórico, com o objetivo de assinalar Foco ao componente predicativo.

(62) O que exportar é o que realmente importa (VE-26-10)

Não obstante a expressão de alguns operadores verbais nas ocorrências (55) – (62), manifesta-se a dependência formal do infinitivo em posições de grau menor de verbalidade. Em muitos predicados complexos, ou perífrases verbais, a forma no infinitivo parece estar restrita aos valores do lexema, ou seja, é o portador do significado lexical, enquanto valores aspectuais, temporais e modais estão a cargo de ‘auxiliares’ ou V-sup, em combinação com relatores (Olbertz, 1996). Nesse caso, aplicam-se os operadores de predicado (variável f) ao V-suporte e deixam o predicado principal invariável, como é típico para uma forma mais nominal. Veja algumas possibilidades em (63). Observe-se que, em alguns casos, o estatuto de NAct pode ser atualizado tanto com o nominal derivativo da categoria N quanto com o infinitivo (64). Em outros, só resta a expressão de NAct pelo infinitivo (65). Nesses últimos dois dados, trata-se de complementação de um N relacional (‘possibilidade’, ‘fato’). O fenômeno será abordado em conexão com a NLZ indireta na próxima seção.

(63) começar a investir, ir investir, ter de investir, poder investir

(64) possibilidades de investimento – possibilidades de investir, ou: Temos outras possibilidades para investir com retorno maior e risco menor. (VE-27-10)

(65) O simples fato de contratar profissionais com perfis diferentes não garantem o selo de inovadora para as empresas. (VE-EI-02)

Em face das manifestações variadas do infinitivo, constata-se que o leque de uso vai de mais verbal para mais nominal. No entanto, há como organizar a escalaridade, se for considerada a tipologia de Varela (1990; *apud* Azpiazu, 2004). A tipologia é esta: i) infinitivo factivo, ii) infinitivo modal (ou nominal), e iii) infinitivo derivado (ou ‘derivação imprópria’).

O infinitivo factivo (i), por exemplo, com a expressão ‘o fato de contratar’, é o mais verbal e é aquele que mais se aproxima do NAct ‘contratação’ do exemplo em (65). De fato, é esse tipo uma forma de NLZ que corresponde ao tipo NOM de Mackenzie, pois melhor

expressa o *gerund* do inglês e os *suffixlose Deverbative* do alemão³³ (Glušak, 2001). Já que outras línguas possuem uma forma sintética própria para esse grau de NLZ, pode-se assumir que, no português, a expressão dessa realidade cognitiva é feita de forma analítica e que é o infinitivo factivo que preenche essa lacuna. Portanto, esse tipo situa-se próximo dos NAct em termos de nominalidade. Comprovam isso a preservação da estrutura argumental e o intercâmbio em algumas ocorrências (64). O que o distingue da forma de NAct derivativos são a estrutura sintética e algumas possibilidades expressivas e informativas decorrentes disso, por exemplo, a saliência do evento posto em destaque e a menor integração do constituinte.

Os outros dois tipos de infinitivo já foram parcialmente introduzidos. O infinitivo modal (ii) corresponde à NLZ de Modo (*nomina modi*) e é claramente eventivo, mas já possui algumas marcas nominais: o artigo, embora neutro, e um possível componente ‘genitivo’ para representar o sujeito da ação, como, por exemplo, aquele introduzido por ‘de’ em ‘o olhar da criança/dela’. O terceiro tipo, ou ‘infinitivo derivado’ (iii), já tem comportamento de um N genuíno e é plenamente nominal (por exemplo: ‘o poder’ – ‘os poderes’). Aceita, além do artigo, também o plural, uma vez que passou a ser um N contável. A produtividade dos tipos de infinitivo também segue do mais verbal (i) para o mais nominal (iii), portanto de maior a menor predicabilidade.

Com a análise detalhada das formas predicativas entre o verbal e o nominal, procurou-se mostrar que critérios para a organização de uma escala aproximada de NLZ podem ser listados, sempre considerando que os fatores que determinam as nuances também se estabelecem na função que desempenham. O Quadro XXX mostra que o resultado da escala pode ser integrado na continuação da hierarquia do Quadro XXIX, no sentido de abarcar o leque de nominalidade dos PNSs em função substantiva.

³³ Esse tipo de derivados corresponde aos exemplos da nota 29, mas estende-se a todos os V de ação, também aos transitivos. A correspondência do tipo NOM do Quadro XXVII de ‘ganhar’ é esta: inglês: *my horse’s winning of the race*; alemão: *das Gewinnen des Rennens meines Pferdes / von meinem Pferd*; português: ‘o fato de o meu cavalo ganhar a corrida’.

QUADRO XXX: HIERARQUIA DE NOMINALIDADE DE NLZ (II)

[+nominal]	[+verbal]
... > NAct > <u>inf. factivo > inf. nominal > inf. derivado</u> = infinitivo	
[+Ent-1]	[+Ent-2]

A hierarquia também contempla fatores como produtividade, tipo de entidade, categorialidade e referencialidade. A produtividade está atrelada à maior predicabilidade e à menor tendência de lexicalização. Já a referencialidade é proporcional a maior integração estrutural e à coesão interna. Por fim, tipos de entidades (categorias ontológicas) tendem a se estabilizar em determinadas categorias lexicais, por exemplo Ent-1 em N e Ent-2 em orações e sintagmas, embora não se fixem, já que o discurso e a referenciação feita nele são os responsáveis pela expressão lingüística.

Após o exame de diversas formas, pode ser estabelecida uma ordenação do mais verbal para o mais nominal, a fim de sistematizar a escala entre nominal e verbal no português, que foi inspirada em Azpiazu (2004) para o espanhol.

QUADRO XXXI: ORDENAÇÃO CRESCENTE DE NOMINALIDADE PARA O PORTUGUÊS

1. Verbo finito (predicado na oração)
2. Infinitivo verbal (perífrase, orações substantivas)
3. Infinitivo factivo (interpretação factiva do predicado)
4. Infinitivo nominal (interpretação eventiva, ação atélica)
5. NAct (interpretação eventiva, ação única)
6. NActi (interpretação resultativa, ação única)
7. Infinitivo derivado (substantivos não-predicativos)

Para exemplificar a ordenação estabelecida, analisa-se o predicado verbal ‘aplicar’. Constata-se que, com exceção do infinitivo derivado (7. no Quadro XXXI), lexicalizado, todos os tipos são produtivos no português, embora de graus variados. O verbo finito (66) e o infinitivo verbal em perífrases (67) são freqüentes para as formas com maior verbalidade. Já o infinitivo verbal em orações substantivas (68), o infinitivo factivo (69) e o infinitivo nominal

(70) ocorrem menos. Das formas de maior nominalidade, expressas por N, usam-se o NAct (71) e o NActi (72).

- (66) Quem conseguiu as melhores rentabilidades nesse ambiente de incerteza foram os investidores que compraram dólar ou aplicaram em fundos cambiais ainda no início do ano, quando a cotação estava na faixa de R\$ 1,95. (VE-EI-02)
- (67) Antes, ele deveria ficar no fundo ou voltar a aplicar no mesmo para ter o benefício. (VE-EI-02)
- (68) Mas, como o ano deve ser de turbulência por conta das eleições, quem aplicar em ações não pode precisar do dinheiro no curto prazo e tem de estar preparado para perdas. [oração substantiva] (VE-EI-02)
- (69) "A maioria não tem noção de como aplicar nem o tempo ideal para permanecer no investimento", diz. (VE-EI-02)
- (70) O maior receio é aplicar em uma coisa totalmente desconhecida", diz o zagueiro do Vasco da Gama. (VE-EI-02)
- (71) Em 2001 o cenário também era considerado ideal para uma retomada dos ganhos em aplicações em renda variável, mas todas as projeções positivas começaram a cair logo no mês de março... (VE-EI-02)
- (72) As aplicações mais populares na Argentina são os depósitos a prazo fixo, como os nossos CDB, e a poupança. (VE-EI-02)

Modificadores deverbais: particípio passado, ADJ em -vel e -dor, gerúndio

Conforme a visão ampla de NLZ, analisar-se-ão também os modificadores deverbais, já que estes têm origem verbal e podem ser predicativos. ‘Deverbal’ é denominação geral que privilegia a expressão formal e categorial, mas não necessariamente considera a função, a sintaxe externa. O fato de provir de um V, no máximo, explica a predicabilidade e a sintaxe interna, mas essa também é influenciada pela hierarquia da função desempenhada. As funções de núcleo e de modificador freqüentemente se sobrepõem à capacidade de predicção. Desse modo, a função de núcleo, tipicamente desempenhada por N e V, é hierarquicamente mais alta, enquanto a modificação, desempenhada, entre outros, por ADJ e ADV, é uma função de dependência. Quando, então, os modificadores preservam parte de sua predicabilidade, há tendência a formar construções encaixadas, que se subordinam a seus núcleos e, ao mesmo tempo, causam alterações e ajustes que abrangem a construção toda (Lehmann, 1988). Desses modificadores produtivos de origem verbal, examinam-se, nesta seção, o particípio passado, os ADJs em ‘-vel’ e ‘-dor’ e, resumidamente, o gerúndio.

Os deverbais que integram construções com função adjetiva e adverbial modificam (especificam) núcleos de diversas categorias lexicais. Estes podem ser N, no caso de ADJ, ou

não-N (V, orações ou unidades lingüísticas maiores), nos casos de ADV. Interessa, para a discussão de nominalidade, que são os próprios deverbais que ditam a predicação nas construções encaixadas. Com isso, também podem refletir alguma escalaridade da verbalidade–nominalidade transposta. Observe, no exemplo do predicado verbal multiargumental ‘aplicar’, como ocorre a integração dos componentes em relação aos núcleos predicativos em constituintes complexos. O exemplo de (73) mostra um particípio verbal, o de (74), um ADJ em ‘-vel’, o de (75), um ADJ substantivado em ‘-dor’, e o de (76), uma construção com gerúndio.

- (73) ...o analista da Souza Barros avalia que as ações ordinárias da companhia - com maior liquidez em bolsa que as preferenciais - são uma boa opção de investimento para as pessoas que podem deixar os recursos aplicados a longo prazo. (VE-EI-02)
- (74) Se as autoridades reguladoras e as bolsas de valores não reagirem com a velocidade e a intensidade necessárias a tornar as regras aplicáveis aos demonstrativos contábeis mais atuais e rigorosas, poderemos ter uma abalo de confiança muito mais profundo e duradouro que o observado em qualquer das crises recentes. (VE-EI-02)
- (75) O governo acha que esse risco não é relevante porque considera que o aplicador em caderneta de poupança é muito conservador. (VE-CoI-02)
- (76) Com pequenas quantias, o investidor consegue maior rentabilidade aplicando em fundos que investem em CDB. (VE-07-11)

Os graus de nominalidade parecem corresponder a algumas posições da ordenação no Quadro XXXI e preservam o Arg-3 do predicado verbal, não importa qual o marco (ou ‘acepção’) do lexema APLICAR. Os constituintes com os particípios verbais como modificadores, em (73) e (74), são mais verbais como um todo e integram estruturas perifrásticas. A ação designada pelo predicado verbal expressa aspecto resultativo em (73) e interpretação passiva e modalidade em (74). O N agentivo, que equivale a um ADJ agentivo (‘aplicador’ = ‘o homem/aquele que aplica’) em (75), pode assumir funções da relativa. A oração encaixada com núcleo em gerúndio, no exemplo (76), modifica a oração principal e acrescenta valor circunstancial (Modo).

Percebe-se, portanto, que as funções de núcleo e modificador interagem na expressão de nominalidade–verbalidade. Os deverbais em ‘-do’, ‘-vel’ e ‘-dor’ especificam um núcleo N predicativo e se ajustam ao protótipo ADJ por meio da concordância nominal e pela posição contingente ao N. Para integrar os componentes no constituinte, há a marcação da dependência por concordância (Número e Gênero) e por posposição, de acordo com as

exigências morfossintáticas de ordenamento (LIPOC). Como ADJ, essas formas verbais são argumentais e podem ser expandidas por argumentos e por outros modificadores, por exemplo ADV. Em termos de posição, as características analíticas mais nítidas localizam-nas em posição periférica, na camada Loc (de Rijkhoff, 2002). Quando esses ADJs verbais são lexicalizados, eles passam a ADJs qualificadores, por exemplo em ‘os recursos aplicados’. Outros, como os agentivos em ‘-dor’, abarcam tanto NAg produtivos, quanto propriedades, ou se especializam, como N, em ocupações habituais (‘investidor’, ‘exportador’, ‘tomador’).

Ao contrário do uso adjetival dos verbais mencionados, a concordância em Número e Gênero não se aplica para os de uso adverbial, já que essas noções nominais só valem para o sintagma e não para a oração. No entanto, há, para a modificação de oração, ou de unidades lingüísticas mais altas, os recursos de ordenamento e de marcação com desinências (‘-ndo’ e ‘-mente’). Além da tendência à lexicalização no âmbito da palavra, também há atuação em bloco desses atributos circunstanciais. Algumas das ocorrências de orações reduzidas com núcleo em participípio e gerúndio no português que atuam em função atributiva são produtivas. Veja os exemplos com orações reduzidas em participípio e gerúndio de (77) e (78) e a relação posicional e estrutural com oração reduzida em infinitivo (79).

- (77) Considerando-se a Libor de um ano a 6,7%, o custo da operação ficaria em pouco mais de 9%, incluindo o 'spread' de 2%, os 15% de Imposto de Renda pagos sobre os juros remetidos neste tipo de operação e a comissão do líder da operação (os bancos não revelam a taxa). Aplicados em títulos cambiais de mesmo prazo, o lucro do banco seria a diferença entre essa taxa (9% a 9,5%) e os 12,17% pagos pelo BC. (GM-29-10)
- (78) Aplicando duas vezes por semana a US\$ 101/8° e vendendo a US\$ 10, seria possível perder US\$ 10 mil ao ano (ou 30% da carteira) - e isso ocorre mesmo sem alteração da cotação. (VE-EI-01)
- (79) Observe o que diz Walter Hime, vice-presidente da Real Seguros: "aplicar esse dinheiro num produto específico de previdência vai lhe render uma economia de até 27,5%". (VE-Col-01)

Observa-se, nos dados, que as reduzidas modificam unidades lingüísticas variadas: a reduzida de participípio, em (77), modifica um sintagma anteriormente introduzido, com o qual concorda em Número e Pessoa; a reduzida de gerúndio, em (78), modifica um enunciado inteiro; e a reduzida de infinitivo, em (79), modifica uma oração. Em termos funcionais, os ADJs em ‘-vel’ e ‘-dor’ seguem o comportamento do participípio. Portanto, as orações reduzidas caracterizam-se, em resumo:

- i) por elevado grau de redução, tal como a ausência de Arg-1 e de relatores, que foram embutidos nos ADJs deverbais em ‘-do’, ‘-vel’ e ‘-dor’;
- ii) por correferência com Sujeito da oração principal;
- iii) por acréscimo de valores aspectuais (perfectivo para o particípio e durativo para o gerúndio) e de eventividade (infinitivo); e
- iv) por posicionamento em lugar de ênfase (Tópico);

O item i) condiz com aspectos formais, os de ii) e iv) apontam para uma expressão referencial: referenciação do constituinte e omissão de Arg-1, enquanto iii) ressalta os acréscimos semânticos de cada estrutura. Por conseguinte, as construções encaixadas de modificação justificam a denominação ‘nominalidade’, pois, muito embora ainda possuam propriedades verbais (sintaxe interna), também formam parte da estrutura sintagmática do nominal e configuram-se de acordo com sua dependência de um núcleo (sintaxe externa).

4.4.3 A nominalização indireta

Já foi mostrado que as estruturas nominais podem ter núcleos lexicais em N ou em construções encaixadas com núcleos de maior ou menor nominalidade. Nas de núcleo em N, também há dois tipos, um com N deverbal, a chamada NLZ direta, e outro com N genérico, ou núcleo vazio (*void head*), a chamada NLZ indireta (Vossen, 1995). Cada um desses Ns nucleares tem um complemento que descreve o EstC expresso pelo núcleo, apesar de serem de tipos diferentes. De acordo com Mackenzie (1986), a designação direta com predicado verbal (ou adjetival ou não-nominal) é tarefa da NLZ direta (80), enquanto a representação do EstC por meio de um termo com todos os seus atributos cabe à NLZ indireta (81).

(80) a produção de têxteis de alta qualidade no Brasil

(81) o fato de produzir têxteis de alta qualidade no Brasil

O núcleo de (80) é deverbal e relacional, um N pluriforme, e o complemento corresponde a um de seus argumentos, o Arg-2. Já o núcleo de (81) é um N genérico, não-derivado. Seu complemento é uma proposição (Ent-3) e o descreve por modificação, em semelhança à diferença de *genus* e *differentiae* da estrutura clássica das definições com N genérico (Vossen, 1995). Ao procurar possível paralelismo entre os dois, pode-se expressar o lexema PRODUÇÃO de maneira analítica para ‘ação de produzir’, com o N genérico em forma de NLZ indireta. Com base nessas reflexões, pode ser elaborada uma série inteira de formas

analíticas em torno de realidades ontológicas, na qual se inclui a proposição ‘fato de produzir’. Observa-se em (84) que não existem Ns pluriformes relacionados para todas, já que o português não possui NLZ para a expressão derivacional de temporalidade, factualidade, modo; e restrições para aquela de lugar e qualidade.

(82)	ação de produzir:	produção
	resultado de produzir:	produto
	agente de produzir:	produtor
	lugar de produzir:	---
	momento de produzir:	---
	fato de produzir:	---
	modo de produzir:	---
	qualidade de produzir: ³⁴	---

Em referência às classes de individuação conceitual de N em 4.2.2, precisamente ao tipo dos superordenados, constata-se que a NLZ direta ‘incorpora’ a classe de N genérico em forma de sufixo derivacional e propicia a lexicalização entre base e sufixo, formando ‘NLZ unitárias’ (*unitary nominalization*, Mackenzie, 1985). As classes de Ação/Processo, Agente, Objeto que resulta de um evento, Propriedade etc., representadas, por exemplo, por ‘-ção’, ‘-dor’, ‘-idade’ e outros, formam unidades do nível da palavra. Categorizam os Ns pluriformes e integram-nos em grupos relativamente homogêneos, por exemplo, nos de ações, agentes, resultados, propriedades etc. – as categorias ontológicas dos tipos de entidades –, mas também em outros, convencionizados por motivos sociais e culturais. Nos Ns pluriformes, a categoria N do núcleo sinaliza a aproximação ao protótipo de N, por ter assimilado relativamente bem o componente que designa a classe ontológica.

Já na NLZ indireta, a nominalidade está mais no constituinte todo do que somente no núcleo. Juntos ao N genérico que representa o núcleo, os complementos estruturam-se em graus variados de verbalidade, como discutidos na subseção anterior. Núcleos como o já citado ‘fato’, mas também outros Ns que expressam determinados traços semânticos gerais e permitem agrupar os constituintes analíticos em classes amplas, que exigem uma especificação. No entanto, como nem todas as classes possíveis têm um morfema próprio, ou como pode haver objetivos pragmáticos ou textuais específicos para formar uma expressão analítica, ocorre, nesses casos, a ‘nominalização indireta’. Isso confirma que a NLZ é um

³⁴ Não existe uma forma sintética para ‘qualidade de produzir’, mas, sim, para ‘qualidade de ser produtivo’ (= ‘produtividade’)

fenômeno de descrição e que, em conseqüências disso, está intrinsecamente ligada à escala entre o nominal e o verbal, já que estruturas analíticas são mais informativas. Veja alguns exemplos em (83):

(83) fato: o fato de os empregados do Banespa terem passado os últimos dias de braços cruzados (Cprop); o fato de operar fora dos limites da legislação nacional (EstC)

outros: o valor de, o foco de, as conseqüências de, a dificuldade de, o risco de, a velocidade de, a condição de, a capacidade de, a razão de etc.

Observa-se que esse tipo de NLZ é adequado para classes mais abertas e diversificadas, mas que também exigem uma especificação detalhada. Assim, há como descrever as características de fatos, de momentos, de modos, de valores etc. De acordo com Vossen (1995), alguns dos Ns genéricos que integram uma NLZ indireta – como ‘fato’, ‘idéia’ – parecem ter origem em NActi fossilizados. De fato, no português pode ser constatado que os Ns nucleares indicam ora resultado (‘valor’, ‘foco’, ‘conseqüências’ etc.) ou propriedades, quando N deadjetivais (‘a alta de’, ‘a produtividade de’, ‘a rentabilidade de’, ‘a capacidade de’). Seus complementos podem ser de diversos tipos de entidades, como mostrado com ‘fato’ em (83), e são unidos à base por meio de relatores (‘de’ ou ‘que’). As formas analíticas em (82) confirmam o lugar do infinitivo, como forma relativamente nominal.

Em uma abordagem relacional, ligada a estudos da semântica lexical, identificam-se campos relacionais que expressam dependências meronímicas (Vossen, 1995). Os N nucleares formam uma espécie de elemento superordenador (hiperônimo) para agrupar diversos componentes ou membros, embora com, pelo menos, uma característica em comum: a de ser, por exemplo, ‘fato’, ‘momento’, ‘modo’, ‘valor’ de algo. Essas relações podem ser enquadradas nas relações denominadas ‘quase-paradigmáticas’ por Lyons (1977:299), ou nas ‘quase-relações’ e ‘para-relações’ de Cruse (1986).³⁵ As últimas interessam por serem agrupamentos que expressam uma relação lexical em termos do que é esperado ou aceito, ou que é corrente social e culturalmente (relações não-lógicas). Esses paradigmas são, portanto, feitos pelo homem e pelos especialistas. Com isso, podem representar um conjunto de

³⁵ Como exemplo de quase-relações, Cruse (1986) menciona ‘talheres’, que está para garfo, faca, colher, portanto a relação de coletivos. Pseudo-relações são, para o autor, o que ele chama de ‘sinônimos cognitivos’, mencionados no capítulo 2.

elementos pertinentes para determinadas áreas e atividades, também de ontologias de áreas de especialidade. Analisar-se-á um conjunto desses da área de economia/finanças no capítulo 5.

Considerando, por um lado, os processos sintéticos, como a NLZ direta e os N pluriformes, e, por outro lado, os processos analíticos, tais como a NLZ indireta e a passagem gradual para a expressão lingüística de relações conceituais, pode-se avaliar o alcance desse fenômeno, também sob o ponto de vista funcional. O objetivo da NLZ é a redistribuição da informação contida no predicado para referência. Assim, a informação pode ser referida, comunicada e interpretada. De acordo com Mackenzie (1996), as vantagens da NLZ são (i) sintáticas, (ii) semânticas e (iii) pragmáticas e comunicativas. Em termos sintáticos (i), as expressões nominalizadas têm menor complexidade categorial e sintática e, por isso, são mais flexíveis para ocupar diversas posições sintáticas na oração, tais como Sujeito, Objeto, ou em modificadores circunstanciais. As vantagens semânticas (ii) abrangem a expressão de diferentes tipos de entidades, maior abstração e tipificação, assim como a expressão de diversas relações e conceitualizações. Das vantagens pragmáticas (iii), sobressaem a focalidade, a condensação da informação, a compressão do texto e a introdução dos participantes do discurso (Hopper & Thompson, 1984). Também são relevantes fatores como alternâncias entre nominalizações e orações completas na coesão textual, nas anáforas, na estruturação e distribuição das informações dadas e novas, assim como na variação estilística (Azpiazu, 2004).

4.4.4 Produtividade da NLZ

A NLZ, como fenômeno de descrição, é um dos recursos produtivos da língua portuguesa, tanto nas derivações dos N pluriformes, quanto nas formações analíticas com N genéricos. É um dos dispositivos básicos de formação de palavras (Bauer, 2004; Basílio, 2004), mas também sustenta a predicação nominal e direciona o rearranjo argumental da oração, o que se reflete nas funções núcleo e modificador. A sistematicidade de alguns processos está, primeiramente, vinculada a regras de formação e à disponibilidade de formantes na língua. Em segundo lugar, já foi demonstrado que a produtividade depende de maior predicabilidade, ou, visto em termos de graus descritivos entre nominal e verbal, de maior verbalidade. Assim, as formas de base verbal, quando preservam a sintaxe interna, são mais determinadas por fatores sintáticos do que lexicais.

Os NActi, por exemplo, são menos produtivos porque têm menos sintaxe interna, isto é, não mantêm a estrutura argumental e assimilam a sintaxe externa de N prototípica com maior facilidade, enquanto os NAct e as formas com infinitivos tendem a ser dominados pela sintaxe interna, verbal. Também no caso dos ADJs deverbais, já foi mencionado que, como ADJ, as formas em ‘-do’, ‘-vel’ e ‘-dor’ geralmente exigem os complementos ditados pela valência, mas, como N, tendem a ser avalentes (4.4.2). Em resumo, prevalecem as estruturas e formas analíticas antes das NLZ unitárias, lexicalizadas, uma vez que estas últimas se lexicalizam com facilidade (Mackenzie, 1996). Por isso, os Ns lexicais para expressar Ent-2 e ordens mais altas não são completamente produtivas, e muitas ocorrências exigem interpretação de NLZ de resultado, apesar de terem a mesma forma de NLZ de ação. Veja os exemplos em (84) e (85).

(84) “Na atividade da editora, a receita cresceu 33% no ano, por conta da incorporação da Editora Atual, adquirida em 1998. Na operação da livraria, as vendas brutas cresceram 27% no ano. Isso devido ao aumento das vendas pela internet e ao maior número de lojas”, explica. (VE-26-10)

(85) Segundo ele, estas normas são necessárias mesmo no período atual, considerado como de testes - ou 'operação assistida', como se diz no MAE - e que, a princípio, será concluído em dezembro. (GM-01-11)

Note que a interpretação de ‘operação’, em (84), apesar do NAct introdutório ‘atividade’ no episódio e da ação ‘aumento das vendas pela internet’, não é bem de ação, mas, sim, de resultado, como consequência de outras atividades e processos envolvidos neste (‘vendas’, ‘aumento’), e por falta de Arg-2.

Um outro argumento para afirmar que a NLZ unitária é relativamente restrita consiste no fato de que há poucos morfemas produtivos para nominalizar predicados verbais (Bauer, 2004). Um levantamento das formas nos dados mostra que as inovações não são muitas e partem principalmente de formas verbais em ‘-izar’ e ‘-bilizar’ para N como ‘-ização’ e ‘-bilização’ (‘dolarização’, ‘verticalização’, ‘terceirização’, ‘rentabilização’, entre outros). Também há inovações pela NLZ em ‘-ção’ e seu ADJ relacional derivado em ‘-al’ ou ‘-cional’, que formam Vs incoativos com ‘-alizar’ ou ‘-cionalizar’, para depois nominalizá-los. Algumas poucas cadeias produtivas incluem ADJs em ‘-do’, ‘-vel’, ‘-dor’, ‘-nte’ ou ‘-ivo’. No entanto, essas formas tornaram-se parte de áreas mais especializadas, entre outros, de procedimentos fundamentais da economia (86):

(86) operação assistida, valor agregado; renda variável; serviços de telefonia entrantes e saíntes; tomador, investidor etc.

Um grupo desses sufixos, assim como alguns morfemas nominais, fazem parte das terminologias internacionais e facilitam intercâmbio e tradução de termos. Constituem, para Correia (2004) e Gutiérrez Rodilla (1998), os chamados ‘sufixos internacionais’ da terminologia. Embora produtivo, é um grupo restrito, correspondendo a ‘-ção’, ‘-mento’, ‘-idade’, ‘-bilidade’, ‘-ário’, ‘-ivo’, ‘-al’, ‘-izar’, ‘-bilizar’, assim como a designações para o agente (‘-ista’, ‘-logo’) e áreas de conhecimento e atuação (‘logia’, ‘-ica’, ‘-ismo’). Porém, além de poucos morfemas disponíveis e da facilidade de lexicalização, há ainda o fato de que a NLZ produtiva, tanto a direta quanto a indireta, é uma estratégia lingüística rara e marcada na língua coloquial. É mais freqüente na linguagem formal e escrita, por exemplo, em administração, economia, política, e também em determinados discursos, como no discurso jornalístico, no discurso oficial, político ou acadêmico (Azpiazu, 2004; Glušak, 2001). Do mesmo modo, a mencionada alternância entre predicados verbais e nominais – como nos exemplos (17), (81) e (82), ou a existente entre Ns comuns e superordenados em 4.2 – está condicionada à ocorrência no texto e às relações pragmáticas e textuais estabelecidas. Com tudo isso, não parece justificado afirmar que a NLZ, como um todo, seja de produtividade ampla e geral, mas antes é parte de um processo lingüístico mais amplo, a chamada predicação nominal, que ocorre em determinadas circunstâncias.

Por fim, reitera-se a discussão sobre a função e o alcance da NLZ, a saber, que unidades lingüísticas complexas de núcleo e modificadores estão envolvidas no processo, e não apenas palavras. Esse fato estende os processos produtivos a estruturas inteiras, com unidades lingüísticas complexas, e não os limita somente àquelas formas derivacionais que marcam a superordenação nas palavras nucleares, ou às NLZ unitárias tradicionalmente tratadas nas abordagens estruturalistas e formalistas. Isso leva Azpiazu (2004) a concluir que são quatro as estratégias de NLZ e expressão de predicação nominal línguas indo-européias:

- i) a composição nominal;
- ii) a predicação nominal substantiva (PNSs);
- iii) as perífrases verbo-nominais (PVNs);
- iv) a frase nominal.

A estratégia de composição nominal não é tão recorrente no português (Alves, 2004) e não foi considerada para a presente tese. O fenômeno de ii) enquadra-se nos N deverbais e nos graus de NLZ, assim como nos nominais menos prototípicos – os de função substantiva, adjetiva e adverbial, que foram tratados nas subseções anteriores. Restam ainda as perífrases verbo-nominais, em iii), a serem discutidas a seguir, e a frase nominal (iv). Quanto às frases nominais, são definidos, de acordo com Azpiazu (2004:225) como orações independentes nas quais participa nenhuma forma verbal finita. Porém, como são expressões referenciais sem núcleo prototípico em N, podem ser funcionalmente dependentes como um todo e possuir função modificadora. Interessam por causa dos processos de predicação não-verbal e das conseqüências estruturais no interior de sintagmas, orações e trechos textuais inteiros. Serão examinadas nos capítulos 5 e 6 para mostrar que é a mudança categorial – em particular, a predicação nominal e a NLZ – que, de uma ou outra maneira, ativa todos esses recursos e, por conseguinte, envolve diversas categorias lexicais.

4.5 Os predicados verbo-nominais (PVN)

Uma das possibilidades de mudança categorial consiste na verbalização por meio de predicados verbo-nominais ou ‘perífrases verbo-nominais’ (abreviados PVN, Azpiazu, 2004). Nesses, o predicado verbal é constituído por um V finito semanticamente esvaziado – um verbo-suporte (V-sup) – e por um componente nominal, tipicamente um N deverbal. O conjunto forma um predicado verbal complexo que atua como constituinte mais ou menos coeso e expressa um evento. O V-sup estabelece uma relação entre dois nominais, como no exemplo de (87):

(87) O preço do petróleo teve aumento.

A coesão entre o componente verbal e o componente nominal do PVN pode, em alguns casos, ser comprovada pela existência de formas paralelas em lexema simples (88a). Outras vezes, como em (88b), ocorre um predicado verbal cujo V é mais bem caracterizado como ‘V genérico’, mas não coocorre necessariamente com V lexical. Isso mostra que um EstC pode ser expresso tanto em expressões verbais sintéticas quanto em analíticas e que a variabilidade se estrutura entre o lexical e o gramatical.

- (88) a. fazer investimentos – investir
 ter lucro – lucrar
 pôr em dúvida – duvidar
 dar explicações – explicar
 pagar indenização – indenizar
 tomar uma decisão – decidir
 fechar um acordo/entrar em acordo – acordar
 estar em vigor – vigorar
- b. fazer aplicações de maior risco
 ter demanda
 manter o foco
 ganhar escala
 perder valor
 sofrer impacto

Observa-se que os V-sup mais neutros, e mais comuns, como ‘fazer’, ‘dar’, ‘ter’ e ‘pôr’, têm pouco conteúdo semântico específico, enquanto ‘pagar’, ‘tomar’, ‘fechar’ e ‘entrar’, além de entrarem em construções de suporte ou expressões fixas, também atuam como Vs plenos e Vs genéricos. Os Vs genéricos encontram-se próximo de construções que se enquadram nas ‘colocações’, quando estão ligados a constituintes nominais (Sinclair, 2000; Alves, 2002, Carvalho, 2005). A escala entre PVN e colocação depende tanto do V-sup, quanto do N deverbais. Em ambos, o componente referencial é o núcleo semântico e informativo, contém algumas características verbais (sintaxe interna) e, assim, dita a predicação.

Já o V-sup apenas permite a complementação das categorias não-expressas pela NLZ, por exemplo, TAM e Pessoa. Portanto, é palavra gramatical, isto é, um operador, que expressa relações. Entra na construção apenas com seus valores semânticos básicos que definem seu modo de ação (*Aktionsart*): [\pm dinamicidade] e [\pm controle], segundo discussão em Dik (1997a). A distinção justifica-se pela tipologia de V segundo parâmetros semânticos, estabelecida pelo autor 4 grupos. A tipologia de V consiste em:

- V de ação: [+din], [+contr]
- V de processo: [+din], [-contr]
- V de estado: [-din], [-contr]
- V de posição: [-din], [+contr].

É importante ressaltar, no entanto, que o modo de ação se estabelece não no predicado verbal isolado, mas na predicação toda, ou seja, na combinação com os argumentos obrigatórios (Dik, 1997a). Esse fato também reforça a interdependência entre os componentes de um PVN.

Se é uma das funções de um V-sup de acrescentar valores verbais mínimos a Ns deverbais com quais formam um determinado modo de ação, então, em outros casos, como em (88b), os mesmos Vs ligam-se a nominais mais específicos ou a conceitos de uma AE. Embora as construções com nominais não-deverbais geralmente não tenham formas verbais simples paralelas, levam à integração funcional dos constituintes como predicados verbais. Esse processo pode ser chamado de ‘verbalização’. Os valores semânticos básicos presentes nos V-sup são de Vs de ação para ‘fazer’, ‘pôr’ e ‘dar’, por exemplo; de V de processo para ‘ganhar’; de V de estado para ‘ter’ e de V de posição para ‘manter’. Outros V-sup podem ter marcos para diversos tipos. Veja, nos exemplos em (89) a (93), como o V-sup em ‘ter fôlego’, ‘dar novo fôlego’, ‘ganhar novo fôlego’, ‘perder fôlego’ e ‘mostrar fôlego’ integra um nominal de conteúdo especializado e expressa diátese, de forma lexical, sem precisar recorrer a construções gramaticais da passiva. A indicação das relações entre os argumentos ocorre, então, por verbalização feita com esse tipo de V. Os PVNs interessam para a discussão sobre a nominalidade das LEsp, pois são construções de predicação verbal com traços de predicação nominal.

- (89) “A alta do dólar é recente, e a expectativa é que a moeda não tenha mais muito fôlego para subir em relação ao real”, afirma o chefe da área de análise de um banco de investimento. (VE-26-10)
- (90) O empréstimo cobre as necessidades de financiamento da Argentina até o fim do ano, e dá fôlego à equipe econômica em um momento em que aumentam as dúvidas no mercado em relação à capacidade de o país honrar seus compromissos. (VE-26-10)
- (91) São fundos que acompanham o juro overnight e ganharam novo fôlego a partir de agosto graças às turbulências internacionais e à interrupção da trajetória de diminuição do custo básico do dinheiro. (VE-26-10)
- (92) Produtividade americana perde fôlego [manchete]
- (93) O destaque do dia ficou por conta das empresas de telefonia, especialmente as celulares, que mostraram fôlego para recuperar parte das perdas acumuladas no ano. (GM-03-11)

Os PVNs acima confirmam que, junto com o V-sup, vêm importantes informações gramaticais: eventividade, valência e estrutura argumental, também com as relações semânticas estabelecidas e restrições semânticas determinadas pelo V e pelo nominal

(subcategorização). ‘Ter’ e ‘mostrar (fôlego)’, em (89) e (93), são V de estado, sendo o último mais lexical; ‘dar’, em (90), é V de ação; e ‘ganhar’ e ‘perder (fôlego)’, em (91) e (92), são Vs incoativos, voltados ao Agente. A distinção entre ‘dar’ e ‘ter’ também implicam em diferentes marcos para a estrutura argumental e a configuração das funções semânticas. Com ‘dar’, o Arg-1 é Agente e o Arg-2 é Paciente, e há um eventual terceiro argumento. Com ‘ter’, o Arg-1 é Experienciador. Uma oposição semelhante ocorre entre ‘ganhar’ e ‘perder’, do mesmo modo como ocorre em ‘causar (impacto)’ e ‘sofrer (impacto)’ em (88b). Mostrar-se-á, mais adiante, que, para a expressão desse tipo de diátese – a incoatividade - existem, no português, recursos morfológicos, como ‘-izar’ para ‘ganhar/tornar-se’ e ‘des-’ para ‘perder’, para formar lexemas verbais simples.

O tipo de PVN com N genérico em (89) a (93) é um exemplo menos característico para construções de V-sup. Neves (2000) e Alves (2002) consideram-no mais lexical, portanto, menos gramatical do que os V-sup com N deverbal em (88a). Alves (2002) aborda as construções com V-sup como recurso i) para a verbalização e ii) para criar terminologia e usar conceitos especializados, que expressam EstC de forma predicativa. Para a autora, estas construções distribuem-se entre graus de fraseologia variados e se agrupam em quatro tipos, mesmo levando em conta o fato que as divisões nem sempre são nítidas. As construções com V de ação são do Tipo 1, assim como a maioria daquelas com outros V-sup, incluídas as diatéticas. Os PVNs com N genéricos correspondem ao Tipo 2 ou 3 das unidades fraseológicas verbais (UFV), dependendo das características semânticas e sintáticas do componente nominal: o Tipo 2 contém N deverbais e o Tipo 3, outros tipos de N. Alguns autores, como Barón & Herslund (1998), só consideram as construções com V-sup agentivo ‘fazer’; ainda outros incluem ou enfatizam os Vs mais genéricos (Lorente et al., 1998; Lorente Casafont, 2002; Bevilacqua, 2004).

As construções com N deverbal, por exemplo as de (88a), encaixam-se nas predicções nominais e são relevantes para a discussão sobre a distribuição entre nominalidade e verbalidade na predicação, já que a categoria semântica EstC de uma oração se baseia em elementos verbais e nominais. A idéia de ‘redistribuição’ é pertinente na escala de nominalidade e, do mesmo modo, quando a perspectiva é de uma forma básica de predicação, que atualiza a categoria semântica EstC por meio de um componente tipicamente verbal e outro tipicamente nominal na unidade lingüística ‘oração’. Pode-se constatar que os traços

verbais característicos que se perdem na NLZ são repostos pelo V-sup, levando novamente ao equilíbrio no EstC. Veja, em (94), como o Arg-2 do V pleno ‘aumentar’ (95) é expresso:

- (94) Isso indica que, na avaliação dos especialistas do banco, há possibilidade de aumentar o preço dos derivados de petróleo no país sem pôr em risco a política de metas inflacionárias. (VE-27-10)
- (95) Os fundos cambiais foram beneficiados pela desvalorização do real, acentuada a partir de julho pelas turbulências no mercado internacional causadas pelo aumento do preço internacional do petróleo e ampliadas pelo resultado ruim da balança comercial brasileira. (VE-07-11)

Já em (95), o NAct/NActi ‘aumento (do preço)’ contém verbalidade e, como tal, é predicativo e relacional. Pode ser integrado na oração com V-sup como ‘ter’, ‘haver’ ou ‘fazer’, ou outros (‘dar’), dependendo do EstC a ser expresso. Em ‘ter aumento do preço do petróleo’, o núcleo predicativo continua no N deverbal, com toda a informação e com parte da estrutura argumental mantida (Arg-2). Já que o nominal é relativamente autônomo, o V-sup pode ser suprimido ou acrescentado com facilidade, por exemplo, quando forma um constituinte próprio e é visto como Ent-1, por ser do tipo ‘NActi’ (95). Como outro indício de o V-sup ser apenas operador e o nominal assumir o conteúdo semântico, constata-se que os V-sup não permitem NLZ, por serem elementos gramaticais. Assim, não ocorrem formas em NAct de V-sup, mas, sim, NAct com Vs plenos e com alguns Vs genéricos, mesmo quando são parte de colocações (‘entrada no mercado’, ‘prestação de serviço’, ‘ganho de escala’ etc.).

De acordo com o modelo de FDG, os PVNs permitem a investigação das características interpessoais, semânticas, lexicais e categoriais, bem como das estruturais. As características interpessoais estão circunscritas aos subatos adscritivo T e referencial R, as funções pragmáticas, à distribuição entre Tópico e Foco. As características estruturais dependem da seleção de operadores ou morfemas livres. Já a distribuição do conteúdo lexical para expressar EstC, é feita pelas categorias lexicais prototípicas: lexemas verbais e lexemas nominais. Como as categorias lexicais estão sendo mantidas, o que muda é a distribuição do conteúdo semântico. Os quadros a seguir ilustram as duas possibilidades discutidas: o Quadro XXXII representa a predicação com V pleno e SRef do exemplo ‘o governo aumentou o preço do petróleo’, e o Quadro XXXIII, uma predicação com V-sup e SRef.

QUADRO XXXII: PREDICAÇÃO COM V PLENO E SREF:

‘O governo aumentou o preço do petróleo’

R	T	R
o governo	aumentou	o preço do petróleo
Tópico		Foco
	+ V	+ N

QUADRO XXXIII: PREDICAÇÃO COM CONSTRUÇÃO DE V-SUP E SREF DEVERBAL:

‘O preço da gasolina teve aumento’

R	T	R
o preço do petróleo	teve	aumento
Tópico		Foco
	+ V	+ N

Diferentemente da construção com V pleno do primeiro quadro, o PVN do segundo quadro apóia o ato adscritivo em um morfema livre com pouco conteúdo semântico e concentra a informação no constituinte nominal. Isso leva à distribuição do conteúdo semântico entre ‘aumentar o preço (do petróleo)’ e ‘ter aumento’ nos exemplos. Observa-se que o nominal em R e com Foco, do Quadro XXXIII, contém os parâmetros semânticos do EstC de forma reduzida, já que estes passaram a ser atualizados pelo morfema livre que representa o operador. O marco deste último exemplo assemelha-se aquele do exemplo ‘o preço do petróleo aumentou’. Isso comprova, não só que o componente verbal e o nominal se completam, mas também que os marcos das formas paralelas estão relacionados (‘ter aumento’ para ‘aumentar’, quando monovalente).

Por outro lado, os PVNs não se aplicam a todas os tipos de NLZ, mas apenas a um tipo particular de deverbais, uma instância de um evento (NAct) com interpretação de IndObj, isto é NActi. O que, por muitos autores, é chamado de ‘N genérico’ nas construções de V-sup

(Neves, 1999), na verdade, é uma base em categoria semântica Ent-1, já que ainda há um componente suficientemente ‘verbal’ para formar uma Ent-2. Isso demonstra que o N deverbal nos PVNs é um componente menos verbal na escala da nominalidade, mas ainda nominal o bastante para ser referencial, um N. Para NAct nos PVNs (‘(dar um) aumento’), portanto eventos, há também restrições em relação i) ao tipo de modificadores, pois somente são possíveis ADJs que indicam propriedades que se referem a modo, frequência, fases e duração do evento; ii) à presença de determinantes, uma vez que eventos em si não são contáveis.

Nas construções de V-sup, a presença do N deverbal em forma de NActi também é comprovada pela possível ocorrência de artigos e outras marcas de contabilidade, a não ser que este mesmo deverbal esteja a caminho de lexicalização por meio de Ns genéricos ou *pluralia* ou *singularia tantum* (88a). Na verdade, o grau de referencialidade do N define-se em função do grau de lexicalização do PVN. Quando o componente nominal é ‘genérico’, ou seja, quando tem interpretação de NActi, não é instanciado e pode vir sem artigo. Por outro lado, são NActi específicos por natureza: são contáveis e representam Ent-1 que se localizam no espaço. A individuação nos PVNs não-lexicalizados justifica a suposição de que ocorre uma reinterpretação do denominal em Ent-2 para um IndObj (Ent-1), justamente para constituir a organização prototípica de uma predicação, um evento. Assim, apesar das reestruturações ocorridas no PVN, procura-se manter o equilíbrio entre verbalidade e nominalidade, entre adscrição e referenciação e entre a distribuição categorial V – N, mesmo estando ambos à margem das formas prototípicas.

Além da variação no arranjo de informação e da função pragmática Foco, a construção com [V-sup + N deverbal] permite mais possibilidades sintáticas do que o lexema verbal pleno AUMENTAR. Neves (1999) cita a variação sintática por qualificação, restrição e referência do SN destacado por V-sup, assim como, entre outros, as posições variadas na oração (97). De fato, esses fatores constituem antes o resultado do que a origem do ato referencial no constituinte nominal. Veja, a seguir (96), alguns exemplos citados por Neves (1999) para as possibilidades sintáticas de construções com V-sup:

- (96) qualificação do nominal: ter aumento excessivo
- restrição do nominal: os aumentos ocorridos nas últimas semanas
- redução da valência: houve aumento
- referência: aquele aumento, os aumentos (NActi, N contável)

diátese em expressão analítica: ter aumento de preços = os preços foram aumentados
ocorrência em posições variadas no discurso: por exemplo como agente da passiva, ilustrada em (95).

Com base na discussão anterior, pode-se postular que até mesmo o caminho inverso – o de incorporar o componente nominal em uma forma verbal simples – se deve à essa mesma aproximação ao protótipo de expressão de um EstC. Um PVN representa um exemplo mais nominal, enquanto uma forma verbal com o nominal incorporado leva a predicação verbal ao extremo. Muitas construções com formas paralelas, por exemplo, as de (88a), podem ser explicadas por esse mecanismo semântico-gramatical (‘fazer investimentos – investir’; ‘ter lucro – lucrar’; ‘pôr em dúvida – duvidar’ etc.), sendo que a apresentação formal é apenas consequência dessa reestruturação (acréscimo do sufixo categorial, redução da valência, processos morfofonológicos devido à condensação a uma forma simples, entre outros).

No entanto, no português, um componente nominal não-deverbal dificulta o processo gramatical de ‘incorporação’ e apresenta algumas restrições. Na formação lexical desse tipo, o nominal deve conter preferencialmente mais características verbais do que nominais, assim como o operador verbal é mais do tipo agentivo, correspondente ao V-sup ‘fazer’. Já um ADJ como base, ou seja a verbalização de propriedades e estados, é mais freqüente com ‘-izar’, como mostrado nos exemplos (102) a (105). A variante analítica é privilegiada quando os SRefs representam conceitos específicos (‘manter o foco’, ‘ganhar escala’, ‘perder valor’ etc.) ou quando haja lexicalização em fraseologismos com N genéricos (‘fazer parte’, ‘perder a chance’, ‘pôr em cheque’ etc.).

Com isso, a questão da existência de perífrases, ou melhor, de construções analíticas do português, pode ser abordada de maneira mais sistemática. Em primeiro lugar, a tipologia morfológica das línguas românicas propicia as diversas construções analíticas, como as perífrases verbais para a expressão analítica de operadores verbais (Olbertz, 1996) e a distribuição categorial e referencial nos PVNs, discutidas no decorrer da seção. Observe, em (97), que todas essas formas analíticas contêm uma forma nominal (infinitivo, gerúndio, particípio passado ou NAct). Por mais variadas que sejam as funções de cada uma dessas construções analíticas, percebe-se que o elemento nominal consta em uma dessas formas menos verbais listadas: infinitivo, particípio, gerúndio, ou NActi.

- (97) → Perífrase verbal: ele começou a fazer, vai fazer, pode fazer, está fazendo, tem feito, gostaria de ter feito etc.
→ Perífrase verbo-nominal: ele fez a revisão, teve muitos gastos, entrou com pedido etc.

As formas perifrásticas também constituem um importante procedimento morfológico de explicitação estrutural de operadores, e também são básicas para a criação lexical e categorial em V. Pelo fato de composição e incorporação não serem produtivas no português, e ser mais restrita a formação de Vs sintéticos, essa é uma das poucas maneiras de formar novos predicados verbais no português (Azpiazu, 2004; Câmara Jr, 1970; Bauer, 2004; Rocha, 1998; Basílio, 2004). De fato, isso corrobora a afirmação de Hopper & Thompson (1984:745) de que, em muitas línguas, os recursos derivacionais especializados para formar Vs são menos freqüentes e menos produtivos do que os recursos derivacionais para formar N, uma vez que há maior tendência de um evento ser visto como instância que um IndObj ser visto como evento. Essa tendência privilegia as construções analíticas verbais por meio de Vs auxiliares, Vs modais, V-sup e até mesmo de V-lig, como a análise dos próximos capítulos vai mostrar.

Mas ainda há algumas possibilidades para à derivação verbal com sufixos categoriais no português, uma vez que, diferentemente do inglês (Clark & Clark, 1979), a mudança categorial de N para V exige marcas morfológicas sufixais, sendo que, exceto os sufixos com a vogal temática em ‘a’, todos estão fossilizados. Permanecem, contudo, restrições similares às do inglês nos casos de haver Vs denominais. Entre outros, Clark & Clark (1979) citam algumas restrições em relação à finitude das formas denominais. Para os autores, prevalecem as formas nominais (infinitivo, gerúndio, particípio) no uso, as quais caracterizam os predicados verbais complexos em geral. Além disso, há possível ambigüidade para o não-especialista, já que os locutores devem conhecer o contexto para poder interpretar a forma verbal. Veja, por exemplo, os lexemas BURILAR, de ‘trabalhar (algo) com burilo/elaborar com cuidado’ (98) e ACORDAR, de ‘fazer um acordo’, (99) a (101).

- (98) ... não está claro se as duas partes conseguirão burilar um novo acordo que o atual expire em dezembro [*sic*]. (GM-27-10)
(99) A ordem no Itamaraty é acordar o empresariado para o debate em torno da Alca. (GM-06-11)
(100) Acordou-se com os chilenos fazer uma exportação-piloto. (GM-06-11)
(101) O volume de energia acordado no mercado 'spot' nesse primeiro lote de contratos liquidados equivale, segundo Fraga, a cerca de 5% de toda eletricidade movimentada no sistema interligado. (VE-07-11)

Os dados confirmam que as formações inovadoras verbalizadas com ‘-ar’ dificilmente ocorrem em formas finitas de primeira ou segunda Pessoa SG e PL, mas, de preferência, em infinitivo (98) ou na terceira Pessoa SG impessoal, com ‘se’ (100). As restrições em (98) e (101) são provavelmente de origem morfofonológica, uma vez que a mudança no acento dificulta o reconhecimento do N incorporado à forma verbal. Além disso, é a forma ‘acordar’ passível de criar ambigüidade inicial, como aquela em (99) – que não corresponde a ‘fazer um acordo’ –, e é evitada nas suas formas finitas. Uma exceção é o uso impessoal que mais se assemelha à passiva (‘foi feito um acordo’), por exemplo, em (100). O mais comum, no entanto, é o particípio para expressão resultativa, em (101), pois, em termos semânticos, ‘acordado’ está próximo à interpretação de um NActi.

Um dos morfemas mais verbalizadores do português é ‘-izar’, que expressa a incoatividade a partir de propriedades (Gallén, 2000). Essas são principalmente expressas em forma de ADJ (‘viável’ – ‘viabilizar’, ‘comercial’ – ‘comercializar’), mas também em N (‘capital’ – ‘capitalizar’, ‘dolar’ – ‘dolarizar’, ‘valor’ – ‘valorizar’). Coexistem construções com V-sup para expressar as diversas nuances incoativas e suas contrapartes negativas, a começar com ADJ (102), estado (103), passando para Ns que designam IndObj, em (104) e (105).

- (102) tornar viável – viabilizar, tornar inviável – inviabilizar
ganhar viabilidade – viabilizar-se; perder viabilidade – inviabilizar-se
- (103) ganhar estabilidade – estabilizar-se
perder estabilidade – desestabilizar-se
- (104) ganhar valor – valorizar-se, perder valor – desvalorizar-se
transformar em valor – valorizar, subtrair valor – desvalorizar
- (105) ganhar fôlego – perder fôlego
ganhar escala – perder escala

Observa-se que, no português, há correspondências regulares entre verbalização analítica e sintética de propriedades e estados, evidentes na relação entre o V-sup ‘tornar’, ‘ganhar’ e ‘perder’ e os Vs com morfema ‘-izar’, com diátese em ‘se’ ou não. O V-sup/V genérico ‘tornar’ aparece quando a propriedade passa a ser aplicada ao Paciente; ‘ganhar’ e ‘perder’ aparecem quando a propriedade passa a ser aplicada ao Agente. Noções de Polaridade são expressas pelos prefixos ‘in-’ e ‘des-’. As equivalências ‘-izar’ e ‘-izar-se’ vinculam-se mais facilmente a propriedades e estados. No caso de IndObj, (104) e (105), observam-se algumas restrições na verbalização sintética, as quais parecem estar relacionadas com a alienabilidade. ‘Valor’, ‘capital’, ‘dolar’ são todos IndObj e estão voltados para o

Paciente. Designam conceitos da AE que são alienáveis, ou seja, podem ser adquiridos ou alienados. Em oposição aos valores, ‘fôlego’ e ‘escala’ designam referentes inalienáveis.

Percebe-se nitidamente que não é bem a categoria lexical, como ADJ e alguns tipos de N, que direciona a regra de formação de Vs derivados incoativos, mas a tipologia de entidades. No português, as Propriedades (Ent-zero) são as mais propensas para formar Vs sintéticos, assim como estados (propriedades duradouras). IndObj (Ent-1) vinculam-se ao morfema verbalizador somente quando são alienáveis e quando o processo é voltado para o Paciente. IndObj relacionados à inalienabilidade apenas podem recorrer a construções com V-sup. Interessa, então, que as categorias lexicais se subordinam à tipologia semântica e às características morfossintáticas de uma língua. Fora disso, aplicam-se as restrições em relação às formas finitas discutidas em (98) a (101).

Na discussão sobre nominalidade e sobre os processos de mudança categorial, enfatiza-se a abrangência da marcação morfossintática das categorias lexicais nas estruturas complexas, com presença de núcleo e modificador(es). A questão dos PVNs está relacionada com a predicabilidade do sistema e não só abarca os constituintes verbais e nominais e a distribuição de adscrição e referência, mas também os modificadores dependentes, tanto aqueles dos componentes verbais, quanto os dos nominais. Por isso, as classes de ADJ e ADV devem ser igualmente consideradas, pois, nas construções de V-sup, os modificadores são categorizados segundo a categoria de núcleo que especificam e de acordo com os valores que atribuem a este núcleo (106) a (109).

- (106) A Bovespa receberá ainda os recursos dos fundos de previdência privada – Fapi e FGBL – que devem sofrer um aumento significativo de patrimônio com o crescimento econômico do país. (VE-09-11)
- (107) sofrer um aumento significativo de patrimônio – aumentar significativamente o patrimônio
- (108) Ele alertou para a possível extensão da concessão dos 11,98% de reajuste salarial para os funcionários do Legislativo e do Executivo, inclusive os militares, que já reivindicam há tempo aumento salarial. (VE-26-10)
- (109) um recente aumento – aumentou recentemente

Na análise do modificador ‘significativo’ da construção de PVN ‘sofrer um aumento significativo de patrimônio’ em (106), identifica-se o ADJ de grau como modificador do NAct. Isso é evidenciado pela concordância e pela posição, também em (108). A reestruturação de (107) marca o modificador como dependente do V ‘aumentar’, quer dizer,

como ADV em ‘-mente’ (ADV de modo). Nas duas ocorrências, o modificador localiza-se junto ao núcleo. Por um lado, comprova-se a unidade da construção e, por outro, como o lexema significativo se ajusta formal e categorialmente à função de modificador de SRef e de predicado verbal (σ). Contudo, conta a tipologia de σ . Assim, ‘salarial’, em (108), é um ADJ mais argumental do que qualificador (ADJ relacional) e não permite uma forma como ‘*aumentar salarialmente’, ao contrário de ‘recente’ em (109). O mesmo comportamento de ‘significativo’ e ‘recente’ apresentam ADJ como ‘semanal’ e ‘repetido’, assim como ‘rápido’. As conclusões parciais indicam que, também nesse caso, não conta a categoria lexical, mas o tipo semântico. ADJs qualificadores, como de grau (‘significativo’), de tempo (‘recente’), de frequência (‘repetido’), de velocidade (‘rápido’), entre outros, podem passar a modificadores de V (ADV de modo), mas não ADJs argumentais (ou ARs). Essas relações serão importantes na discussão de outros tipos de predicação nominal, mas já se pode afirmar que, nas construções de V-sup e N deverbal, o núcleo predicativo é o N deverbal e não o V-sup.

4.6 Nominalidade e verbalidade no discurso especializado

Por último, deve ser examinado o papel da nominalidade no discurso especializado, tendo em vista que o significado especializado (conteúdo comunicativo C – em combinação com fatores interpessoais, como referência R e a função pragmática Foco – se concentra nas formas nominais. É o papel dos fatores interpessoais nas expressões lingüísticas que retifica a idéia tradicional da ‘nominalidade’ das LEsps, como sendo depositada apenas nos conceitos especializados em N. Além da tradição nominalista, também a metodologia predominantemente onomasiológica, refletida nas nomenclaturas, enfatizou o N como veículo perfeito dos conceitos. E há a já discutida receptividade da categoria lexical N para entidades que contêm informação, têm mais traços de contorno (*profile*), de espacialidade e são referenciais.

Tudo isso subestimou o fato de que os conceitos da área se localizam nos nominais por causa da alta informatividade e da referenciação que se estabelece na sua atualização e que se manifesta lingüisticamente, de acordo com o sistema da língua. Lembramos que os ‘conceitos’ só existem como expressões lingüísticas e que, confirmando Hengeveld (2004), é a operação da formulação que ‘converte’ os elementos extralingüísticos, conceituais ou contextuais, por meio da codificação morfossintática, em um produto lingüístico, por

exemplo, um termo ou uma UT complexa. Por isso, é mais adequado falar em UT para as unidades nominais com conteúdo especializado, ou mesmo em ‘sintagma terminológico’, como Boulanger (1989), no lugar de N. Essa última expressão representa bem o estatuto intermediário entre ‘palavra’ e ‘sintagma’, uma vez que as UTs são instanciações dos conceitos, por meio de referência e modificação. Formam-se produtivamente no nível sintagmático, constituem formas deverbais (NAct, NActi) ou deadjetivais, completam-se como eventos, seja por modificadores, seja por V-sup ou V-lig. De acordo com essa proposta, podem ser explicadas as características de apresentar valores escalares e variação.

Confirmando o papel primordial dos nominais, é fato que estes precisam ser relacionados e integrados ao discurso, além de serem especificados. Em outras palavras, variabilidade, possibilidades combinatórias e produtividade apóiam-se em todas as categorias lexicais. Se, por um lado, há predomínio do N e das nominalizações, com o objetivo de aproximar formas não-nominais das exigências da ‘referenciabilidade’, não há de se negar, por outro lado, que o V desempenha um papel igualmente importante nas LEsp. São unidades lexicais relacionais e altamente dependentes dos argumentos envolvidos na predicação e adscrevem propriedades por meio de SRef; estes, sim, com conteúdo especializado (Lorente Casafont, 2002). Por essa razão, há lexemas verbais trazidos da língua comum para integrar os conceitos nos textos e no discurso da área, tais como V-lig e V-sup, assim como há outros que os ‘incorporam’ na forma verbal.

Lorente Casafont (2002) lista quatro tipos de unidades lexicais verbais nos textos especializados:

- i) Vs discursivos
- ii) Vs conectores
- iii) Vs fraseológicos
- iv) Vs terminológicos

Para a autora, os Vs discursivos são aqueles que estão relacionados à função textual, à função de apresentação (atos de fala) e a Vs psicológicos e de opinião. Este tipo é geral para apresentação de fatos e opiniões em textos jornalísticos e de divulgação científica de diversas áreas, mas não é tema deste trabalho. Já o grupo em ii), os Vs conectores, são de maior interesse, pois incluem os V-lig e V-sup e são parte de PVN e de construções de diversos

tipos. O grupo iii), os Vs fraseológicos, ou melhor, ‘V genéricos’, são Vs do léxico geral, não da área especializada, e ligam-se aos conceitos de uma área em expressões colocacionais.³⁶ O quarto tipo, os Vs terminológicos, são aqueles que contêm o conteúdo especializado no lexema. Veja exemplos com os tipos relevantes para a verbalidade da área: os Vs conectores em (110), os Vs colocacionais em (111) e os Vs terminológicos em (112).

(110) ser de (aumento), ter (aumento), haver (aumento), levar a (um aumento), e outros.

(111) conceder (aumento), apresentar (aumento); fechar (um aumento), registrar (aumentos), gerar (aumentos), provocar (aumento), resultar em (aumento), prever (aumento), sofrer aumento, e outros.

(112) tributar, comercializar, ofertar, orçar, e outros.

Com exceção de (112), os V-sup de (110) e (111) estão subordinados aos conceitos referenciais aos quais estão vinculados, já que, em primeiro lugar, relacionam os conteúdos semânticos entre SRefs. Vs conectores e Vs fraseológicos/colocacionais têm função de verbalizadores e são os Vs de maior frequência e produtividade. Cumprem diversas funções: configuram a mudança categorial necessária no discurso, equilibram os valores verbais e nominais para expressão do conteúdo e integram a informação no texto e no discurso, mas também entram na criação de unidades lexicais. Os Vs mais genéricos, em (111), igualmente ligados a determinados conceitos, acrescentam conteúdo semântico maior. No entanto, como, nas expressões colocacionais, têm significado global, e, além disso, não são necessariamente específicos a uma determinada área, os Vs genéricos ocupam uma posição intermediária entre operadores e predicados. Devido à heterogeneidade de muitas áreas, os Vs genéricos fazem parte do chamado ‘vocabulário geral de orientação científica’ ou ‘linguagem científica geral’ (Phal, *apud* Morgenroth, 1994). Nesse tipo de vocabulário, também podem ser incluídos os Vs discursivos, assim como muitos conceitos mais gerais.

Assim, somente os Vs terminológicos, exemplificados em (112), podem ser considerados Vs específicos de uma área de especialidade, mas somente quando integram conceitos nominais da área em questão. Quanto à frequência, são relativamente mais raros do que Vs dos outros três tipos, porque o português prefere unidades lexicais analíticas. Na

³⁶ Para Lorente Casafont, mas também para outros autores (Bevilacqua, 2004, Cabré, 1999 etc.), ‘fraseologia’ refere-se à especificidade de uma área de especialidade e equivale a ‘colocação’. Alves (2002) distingue esses dois conceitos e reserva fraseologia para a língua comum e colocação para AEs.

atualização desses Vs, observam-se as restrições mencionadas para Vs denominais, sobretudo quando há conceitos mais específicos. Um dos exemplos é que a marcação da categoria gramatical Pessoa evita expressar os locutores (1ª e 2ª Pessoa), já que a informação está em primeiro lugar. Com isso, prevalecem as formas nominais, como infinitivo, particípio, gerúndio, e até mesmo NAct.

Dependendo do papel funcional – de núcleo ou de modificador – a marcação tende a uma forma mais substantiva (infinitivo, Ns deverbais), a uma forma adjetiva (particípio como atributo), ou adverbial (gerúndio, ADV), no predicado verbal. Como essa função está vinculada à base semântica (IndObj e EstC para núcleos e propriedades para modificadores), as palavras-ocorrências (CL-ocorr) são mais flexíveis ou mais específicas. Além de ‘acordar’ (101) e ‘orçar’, que ocorrem preferencialmente em forma participial (como modificador), confirmam-se, em (113) a (115), algumas ocorrências marcantes preferidas com Vs em ‘-izar’:

(113) Em todas as formas (nominais, adjetivas, adverbiais): capitalizar, dolarizar, terceirizar, valorizar, economizar:

A possibilidade de a fábrica da Siemens ficar em outro Estado representará um duro golpe nos planos do governo local, que tem capitalizado com o empreendimento. (VE-04-10)

(114) Em formas nominais substantivas (infinitivo, NAct e NActi): fidelizar, canibalizar, setorizar, equalizar:

No rigoroso processo de seleção natural dos bens de consumo, o menor sinal de fraqueza pode significar para uma marca tradicional o fim por canibalização ou, menos mal, um longo período de exílio involuntário. (GM-11-10)

(115) Em formas nominais adjetivas (ADJ deverbal): anualizado, burocratizado:

A produção do terceiro trimestre teve uma alta anualizada de 2,8%. (VE-18-10).

Uma das conclusões possíveis é que os lexemas listados em (113) são mais flexíveis e, em consequência disso, observa-se que podem ocorrer em diversas funções e formas nos dados. Em oposição a isso, as ocorrências em (114) indicam que, para esses lexemas, prevalece a expressão de EstC (ações em progresso ou seus resultados), enquanto os lexemas em (115) se ajustam melhor à expressão de propriedades que representam eventos concluídos. Para resumir todos esses fatores, pode-se afirmar que, mesmo com certas restrições de origem funcional, os predicados verbais – e, com isso, a categoria lexical V – são parte de uma LEsp tanto quanto os conceitos nominais.

Ainda de acordo com essa proposta, também a estrutura argumental exigida por um conceito nominal permanece parte da expressão verbalizada. Isso confirma que os conceitos

nominais não representam ‘entidades’ desconectadas da sua ocorrência no mundo e na expressão lingüística. Nos exemplos com ‘foco’ (116) a (122), ficou evidente que esse item contém os parâmetros semânticos [direcionalidade] e [local a ser afetado], embora o lexema não seja propriamente relacional ou não exista como entidade individuada. Isso significa que ‘foco’ se instancia na predicação, com um V de direção e um local para onde é dirigido, expresso por um sintagma adposicional. Esse marco, acoplado ao lexema em N, determina a sintaxe interna, mesmo quando ocorre mudança categorial para V.

- (116) concentrar seu foco em (algo): Há apenas três anos na América do Sul, a Combibloc concentrou seu foco em produtos de maior valor agregado como chás, sucos, vinhos, atomatados e tem enfrentado dificuldades em lácteos. (VE-27-10)
- (117) foco para (algo): “Nós desenvolvemos um grande conhecimento em produtos de segurança, especialmente em talões de cheques, e estamos direcionando nosso foco de negócios para essa nova tecnologia”, explica o Ombudsman da Burti, Flavio Botana. (VE-08-11)
- (118) focar (algo) em (algo): “O cenário para a Vale é positivo, pois é uma empresa exportadora, vai vender suas participações em papel e celulose e focar sua atividade em minério e logística, comprar mais ativos de mineração e construir mais pelotizadoras.” (VE-26-10)
- (119) A estratégia de atuação da empresa foi montada sob o modelo focado em marketing, produtos e vendas. (GM-06-11)
- (120) enfocar (): Pode-se enfocar o problema de dois ângulos diferentes: a nível "macro" observando-se as informações agregadas por setores da indústria, ou a nível "micro", analisando-se o processo produtivo empresa por empresa. (VE-Col-02)
- (121) focalizar (): Em diversos países houve tentativas pontuais de focalizar as ações públicas através do direcionamento de políticas compensatórias. (VE-Col-02)
- (122) ter foco estreito: Criador, há 20 anos, do conceito de posicionamento, no qual 'ter foco estreito é essencial para as empresas sobreviverem', Ries acredita na chegada, em breve, a um patamar mais amplo e equilibrado de competição em todo mundo graças ao comércio eletrônico. (GM-29-10)

A estrutura argumental de ‘foco’, expressa nos primeiros dois exemplos, inclui um V de direção agentivo e o ponto de chegada: quando há mais precisão, há seleção de um V adequado e a adposição ‘em’; quando direção e local são mais vagos, predomina a direcionalidade com ‘para’ (117). Essas características são incorporadas na perífrase em (118) e no participio em (119) e se completam com maior agentividade e integração do constituinte com função semântica Paciente. O dado em (120) expressa a mesma estrutura por prefixação em um único item lexical. Contudo, é lexicalizado e liga-se a entidades mais ‘abstratas’ (‘problema’, ‘questão’, ‘assunto’ etc.). Integração e lexicalização acentuam-se em (121) a

(122). ‘Focalizar’ corresponde a ‘tornar focal’ e dispensa a estrutura argumental, embora possa acrescentar os detalhes de forma atributiva. ‘Ter foco estreito’ é uma expressão fraseológica. Verifica-se que, embora o marco de ‘foco’ se concentre em uma única unidade lexical predicativa, a sintaxe interna se impõe. Isso será exemplificado pela análise de alguns conceitos considerados nominais na área ‘economia/finanças: ‘aplicações’, ‘papel’, ‘títulos’ e ‘fundo’. Serão comprovados os seguintes postulados para a mudança categorial:

- i) que a mudança categorial considera a sintaxe interna e externa;
- ii) que a categoria não prevalece sobre o conceito expresso;
- iii) que também uma Ent-1 tem predicabilidade de maior ou menor grau que permite a distribuição da nominalidade entre construções e predicções.

Entre os conceitos da LEsp examinados, ‘*aplicações*’ é o que tem espectro mais amplo de tipos de entidades. Tem verbalidade em algumas atualizações, principalmente como NAct e NActi. Temporalidade e objetivos visados ditam as bases semânticas da complementação do NAct, e mesmo a especificação do NActi. A manutenção do Arg-3 na estrutura argumental aplica-se para NAct (123) e NActi (124), com a finalidade de especificar a ambos. Como Ent-1, a forma preferida é em *pluralia tantum*.

(123) No rating elaborado pelo Ibmec, os fundos DI de aplicação em cotas administrados pelo Banco Alfa estão entre os vinte fundos que mereceram nota máxima. (VE-27-10)

(124) A desvantagem é que nas aplicações em fundos, ao contrário das em CDB-DI, as instituições não informam qual o percentual do CDI que o investidor terá como rentabilidade. (VE-27-10)

Para confirmar a eventividade de ‘aplicação/aplicações’, coocorrem ADJs que indicam fases do evento (‘aplicação inicial’) e o objetivo deste (‘aplicação especulativa’), assim como relações semânticas para especificar o evento (‘cronograma/andamento das aplicações’). A atribuição de qualidades hipostasiadas³⁷, como ‘alta’, ‘liquidez’, ‘volatilidade’, e a presença de agentes em NAg, como ‘gestor’, ‘administrador’, ‘investidor’, ‘analista’, ‘detentor’, em Arg-1, reforçam eventividade e agentividade. A posição hierárquica mais alta de ‘aplicação/aplicações’, em relação aos outros mencionados, mostra-se também nos conceitos

³⁷ Inspirado em Halliday, o termo ‘hipóstase’ é usado em relação à metáfora gramatical, em que um termo não-nominal é ‘reificado’ (*vergegenständlicht*) quando em forma de N. Mackenzie (2004) aplica esse conceito a expressões de qualidades que são tratadas como se fossem entidades (de primeira ordem).

em Arg-3: ‘aplicações em fundos/ações/títulos etc.’, nos quais ‘aplicação’ é hiperônimo e, mesmo como NActi, ainda aparece como mais verbal que outros, por exemplo, ‘fundos’ em (124).

Com exceção de ‘aplicação’, nenhum dos outros conceitos contém traços de EstC (Ent-2) na expressão sintagmática. Entre esses conceitos, *‘papel’* é o conceito mais geral (N genérico) e pode ser encontrado, como hiperônimo, tanto em substituição a ‘títulos’ quanto a ‘fundos’. No caso de uso genérico, mas também em função de resumir o texto, ‘papel’ não ocorre com modificadores. Quando é intercambiável com ‘títulos’ ou ‘fundos’, assume os modificadores destes. No entanto, as ocorrências ‘papéis/títulos/fundos cambiais’ e ‘papéis/títulos/fundos de renda fixa’, ou seus subtipos ‘papéis/títulos/fundos prefixados’, não dizem necessariamente respeito à equivalência dos conceitos nucleares, mas, antes, ao valor especializado dos termos modificadores ‘cambiais’, ‘renda fixa’ e ‘prefixado’. São atributos básicos da AE que perpassam a área de finanças e investimento em diversas formas e funções e, portanto, devem ser considerados como propriedades especializadas da área.

A princípio, a especificação ‘de renda fixa’ acrescenta a noção de temporalidade (prazo, vencimento, duração), o que aponta para a eventividade dos conceitos quando especificados em SRef. ‘Títulos de renda fixa’ são mais do que Ent-1, sobretudo quando subespecificados (‘títulos de renda fixa prefixadas’, próximo do exemplo em (128) mais adiante). Veja especificações eventivas com ‘título’ (125) a (127):

- (125) Nas carteiras dos fundos da Investidor Profissional os títulos de renda fixa são todos do governo federal. (VE-EI-02)
- (126) Segundo o gestor Ricardo Campos, da Hedging Griffio, a questão eleitoral já está se refletindo nos prêmios pagos por swaps (troca) de títulos cambiais com vencimento depois de 2003. (VE-EI-02)
- (127) Os títulos atrelados a índices de preço costumam ter um componente prefixado e um pós-fixado (a correção de acordo com o indicador). (VE-EI-02)

Além do modificador ‘de renda fixa’ (125), ocorre um circunstancial mais extenso (126) ou um atributo participial com núcleo que está sujeito à variabilidade e flutuações, ou seja, a atividades e processos, ‘índice’ (127). Nos exemplos, há uma NLZ subentendida, como ‘aplicação’, ‘operação’ ou ‘valorização’, todos EstC.

‘Papéis’, ‘títulos’ e fundos’ são conceitos que entram nas atividades de investimento, fato que pode ser percebido também quando são argumentos de NAct: ‘rolagem dos títulos’,

‘emissão de títulos’, ‘compra e venda dos títulos’. Nota-se, portanto, que é possível expressar EstC também no nível ‘sintagma’, já que a especialização aparece, neste caso, em forma de ADJs ou adjuntos adjetivos. De fato, a noção modificadora ‘de renda fixa’ é importante para denominar um tipo de papel, um hiperônimo. Já que este diz respeito à finalidade do papel, a de dar rendimentos (‘fixos’, em oposição a ‘variáveis’) – o que é uma realidade importante da área de ‘economia/finanças’ –, pode haver especificação mais precisa sobre o momento de fixar a renda (‘pré’ ou ‘pós’). Chega-se, então, ao subtipo em (128), o qual é também encontrado na variante ‘papéis de renda fixa pré’, assim como com a base ‘fundos’ (129):

- (128) A alta nos juros fez com que os papéis de renda fixa prefixados perdessem valor, porque embutiam ainda as taxas passadas. Resultado: os fundos que tinham esses papéis em carteira perderam dinheiro. (VE-EI-02)
- (129) Boa parte das NBC-E e NTN-D que o governo despejou no mercado para segurar a alta do dólar no ano passado está na carteira dos fundos de renda fixa DI, aqueles que têm papéis de renda fixa pós fixada. (VE-EI-02)

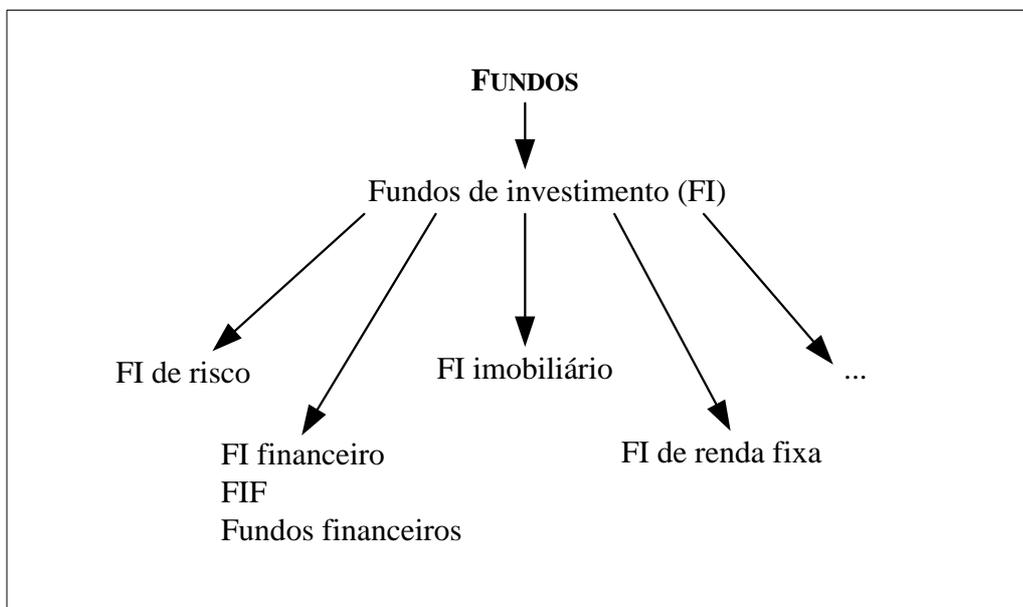
O conceito ‘*fundo*’ está entre as UTs superordenadas e ocorre com diversas especificações. A eventividade está mais no nível da predicação do que no do sintagma, já que os tipos privilegiam uma tipologia mais descritiva (‘fundos multimercados’, ‘fundos de pensão’, ‘fundo imobiliário’, ‘fundos de investimento’ etc.). Para a expressão da eventividade, entra o deverbal agentivo, até mesmo com denominação de ocupação habitual ou profissão (‘gestor/administrador de fundos’) ou como NAct (‘gestação/administração de fundos’), no exemplo (130). No entanto, prevalece a interpretação de UT com ‘fundo’ como Ent-1. Nos textos, observa-se que este termo é parte de um conjunto maior de tipos de ‘papéis’, do N coletivo ‘carteira’, como em ‘carteira dos fundos’ (131)). Há formas que correspondem às classes de individuação conceitual de N, por exemplo, como Tipo 1 (nomes) e Tipo 5 (formas pejorativas e apelidos), em (131) e (132).

- (130) Isso porque os gestores de fundos preferem os títulos de prazos mais curtos, que pagam menos. (VE-EI-02)
- (131) O diretor de normas do Banco Central, Sergio Darcy, supreendeu os administradores de fundos com a circular que determina os critérios para a contabilização dos ativos nas carteiras dos fundos de investimento financeiro (FIF). (VE-EI-02)
- (132) Por isso, esses fundos estão sendo chamados no mercado de ‘fundos cowboy’, porque ganha quem saca primeiro. (VE-EI-02)

Alguns dos conceitos em torno de ‘fundos’ expressam relações conceituais hierárquicas, mormente superordenação e subordinação. Com isso, integram um dos poucos exemplos de

redes conceituais da LEsp da economia/finanças. ‘Fundos de investimento’, por exemplo, é um tipo de fundo e abrange um certo número de outros subtipos, que freqüentemente incluem a sigla FI (Figura VI).

FIGURA VI: RELAÇÕES HIERÁRQUICAS COM ‘FUNDOS DE INVESTIMENTO (FI)’



No léxico especializado, ‘fundos de investimento’ adquiriu individuação conceitual como ‘nome’, embora ainda preserve algo de verbal no NAct ‘investimento’. Quando o termo é marcado como FI, este é apagado e apenas as especificações, feitas com ADJs ou com adjuntos, vêm por extenso. No caso de ‘FI financeiros’, observa-se a tendência para usar a sigla FIF, geralmente quando é parte de expressões maiores (‘carteiras do fundos de investimentos financeiros (FIFs)’, ‘ativos dos fundos de investimento financeiro (FIFs)’). Coocorre com a forma extensa, assim como com ‘fundos financeiros’ (133). Em todos esses casos, prevalece a nominalidade da expressão, enquanto a predicação é estabelecida no nível oracional.

(133) Em termos mais concretos: quando um dólar vale digamos R\$ 2,45, isso significa que os detentores de fundos financeiros acreditam que seus capitais aplicados em reais a esta taxa vão render tanto em dólares quanto outros capitais aplicados em outras moedas, convertidas pelas taxas cambiais respectivas. (VE-EI-02)

A forma curta ‘FI financeiros’ para ‘fundos financeiros’ comporta-se como o tipo ‘nome’ de (132), comprovando que o conteúdo semântico desse tipo não se restringe aos

componentes formais da UT, mas que está no todo. Por conseguinte, permanece o valor informativo, apesar de não ter todos os elementos lingüísticos expressos, ou de haver siglas.

4.7 Síntese do capítulo 4

Para resumir, reitera-se que, prototipicamente, Ns e formas nominais veiculam o conteúdo semântico e o valor informativo das entidades subjacentes. Como CL, o N não se restringe à expressão de Ent-1, mas, com frequência, também a EstC e propriedades. Enfatizaram-se, no decorrer da apresentação, os nominais menos prototípicos, aqueles que designam Ent-2. A discussão comprova que, em consonância com Mackenzie (1986), há duas maneiras para expressar EstC: a designação direta com predicado verbal (ou adjetival ou não-nominal) e a representação por meio de um termo com todos os seus atributos. Em termos de codificação, as unidades lingüísticas designadas a expressar eventos são complexas, já que incluem argumentos e atributos pertinentes para caracterizar uma Ent-2. Funcionalmente, os eventos podem, no entanto, ser nominalizados ou ‘verbalizados’ para se encaixar no discurso.

Foi mostrado, que a distinção fundamental entre N e nominal está relacionada à distinção ‘lexema – palavra-ocorrência’, assim como à função de núcleo e de expressão referencial. Também foram analisados, neste capítulo, alguns procedimentos e regularidades da língua portuguesa para integrar conceitos da área de especialidade no discurso, incluindo estratégias para ajustar as funções de núcleo e modificador segundo as regularidades de sintaxe interna e externa. Esse último aspecto será aprofundado nos capítulos a seguir, visando à explicação da formação e constituição de unidades terminológicas na LEsp da economia.

Capítulo 5 – Individuação por foco e perspectiva

5.1 Introdução

Este capítulo é dedicado ao levantamento de algumas estratégias pertinentes para o ‘empacotamento’ do conhecimento e da informação que extrapolam o conteúdo semântico de itens lexicais (Dik, 1997a e b; Moutaouakil, 2004; Connolly, 2005). A perspectiva funcional adotada é aplicada à análise de algumas funções que mais decisivamente afetam as unidades lingüísticas ‘oração’ e ‘texto’ e que elaboram a expressão e especificação do conteúdo informacional por meio da referenciação, por funções pragmáticas, particularmente Tópico e Foco, e pela inter-relação entre funções e categorias lexicais. Uma das preocupações maiores será a análise de algumas construções complexas recorrentes da área de finanças e investimento, visando mostrar as possíveis relações entre apresentação do conteúdo da AE e os processos de individuação e designação de UTs simples ou complexas, pelo estabelecimento de estruturas e que não apenas sustentam UTs, mas também as fixam. Dois tipos de construções marcantes são as Construções de Foco e as Construções com Predicados Referenciais.

Nos estudos terminológicos, fatores pragmáticos são fundamentais para abordar a maioria das particularidades da comunicação especializada. Como já mostrado no capítulo 2, a pragmática é, para a F(D)G, parte integrante da gramática e modela a expressão lingüística, o discurso, por meio das funções pragmáticas, simultaneamente com as funções semânticas e sintáticas e as regras de mapeamento da língua. Sua atribuição dá-se por meio de marcos e esquemas pragmáticos, os quais determinam a distribuição de Tópico e Foco. Embora haja diversos subtipos de funções pragmáticas, são verificadas, neste capítulo, apenas as funções de Tópico e Foco. As subdivisões referidas Foco Enfático e Foco Resumitivo somente serão mencionadas quando pertinentes.

No modelo de gramática da FDG, é o Nível Interpessoal o encarregado para atribuir as funções pragmáticas Tópico e Foco aos constituintes referenciais, independentemente da sua categoria semântica. Nos casos não-marcados do português, o constituinte com a informação dada – introduzida anteriormente ou subentendida – carrega a função Tópico e antecede o constituinte com a informação nova, a de Foco (1), seja como informação introduzida ou retomada.

(1) A instabilidade se refletiu na alta do dólar.
Tópico Foco

Se for considerado o exemplo como continuação de ‘a economia ficou instável’, o núcleo nominal do constituinte com a função pragmática Tópico retoma a Ent-zero Propriedade (‘instabilidade’), mesmo em forma de N. Dependendo da saliência da informação comunicada, pode haver rearranjos, que exigem estruturas específicas e complexas, com construções sintagmáticas encaixadas e a presença de um V-lig (2).

(2) Foi na alta do dólar que a instabilidade se refletiu.
Foco Tópico

Dik (1997:291) ressalta que, em termos lingüísticos, o arranjo das informações comunicadas pode-se dar por diversos meios: i) proeminência prosódica especial, ii) posicionamento em posições especiais, iii) marcação por partículas especiais, ou iv) tipos especiais de construção. Percebe-se em (2) que, para o português, se aplicam i), ii), iii) e iv), além de necessitar de um V-lig para expressar uma predicação. Sem entrar detalhadamente na prosódia, nota-se que a expressão lingüística com a informação ‘focalizada’ se localiza na posição inicial, que, junto à posição final, ocupa uma função especial para informações salientes.³⁸ O tipo de expressão em (2) será tratado, segundo Dik, como Construção de Foco.

Enquanto o constituinte com Foco em (2) precisa de uma construção especial, complexa, para ocupar P1, também o Tópico – agora como constituinte complexo, oracional – vai para a nova posição, no final da oração, devido aos princípios de ordenação (LIPOC) para constituintes ‘lingüisticamente pesadas’. Nota-se, então, que a reorganização da informação

³⁸ A F(D)G denomina a posição inicial de uma oração ‘P1’. Os constituintes preferenciais para ocupar essa posição especial são, no português, constituintes com a função pragmática Foco, além de advérbios e adjuntos adverbiais e partículas (marcadores) discursivas. Confere também Mackenzie & Hannay (1982:57), Dik (1997b) e Connolly (2005).

considerada saliente pelos interlocutores é paralela à aplicação das funções pragmáticas e afeta a ordem e a estrutura dos constituintes.

Segundo Dik (1997b), a literatura lingüística trata de algumas formas dessas construções sob a denominação de construções clivadas (*cleft constructions*) e pseudo-clivadas (*pseudo-cleft constructions*), como mostram os exemplos (3) e (4). O inglês usa, nesses contextos, o expletivo *it*.

(3) *Construção clivada:*

It was John's watch that Peter found in the garden.
'Foi o relógio do João que o Pedro encontrou no jardim'

(4) *Construção pseudo-clivada:*

What Peter found in the garden was John's watch.
'O que o Pedro encontrou no jardim foi o relógio do João'

Dik agrupa os dois tipos entre a classificação mais geral de 'construções de identificação' e só as distingue pela presença de um representante de núcleo nominal em (4), o *what* (o que), e pela ausência de núcleo em (3). Para ser referencial, a construção pseudoclivada (4) pode apresentar o núcleo como a forma neutra 'o que' (o grau mínimo de nominalidade, conforme discussão no capítulo 4), ou com um pronome demonstrativo, como 'aquilo que o Pedro encontrou...', ou ainda em forma de um substantivo genérico (ou classificador), do tipo 'a coisa/o objeto que o Pedro encontrou...'. Outra diferença importante é que só em (3) ocorre a inversão de ordem de Tópico (a informação dada) e Foco (informação nova), mas não em (4), em que permanece a ordem Tópico ('O que o Pedro encontrou no jardim') – Foco ('o relógio do João'), em semelhança com o exemplo em (2). Houve apenas alteração na ênfase e, com isso, uma redistribuição da informação a ser comunicada. Dos constituintes da oração, apenas 'o relógio do João' foi posto em Foco, enquanto os outros foram 'topicalizados'.

O importante é que se trata, aqui, de dois tipos diferentes de estrutura para a organização do conteúdo informacional. Assume-se, com Dik (1997b:292), que ambas são Construções de Foco e que a pseudoclivada deve ser considerada a forma básica, já que preserva a seqüência não-marcada Tópico – Foco. Este tipo constitui um dos vários tipos de Construção de Foco e interessa particularmente para os fins deste trabalho, pois, por exigir um núcleo, confirma a hipótese de que as propriedades nominais (mesmo mínimas) comprovam a tendência de individuação do núcleo. Além disso, possibilita a 'topicalização' da pseudo-

clivagem não só a anteposição de constituintes que representam Ent-zero ('instabilidade'), de Ent-1 e Ent-2, mas também Ent-3. O dado em (5) exemplifica este tipo de construção de foco, na sua forma variante do exemplo (1), aqui renumerado para (5) e (6).

(5) A instabilidade se refletiu na alta do dólar.
Tópico Foco

(6) O que se refletiu na instabilidade foi a alta do dólar.
Tópico Foco

Nota-se em (6) que o Foco, e seus subtipos, permitem a organização de blocos de informação maiores, assim como também de unidades lingüísticas complexas, de orações e de enunciados que contêm eventos e fatos em destaque e são referenciais. Isso confirma a necessidade de considerar-se, como base de uma LEsp, não só as UTs simples e complexas, mas também intenções e estratégias do falante que se refletem nas expressões lingüísticas, assim como as possibilidades morfossintáticas e expressivas da língua em geral.

No decorrer deste capítulo, tentar-se-á, portanto, confirmar o postulado de que o saber de uma AE é veiculado em diversos tipos e níveis de unidades lingüísticas, em cuja apresentação a situação comunicativa representada pelo falante e pelo conhecimento compartilhado tem papel fundamental. Consideram-se, primeiramente, as Construções de Foco no discurso especializado, incluindo as com 'fato' e aproximando-as com a NLZ indireta (5.2). Em seguida, serão tratadas as Construções com Predicados Referenciais (abreviados como CPR) em sua função de especificação, igualmente complexos sintagmáticos, mas que sempre necessitam de V-lig para serem predicados, também com Foco (5.3). A seção 5.4 mostra que esse tipo de construção constitui um dos principais meios para expressar modalidade, no sentido amplo. A modalidade, em conexão com determinados lexemas de uso genérico, também determina algumas construções características da LEsp da economia.

Há Ns que, em parte, preservam o valor semântico do lexema e, em parte, subordinam-no à construção. Com isso, explica-se que essas construções se prestam à expressão em diferentes categorias lexicais e que estão a caminho de ser UT da AE da economia. Entre estes lexemas, analisam-se alguns com grande flexibilidade e variabilidade categorial, que, por serem referenciais e estarem em posição de Foco, também se configuram no seu grau de especialização de acordo com os tipos de núcleo que modificam e com as categorias lexicais

às quais se associam. Em 5.5, continua-se a discussão sobre modalidade e perspectiva e sobre o modo como estas são expressas por determinados lexemas, construções e morfemas, que permitem a expressão de diversas categorias semânticas. O objetivo principal é mostrar a estreita relação entre construções e categorialidade na apresentação da informação e como esta afeta a formação e fixação de UTs por meio de funções pragmáticas e modalidade.

5.2 Construções de foco na linguagem de especialidade

Para a análise interpessoal e pragmática dos dados da LEsp da área de finanças e investimento, considera-se Construções de Foco como um conjunto de construções, as quais destacam determinados constituintes comunicativamente salientes por deslocamento. Postula-se, de acordo com os exemplos (5) e (6), que os marcos pragmáticos obedecem a um esquema básico, provavelmente determinado por fatores cognitivos: Tópico (a informação dada) antes de Foco (a informação nova). Interessa a configuração de funções e categorias atrelada ao que será chamado de esquema pragmático. Nos dados textuais da LEsp Economia, por exemplo, observa-se que o arranjo pragmático e discursivo por meio de Construções de Foco é recorrente e que o redator/especialista usa as possibilidades da língua e as exigências da comunicação para transmitir o conhecimento específico. A variação do posicionamento dos constituintes, que expressam categorias semânticas e categoriais, ocorre de acordo com fatores pragmáticos e discursivos, assim como a ocorrência de constituintes complexos oracionais ou sintagmáticos corresponde a fatores co-determinados pelos objetivos comunicativos e pelo tipo de discurso. Mais próximos das construções clivadas tradicionais, os exemplos a seguir apresentam ‘deslocamentos’, ou seja constituintes com Foco em posições marcadas. Em (6), há ênfase no constituinte de Sujeito e, em (7), no constituinte com função adverbial.

- (6) No horário marcado é o analista da corretora que vai ligar para responder as dúvidas do investidor. (VE-EI-02)
- (7) E, será nessa abordagem do direito econômico e empresarial que está sendo aplicada nos novos cursos da FGV-Eaesp, que a fundação pretende ganhar vantagem no futuro sobre os outros cursos de graduação existentes. (VE-EI-02)

O dado em (6) exemplifica a hierarquia de ordenamento: o adverbial temporal em P1 é anteposto ao Sujeito ‘clivado’ e com função pragmática Foco. Isso comprova que os rearranjos de Tópico e Foco são mais marcados, portanto menos flexíveis que os

modificadores adverbiais. Construções com adverbiais, por sua vez, são fundamentalmente focais (Mackenzie & Hanney, 1982) e ainda precedem o Sujeito em Foco. Além disso, interessa que um constituinte deslocado com um V-lig pode mostrar possíveis distinções temporais na cópula, como ‘tempo passado’ ou ‘tempo futuro’ (7).

Se foi pressuposto, como nos exemplos até agora, que Foco só pode ir para constituintes referenciais, prototipicamente nominais, será necessário apontar para uma construção especial, na qual também o predicado pode ser referencial (Keizer, 1992) e, com isso, ter a função pragmática Foco. Dessa forma, o constituinte ‘topicalizado’ de um predicado verbal não se sustenta em um V-lig, mas em uma pro-forma verbal, como em (8) e (9).

- (8) O que o investidor inexperiente pode fazer é aplicar em fundos de ações que mantenham, sempre, a visão de longo prazo. (VE-26-11)
- (9) "O que acontece na prática é que quando o dólar tem uma alta grande, o investidor quer ir checar seu fundo e ver que saiu ganhando...", diz. (VE-EI-02)

O V de ação ‘aplicar’ em (8) origina uma Construção de Foco, que Dik (1997b:313) denomina ‘construção clivada de predicado’ (*predicate-cleft construction*). Nela, a pro-forma é um V-sup agentivo genérico (‘fazer’) e o Foco recai no constituinte completo, com verbo não-finito especificado e com a estrutura argumental completa. O exemplo de (9) mostra que um EstC que não é de ação, mas de uma situação baseada em uma sucessão de eventos, pode ser resumido genericamente por ‘acontecer’. Deve-se considerar, no entanto, que o caso de (9) difere do de (8), pois não extrai um núcleo genérico, mas, sim, resume um evento complexo, ou seja, em (9) há uma predicação e em (8), uma proposição. Além disso, é a expressão ‘o que acontece é’ uma forma lexicalizada e condiz, segundo Dik (1997b:325), com a tendência comum de gramaticalização das construções de foco nas línguas do mundo.

Uma estratégia parecida com aquela de (9) é a ênfase em um enunciado inteiro, uma Prop em termos semânticos, por meio de um item lexical como ‘fato’. ‘Fato’ é o denominador genérico por excelência para a categoria semântica Prop e ocorre em diversas estruturas, além daquela já discutida no capítulo 4. A seguir, alguns exemplos de construções focais (Construções com Predicados Referenciais):

- (10) A queda brusca no rating atribuído é outro fato que traz à tona o velho questionamento às avaliações feitas pelas empresas de rating. (VE-EI-02)
- (11) O fato é que infelizmente não deveremos mais ter um supermercado com orgulho de ser brasileiro. (VE-EI-02)

- (12) É fato que os juros estão caindo, mas observando as projeções da virada de fevereiro para março até setembro para outubro as taxas de juros seguem, na média, muito próximas a 19%. (VE-Col-02)

Os exemplos de (10) a (12) adiantam, por meio do N genérico ‘fato’, algo que será detalhado na unidade lingüística referencial e focal posterior. (10) ilustra o arranjo Tópico - Foco, sendo o fato anunciado especificado por uma oração relativa completa. O que é enfatizado em (11) é a proposição toda e, em (12), acentua-se, além disso, a veracidade do fato especificado. Nas três ocorrências transparece a atitude do falante em salientar o fato, particularmente na afirmação em (12). Assim como ‘é fato que’, há outras locuções com núcleo nominal: ‘é de consenso que’, ‘é verdade que’ etc., cujo núcleo, mesmo genérico, não só preserva a hierarquia e a relação funcional núcleo – modificador, mas também sobressai como portador da informação. Além disso, essas construções impessoais são recursos para apresentar informações sem necessidade de explicitar um agente.

Além de estruturar o conteúdo comunicativo em expressões focais de base lexical, a estratégia mencionada comprova que há certas noções semânticas implícitas e pressupostas nas expressões lingüísticas, que podem vir expressas lexicalmente como Ns genéricos ou classificatórios (Dik, 1997; Vossen, 1995; Mackenzie, 2004; Cruse, 1986). Entre essas ‘grandezas’ semânticas estão incluídas as categorias como ‘fato’ em (10) a (12). Outros tipos, como lugar, tempo, modo, velocidade, objetivo, direção e frequência, freqüentemente estão implícitos nos eventos em torno de verbos de ação. A expressão topical desses ‘satélites implícitos’ (Mackenzie, 1998) é feita por via de Ns genéricos (termos básicos), que caracterizam as classes de noções semânticas e cumprem, então, o objetivo de focalizar referentes do discurso por meio de sintagmas nominais relacionais. Com isso, estes assumem todas as funções de um núcleo nominal (SRef) prototípico, isto é, têm condição de serem referidos, enfatizados e modificados. A relacionalidade desses substantivos está ligada ao fato de serem noções implícitas nas entidades que expressam. Por causa disso, precisam de um complemento, e este especifica o conteúdo geral do núcleo. As estruturas decorrentes, denominadas *Topic-be-Focus constructions* por Mackenzie (1986), enquadram-se nas construções de foco. Veja um exemplo com ‘modo’ de Mackenzie & Hannay (1982) em (13) e um outro da área de investimentos em (14), nos quais os substantivos genéricos foram sublinhados:

- (13) The way that/how I approached the lion was with great caution.

‘O modo de (como) aproximar-me ao leão foi com cuidado.

- (14) A melhor forma encontrada pela companhia para divulgar informações para todos os acionistas e para o mercado foi a adoção do 'fair disclosure' no site de relações com investidores", diz. (VE-EI-02)

Observe-se que o constituinte ‘a melhor forma...’ possui Foco e está unido ao constituinte especificador pelo V-lig. Essas mesmas noções, e outras, podem também ser expressas de forma resumptiva, quer dizer, resumindo eventos e fatos que já foram apresentados como Tópico. As expressões com função resumptiva a seguir podem ser consideradas locuções. A de (15) alinha-se ao uso em (14), especificando um evento pelo modo. Para contrastar, veja em (16) uma estrutura resumitiva com um núcleo não-lexical, uma construção com Foco resumitivo.

- (15) Em resumo, pode-se afirmar que a poupança forçada (no mínimo 10% da renda) desde o início da vida profissional e a aplicação desses recursos seguindo a boa técnica de investimento, assumindo algum risco calculado e diversificado, é o melhor modo de garantir um equilíbrio financeiro no futuro e evitar surpresas desagradáveis. (VE-EI-02)
- (16) O fundo optou por aplicações de prazo mais curto, o que permitiu mudanças de estratégia diante das flutuações do mercado, acrescentou Morelli. (VE-27-11)

Ficou evidente que os itens lexicais ‘modo’ ou ‘fato’ têm conteúdo semântico no interior dessas construções, mesmo sendo genéricos. Direcionam a transmissão do conhecimento, seja para destacar unidades informativas, seja para especificá-las ou, ainda, para afirmar veracidade e pertinência daquilo que o falante intenta comunicar, uma vez que um N genérico é referencial, pelo menos mais do que a estrutura neutra ‘o que’ em (16). Esta faz a unidade oracional toda adquirir *status* de informação dada (Tópico), permitindo o acréscimo de informação nova ou mais detalhada por meio da retomada por um N de classe como núcleo nominal.

À discussão sobre o Foco resumitivo alinha-se ainda um outro tipo, também com um elemento dêitico genérico para resumir modo (17) e para promover a coesão textual e o fluxo da informação.

- (17) O Brasil vem enfrentando galhardamente todas as crises de confiança geradas pelos problemas dos países emergentes. Foi assim no caso do México, da Rússia e agora da Argentina. (VE-EI-02)

Para resumir, foram analisados vários tipos de Construções de Foco nessa subseção, formalmente predicados relacionais que estão interligados por um V-lig. Mostrou-se que estes

expressam estratégias pertinentes para o ‘empacotamento’ da informação e do conhecimento contido tanto em sintagmas como em orações simples ou complexas, com base em diversos tipos de entidades. Outras estratégias e mecanismos de individuação de partes de constituintes, além de outros aspectos dos predicados referenciais, tais como sua tipologia, a questão da relação e diferentes formas de modificação no discurso especializado de Economia/Finanças, são discutidas na próxima subseção.

5.3 Construções com predicados referenciais e predicação não-verbal

Esta seção trata das construções com predicados referenciais com V-lig (CPRs), além de alguns parcialmente já discutidos no âmbito das Construções de Foco. CPRs são definidas como um tipo especial de construções de foco que usam dois predicados em função referencial, unidos por um V-lig e enquadram-se nas expressões de predicação não-verbal (Hengeveld, 1992b), especificamente nos tipos classificados pela complexidade interna da unidade referencial. Segundo Hengeveld (1992b:114), estas estruturas complexas constituem uma forma analítica (‘perífrase’, para o autor) e se explicam pelo ajuste lingüístico à predicabilidade, já mencionado no capítulo 3. A predicação não-verbal é definida, para o autor, como a aplicação de um predicado não-verbal a um número apropriado de argumentos. É o predicado não-verbal que impõe as restrições de seleção e determina a valência, ou seja o marco, e não o V-lig, já que este apenas serve para expressar alguns traços característicos de verbalidade. O fato de dois predicados serem usados em função referencial nesse tipo de construção possibilita não só que dois constituintes sejam postos em ‘foco’ no sentido de função pragmática, mas também que, em termos semânticos, haja especificação do núcleo nominal inicial no segundo constituinte. Será mostrado que os fatores semânticos e pragmáticos dos CPRs podem ser relacionados à discussão de nominalidade na LEsp analisada.

O fenômeno da predicação não-verbal também merece atenção em termos de categoria lexical envolvida e por causa de eventuais construções complexas que se fazem necessárias para isso. O português, por exemplo, possibilita a predicação não-verbal com construção de ‘predicado nu’ (*bare predicates*) da categoria ADJ sem recurso especial (18). A ocorrência de componentes de outras categorias, tais como da categoria N (19), ou valores numéricos (20) ou, ainda, formas nominais complexas (21), levam ao uso de elementos gramaticais como

‘de’. Nos exemplos, os constituintes adscritos por meio da predicação não-verbal vêm sublinhados.

- (18) Os indicadores recentes do desempenho da economia são contraditórios. (GM-09-11)
- (19) Em 1999, o sucesso da flutuação do câmbio dependeu do aumento das taxas de juros num primeiro momento. Desde então a tendência tem sido de queda. (VE-Col-02)
- (20) Para a renda fixa, a maior taxa é de 14,5%. (VE-EI-02)
- (21) O momento é de "realizar lucro" e refazer a alocação de sua carteira. (VE-EI-02)

Os exemplos mostram que a predicação não-verbal do português se dá em quatro tipos e que, com exceção do ADJ em 1), obedecem a um esquema de modificador que incluam a partícula ‘de’ (Alves, 2004). No capítulo 4, esta partícula já foi descrita como um dos indicadores de nominalidade:

- i) SRef + V-lig + ADJ
- ii) SRef + V-lig + N nuclear, introduzido por ‘de’
- iii) SRef + V-lig + ADV ou valores numéricos
- iv) SRef + V-lig + forma nominal complexa, oracional, expressando EstC ou Prop

Em relação a (20), observe-se o paralelismo nas estruturas: ‘a taxa é de 14,5%’ e ‘uma taxa de 14,5%’. O português serve-se da mesma perífrase na predicação não-verbal com não-adjetivo e da complementação no sintagma referencial quando o N é de uso relacional.³⁹ Em (19), o N em função adscritiva necessita de uma estrutura analítica com a partícula ‘de’ (um EstC), assim como a porcentagem adscrita à renda fixa em (20). A atribuição de valores, muito comum na área de Economia, é predominantemente feita por meio desse recurso, com o objetivo de adscrever Foco. Já o dado de CPR em (21) comprova que, do mesmo modo, um nominal complexo sem núcleo pode ser predicativo e estar em função de modificação. Nos dados (18 - 21), o segundo componente expressa uma propriedade em relação ao primeiro.

A presença de diversos esquemas semânticos de base, subordinados ao marco pragmático do português, comprova a necessidade de tratamento lingüístico paralelo das estruturas de modificação recorrentes. Em todos esses exemplos, há expressões referenciais,

³⁹ Nos NAct como ‘lucro’ (‘um lucro de 10%’), bem como na predicação verbal (‘a empresa lucrou 10%’), a perífrase não é necessária. Isso mostra que a valência do predicado se sustenta no V-lig, não no N deverbal, onde há adscrição de algo que se tornou uma propriedade. Há ‘propriedade’, portanto Ent-zero, em ‘de 10%’.

embora as propriedades de características adscritas tenham função de modificação de um núcleo em posição de Tópico. Entretanto, são as ocorrências com núcleo nominal mais prototípicas para a referenciação. Isso explica a exigência de pelo menos um elemento nominal mínimo para preencher o esquema e, além disso, mostra bem a relação existente com as construções de foco, já mencionadas anteriormente. Veja exemplos de um núcleo anafórico, como expressão referencial mínima, sublinhado nos exemplos de (22) e (23).

- (22) No mercado, a interpretação foi a de que o BC foi mais brando nas exigências para evitar problemas nos leilões cambiais que vai realizar. (VE-EI-02)
- (23) O tema mais polêmico é o que aborda a contabilização dos ativos. (VE-EI-02)

A estratégia de retomada parcial do núcleo nominal para a modificação posterior enfatiza a referencialidade do componente em função de Modificador e também ajuda na organização da informação transmitida, fazendo o discurso progredir. Por fim, os componentes de modificação nos predicados referenciais podem ser complexos, já que envolvem diversos níveis de expressão lingüística: com complemento oracional que expressa uma proposição em (22) e um evento em (23). Nota-se, fora disso, que o modificador complexo em (22) mantém o ‘de’ como indicador de maior nominalidade em relação ao ‘que’ em (23). Assim, definem-se as CPRs pela especificação de um núcleo referencial por diversas categorias semânticas e um conjunto de categorias lexicais e discursivas, com individuação e focalização dos constituintes.

Segundo a estruturação interna, destacam-se, nos dados da LEsp da economia, dois tipos, entre aqueles citados por Hengeveld (1992b): as *construções com predicados referenciais de instanciação-especificação* e as *construções com predicados referenciais de factualidade*. Os dois tipos correspondem a diferentes categorias semânticas expressas no segundo componente. O primeiro tipo, contendo um EstC, é exemplificado em (24) e (25) e o segundo, com Prop, em (26).

- (24) “Exportar uma parcela da produção é a melhor estratégia para gerar liquidez e diminuir a pressão durante a colheita”, aposta o presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa). (GM-06-11)
- (25) A segunda alternativa é os dois unirem suas forças para avançarem em direção ao exterior. (VE-EI-02)
- (26) E o resultado é que o mercado perde como um todo, pois não compensa para o empresário abrir o capital recebendo tão pouco dinheiro por parte de sua sociedade. (VE-EI-02)

Nota-se, portanto, que a distinção entre os dois tipos de CPR não é estrutural em termos de marco pragmático, já que ambos atribuem Foco, mas que diferem em termos de marco semântico. De fato, é o segundo tipo aquele mesmo que pode ser observado com as construções de foco e as expressões com ‘fato’ na NLZ indireta. Conclui-se que, para ilustrar o paralelismo entre CPR e NLZ indireta, a CPR estrutura a especificação de um N genérico no nível oracional, embora de mas forma encaixada, e a NLZ indireta no nível do sintagma.

Não obstante haver o mesmo marco pragmático, essa diferença é fundamental, pois reflete o fato de que os esquemas semânticos e categoriais parecem ser co-determinados pelos núcleos nominais e por seu conteúdo lexical. Lexemas como FATO, ESTRATÉGIA, ALTERNATIVA e RESULTADO (24 – 26), do conjunto de dados apresentados, associam-se, na atualização lingüística, não só aos marcos e esquemas pragmáticos existentes, mas também aos esquemas semânticos ditados pela ‘ontologia’ (Propriedade, IndObj, EstC, Prop etc.), assim como aos possíveis esquemas categoriais e estruturais do português (ADJ, N, sintagmas, orações etc., predicáveis por V-lig). A seqüência comprova estes postulados do modelo de gramática de FDG, bem como demonstra que os marcos interpessoais e pragmáticos condicionam os esquemas representacionais e semânticos. Estes marcos, por sua vez, determinam os esquemas morfossintáticos do português. A seguir, essa regularidade é analisada em relação ao uso de alguns lexemas no âmbito da LEsp da economia.

Na análise de ‘tendência’, ‘expectativa’ e ‘risco’, a seguir, mostra-se-á que a união entre lexema e marco é responsável pela complexa expressão das condições pragmáticas, semânticas e morfossintáticas em torno desses conceitos da economia. Cada um desses itens lexicais apresenta diferentes possibilidades de combinação, além de variados graus de terminologização. A grande variabilidade, assim como o maior ou menor grau de especialização como UT é, entre outros, conseqüência dos tipos de complemento, indicando Propriedades, EstC ou CProp. Nesse caso, o que determina o tipo de entidade referida não é somente o valor semântico do N nuclear genérico, mas sim a união entre lexema e a construção toda que ora introduz uma Ent-2 e diz respeito ao evento descrito (construções com predicados referenciais de instanciação-especificação), ora uma Ent-3 (Prop) que situa o evento na comunicação especializada (construções com predicados referenciais de factualidade).

Como já foi ressaltado, considerar unicamente o conteúdo semântico do N é insuficiente. O lexema FATO, já discutido no capítulo 4, não introduz apenas fatos ou proposições, mas também figura como núcleo nominal para a nominalização analítica e como parte de locuções. Em termos de marcos pragmáticos e semânticos, são preferidos aqueles que expressam proposições de forma lingüística, tais como em (27), (29) e (30), mas também ocorrem eventos (28). Os esquemas estruturais dos constituintes referenciais também se aplicam conforme o tipo de entidade e apresentam diversos grau de nominalidade nos constituintes complexos.

- (27) Para o diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central (BC), o fato de os empregados do Banespa terem passado os últimos dias de braços cruzados não vai causar prejuízo algum à venda do banco. (GM-06-11)
- (28) De acordo com Paschoal Paione, além da melhoria operacional, o fato de trabalhar mais com vendas à vista e de comercializar produtos de menor valor agregado contribuíram para a melhorar os resultados [*sic*]. (VE-EI-02)
- (29) Tem influência decisiva o fato de que, com a inflação sob controle, muitas empresas não têm conseguido repassar para os preços finais o encarecimento dos fretes rodoviários. (GM-01-11)
- (30) A seguir Peters refere-se ao fato que não possuía nenhuma teoria que quisesse provar. (VE-EI-02)

A individuação de ‘fato’ na CPR obedece a preceitos pragmáticos de natureza focal. No entanto, possui restrições previsíveis, já que semanticamente está para ‘fato, conteúdo proposicional’. Não se vincula a Ns básicos e tampouco a NAct, restringindo-se ao infinitivo (*nomina modi*) para designar eventos (28). Isso comprova i) que ‘fato’ não se liga a *CPR de instanciação-especificação*, mas a *CPR de factualidade*; e ii) que, conforme analisado no capítulo anterior, as marcas de nominalidade indicam o tipo de construção, isto é, [de+V não-finito] para Ent-2, nos exemplos de (27) e (28), e [que + V finito] em (28) e (30). Uma outra razão, também semântica, é a expressão de modalidade no N ‘fato’, que se agrupa a itens lexicais como *problema*, *idéia*, *recomendação*, *desvantagem*, *hipótese* e outros, mas é distinto em *tendência*, *expectativa* e *risco*, analisados mais adiante.

5.4 Lexemas e unidades terminológicas para expressar modalidade

Valores modais perpassam os textos e dados da linguagem de especialidade ‘economia’, assim como a linguagem jornalística em geral. A modalidade, segundo Hengeveld (2004c, e trabalhos anteriores), ocupa-se da modificação do conteúdo de atos de fala, ou seja, de ‘como’

um conteúdo é apresentado. Entre os tipos de modalidade mais relevantes para o discurso especializado da economia, citam-se:

- i) a *modalidade epistêmica* – que se ocupa com o que é conhecido sobre o mundo atual (o (im)possível, o (im)provável, o (in)viável) e a avaliação objetiva e subjetiva;
- ii) a *modalidade evidencial* – que condiz com a fonte da informação contida no enunciado do falante (o evidente, porque pode ser percebido ou inferido); e
- iii) a *modalidade deôntica* – que se ocupa com o que é permitido pelas leis, pelas normas sociais e morais.

Entre os tipos de modalidade mencionados, a epistêmica e a evidencial são mais recorrentes nos dados jornalísticos da área. A deôntica mostrou-se menos relevante para a LEsp da economia, já que o redator/especialista, em primeiro lugar, só transmite informações e conhecimentos da área. Aquilo que é apresentado como ‘necessário’, por exemplo, é justificado não por obrigações e proibições legais ou morais, mas pelas características e objetivos da área. A modalidade epistêmica mostra-se como mais freqüente, pois, ao mesmo tempo que permite a transmissão de conhecimentos, também dá margem para a modificação do conteúdo por meio de avaliações objetivas (modalidade epistêmica objetiva) e subjetivas do falante (modalidade epistêmica subjetiva). A modalidade evidencial, por fim, envolve o interlocutor especialista na troca de informações de modo que este possa verificar e confirmar o evidente. Em todos os casos, no entanto, contam a escolha do item lexical, o ‘empacotamento’ da informação por meio de marcos e esquemas e a situação de interlocução para o tipo de valores modais expressos.

Além da classificação dos tipos de modalidade, também interessa, na discussão, a classificação em relação à orientação da avaliação (Hengeveld, 2004c). A orientação da modalidade caracteriza-se de várias formas: em termos de modo da relação entre um participante em um evento e a potencial realização deste (modalidade orientada para o participante – MOP), de relevância para a descrição objetiva de um enunciado e do estatuto de atualidade do evento (modalidade orientada para o evento – MOE) e do grau e modo como as perspectivas e crenças do falante afetam o conteúdo proposicional de um enunciado (modalidade orientada para a proposição – MOProp). A função desse tipo de modalidade é a de estabelecer relações e fazer referência ao conteúdo comunicativo com suas categorias representacionais relevantes: participante, evento, proposição. Na discussão dos exemplos, será mostrado que essas distinções se distribuem de forma regular e coerente nos dados, como

um dos recursos que reforça a perspectiva em relação às entidades importantes na LEsp da economia.

Valores modais podem ser veiculados por lexemas, por partículas e outros operadores, por construções perifrásticas, por construções e por meio de recursos flexionais e derivacionais (Hengeveld, 2004c). Nessa seção, em particular, serão analisados lexemas e UTs relacionadas à área de finanças e investimento cujo significado expressa maneiras características do falante de apresentar o conteúdo comunicativo, maior ou menor objetividade na avaliação do evento ou proposição e comprometimento com o comunicado. Supõe-se que haja lexemas com conteúdo semântico pertinente à área, ou indicando determinadas perspectivas que, devido à ocorrência em determinadas categorias lexicais e construções, representam a visão que o falante quer passar ao interlocutor.

A seleção dos dados para esta seção deve-se não só à alta frequência e presença em diversas estruturas lingüísticas da área, mas também ao fato de que os lexemas selecionados podem ser referidos e postos em foco de várias maneiras, entre outros em construções do tipo CPR da subseção anterior. Parte-se da prerrogativa de que a referência propicia a individuação e estabilização dos lexemas de categoria N nas construções. Por meio do destaque nas construções, os lexemas tendem a adquirir estatuto de maior relevância para a AE e, ao mesmo tempo, distribuem-se em diversas categorias lexicais além de N. Em consonância com as suas bases semânticas, pragmáticas e comunicativas, os lexemas expressam-se por meio de categorias lexicais e assumem suas funções típicas de núcleo ou modificador na forma lexical ou de expressões analíticas.

5.4.1 Exemplos: tendência, expectativa

Tendência

O substantivo ‘tendência’ ocorre como N individualizado e relacional, mas também como UT especializada da área de finanças e investimento, ou pelo menos como UT em vias de terminologização (segundo Barbosa, 1998). Expressa as categorias semânticas EstC e Prop em esquemas oracionais e de constituinte. Quando parte de CPR, possui complementos adscritos que contêm Ent-3 (31) e Ent-2 (32):

- (31) Para ele, no entanto, com o início da operação, na segunda-feira passada, do sistema que permite a compra direta de títulos públicos por pessoas físicas, a tendência é que as taxas de administração tenham que se tornar ainda mais competitivas. (VE-Col-02)
- (32) "Imóveis já tiveram um bom momento. Hoje a tendência é ter uma oferta cada vez maior que a procura. Isso gera desvalorização", diz. (VE-Col-02)

Nota-se que o complemento se refere a uma das características de eventividade do N genérico, a possibilidade de um evento em andamento concretizar-se (31) ou de uma proposição possuir um determinado valor de verdade ou não (32). Nos complementos de Ent-3 é a forma verbal no subjuntivo que expressa o operador para *irrealis*, já que *tendência* não diz respeito a um fato (como o lexema FATO), mas a uma possibilidade de um fato ocorrer, segundo a avaliação do falante (portanto, modalidade epistêmica objetiva). O dado em (32) expressa uma particularidade do evento, possível pelo conhecimento do mundo, dos fatos e dos mecanismos da AE, mas não dependente da avaliação do falante (portanto modalidade epistêmica subjetiva, e também MOE). As categorias de IndObj e Propriedade não se vinculam à ‘tendência’, pois são estáveis e não se prestam para avaliação, bem como não se situam na temporalidade.

Voltando às possibilidades de expressão morfossintática do complemento, é importante observar que, para apontar nuances semânticas e estruturais e para estabelecer uma tipologia, há de se considerar tanto a apresentação formal como a sua função. Determinados fatores gramaticais e de combinação, apresentados nos exemplos em (33) e (36) a seguir, situam o item lexical ‘tendência’ entre as UTs da área, pelo menos nos contextos de coocorrência: formam constituintes e seus complementos especificam o núcleo. A forma de singular nesses exemplos, como em (34), aponta para uma Ent-2 (NAct), ou seja, contém um grau maior de verbalidade. Em oposição, o plural em (35) indica que o N, agora sem complemento, se tornou nominal, um N contável. Com exceção do N relacional de (34), e eventualmente de (33), devem-se interpretar as formas como próximas a UTs da área, por causa da individuação.

- (33) Qual a importância de se atingir 3,5% de inflação em dezembro de 2002 ou digamos, em agosto de 2003, desde que a tendência inflacionária continue decrescente? (VE-Col-02)
- (34) Na BM&F, as projeções de taxa de câmbio também avançaram, reprisando a tendência das operações interbancárias.
- (35) Diante da folga nas rédeas monetárias e das finanças mais ariscas, os movimentos exigidos para a eficácia da política monetária parecem ter-se

tornado mais acentuados, preferencialmente antecipando-se às tendências.
(VE-Col-02)

‘Tendência’ é relacional, pois se refere a um evento e seu estatuto, e a direcionalidade deste é um acessório obrigatório, de acordo com a discussão dos ‘satélites implícitos’ da seção 5.2. Por isso, enquadra-se na expressão da modalidade orientada para o evento (MOE). A isso se deve a obrigatoriedade de complementos para especificação, como o complemento nominal com ‘de’ em (34), e o ADJ relacional ‘inflacionária’ em (33). Por outro lado, também ocorre sem presença de argumentos, como em (35), no qual a pluralização indica que houve movimento em direção à individuação e concretização, em oposição à noção mais estreita do predicado de segunda ordem geralmente designado. A ‘direcionalidade’ do percurso eventivo, ainda presente em (33) e (34), enfraquece-se em (35) com a individuação.

Expressões como ‘tendência de baixa/de queda/de alta’ etc. são altamente recorrentes e colocacionais no discurso de finanças, pois denominam realidades do mercado financeiro. No entanto, não há como afirmar a completa terminologização de ‘tendência de baixa’, já que se observa variabilidade entre a UT e a forma verbal (‘o juro tende a baixar’), que demonstra enfraquecimento do conteúdo semântico do N ‘tendência’. Também em ‘tendência de baixa’, em que o núcleo é ‘baixa’, o lexema TENDÊNCIA está subordinado. Para reforçar a menor terminologização da UT, veja o dado em (36), que permite a interveniência de modificadores, e em (37), que separa o complemento por meio do marco pragmático de CPR.

(36) A tendência declinante da inflação não deve sobreviver em abril, acredita a consultoria. (VE-Col-02)

(37) "Há um período de grandes rolagens até maio, se a cobrança continuasse rígida, a tendência é a de que os 'spreads' continuassem pressionados", disse um gestor. (VE-EI-02)

O que dá pistas para a pouca unicidade da UT ‘tendência de baixa’ é a possibilidade de separação e inserção de material lingüístico. Esta é reconhecível em (36) com o ADJ ‘declinante’, que está para ‘de declínio’, ou melhor, para ‘de estar em declínio’ e que, mesmo como NAct, preserva o argumento de expressão da direcionalidade, em forma de ADJ deverbal. Em (37), uma proposição inteira, em ‘focalização’, especifica ‘tendência’ por meio de um complemento modificador.

Outro exemplo da incompleta terminologização apresenta-se na forma ‘tendência do mercado’, na sua alternância com variantes verbais e nas posições variadas na estrutura argumental da predicação em (38) e (39).

- (38) Ele diz que comprou bolsa e bradies (títulos da dívida externa brasileira) para a carteira do Verde. Se houver um estresse, estes mercados tendem a cair. (VE-EI-02)
- (39) No ano passado houve um início de recuperação das margens operacionais. Mas com novas empresas entrando a tendência é que o mercado cresça, mas os novos concorrentes devem praticar preços mais baixos para poder ganhar uma fatia do mercado", analisa. (VE-EI-02)

Em vista do tipo de entidade expressa para especificar ‘tendência’, deve ser lembrado que sua ligação com evento ou proposição provém do valor semântico do lexema. TENDÊNCIA está relacionado como evento nas predicções em (39), assim como com as características de ‘mercado’ na área econômica: algo não-estável, mais EstC do que IndObj.

Por trás de ‘tendência de mercado’ há também avaliação. Isso não se deve só à seleção lexical, mas também ao uso de tendência com uma proposição. Neste uso, a atitude sobressai com a seleção de um determinado marco ligado ao item lexical ‘tendência’, no qual os componentes colocacionais se inserem, por exemplo ‘tendência de mercado’ ou ‘tendência de baixa’. Pode-se afirmar, então, que ‘tendência’ com complementos proposicionais é sempre mais referencial e menos relacional do que com complementos eventivos ou com a forma verbal ‘tender’. Assim, facilmente dispensa os argumentos verbais que expressariam direcionalidade ou movimento (‘tendência do mercado’, ‘tendência inflacionária’).

É interessante observar que, em dados como (40) e (41), a referenciação é acionada estrategicamente pelo falante, já que as CPRs podem concorrer, em paralelo, com predicções no nível de constituinte e com os mesmos esquemas morfossintáticos. A diferença está no N referencial e no conteúdo lexical dele.

- (40) Ou seja, deverá ter em mente algo sobre o cenário econômico brasileiro; pelo menos se a tendência é de queda ou elevação nos juros. (VE-EI-02)
- (41) Desde o início da operação do fundo, em 4 de novembro de 1999, o ganho acumulado é de 107%. (VE-EI-02)

O dado em (40) coocorre, como Ent-2, com ‘tendência de queda’ ou ‘tendência de alta’, mas não com valores numéricos, como ‘tendência de 107%’, em (41). Neste último caso, o valor numérico é nitidamente nominal, pois há um evento subentendido (queda, alta). Isso não

ocorre, por exemplo, em ‘ganho de 107%’, em que o complemento especifica uma propriedade de ‘ganho’, o valor. Isso demonstra que o processo de adscrição está envolvido nas formas variantes e, também, que é o falante que é o falante que determina a seleção de uma ou outra forma. Assim, as possibilidades de adscrição para ‘tendência’ são bastante amplas: embora excluam valores numéricos e Ent-1, ainda abrangem categorias próximas a propriedades (‘alta’, ‘baixa’) e proposições.

Em termos de distribuição categorial do lexema TENDÊNCIA, comprovam-se certa flexibilidade e a presença de diversas expressões lexicais para expressões sintáticas: a já mencionada forma verbal com noção de movimento e direcionalidade (38), a forma adjetival, relacional, que substitui a relativa ‘que tende’ (42), e o advérbio em ‘-mente’ (43):

- (42) O Brasil precisa conservar a lógica das metas fiscais do FMI, porém sem o FMI, o que significa criar barreiras contra as propostas tendentes a "comer" o superávit primário. (VE-Col-02)
- (43) Como conseqüência da intrínseca "fragilidade financeira externa", torna-se tendencialmente mais acentuada a volatilidade na demanda por divisas e nas taxas nominais de câmbio associada aos choques, qualquer que seja a natureza destes. (VE-Col-02)

Os exemplos são para mostrar que o lexema TENDÊNCIA possui flexibilidade na CL. A existência de V, ADJ e ADV depende, entre outros, das possibilidades derivacionais: os morfemas ‘-nte’ (‘tendente’) e ‘-al’ (‘tendencial’) para ADJ, ‘-mente’ para ADV (‘tendencialmente’). Por outro lado, há possibilidades sintáticas em forma de construções analíticas com ‘de tendência’, ‘que tende’ e ‘em termos de tendência’. Isso significa, ultimamente, que a noção semântica de ‘tendência’ pode ocorrer tanto em função de núcleo quanto em função de modificador, e que isso independe da existência de categorias lexicais. Toma-se, por exemplo, o item ‘tendência’ como complemento nominal (44).

- (44) Nas primeiras semanas de 2002, a Bolsa de Valores de São Paulo acusou não só queda significativa no volume negociado, mas também inversão de tendência do Ibovespa. (VE-Col-02)

A expressão acima condiz com ‘tendência’ como evento e, ontologicamente, também pode ser encontrado como predicado verbal e com V que expressa aspecto interno (‘inverter a tendência’). Nesse caso é Ent-1. Como o ADJ ‘tendente’ não é relacional, mas significa ‘que tende’, o português deve, no caso de (44), lançar mão de [de + N] para expressar a função de modificação de núcleo nominal.

Expectativa

O termo ‘expectativa’ apresenta algumas semelhanças, mas também diferenças com ‘tendência’. Ao contrário de ‘tendência’, ‘expectativa’, que se enquadra na MOE, nos componentes adscritos predomina a factualidade, quer dizer a orientação para o participante (MOP). O termo ocorre tanto com as categorias semânticas de EstC e CProp, quanto em forma oracional e sintagmática. Além das construções de predicados referenciais com V-lig com contrapartes oracionais, como ‘a expectativa é que’ em (45), também se encontra ocorrências no âmbito sintagmático, por exemplo, aquelas em (45) e (46).

(45) A expectativa de especialistas que acompanham esse segmento é que não haverá muito espaço para o aumento das vendas devido ao ritmo de crescimento econômico. (VE-EI-02)

(46) Já houve crescimento econômico no último trimestre de 2001 e a expectativa para o PIB do primeiro trimestre de 2002 também é de crescimento. (VE-EI-02)

No uso de ‘expectativa’, reflete-se claramente uma atitude ou perspectiva de participantes do evento, que, no discurso especializado jornalístico da área de finanças, não é o redator que apresenta a informação, mas, sim, são os especialistas, como expresso em (45). A presença de formas verbais de *irrealis* (subjuntivo e futuro), ou a ausência do referente com expectativas (46), também indicam este mesmo posicionamento em relação à informação repassada na proposição, fato que também reforça a falta de compromisso do redator com o conteúdo transmitido.

Assim como em ‘tendência’, há fortes indícios de ‘expectativa’ constituir uma UT, isto é, de passar da referência única a um tipo de entidade (‘tendência’, com a variável e; ‘expectativa’ com p), para ser interpretada como uma Ent-1 (x) da área especializada. Isso se delinea nos exemplos acima mencionados por causa da coocorrência de construções de predicados referenciais e UTs em forma sintagmática, por causa da expressão como grandezas que podem ser medidas (‘alta’, ‘baixa’), fundamentais na área de finanças e investimento, e por causa das marcas de plural. Outros exemplos com atribuição de propriedades por meio de construções predicativas referenciais (47) e ADJ (48) confirmam isso:

(47) A taxa de câmbio nos últimos trinta dias caiu 5,2% e a expectativa no curto-prazo é de tranquilidade. (VE-EI-02)

(48) Indicadores econômicos americanos, a expectativa crescente com o início dos negócios com o peso argentino flutuante e mais uma prévia da inflação

brasileira deste início de janeiro ... podem mexer com o mercado financeiro que, ontem, teve sua instabilidade ampliada. (VE-EI-02)

Um outro processo de discretização e individualização lingüística é aquele em que o termo ‘expectativa’ é inserido em colocações. Na combinação com predicados verbais, percebe-se a interpretação como lexemas da categoria semântica IndObj, que podem ser gerados e revisados para baixo, justamente por serem grandezas, (60) e (61).

- (49) Tal surto, também manifesto no movimento das bolsas de valores das últimas semanas, gerou a expectativa de que a política monetária do Fed ... estaria mais próxima da reversão do que se imaginava até há pouco. (VE-Col-02)
- (50) Durante o dia de ontem, circularam inúmeros relatórios de bancos nacionais e estrangeiros que revisavam para baixo suas expectativas tanto para as ações da Telemar Holding (TNLP4) quanto para as da empresa de telefonia fixa (TMAR5). (VE-EI-02)

Fora disso, determinadas colocações verbo-nominais podem ser codificadas em formas variadas nas funções de núcleo ou modificador e, desse modo, ser expressas em diversas categorias lexicais. Para ilustrar a variabilidade, veja a colocação ‘frustrar as expectativas’ em (51) a (52), como exemplo de um EstC significativo da área de especialidade em diversas expressões lingüísticas:

- (51) O banco pondera que, apesar de frustrada a expectativa de deflação em alguns índices, o que se deve confirmar são resultados baixos, inferiores aos registrados em janeiro. (VE-Col-02)
- (52) Mas os protestos também evidenciam expectativas frustradas. (VE-Col-02)
- (53) O provável emagrecimento do saldo de comércio em relação às expectativas pode frustrar o desejo de reduzir o déficit em transações correntes para os 3,83% do Produto Interno Bruto (PIB) imaginados pelo BC, uma queda importante em relação aos 4,6% do PIB do ano passado. (VE-Col-02)
- (54) Ao longo do ano, os ânimos flutuam, em alguns momentos o pessimismo predomina, em outros a frustração das expectativas ocasiona perdas aos especuladores e inversores. (VE-Col-02)

Apesar das semelhanças entre os conceitos ‘tendência’ e ‘expectativa’, observa-se na coocorrência que, em termos de modalidade, o primeiro é claramente orientado para o evento (MOE) e o segundo, para o participante (MOP).

- (55) A tendência dos ativos – classificados como termômetro de expectativas – foi radicalmente alterada. (VE-EI-02)

O exemplo (55), além de delimitar os dois conceitos, traz um dos poucos casos de ‘expectativa’ como complemento de um N, em relação subordinada por meio da função de

modificador. As restrições para o conceito codificar essa função de dependência condizem com seu significado lexical. ‘Expectativa’ pressupõe um sujeito como Agente externo e reflete fatores interpessoais. Já ‘tendência’ é eventivo por si só, dispensa um participante agentivo, ou não, e aparece mais em colocações no nível de constituinte.

Em resumo, os dois conceitos tratados nesta seção permitem a extensão de tipos de entidades a serem representados pelo item lexical e representam realidades da área de especialidade economia/finanças que abrangem EstC e CProp. O conceito ‘risco’, analisado a seguir, mostra flexibilidade e variabilidade categorial ainda maior, incluindo também ocorrências na categoria semântica Propriedade.

5.4.2 Exemplos: risco, investimento de risco, aplicação de risco, capital de risco, país-risco

risco

A distribuição desse item lexical em termos de categorias semânticas é ainda mais ampla do que a de ‘expectativa’. Pelo seu significado lexical, a especificação de ‘risco’ está associada a Ent-2 e Ent-1, mas não a Ent-3. Em geral, segue as possibilidades de expressão dos dois termos anteriores, apesar de não entrar nas construções tipo CPR com tanta facilidade como ‘tendência’ e ‘expectativa’. Assim, há exemplos como os de (56) a (58).

- (56) Na opinião da maioria dos analistas que acompanham o desempenho dos papéis desse segmento da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), o maior risco no curto prazo é a imposição de cotas e sobretaxas às exportações de aço para os Estados Unidos. (VE-EI-02)
- (57) Apesar de acreditarmos na queda da taxa, ficar prefixado é risco, sempre podem haver eventos que mudem isso no meio do caminho", alerta. (VE-EI-02)
- (58) Na opinião dos analistas o Banco do Brasil também deve ter um bom desempenho em 2002, mas o principal fator de apreensão para os investidores é o risco político da instituição. (VE-EI-02)

Os dados em (56) e (57) contêm uma CPR típica, sendo que o N genérico é completado e especificado por um EstC, com NAct em (56) e com infinitivo em (57), que é condizente com seu significado lexical. Um importante indício da sua particularidade consta no exemplo em (58), em que é o próprio item ‘risco’ que serve como especificador de um outro N

genérico ('fator') e não vice-versa. Por um lado, isso indica que 'risco' também pode designar uma propriedade, por outro lado, o fato aponta para a individuação progressiva do lexema.

A característica de especificação e modificação será distintiva em relação aos outros conceitos nominais analisados na seção, sobretudo a 'expectativa', pois corresponde ao uso mais freqüente observado. Assim, há exemplos com NAct ('risco de oscilação') e infinitivo ('risco de oscilar') para EstC e N comuns na LEsp de finanças e investimento. Com a especificação do risco de Ent-1 (ou Ent-2 em NAct), é expressa a relacionalidade do termo referencial que fornece uma característica ao IndObj, como, por exemplo, em (59) a (61):

- (59) Parte importante do trabalho do Dreyfus consiste em selecionar o risco dos papéis privados e leva em conta dois critérios além da capacidade de geração de caixa das empresas. (VE-07-11)
- (60) Neste cenário, os investidores têm de analisar os ativos de longo prazo com muito carinho, pois a taxa de risco destes pode cair muito. (VE-EI-02)
- (61) A S&P rebaixou a nota de classificação de risco da Cemar porque acredita que ela é uma empresa "potencialmente em default", ou seja, a agência prevê que a Cemar vai ficar inadimplente. (VE-EI-02)

No exemplo (59), o risco em relação a um termo especializado ('papéis privados'), que inclui todo um EstC, ficou evidente. A variante com uma CPR do tipo 'o risco é' é possível. Já os exemplos (60) e (61) mostram, pela sua vinculação a grandezas e expressão como UT, que, em relação a determinados IndObj ('ativos', 'empresas'), pode haver um risco. Assim, entra em sintagmas modificadores (SMod-de) para especificar um núcleo que se refere a taxas e indicadores que medem o risco de eventos e situações, como em (60) e (61).

Essas expressões com 'de risco' atuam como especificadores por causa da falta de um lexema em ADJ na língua portuguesa. O mais comum, porém, é que haja lexicalização com núcleos que designam Ent-1, como em 'taxa de risco', 'classificação de risco' e muitos outros ('perfil de risco', 'capital de risco', 'percepção de risco'). A lexicalização também abrange alguns graus de risco (alto, forte, baixo, maior, menor), assim como possíveis especificações ('risco embutido', 'risco cambial'), e torna-os colocacionais, com em (62) a (64).

- (62) Os analistas dizem que nesse patamar a moeda está muito cara e representa um investimento de alto risco. (VE-26-10)
- (63) Os analistas lembram ainda que é preciso pensar no risco embutido. (VE-EI-02)
- (64) A ingenuidade é fruto da aplicação mecânica de pressupostos sobre as relações entre desvalorização e eliminação do risco cambial num mundo em que prevalece a mobilidade de capitais. (VE-27-10)

A relevância do conceito da área de especialidade propicia o uso da UT ‘risco’ em diversas funções e explica sua flexibilidade categorial. Além de constar como núcleo e como modificador, ‘risco’ também é parte de locuções adverbiais (‘sob risco de’). Em colocações verbais, o lexema pode ser verbalizado com V-sup ou verbos gerais. Assim, ocorrem ‘pôr em risco’ (65), com Sujeito agentivo, e ‘correr risco’ (66), com Sujeito experienciador.

(65) Isso indica que, na avaliação dos especialistas do banco, há possibilidade de aumentar o preço dos derivativos de petróleo no país sem pôr em risco a política de metas inflacionárias. (VE-27-10)

(66) Esse fato é muito comum em determinadas atividades ... pois as pessoas tendem a concentrar seus investimentos ... sem diversificar e correr algum risco de maneira saudável. (VE-EI-02)

No português existe uma forma verbal própria, ARRISCAR. Esse lexema corresponde, na sua forma finita, à colocação ‘assumir riscos/ assumir o risco de’ (67). A forma participial ‘arriscado’ é a única forma adjetival disponível. Prevalece a interpretação de ‘de risco’, o que demonstra que a expressão de conceitos em determinadas categorias lexicais e as respectivas adaptações necessárias interagem. Além disso, essa forma concisa expressa uma variação de um complexo analítico em função de Modificador: ‘negócios de menor risco’ para ‘negócios menos arriscados’ (68) e ‘mercado acionário de risco’ para ‘o arriscado mercado acionário’ (69). A vantagem de a expressão incluir um lexema da categoria ADJ é que pode assumir a função qualificadora plena, também com a possibilidade de pré-posição ao núcleo N (69).

(67) Outro ponto positivo do canal, para ele, é que como não há preocupação com audiência as universidades arriscam fazer programas mais ousados. (VE-EI-02)

(68) “Investimos o dinheiro dos diamantes em negócios menos arriscados.” (VE-27-10)

(69) A busca pelo lucro nos investimentos fez com que outro engenheiro ... migrasse dos fundos de renda fixa para o arriscado mercado acionário, seduzido pela possibilidade de fazer crescer o dinheiro dele. (VE-08-11)

Todos esses aspectos observados levam à conclusão de que se trata, no caso de ‘risco’, de um conceito com grande flexibilidade categorial para cobrir as funções de núcleo e modificador, mas também para representar conceitos que se aplicam a entidades de diferentes ordens no nível de constituinte de forma lingüística. Essa característica indica que ‘risco’ é expressão de um conceito fundamental da área de finanças e investimento. A proposta de análise dos exemplos a seguir é mostrar as formas do lexema RISCO que estão envolvidas na expressão da sua função modificadora e em algumas condições fundamentais na terminologização.

Investimento de risco, aplicação de risco, capital de risco

As UTs ‘investimento de risco’, ‘aplicação de risco’, ‘papéis de risco’ e ‘capital de risco’ destacam-se como conceitos da área de economia/finanças, cujo sintagma modificador ‘de risco’ se aplica a diferentes entidades expressas no núcleo, levando a graus variados de terminologização. Supõe-se que haja influência do tipo de núcleo, assim como do flexível conceito nominal ‘risco’. Precisa-se considerar a relação semântica (pela combinação de tipos de entidades) e funcional (pela atuação hierárquica das funções de núcleo e modificador) entre o componente que representa o núcleo e o que representa o modificador, assim como seus contextos gramaticais, pois determinam o grau de unidade lingüística da UT. Assim, cada um desses itens complexos de núcleo e modificador ‘de risco’ foi analisado em relação aos critérios de:

- i) tipologia de entidade do núcleo e do modificador;
- ii) uso de singular e/ou plural;
- iii) interveniência de elementos lingüísticos/ referencialidade de ‘risco’;
- iv) variação entre ‘de risco’ – ‘arriscado’;

Partindo do SMod ‘de risco’, postula-se que o tipo de entidade (i) tenha um papel decisivo na formação da UT, já que os exemplos mostram que há uso argumental com Ent-2 e uso qualificador com Ent-1 (61). O segundo critério (ii) marca um núcleo individuado e referencial, o que, em parte, também vale para o critério da interveniência (iii). Esse último investiga se o sintagma modificador ‘risco’ também é referencial e pode ser modificado. A interveniência de elementos lingüísticos e a maior variabilidade podem caracterizar menor terminologização, embora não seja essa a única explicação.

Investimento de risco é, pela formação, uma Ent-2, mas também apresenta algumas características lingüísticas de Ent-1. Uma dessas, a individuação por plural, é distintivo apenas como NAct, pois, como UT, sempre é N coletivo e ocorre no plural: ‘investimentos de risco’. A união lexical entre os componentes núcleo e sintagma modificador é relativamente livre e há muitas combinações livres variantes dos lexemas INVESTIR, INVESTIMENTO e RISCO. Essas incluem, nos dados, combinações com ‘investir’, ‘investidor’; ‘arriscar’ e expressões analíticas como ‘relação de risco/retorno’, ou especificação por relativa (‘que oferecem risco’). Também pode o lexema RISCO ser modificado por ‘alto/baixo’

(‘investimentos de alto risco’). Por um lado, a variabilidade indica maior referencialidade nos dois componentes, por outro lado, chama a atenção que ‘investimento de risco’ (também ‘investimentos de alto risco’) seja um tipo de investimento muito freqüente, mais do que outros.

Aplicação de risco também possui um NAct como núcleo de Ent-2, mas, possui mais possibilidades sintáticas. Por individuação, o núcleo também pode ser Ent-1 e ser pluralizado; no entanto preserva a idéia de ‘evento/processo’, mesmo como Ent-1 (NActi). A pluralização refere-se a processos repetidos, como em ‘investimentos de risco’. Tampouco ocorre em formas verbais paralelas, tais como ‘aplicar com risco’ ou em expressões variantes similares, assim como ‘aplicação’ pode ser qualificado por outros modificadores e não tão exclusivamente por ‘de risco’, como ‘investimento de risco’. O material lingüístico interveniente se deve mais à necessidade de especificar o grau de risco (alto, menor etc.). Ocorrências como ‘aplicação mais arriscada’ são possíveis e comprovam um núcleo em Ent-2.

Papéis de risco sempre tem uma Ent-1 como N nuclear, qualificado por ‘de risco’. O N nuclear só foi encontrado na forma do plural (N contável), como Ent-1. Enquanto o núcleo ‘papéis’ resiste a modificação, ou só possui poucas formas (‘papéis públicos’), o do sintagma modificador aceita interveniência (‘de menor risco/de baixo risco de crédito’). Isso pode apontar para dois fenômenos: a lexicalização do grau de risco, como UT de Propriedade, ou para uma relativa independência do conceito modificador em relação ao núcleo.

Capital de risco contém, como o item anterior, uma Ent-1, mas diferentemente dele, sempre está no singular (N não-contável e genérico). Ao contrário de ‘papéis de risco’, ‘capital de risco’ apresenta grande unidade terminológica. Os dois componentes não são referenciais pois não aceitam modificação dos componentes ou combinações variantes oracionais. As poucas modificações encontradas referem-se à UT inteira (‘capital de risco estrangeiro’). Do mesmo modo como em ‘papéis de risco’, a falta de agentividade impossibilita variantes com o ADJ ‘arriscado’.

Das quatro UTs analisadas, ‘capital de risco’ foi identificado como forma mais lexicalizada. Isso se deve ao fato de ‘capital’ ser Ent-1, cujo modificador acrescenta a propriedade de ‘(ser) de risco’. Também ‘papéis de risco’ agrupa-se, com a base de Ent-1,

entre as UTs prototípicas, embora permita mais variação. Essa se explica, por um lado, pela referencialidade dos dois componentes nominais, por outro lado, pelo fato de ‘papéis’ ser uma forma muito genérica para títulos de investimento, portanto um termo básico. A mesma referencialidade observada também aplica-se para ‘risco’, já que esta UT também pode ser termo geral (veja ‘papéis de baixo risco de crédito’).

Um agrupamento diferente vale para ‘investimentos de risco’ e ‘aplicações de risco’. As duas expressões têm formalmente um NAct como base, ou seja, representam um EstC no núcleo. A eventividade e a referencialidade dos dois componentes explicam a grande variabilidade de ‘investimentos de risco’, no qual a especificação ‘de risco’ pode ser atribuída também à oração inteira, e não só ao constituinte. Nos exemplos, ocorre a especificação por predicação de ‘investimento’ (70) e por meio de orações relativas, como paráfrase de ‘investimento de menor risco’ (71).

(70) O investimento em ações preferenciais da Telesp Celular Participações envolve uma boa dose de risco em 2002, segundo o analista da corretora Sudameris, Eduardo Hajime. (VE-EI-02)

(71) Esta queda provável no custo de oportunidade para o investidor, leva, inexoravelmente, à busca por alternativas de investimento que possam oferecer relações de risco/retorno mais atraentes. (VE-EI-02)

Além disso, apresentam ‘investimentos de risco’ e ‘aplicação de risco’ a variação comum do SMod que indica grau (‘de alto/maior/menor risco’). Em geral, o núcleo tende a ser invariável por ainda conter a noção de ação. A coocorrência de formas rm SG-PL em ‘aplicações de risco’ leva à interpretação de Ent-1 e Ent-2 e explica as nuances de agentividade (com ‘arriscado’). No caso de Ent-1, houve individuação de ‘aplicação’ (N contável), mas não quando Ent-2. Assim, ‘aplicações de risco’ representa um caso intermediário entre ‘capital/papel de risco’ e ‘investimento de risco’.

A partir dos diversos fatores citados, assume-se que é possível estabelecer uma hierarquia de terminologização das quatro expressões baseadas em dois agrupamentos, com núcleo de Ent-1 e Ent-2. No primeiro, está ‘capital de risco’ como UT mais prototípica e, no segundo, ‘investimentos de risco’, como menos prototípica. Assim, a tipologia de entidades do núcleo é fundamental para integrar o componente modificador ‘de risco’, já que a parcela de nominalidade deste também interage com o estatuto terminológico do todo.

risco-país, país-risco

Se foi mencionada a estrutura de modificação [de + N] para especificar um núcleo nominal, também as formas compostas com ‘risco’ merecem atenção, já que a composição também tem função especificadora, só que no âmbito do lexema, não no do grupo sintático formado. A UT ‘risco-país’, por exemplo, é considerada um composto do tipo endocêntrico [N + N] (Benveniste 1989, Sandmann 1990, Azpiazu 2004). Nesse tipo de composição, ocorre, no português e em outras línguas, a justaposição de dois componentes em posição normal de determinação: um núcleo e um modificador. Em termos funcionais, nota-se uma relação atribuída entre duas entidades, o que corresponde, no arcabouço do presente trabalho, a uma Propriedade (f) que é atribuída a uma Ent-1 ou Ent-2 (x/e). O característico é que os dois componentes em ‘risco-país’ são da categoria N.

A representação por categorias lexicais está subordinada às funções de núcleo e modificador, assim como, na parte formal, pode haver compostos com [N + de + N] (ou grupos sintáticos, Sandmann 1990) ou [N + N] sem relator (Alves, 2004). A primeira corresponde mais aos processos analíticos (e sintáticos) do português, embora possa haver a integração, com ou sem hífen, por motivos morfofonológicos e outros, externos, que levam a um único item lexical. A lexicalização adiantada de um grupo sintático com ‘de’, com omissão de relatores ou preposições, corresponde à passagem de um constituinte a uma palavra (ou melhor, lexema) e fixa a perda de referencialidade dos dois componentes nucleares.⁴⁰

Percebe-se, portanto, que as estruturas de modificação [de + risco] e ‘-risco’ obedecem aos mesmos fatores funcionais e que a integração formal é apenas uma questão de grau. Isso significa que os exemplos em (72) se apóiam em processos funcionais similares:

(72) risco de crédito – risco-país – risco Brasil (o chamado risco Brasil) – país-
risco

O primeiro e último dado de (72) apresentam a estrutura de modificação com núcleo N já analisadas em outras UTs; o segundo, a modificação por composição com hífen; e o terceiro, a especificação por denominação (Lyons 1977, e Correia, 2004) com nome próprio.

⁴⁰ Deve-se lembrar que Azpiazu (2004) e Kopjevskaja-Tamm (1993) situam a composição entre os tipos de NLZ, conforme discutido no capítulo 5. Benveniste (1989, e outros) apontam para a relação entre processos de composição e derivação.

Em todos, há um núcleo com interpretação de Ent-1, a ausência de artigo ou outras marcas de referencialidade do segundo componente e a interpretação genérica neste. Essa característica vale para a especificação de um termo básico e reforça a terminologização de ‘risco’, tendo em vista que houve abstração da eventividade original (um evento pode incluir risco) e a aproximação a uma característica ou propriedade. Com base nisso, também ‘risco’, em ‘país-risco’ em (72), chegou a alcançar o estatuto de modificador, mesmo sem a presença do relator ‘de’, e se aproximou de um lexema da categoria ADJ. A capacidade de ‘risco’ ter uso variado entre específico e genérico e de assumir as funções de núcleo e modificador sem ajustes morfológicos (país-risco – risco-país) comprova que este item chegou a um grau muito alto de flexibilidade categorial, quase ADJ, e tem estatuto de UT de Propriedade.

5.4.3 Exemplos: cenário, percepção, sinal, perfil

Nessa subseção, mostrar-se-á que categorias semânticas não só se atualizam de forma lexical e eventuais estruturais, mas também predominantemente de forma estrutural. Podem expressar categorias ontológicas que passam da tipologia de entidades já estabelecida e que apresentam situações e fatos relevantes de uma AE.

Cenário

O lexema CENÁRIO, e os dados analisados nessa seção, em geral, expressam de que forma lexical um conteúdo informacional é obtido ou percebido. Na base está o recurso visual para evidenciar proposições, eventos, propriedades e até situações pertinentes de uma macroárea de especialidade, por expressão da modalidade evidencial. O recurso visual usado pelo redator ou especialista ajuda na apresentação mais clara e compreensível do conteúdo abstrato da economia, mas também obedece ao propósito de organizar as bases ontológicas e comunicativas dessa área de especialidade não-exata em unidades. Destas, ‘cenário’ é uma unidade com escopo maior do que as outras. Os lexemas SINAL, PERFIL, TENDÊNCIA, em (40), estão ligados às características salientes que se encaixam nessa categoria hierarquicamente mais alta e, de fato, coocorrem. Já ‘percepção’ refere-se ao interlocutor diante do conteúdo comunicativo que se apresenta nas categorias como ‘cenário’, ‘sinal’, ‘perfil’.

A modalidade evidencial presente em ‘cenário’ confirma-se nos padrões colocacionais: pode ser definido como entidade e traçado ou desenhado como um quadro, embora possa

conter indícios de eventividade, como locuções adverbiais de tempo ou duração, já que a forma de plural indica a recorrência dessa unidade (73). Construções do tipo CPR não são freqüentes a partir de ‘cenário’. As observadas expressam um ou mais EstC ou situações como parte de uma situação maior e mais complexa, que é qualificada e avaliada pelo falante (74). A avaliação da situação e a probabilidade de sua realidade podem ser combinadas com valores modais epistêmicos, tais como ‘provável’ em (75).

- (73) Curiosamente, todas as simulações sobre o comportamento da dívida paulistana feita por Khair, guardadas a sete-chaves, traçam diversos cenários de oito anos, coincidindo com o período de dois mandatos. (VE-27-10)
- (74) A tarefa, porém, é inglória não só porque existem inúmeros caminhos até o que se poderá chamar de consolidação, mas também porque o cenário interno e externo não é dos mais favoráveis. (VE-09-11)
- (75) Até agora, o cenário tido como mais provável pelos profissionais é de acomodação da situação na Argentina. (VE-26-10)

Em (74), ‘cenário’ pode até mesmo ser substituído por ‘situação’, e a sua individuação como UT da AE é reforçada por adjetivação. ‘Cenário’ extrapola o alcance da categoria semântica CProp, principalmente quando em forma de CPR, e refere-se mais apropriadamente a uma noção que esteja relacionada à categoria representacional ‘episódio’ (ep), também por causa da sua apresentação nos textos. O fato é reforçado pela presença de trechos textuais maiores do que a oração para descrever a situação abrangente, que pode incluir um conjunto de cenários relacionados (76).

- (76) Há, assim, três cenários possíveis. Um corresponde ao modo hierárquico de endurecimento da restrição orçamentária, com ou sem transferência maciça de recursos entre as unidades. O segundo é o caso em que a disciplina dos mercados – de crédito e de votos em eleições – enrijece a restrição orçamentária. O terceiro é o da restrição orçamentária afrouxada, tanto pela transferência de recursos fiscais quanto pela liberdade de endividamento local. (VE-07-11)

O uso mais freqüente de ‘cenário’ ocorre no nível lingüístico do constituinte. Isso marca e comprova a individuação, já vista no plural em (73) e em (76), em que são apresentadas três situações distintas. Estas envolvem EstC e são variáveis: podem piorar, melhorar ou ser elaboradas. Quando ‘cenário’ assume função de termo como parte de uma estrutura argumental (76), com a qual uma alteração, ou um evento relacionado à situação (do cenário), é expressa, a distinção está no predicado de base. Nota-se que a AE ‘investimento’ é muito dinâmica e conta até mesmo com a variedade de cenários. Para realçar essa característica, é

explorado esse recurso de apresentar ao leitor/interlocutor os fatos e situações relevantes em forma de cenários e quadros.

Maior individuação ainda se dá pela modificação em geral, seja por ADJs ou complementos nominais. Desta forma, pode ser especificado o cenário genérico, individuado e caracterizado, (77) e (78). Conforme indicado em (79), as propriedades de um cenário também podem ser situadas em um âmbito específico da área toda.

- (77) Calma investidor. Se você está preocupado em que rumo tomar diante do cenário turbulento, saiba que não está sozinho. (VE-26-10)
- (78) Para Cavallo, a transição entre o cenário de déficit e o de crescimento seria financiada “certamente” pelos organismos internacionais. (VE-26-10)
- (79) As novas incertezas do cenário macroeconômico já se refletiram na produção industrial paulista em setembro. (VE-01-11)

A descrição da área não é feita somente por modificadores em forma de ADJ, mas também por uso relacional (78), em que um núcleo (o IndObj ‘déficit’ e o EstC ‘crescimento’) é destacado no cenário todo. A estratégia de focar o cenário todo primeiro para mencionar a entidade introduzida depois também cumpre o papel de focalização e direcionamento da atenção do interlocutor para a informação ou o dado novo por meio de um termo genérico. Construções sintagmáticas como ‘cenário de déficit’, ‘cenário de crescimento’, ‘cenário de crise’, ‘cenário de euforia’, ‘cenário de recuo’ etc., portanto lexemas que designam Ent-1 e Ent-2, comprovam isso. Em termos gerais, prevalece a noção de que as realidades envolvidas nas situações não são estáticas e que mudança, incerteza e instabilidade são inerentes ao mercado e à atividade de investir. Com ou sem especificação, o âmbito de validade é a AE economia/finanças. Assim, parece justificado postular ‘área de especialidade’ como uma realidade ontológica a ser levada em conta no componente conceitual. Se for classificado em termos de orientação, seria da modalidade orientada para a área ou situação (*domain-oriented*), um tipo de orientação postulado para as LEsp.

Com os conjuntos de dados, tentou-se provar que ‘cenário’, mesmo sendo de categoria semântica mais ampla do que CProp, também pode expressar EstC, CProp e, quando individuado como UT, igualmente uma Ent-1. Apenas Propriedade está excluída. Como categoria representacional, o lexema pode coincidir com a categoria representacional ‘episódio’. Outro fato que comprova CENÁRIO como unidade semântica maior é que um

cenário pode ser subdividido e conter os itens lexicais: ‘percepção’, ‘sinais’, ‘perfil’, já que os últimos referem-se ao modo de apresentação do conhecimento da área.

Percepção, sinal, perfil

Percepção possui características semânticas diferentes de ‘cenário’. Também entra como componente referencial em CPR, em que indica e avalia exclusivamente fatos (CProp), caso do exemplo (80), assim como em complementos oracionais ou que representam EstC (81).

- (80) No geral, a percepção é que, no curto prazo, o mercado acionário permanecerá volátil, sem que o resultado da eleição tenha muita influência sobre os negócios. (VE-07-11)
- (81) É intuitiva a percepção de que o sistema tributário brasileiro carrega na iniquidade e cria dificuldades para a melhoria de competitividade do setor produtivo. (GM-29-10)

Isso se deve, em grande parte, às características semânticas do item lexical, que é um NAct do lexema verbal PERCEBER, um verbo psicológico que preserva suas características relacionais mesmo quando integra um lexema da categoria N. O que pode ser ‘percebido’ (ou compreendido) são todos os tipos de entidades, também as de ordem mais alta, por exemplo CProp e episódios ou cenários. Nesse último caso, entra o domínio compartilhado da comunicação especializada de uma área, pois o falante conta com a disposição do interlocutor de colaborar na visualização (hipostasiada) de situação comunicativa. Assim, expressões em torno de ‘sinais’ (82) e ‘perspectiva’ (83) contribuem para compor tanto o âmbito da comunicação especializada quanto o da AE. A presença de ‘expectativa’ (82) deve-se à semelhança semântica, pois ambas ‘percepção’ e ‘expectativa’, estão relacionadas como o interlocutor.

- (82) Puxar o dólar a níveis recordes no ano e sustentar correção cambial de 9,3% – contra expectativa de inflação de 5% – são sinais de que o mercado está exagerando na percepção do risco argentino. (VE-09-11)
- (83) As expectativas tendem a crescer agora, porque existe uma percepção de que a crise da Argentina pode favorecer as críticas contra as reformas neoliberais em outros países na América Latina. (VE-EI-02)

A mesma modalidade orientada para o participante (MOP) também está no item ‘expectativa’ – já discutido na seção anterior – e justifica a interpretação dos dois como do mesmo valor modal. Frequentemente está o interlocutor subentendido, como, por exemplo,

em ‘percepção do mercado’ (82), que inclui atores e interlocutores, ou completamente omitido, quando é expresso CProp (83). Entretanto, prevalece a noção de que a percepção é uma atividade ou atitude atenta ante a atividade econômica e financeira e que leva a reações e ações, (84) e (85), do mesmo modo que ‘cenário’ também pressupõe uma postura atenta e ativa.

(84) Na segunda-feira, a percepção de investidores financeiros de que o Iraque converteria sua receita petrolífera para o euro fez com que a cotação da moeda ultrapassasse, pela primeira vez em duas semanas, US\$ 0,85. (VE-27-10)

(85) “Vale a pena recomprar pois as ações estão abaixo da percepção do valor econômico da empresa”, afirma Agílio Leão de Macedo, diretor financeiro e de relações com o mercado da Aracruz. (VE-27-10)

Assim como ‘cenário’, também o termo ‘percepção’ raramente ocorre completamente individuado e, com isso, forma conceitos genéricos e relacionais, tais como ‘percepção de risco’. Após todo o debate, importa observar que este termo não apenas forma um par com ‘cenário’, mas também relaciona-se a ‘sinais’ e ‘perfil’ por depender dessas marcas visuais para interagir na comunicação especializada.

Sinal, ou comumente como palavra-ocorrência ‘sinais’, ocorre como CPR, mas com mais frequência como núcleo de constituinte que se relaciona com EstC (86) e CProp (87). Isso comprova as características relacionais desse item.

(86) No ano passado, de janeiro a setembro, um dos sinais da recuperação foi o lucro líquido de R\$ 14,5 milhões. (VE-EI-02)

(87) Se você já passou por uma situação parecida ou se às vezes se sente afundando em uma pilha de correspondências, estes são importantes sinais que você está sobrecarregado de informações. (VE-EI-02)

Assim, são as especificações, como ‘sinal da recuperação’ e ‘sinal que’, indícios para os tipos de categoria semântica que o completam: CProp, EstC, mas também IndObj e Propriedade; em resumo, tudo aquilo que pode ser percebido e que pode entrar em um cenário.

A referenciação dá-se em CPRs e como termos genéricos em sintagmas, mas não é pelo fato de o termo geralmente ocorrer no plural que é possível falar em individuação. A pluralização resulta do efeito mais fraco de ‘sinal’, efeito que deve ser captado pelo interlocutor interessado ou investidor atento. Nesse sentido, é ‘sinais claros’ uma forma

lexicalizada e ‘dar sinais claros’ em (88), a atividade, já que a agentividade não se concretiza no N isolado.

- (88) Empresas de bens de consumo (duráveis e não duráveis), de energia, e das áreas de mídia e entretenimento, entre outras, dão sinais claros de que já pensam no médio e longo prazos. (VE-EI-02)

A colocação ‘dar sinais de’ corresponde à forma verbal ‘sinalizar’, que representa a contraparte da categoria lexical N e entra nos mesmos esquemas estruturais, como o N, para indicar as categorias semânticas CProp (99), EstC e IndObj (100).

- (99) Nos EUA, os indicadores macroeconômicos sinalizam que a recuperação é um fato. Já houve crescimento econômico no último trimestre de 2001 e a expectativa para o PIB do primeiro trimestre de 2002 também é de crescimento. (VE-EI-02)
- (100) A PricewaterhouseCoopers decidiu apostar nesse segmento de curso no país por sinalizar o interesse de executivos brasileiros de empresas nacionais e multinacionais instaladas aqui ... (VE-EI-02)

A existência de predicado em V parece estar relacionada à eventividade de ‘sinal’ e à resultante MOE. Possibilita a expressão de Agente de ‘sinalizar que...’ (CProp), ‘sinalizar a recuperação’ (EstC) e ‘sinalizar o interesse’ (IndObj), com a mesma estrutura semântica e argumental do N. Incluído o ADJ participial ‘sinalizado’, percebe-se que o conceito que está por trás do lexema SINAL tem grande flexibilidade categorial.

O item lexical *perfil* expressa um outro recurso visual com base semântica e entrelaça-se com os outros lexemas desta seção. Em termos semânticos, parece haver a noção de Propriedade, já que descreve características das diversas entidades às quais está vinculado. Liga-se preferencialmente a EstC, quando está em forma de constituinte (101) e em construções do tipo CPR (102). Contudo, é possível, para todos os tipos de entidade, também para Ent-1 (‘perfil do consumidor’) e ‘risco’ em (103).

- (101) Apesar da semelhança no perfil das aplicações, o número de produtos à disposição dos investidores argentinos é bem menor que no Brasil. (VE-EI-02)
- (102) "Nossa carteira é formada para um horizonte de longo prazo e o nosso perfil é não girar com muitos papéis", diz o sócio-diretor Pedro Chermont. (VE-EI-02)
- (103) ... o ideal é construir um portfólio diversificado em aplicações de renda fixa, ações e imóveis, em porcentagens compatíveis com seu perfil de risco. (VE-EI-02)

O exemplo ‘perfil das aplicações’ (101) acrescenta uma propriedade ou característica a ‘aplicações’ por meio do N genérico ‘perfil’. Nesse uso, segue as estratégias de expressão da modalidade evidencial dos itens anteriores. Já em (102), há individuação na CPR e, em (103), esta é ainda mais avançada. Enquanto ‘perfil conservador’ claramente corresponde a um tipo de propriedade, ‘perfil de risco’ deve ser considerado uma UT da área. Ao todo, há alguns paralelos entre ‘perfil’ e ‘risco’, com exceção que ‘perfil’ se integra menos nos unidades complexas da AE do que ‘risco’.

Os lexemas TENDÊNCIA, EXPECTATIVA, RISCO, CENÁRIO e PERCEPÇÃO, desta seção, enquadram-se na modalidade evidencial. Foram investigados em relação à importância das categorias semânticas para a ocorrência de marcos e expressões, à distribuição de categoria lexical, ao seu valor para especificação de um N genérico, assim como em relação às conseqüências das condições semânticas e estruturais na formação e variação de UTs da AE. Conclui-se que cada uma dessas formas recorrentes da área de finanças e investimento apresenta graus diferenciados de terminologização e flexibilidade. Na AE, é comum o uso de construções nas quais um lexema de base se torna relacional e genérico por meio de predicados referenciais e exige o complemento de acordo com traços presentes no núcleo. Alguns dos termos genéricos destacados especificam traços semânticos gerais com mais facilidade que outros. No entanto, o recurso de especificação de um termo genérico via expressão analítica é altamente dependente do contexto comunicativo, ou seja do participante, do evento, do conteúdo e dos conhecimentos da AE.

5.5 Construções, categorias e recursos morfológicos para expressar modalidade e perspectiva

Nesta seção, aborda-se a apresentação de valores modais por meio de construções em torno de lexemas e recursos morfológicos que diretamente remetem à possibilidade e probabilidade (modalidade epistêmica), à evidência (modalidade evidencial) e à necessidade (modalidade deôntica). Das diversas ocorrências, analisam-se principalmente as regularidades e oposições de alguns lexemas modais e de algumas estruturas lingüísticas prototípicas em que estes são inseridos. Foram selecionadas da modalidade epistêmica as ocorrências com ‘possível’ em a. e ‘provável’ em b., da modalidade evidencial o item ‘evidente’ em c., e ‘necessário’ da modalidade deôntica em d.:

- a. POSSÍVEL – é possível (que) – a possibilidade de
- b. PROVÁVEL – é provável (que) – a probabilidade de
- c. EVIDENTE – é evidente (que) – a evidência de (que)
- d. NECESSÁRIO – é necessário (que) – a necessidade de (que)

Como categoria lexical básica, parte-se do lexema na forma adjetival por este entrar nas construções impessoais ('é ... que') e por ser base das derivações para ADV e N (*Nomina qualitatis*). Os ADVs modais em '-mente' e o morfema de capacidade '-vel' serão discutidos nas seções seguintes, já que também expressam modalidade e, ao mesmo tempo, marcam a mudança categorial.⁴¹

5.5.1 Construções impessoais de modalidade e seus lexemas

As diversas estratégias para a apresentação da informação e do conhecimento de uma área podem estar direcionadas pelo participante com uso subjetivo de estratégias e seleção, com recursos objetivos e subjetivos relacionados à modalidade, mas também por mecanismos que estão incluídos nos itens lexicais, nas construções e nos níveis lingüísticos. Mostrou-se que, além desses fatores, também a distribuição das categorias lexicais e semânticas nas construções e funções de núcleo e modificador desempenha um papel fundamental. Estão excluídas, neste trabalho, as estruturas com verbos modais (ou perífrases modais) por causa de falta de correspondências claras na mudança categorial. Há, no português e em muitas outras línguas, menos lexemas verbais modais do que nuances modais que podem ser expressas de forma lingüística. Em relação a 'possível', por exemplo, tem a forma verbal 'poder' tem outros usos além da modalidade epistêmica (pode ser da modalidade deontica, quando negado, ou da modalidade de capacidade). Outros tipos de modalidade não têm verbo correspondente, como no caso de 'provável'. Aponta-se, ainda, para as formas deadjetivais 'evidenciar' e 'necessitar', que também fogem à regularidade.

Construções impessoais do tipo [é + ADJ + que] são freqüentes na linguagem formal e jornalística, no intuito de o falante não precisar ser expresso e de tornar a avaliação mais

⁴¹ Valores modais também são atualizados pela flexão de formas verbais com o subjuntivo nas orações subordinadas para expressar a distinção *realis – irrealis* (Prop).

genérica. No âmbito da modalidade epistêmica e deôntica, as expressões impessoais freqüentemente se encarregam de passar essas instruções de forma amenizada. Por um lado, isso corresponde à tarefa do jornalista em geral, mas também ao especialista ou redator especializado para transmitir conhecimentos de uma determinada área com neutralidade. Também tentar-se-á provar que o significado modal dos ADJs ‘possível’, ‘provável’, ‘evidente’ e ‘necessário’ se deve menos aos elementos lexicais isolados do que à configuração dos elementos no interior de uma construção (Hengeveld, 2004c) e de uma AE.

Em termos estruturais, baseiam-se as construções em configurações morfossintáticas ou esquemas de diferentes níveis: do nível oracional, no sintagmático ou no da palavra. Também devem ser consideradas as ‘correspondências’, ou melhor, aproximações semânticas, por exemplo, com ‘possível’ (104).

- (104) a. pode ter aumento
b. possivelmente terá aumento
c. é possível que aumente
d. possibilidade de aumento
e. um aumento possível

Em todos os exemplos acima, ‘aumento’ é atribuído de forma impessoal: por estrutura que envolve Posse em (104a.) e (104b.), por uma construção com V-lig com complemento em forma de oração subordinada e subjuntivo em (104c.), por um lexema relacional em forma de N com seu complemento em (104d.), e por uma estrutura de modificação no nível de sintagma nominal em (104e.). Com exceção dos primeiros dois tipos, tratar-se-á, nessa seção, dos tipos de lexemas (104c.) a (104e.) de POSSÍVEL, PROVÁVEL, EVIDENTE e NECESSÁRIO. As variantes (104c. e d.) ilustram as variantes analíticas e sintáticas.

Lexema: POSSÍVEL

A estrutura impessoal com este lexema ‘é possível (que)’ contém um V-lig e se encaixa nas predicções não-verbais. Como típica expressão relacional, exige um complemento, desde que a propriedade expressa no ADJ necessite de um núcleo a ser modificado. O complemento remete tanto à categoria semântica Prop quanto a EstC, embora haja visão subjetiva de quem seleciona a construção e, com isso, o modo de apresentação da informação. A construção expressa modalidade epistêmica subjetiva, quando orientada para a proposição, isto é, MOProp, como em (105). Para expressão de um EstC, no qual se afirma algo sobre a

possibilidade ou impossibilidade de um evento ocorrer, opta-se por construções como as de (106) com infinitivo e as de (107) com NAct. Estas duas últimas são objetivas, pois são orientadas para o evento (MOE).

- (105) Mas, se as negociações na OCDE forem bem encaminhadas ... é possível que os EUA não adotem salvaguardas. (VE-12-01)
- (106) Acha que será possível aumentar as despesas em R\$ 7 bilhões, por conta da reestimativa das receitas e da cobrança de imposto dos fundos de pensão. (VE-10-01)
- (107) Com certeza será possível a obtenção de melhores resultados, tanto em produtos como em serviços, clientes, fornecedores, acionistas e colaboradores da própria empresa. (VE-EI-02)

Em (105), o subjuntivo marca a Prop e a estrutura, em conjunto com o valor modal de ‘possível’, e o *irrealis* do complemento expressa a falta de comprometimento do falante com o valor de verdade da informação. Em (106) e (107), a falta de comprometimento relaciona-se com o evento e indica construções objetivas. O destaque de ‘possível’ na construção impessoal obedece, pelo arranjo de informação dada (Tópico), a fatores pragmáticos, por ser uma estrutura focal. Dessa forma, a frequente anteposição da unidade lingüística que representa o EstC, (106) e (107), se deve à reestruturação das funções pragmáticas, com o Foco em ‘possível’ (105).

A distribuição de informação dada e informação nova, como as dos exemplos anteriores, é direcionada pela construção impessoal objetiva. A clara relação com o uso de ‘possível’ como modificador no sintagma nominal, como, por exemplo, está nos dois enunciados proferidos em dois artigos distintos sobre o mesmo assunto. Um texto (108) contém uma construção impessoal com Foco no ‘possível’ predicativo e o outro (109), um ADJ anteposto no sintagma nominal. Para contrastar, o dado em (110) traz o ADJ modal em posição *default*.

- (108) De acordo com Rafael Quintanilha, essa reversão do resultado negativo em 2001 foi possível porque a empresa resolveu dar mais ênfase ao canal de vendas na internet, reduzindo custos fixos nas lojas. (VE-EI-02)
- (109) Na avaliação de Quintanilha, no segundo semestre a Globex poderá apresentar melhores resultados, beneficiando-se de uma possível reversão do cenário de retração nas vendas. (VE-EI-02)
- (110) Por outro lado, quanto mais estendermos o horizonte temporal de análise, mais difícil se torna não reconhecer, no longo prazo, a multiplicidade de trajetórias possíveis na macroeconomia brasileira. (VE-Col-02)

Tanto (108) quanto (109) são construções impessoais, cada uma em nível lingüístico diferente, no sintagma e na oração. Em ‘é possível’ em (108), a presença do V-lig permite não só a marcação das funções pragmáticas, mas também a das noções Pessoa, Número, Tempo, mesmo parcial. Já no nível sintagmático, em (109), não há como indicar essas noções, pois a ‘reversão do resultado/cenário’, embora seja um evento, não expressa nenhum responsável. É com a anteposição do ADJ modal epistêmico em (109), que o falante indica modificação de referência, com focalidade em ‘possível’, à semelhança da construção em (108).

Assim, a única marca de ‘subjatividade’ do falante na apresentação de um Conteúdo Comunicativo (C), tipicamente um EstC, é aquela de indicar a possibilidade da ocorrência quando anteposto, em oposição à adscrição de uma propriedade quando o ADJ está na posição *default* (110). Ressalta-se que a categoria lexical ADJ se presta para os dois usos: em função predicativa para as construções impessoais e em função atributiva para a modificação de um núcleo nominal. A única forma de distinguir entre elas no sintagma nominal é pela posição, portanto pela sintaxe. Fora disso, a modificação dá-se diretamente no sintagma nominal, mas precisa de estruturas subordinadas analíticas (esquemas) nas orações com construção de V-lig.

O paralelismo entre a construção impessoal com V-lig (105 a 107) e aquela em (109) pode ser ampliado para a estrutura analítica do tipo ‘a possibilidade de (reversão)’. O lexema POSSIBILIDADE é uma expressão nominal derivada (deadjetival), que designa uma Ent-zero pelo processo de abstração de uma qualidade/propriedade (hipóstase). Essas formas nominais caracterizam-se por serem relacionais e por serem referidas pela expressão categorial (N). Os exemplos (111) a (114) mostram que a relação se manifesta na presença de complementos que objetivam a instanciação de ocorrências particulares.

- (111) Ontem, a diretora da empresa Laura Catch afirmou que a possibilidade de crescimento da economia argentina "está cada vez mais distante". (VE-10-01)
- (112) O governo considera seriamente a possibilidade de não mais privatizar as geradoras federais, a começar de Furnas. (VE-11-01)
- (113) Ele terá cinco juízes fixos e criará a possibilidade de que os países acionem a Justiça local caso as decisões do tribunal sejam descumpridas. (VE-12-01)
- (114) Timans vê no mecanismo de salvaguardas não um "passo atrás" no Mercosul, com a possibilidade de medidas protecionistas que afetem o livre comércio, mas a garantia de sua sobrevivência. (VE-10-01)

Observa-se que o padrão de complementação e, com isso, o esquema de constituinte, é o mesmo da construção impessoal ‘é possível que’. A expressão ‘a possibilidade de’ completa-

se com um EstC, expresso por um NAct (111) ou por infinitivo (112), com CProp, atualizado por oração finita (113) ou com um N com interpretação de EstC (114), à semelhança de [ADJ + N] (109).

A impessoalidade deve-se, também, ao processo de transcategorização de ADJ para N. A construção de (111) parece uma variante analítica da perífrase modal com V ‘a economia argentina pode crescer’ e mostra que os valores modais são expressos por esquemas de constituinte que envolvem o termo genérico relacional ‘possibilidade’ e o seu complemento. Tendo um núcleo nominal, posiciona-se no âmbito de constituinte e não de oração e funciona como especificação de ‘possibilidade’. A partícula ‘de’ em (113), típica para estruturas de modificação no nível de constituinte, comprova isso.

O uso relacional, com função de modificador, pode ser um passo para a individuação do lexema. Neste caso, ‘possibilidade’ não corresponde a ocorrências particulares, mas a genéricas. Tem referência e designa, como termo básico, Ent-1, Ent-2 e Ent-3. Outras marcas são a restrição a complementos de primeira e segunda ordem no complemento, artigo e pluralização (115).

- (115) O Prêmio Nobel Merton Miller certa vez disse que as possibilidades de redução de riscos via diversificação nas carteiras de ativos constituem uma das raras áreas, na economia, onde se pode encontrar um "almoço grátis".
(VE-Col-02)

Em relação ao lexema POSSÍVEL, observam-se, nos textos de especialidade, outras formas de uso parcialmente semelhantes. O ADJ ‘viável’ (116), com suas formas derivadas ‘viabilidade’ e ‘viabilizar’, acrescenta traços de controle e capacidade do Participante (MOP). A forma ‘potencial’ também aplica-se a algumas situações específicas de ‘possível’ (117), assim como o verbo ‘possibilitar’ (118).

- (116) Não há a menor possibilidade de um governo extremista (ou com políticas extremistas) ser viável no Brasil moderno. (VE-EI-02)
- (117) Um dos traços da "nova economia" norte-americana foi justamente a acentuação dessa potencial folga nas rédeas monetárias ... (VE-Col-02)
- (118) A desvalorização do real, como todos sabem, não foi suficiente para alavancar nossas vendas externas e possibilitar a criação de um saldo comercial que alivie nossas contas externas. (GM-11-00)

Essas formas de conteúdo lexical parcialmente congruentes com ‘possível’ oferecem restrições. Por exemplo, ‘potencial’ tem traços agentivos relacionados ao evento (MOE) e só

entra em uso, em alguns casos, no âmbito do constituinte, embora com as mesmas possibilidades de expressar a intervenção do falante por anteposição (117). A forma verbal derivada ‘possibilitar’ coocorre com ‘tornar possível’ (mas não com ‘é possível’) e, por via categorial, recupera a agentividade que foi apagada em ‘possível’. É, no entanto, muito diferente do verbo ‘poder’: o valor modal deste é orientado para a capacidade do Agente e o de ‘possibilitar’ é orientado para o evento.

Lexema: PROVÁVEL

O lexema ‘provável’ também expressa modalidade epistêmica e é orientado para o evento (MOE), mas, ao contrário de ‘possível’, o falante demonstra mais comprometimento com a apresentação do conteúdo da proposição envolvida e maior subjetividade no julgamento do evento. Isso explica porque, na construção impessoal ‘é (im)provável (que)’, este item lexical se liga somente a um CProp, mas não a EstC, como em (119). Já como ADJ no constituinte, em posição de modificador, há maior objetividade expressa na CL ADJ. Os dados sugerem que uma Ent-3 não se aplica no contexto de ADJ como modificador no constituinte. Por isso, ‘provável’ modifica núcleos com Ent-2, (120), ou com Ent-1 (121), que resultam de um EstC e, com isso, aceita interpretação de evento do núcleo. A posição *default* de modificação parece menos freqüente que a anteposição (121).

- (119) Desde então, a hostilidade pública ao euro recrudescceu, e mesmo se aqueles testes forem cumpridos, é improvável que Brown e o primeiro-ministro, Tony Blair, convoquem um plebiscito, informou a Bloomberg News. (GM-11-00)
- (120) Mas, com a expectativa de crescimento na necessidade de transporte de cargas pesadas em longas distâncias, os executivos contam com provável crescimento de 3% a 5% do mercado de caminhões pesados em 2002. (VE-10-01)
- (121) Um provável resultado dessa tendência é que mais empresas de segundo escalão se associem, uma vez que praticamente todas apresentam prejuízo. (VE-10-01)

Por suas características de espelhar a avaliação sobre a chance de ocorrência do comunicado de fatos e aplicabilidade de conhecimentos especializados pelo falante, observam-se mais recursos de modificação, tanto da forma adjetival quanto da nominal. Ao contrário de ‘possível’, ‘necessário’, e mesmo de ‘evidente’, também ocorre a especificação do grau de probabilidade por meio de expressões lingüísticas, na tentativa de modular o comprometimento em relação à ocorrência do evento ou estado. A possibilidade é sempre

polar (possível – impossível), mas a probabilidade pode ser maior ou menor, assim como sempre passa pelo julgamento do falante, (121) e (124).

(122) "... as perspectivas para 2002 são muito melhores do que as de outras áreas", diz o economista-chefe da MCM, Celso Toledo, que prevê, no cenário mais provável, crescimento de 1,5% da indústria nesse ano. (VE-EI-02)

Como previsível pelos padrões das construções impessoais (119 a 121), ocorrem no âmbito da construção impessoal do sintagma nominal complementos que expressam CProp e EstC (123 a 125); as expressões que designam EstCs são expressos por infinitivo (124) e por NAct (125).

(123) Parece-me que a existência de efetiva independência da gestão pode reduzir a probabilidade de que o fundo não cumpra os objetivos atuariais em função de políticas inadequadas de diversificação da carteira de investimentos. (VE-EI-02)

(124) "Ou seja, a probabilidade de algo dar errado é muito menor do que antes para esses que faziam esses processos internamente, porque nós não vamos nos arriscar a perder nossa credibilidade nesse mercado que conquistamos", disse o diretor do Mellon Brascan. (VE-EI-02)

(125) A LCA segue acreditando em alta probabilidade de queda do juro de curto prazo em aproximadamente 100 pontos-base ou 1 ponto percentual no primeiro trimestre do ano ... (VE-Col-02)

Nesses exemplos, confirma-se que o lexema PROBABILIDADE, ao contrário de ‘possibilidade’, se encaixa preferencialmente nas Ent-3, (123) e (124). Maior grau de individuação está no dado (125), já que ‘probabilidade’ é modificado em grau com o ADJ ‘alta’ em anteposição e corresponde a ‘a queda mais/muito provável’. A individuação dá-se por *pluralia tantum* (‘possibilidades’), por modificação (‘alta probabilidade’) e por referenciação com artigo (126). O dado, a seguir, opõe os valores modais atribuídos por ‘possibilidade’ e ‘probabilidade’.

(126) Ele reconhece, contudo, que o cenário atual ainda não permite prever a renovação da aliança PSDB/PFL/PMDB. "Por ora esta é uma possibilidade, e não uma probabilidade", diz. (VE-Col-02)

A característica proposicional veiculada pelo item ‘provável’, ao contrário do traço eventivo de ‘possível’, explica a ausência de formas verbais para esse tipo de valor modal. A incompatibilidade com o traço agentivo só permite verbalizações perifrásticas com o verbo de ligação ou com ‘tornar(-se)’ nas construções impessoais.

Lexema: EVIDENTE

Este lexema expressa a modalidade evidencial, que é, assim como ‘provável’, orientada para a proposição (MOProp). Indica ausência de comprometimento do falante com o conteúdo, já que o conteúdo a ser informado pode ser percebido pelos sentidos ou inferido pela lógica ou pelo conhecimento especializado. O emprego das construções impessoais segue a dos itens lexicais analisados anteriormente, com a diferença de não introduzir EstC e, sim, CProp e estados baseados em propriedades de eventos. Veja os exemplos de Prop em (127) e de propriedades em (128).

- (127) Em 1981/82, devido à segunda crise do petróleo e à brutal elevação da taxa de juros americana, era evidente que o Brasil deveria procurar a ajuda do FMI antes que a situação se agravasse. (VE-Col-02)
- (128) Também é evidente a incipiência da alteração nos mercados de ações, restando a definição de regras que permitam a emergência efetiva de um mercado do controle acionário. (VE-Col-02)

Em outros usos do ADJ ‘evidente’, constata-se a presença do ADJ como modificador no sintagma nominal, também em anteposição devido à avaliação pelo falante. O ADJ basicamente modifica núcleos que designam Ent-1 e Ent-2, mas também estados (128), embora com eventividade presente no contexto maior. É que a evidência de fatos e eventos cristaliza-se pelos resultados, pelos sinais e sintomas. Isso gera padrões colocacionais, tais como ‘mostrar/apresentar’ em combinação com ‘sinais/sintomas/efeito(s) evidente(s)’, sempre com posposição do ADJ modal. Como era de se esperar, dificilmente ocorrem modificações do tipo ‘mais/muito/menos evidente’, ao não ser em expressões lexicalizadas (locuções) com função adverbial no nível do sintagma nominal, (129) e outras formas fixas, por exemplo, ‘com base nas evidências’.

- (129) A interrupção do processo de corte de taxas será a maior evidência de que, na ótica da política monetária, o Fed já vê luz no fim do túnel. (VE-Col-02)

A forma nominal ‘evidência’ foge, devido ao lexema de base, ao padrão sufixal ‘-bilidade’ dos lexemas epistêmicos, usando o morfema ‘-ência’ que geralmente é reservado para estados (Correia, 2004). Do mesmo modo que em construção impessoal, o N relacional privilegia complementos proposicionais (127) e situações e realidades ‘visíveis’ pelo resultado (129), ou que vêm individuados (‘as evidências’), como em (130).

- (130) Além da evidência de fraudes por partes dos administradores, contesta-se de maneira explícita o papel dos auditores, dos conselheiros "independentes" da empresa e o desempenho dos órgãos reguladores. (VE-Col-02)

Já que a tarefa de informar e divulgar os conhecimentos especializados é evidenciar fatos desconhecidos ou despercebidos pelo interlocutor, existem formas verbais perifrásticas com [V-sup + ADJ] que indicam maior agentividade e também mudança de estado (Verbos suportes ‘ficar’, ‘tornar(-se)’). Na construção perifrástica, prevalece o foco na propriedade (131), enquanto na forma verbal ‘evidenciar’ o valor incoativo do V-sup foi incorporado ao V, em forma sintética em (132) e em forma analítica em (133).

- (131) Quaisquer que sejam, fica evidente que não faltam só recursos, mas vontade política de aplicá-los objetivamente no combate ao problema número um na percepção dos brasileiros. (VE-Col-02)
- (132) ... a pressa de Bush em consertar a gafe e reverter seus efeitos sobre o câmbio evidencia que não arredou pé. (VE-Col-02)
- (133) Se a recuperação não ficar evidenciada por meio dos indicadores a serem divulgados nos meses de abril e maio, isso poderá provocar um ajuste, para baixo, nos preços das ações americanas e aumentar a aversão ao risco dos investidores. (VE-EI-02)

Conforme os significados lexicais de ‘ficar’, ‘tornar-se’ e ‘tornar’, ora é pressuposta uma estrutura argumental que inclua um Sujeito Experienciador (com menos controle), ora um Sujeito Agente (com maior controle). A forma ‘evidenciar’, no entanto, apenas indica a agentividade (‘tornar evidente’), ficando as outras noções a cargo de perífrases. Dessa forma, talvez para reforçar a agentividade do processo de ‘evidencialização’, a construção sintática com participio ‘ficar evidenciada’ em (133) entra no lugar de ‘ficar evidente’.

Lexema: NECESSÁRIO

O exemplo da modalidade deôntica, o lexema NECESSÁRIO, pertence à modalidade objetiva e é orientado para o evento (MOE). Como a deôntica em geral, é expressa por construções impessoais que indicam regras gerais de conduta (Hengeveld, 2004c). Na área do jornalismo especializado, essas construções são adequadas para passar informações e conhecimentos da área de saber com maior neutralidade e para expressar normas e exigências da comunicação especializada, sem mostrar comprometimento com o conteúdo. Os conteúdos postos em Foco com a construção ‘é necessário (que)’ são situações (134), proposições (135), eventos (136), IndObj (137) e Propriedades (138).

- (134) Mas o especialista ressalta que, para que isso seja possível, é necessário um cenário favorável com redução dos juros e redução na meta de racionamento. (VE-EI-02)
- (135) Para realizar a aplicação com recursos do FGTS é necessário que o investidor saiba o saldo atualizado de sua conta. (VE-EI-02)
- (136) Para que a compensação possa ser feita, será necessário mudar os sistemas - que agora se encarregarão de encontrar as perdas e ganhos do mesmo cotista. (VE-EI-02)
- (137) "Para fazer isso, é necessário um especialista. E esse especialista não está nos grandes bancos, mas sim entre os gestores independentes, que normalmente estão focados num produto que é a especialidade deles", completou. (VE-EI-02)
- (138) É necessário transparência. (VE-EI-02)

Os exemplos comprovam a ampla aplicação da noção ‘necessidade’ a diversos tipos de entidade. Há grande variedade estrutural dos complementos, já que para a área de finanças e investimento são necessárias determinadas situações da área, fatos, eventos, indivíduos e Propriedades. No sintagma nominal, o ADJ modifica núcleos que estão para Ent-1 e Ent-2. Sua posição é principalmente a *default*, mas também em anteposição (138). Quando há mais de um modificador, aquele que expressa o valor deôntico está mais periférico do que o mais argumental ou qualificativo (139) e (140).

- (139) Embora seja um grande passo no sentido correto, o projeto não aborda todos os pontos necessários para aprimorar definitivamente as demonstrações financeiras. Nem poderia. (VE-EI-02)
- (140) ... o governo precisa deliberar se as quedas nos preços domésticos produzirão a necessária depreciação. (VE-12-01)
- (141) O foco de incerteza está exatamente em qual será essa disponibilidade, e na depreciação cambial necessária para compensar seu escasseamento. (VE-10-01)

O lexema NECESSÁRIO pode apresentar a regência em ‘para’ ou ‘a’ (143), dependendo do esquema morfossintático em qual está inserido. O complemento em função semântica Propósito deve-se à necessidade de justificar e especificar o objetivo do valor deôntico. Estruturalmente, são expressos EstCs nos complementos dos ADJs (141) ou dos N (143), mas também IndObj (por exemplo, ‘necessário para a área’). A regência e a estrutura argumental do ADJ relacional podem manter-se quando o ADJ modifica o sintagma nominal (142), o que indica a maior verbalidade do EstC.

- (142) "Esta é a única forma de assegurar os recursos financeiros necessários para fazer efetiva uma política de crescimento econômico e responder à demanda dos setores sociais excluídos e marginalizados", afirma o documento. (VE-10-01)

- (143) O Centro de Inovação Empresarial-Incubadora de Projetos vai canalizar todo o apoio necessário ao desenvolvimento dos projetos ... (VE-EI-02)
- (144) Estudos do Geipot apontam a necessidade de aplicar cerca de R\$ 4 bilhões para viabilizar o escoamento da produção de grãos agrícolas, cimento, combustíveis ... e outros. (VE-12-01)

O lexema NECESSÁRIO também ocorre em diversas expressões colocacionais, seja em função adverbial ('se necessário', 'conforme a necessidade' etc.), seja com função verbal ('atender à necessidade de', 'suprir as necessidades'). Referente à verbalização, existe a forma verbal 'necessitar de' (145) como correspondente a 'ter necessidade de', mas não, a 'ser necessário'.

- (145) "Apesar de não necessitar de receita, o remédio mantém um estreito contato com os médicos. Essa proximidade garante a posição de terceiro medicamento mais prescrito no país", diz Davilson de Almeida. (VE-10-01)
- (146) Com o fim da paridade cambial, o governo não teria necessidade de deixar imobilizadas reservas para respaldar o regime cambial. De imediato, teria disponível parte dos US\$ 14,8 bilhões de reservas líquidas. (VE--12-01)

As formas paralelas, por exemplo, a sintética como V e a analítica com a perífrase, confirmam, novamente, que a versão que expressa mais diretamente o Agente/Experienciador é a preferida para o processo de formar V.

5.5.2 Advérbios modais

Já foi mostrado que a modalização passa por estruturas e lexemas de diversas categorias lexicais. Basicamente, prevalecem as categorias usadas para a modificação: o ADJ, o N em construções relacionais, mas também o ADV, já que a função da modalidade é de especificar entidades de diversos tipos e atribuir características e propriedades. ADJs e ADVs relacionam-se, então, pela sua função de modificadores e isso se reflete na sua formação. Também aqui a categoria lexical ADV se apresenta como 'derivada', pois, frequentemente, é formada no português pelo morfema '-mente', que se une a um lexema da categoria ADJ.

É fato comprovado que a modalidade epistêmica em si já é uma noção 'proposicional'. Os ADVs desse grupo estão, segundo os critérios de classificação de Hengeveld (1997 e

2004c), todos entre os ADVs de proposição.⁴² Com o uso dos ADVs ‘possivelmente’, ‘provavelmente’, ‘evidentemente’ e ‘necessariamente’, é possível acrescentar valores modais por meios morfológicos. Estes ADVs assumem função modificadora em relação a um núcleo não-nominal. Modificam o conteúdo proposicional, ou seja, com os modalizadores epistêmicos, o falante toma posição perante fatos e eventos e avalia o valor e as condições de verdade da proposição. Com os modalizadores deônticos (tais como ‘necessariamente’), o falante avalia o conteúdo proposicional como algo que deve ocorrer (Castilho & Moraes de Castilho, 2002). Isso significa que o morfema ‘-mente’ assume uma função especial: é um dos recursos usados pelo falante para, subjetivamente, atribuir avaliação e valores, no caso em estudo nesta seção, dos valores modais.

O que comprova o escopo proposicional desses ADVs é que os lexemas de ADV em questão são passíveis de serem parafraseados pela construção impessoal ‘é possível/provável/evidente/necessário (que)’, a qual, por sua vez, exige complementos que designam CProp. Apontou-se, também, para o paralelismo entre os ADJs modais em função atributiva, a construção impessoal e o ADV em ‘-mente’, classificando os primeiros dois como recursos objetivos. Em vista disso, os respectivos ADVs em ‘-mente’ são recursos lexicais que se enquadram nas estratégias mais subjetivas para a modificação de núcleos não-nominais (Hengeveld, 2004c).

Já que os ADVs em ‘-mente’ são expressões lexicais, mas não, construções analíticas, apresentam maior flexibilidade de posicionamento em relação aos núcleos que modificam. Interessa observar aqui que a posição inicial (P1), extra-oracional, é a que melhor corresponde à construção impessoal discutida, como mostrado nos exemplos de (147) e (148).

(147) O aviso ocorre no momento em que a Renault e a Nissan estariam finalizando uma nova organização, que possivelmente ficaria sediada na Holanda para coordenar as operações conjuntas. (VE-10-01)

→ ...é possível que a nova organização...ficaria sediada na Holanda para coordenar as operações conjuntas.

(148) Fonte ligada às cooperativas diz que, provavelmente, será formada uma nova central que reunirá os produtores de leite do Oeste Catarinense e algumas cooperativas que hoje trabalham com a Batávia ... (VE-10-01)

⁴² Outros autores denominam esse tipo de ADV de ADV aspectuais (Bellert, 1977), ou ADV modalizadores ou modais (Castilho & Moraes de Castilho, 2002). Veja, para uma classificação tipológica, Ramat & Ricca (1998) e, para o português, Neves (2000), Hatthner *et al.* (2001) e Nogueira & Pezatti (2005), entre outros.

- ...é provável que será formada uma nova central...
- (149) "Nos primeiros meses, evidentemente, assistiu-se a uma alteração nos preços relativos, sem que no entanto se caracterizasse um processo inflacionário, que decorre da variação contínua e generalizada dos preços.
(VE-Col-02)
→ ...é evidente que se assistiu a uma alteração nos preços relativos...
- (150) Para que a ruptura não ocorra, o próximo governo terá, necessariamente, de derrubar as taxas e, nesse caso, seu dinheiro precisa se acomodar em outras aplicações mais rentáveis. (VE-EI-02)
→ ...é necessário que o governo terá de derrubar as taxas...

Os exemplos comprovam que a noção proposicional é freqüentemente veiculada nos ADVs modais em posições periféricas, com exceção de ‘necessariamente’ (150), que foi encontrado preferencialmente como modificador de EstC e constituintes, por isso, ocupa uma posição mais próxima à predicação. A mudança categorial que ocorre em ‘é possível que ... aumente’ (ADJ em uma construção e com função predicativa), em ‘o possível aumento’ (ADJ em função atributiva, anteposto) e em ‘possivelmente, haverá aumento’ (ADV), indica que as categorias lexicais também determinam a posição e que o ADJ possui mais restrições do que o ADV.

Os ADVs caracterizam-se por sua invariabilidade. A única modificação encontrada nos ADVs modalizadores é a da variação de grau em ‘provavelmente’ (151). Esta é uma herança clara do ADJ e já foi discutida na seção anterior. Reforça o parentesco categorial entre o ADJ e ADV em ‘-mente’.

- (151) Além desses custos, as tarifas serão impactadas ainda por reajuste a ser concedido às distribuidoras de energia - os percentuais estão sendo definidos - e muito provavelmente em aumento também para a geração, que é aplicado sobre a distribuição e, mais uma vez, chega ao consumidor final.
(VE-10-01)

Uma outra variação é a da negação. Em primeiro lugar, os ADVs de proposição são resistentes à negação (Hengeveld, 1997), e isso se comprova nos exemplos, com exceção de ‘necessariamente’. Realmente, ‘possível’ e ‘provável’, mesmo possuindo as formas com o prefixo ‘in-’ (‘impossível’ e ‘improvável’), não ocorrem com negação quando ADV. ‘Evidente’ só aceita negação analítica no ADJ e também não aceita negação como ADV.

Já ‘necessário’ ocorre com o prefixo ‘des-’, também na forma adverbial (152), assim como na negação analítica (153).

- (152) Esses conhecidos economistas demonstram que Armínio Fraga e companhia continuam desafiando o bom senso e a própria teoria econômica que adotaram, praticando desnecessariamente as maiores taxas de juros do planeta. (VE-Col-02)
- (153) O que ocorre, segundo Garcia, é que quando há uma alta é como se o investidor adiantasse um imposto, sendo que não necessariamente ele vai realizar aquele ganho. (VE-EI-02)

Como conclusão da ocorrência não prevista da negação, nos exemplos anteriores, há duas considerações: i) embora o ‘des-’ seja tipicamente reservado para a negação de V, isso condiz com o escopo de ‘necessariamente’ sobre EstC e constituintes, conforme já discutido na seção anterior, e ii) as formas ‘não necessariamente’ e ‘desnecessariamente’ expressam uma outra nuance deôntica, a de ‘ser permitido’ e são lexicalizadas. A análise dos ADVs em ‘-mente’ com morfema de negação será retomada na próxima seção, e a de ADV em geral, no próximo capítulo.

5.5.3 O morfema de capacidade ‘-vel’

De acordo com Hengeveld (2004c), os diversos tipos de modalidade são mais freqüentemente expressos por lexemas, perífrases ou construções analíticas nas línguas do mundo. No caso da modalidade orientada para o participante (MOP), no entanto, esta pode também ser indicada por recursos derivacionais. O português possui o morfema ‘-vel’, herança do latim, que normalmente forma ADJs de capacidade a partir de predicados verbais transitivos (*ability* segundo Hengeveld, 2004c). Assim, há aproximação semântica entre o lexema PRORROGÁVEL e a expressão sintática ‘pode ser prorrogada’, (154) e (155).

- (154) Desde setembro de 2001, toda MP tem o prazo de 60 dias para ser aprovada pelo Congresso. Esse período é prorrogável por mais 60 dias. (VE-Col-02)
- (155) Se a MP pode ser prorrogada por até 120 dias, qual é o sentido dela trancar a pauta da Casa em que estiver tramitando 45 dias após ter sido publicada? (VE-Col-02)

A preservação da sintaxe interna, isto é, a estrutura argumental original verbal, é possível, tal como o argumento circunstancial introduzido por ‘por’ nos dados, mas há diferenças semânticas e pragmáticas e, principalmente, estruturais. Enquanto a construção analítica está restrita ao predicado verbal, o lexema em ‘-vel’ forma ADJs qualificadores (ou ADJs qualificativos, Neves, 2000), para serem usados de forma predicativa ou atributiva. Isso não leva somente a grande concisão textual, mas também a maior flexibilidade no

posicionamento na oração. Além disso, confirma-se a relevância da distinção entre sintaxe interna e externa para explicar o uso predicativo e atributivo.

Veja agora o conjunto de dados em (156) a (160), com formas derivadas do predicado ‘ajustar’. A manutenção de um eventual terceiro argumento, ou melhor, da sintaxe interna, também pode ocorrer nas formas produtivas de ‘ajustável’, ‘adaptável’, ‘atribuível’, todas com regência ‘a’, mas costuma ser mais reduzida nos NAct que nos ADJs derivados. Quando nominal, a forma tende à individuação com relator diferenciado (159), com especificação por modificadores (160), podendo chegar a formar uma UT, por exemplo, ‘ajuste fiscal’. Os parênteses do exemplo (157) são do redator.

- (156) O fluxo de pagamento também se ajusta às condições do crédito concedido na outra ponta. (GM-06-11)
- (157) O euro começou com um sistema de tipos de câmbio fixos, mas ajustáveis (ao mercado), e sem liberdade de movimentos de capital. (VE-01-11)
- (158) A crise da Argentina vem reduzindo as expectativas de crescimento da economia brasileira em 2001, mas o Brasil tem hoje uma melhor capacidade de ajuste às turbulências externas do que há dois anos, o que atenua o risco. (VE-08-11)
- (159) No terceiro trimestre do ano, a Petrobras fez uma série de ajustes no balanço, resultando em despesas extraordinárias de R\$ 5 bilhões. (VE-07-11)
- (160) A intenção do presidente da República, de aumentar o IR para cobrir o aumento do salário mínimo, se confirmada, segue a mesma lógica do ajuste fiscal que ele vem fazendo desde 1995, com suas idas e vindas: um ajuste totalmente calcado no aumento da receita. (VE-27-10)

Observe que os ADJs com o terceiro argumento mantido são mais pesados do ponto de vista lingüístico e, por isso, vêm sempre pospostos. Como a maior verbalidade e a eventual estrutura argumental presente caracterizam um ADJ não-qualificador, os ADJs em ‘-vel’ dificilmente ocorrem em anteposição. Isso comprova que o ADJ somente desempenha uma parte das funções possíveis a um elemento da categoria ADJ, quer dizer, somente a função prototípica de modificação atributiva, mas não a avaliativa. Assim, as restrições categoriais são consequência da sintaxe interna.

Excluído esse caso, aplicam-se os processos de formação a partir de ADJ, tais como a forma nominal em ‘-bilidade’ (161), a formação, embora restrita, de ADVs em ‘-mente’ (162) e a de verbos em ‘-izar’(163). Nos exemplos, observa-se a adaptação do morfema ‘-vel’ para ‘-bil-’; ‘-(i)dade’ corresponde a N deadjetivais de propriedades (*Nomina qualitatis*) e ‘-izar’ a Vs agentivos deadjetivais.

- (161) Outro dado positivo foi a resistência do sistema de conversibilidade peso-dólar. (GM-01-11)
- (162) A tampa do capô - feita de alumínio -, por exemplo, vem com uma saliência para que o motor seja acomodado confortavelmente. (VE-EC-02)
- (163) Consumidores industriais e comerciais pagarão tarifas de energia elétrica 7,9% mais caras para viabilizar a reposição de perdas de caixa das empresas de distribuição decorrentes do racionamento. (VE-12-01)

Em vista da produtividade do ADJ em ‘-vel’, distinguem-se vários tipos de cadeias produtivas de formação: um tipo completamente produtivo (4.) e três de produtividade parcial (1., 2., e 3.), ilustrados no Quadro XXXIV. Não obstante a existência de produtividade dessas regras, principalmente do primeiro grupo, há lacunas sincrônicas que estão na base das regras 1 e 2, como, por exemplo, os ADJs modais ‘possível’ e ‘provável’. Observa-se que, nesses casos, a expressão da modalidade epistêmica se sobrepõe à expressão de MOP do morfema ‘-vel’.

QUADRO XXXIV: REGRAS DE FORMAÇÃO DE ADJ EM ‘-VEL’

- | |
|---|
| <p>1) V → ADJ → N: variar – variável – variabilidade, governar – governável – governabilidade, confiar – confiável – confiabilidade etc.</p> <p>2) V → ADJ: desejar – desejável, evitar – (in)evitável, preferir – preferível etc.</p> <p>3) ADJ → N: disponível – disponibilidade, viável – viabilidade, rentável – rentabilidade, inviável – inviabilidade etc.</p> <p>4) ADJ com ‘in-’ → ADV: inegável – inegavelmente, inevitável – inevitavelmente etc.</p> |
|---|

As regularidades do grupo 1 já foram discutidas nos capítulos 3 e 4 no contexto da derivação. Considerando as regularidades na mudança categorial sincrônica, é reforçada não só a flexibilidade categorial, mas também a forma hipostasiada em N (‘variabilidade’ etc.), que é passível de ser individuada e generalizada e de deixar de ser relacional. Como N relacionais, expressam propriedades de Ent-1 e Ent-2 (estados) em (164), com possível individuação (165).

- (164) Assim, a partir de agora, o pequeno investidor poderá ter a rentabilidade integral dos títulos do Tesouro que só estava à disposição dos médios e grandes aplicadores. (VE-C6I-02)

(165) Segundo um estudo divulgado na Folha de São Paulo, 24/02/2002, os vinte maiores bancos no Brasil tiveram uma rentabilidade total sobre o patrimônio líquido entre 13% e 19% nos últimos oito anos, em contraste como o mesmo indicador na indústria que variou entre 3% e 13%. (VE-Col-02)

Os grupos 2 a 4 anteriormente apresentados têm restrições na cadeia produtiva: no segundo, a cadeia termina no ADJ em ‘-vel’ (com ou sem ‘in-’ produtivo); no grupo 3, não existe forma verbal na sincronia do português; e no grupo 4, é o morfema de negação que passa para o ADV. Este último chama a atenção pela lexicalização de ‘in-’ e sua manutenção no ADV. Como ADJ, podem entrar em construções impessoais (‘é inevitável/indiscutível/imprescindível que’ etc.) e ter formas paralelas em ‘-mente’ (‘inevitavelmente’, ‘inexplicavelmente’, ‘incansavelmente’). Observa-se, nessas formas, não a expressão produtiva da negação, mas antes a estratégia de reforçar um valor modal expresso no complemento pela negação (Azpiazu, 2004).

Já que os ADJs em ‘-vel’ podem formar a base para outras formas lexicais derivadas, também as possibilidades de prefixação merecem atenção. Além de formas ‘re-’, ‘co-’, ‘ex-’, ‘de-’, explicitadas em 2.5.2, os prefixos mais freqüentes são os já mencionados para indicar negação (‘não-’, ‘in-’, ‘des-’). Seguem a distribuição normal: em ADJ, preferencialmente o ‘in-’, e nas interpretações de V, o ‘des-’ e o ‘não-’. Isso facilita a identificação do lexema como mais adjetival ou mais verbal, sem esquecer que é o falante quem pode direcionar essa interpretação expressivamente. Veja os exemplos com ‘empregar’ a seguir, (166) a (169):

- (166) Uma população despreparada não é capaz de fazer parte nem da produção nem do consumo na economia moderna. Mais que excluídos, são inempregáveis. (VE-EI-02)
- (167) O diretor superintendente do Sebrae, Fernando Leça, acredita que esses números evidenciam uma tendência de "desempregabilidade" nas grandes empresas e empregabilidade nas micros e pequenas empresas. (GM-01-11)
- (168) O acentuado aumento de assalariados informais e autônomos, além de desempregados, indica a multiplicação dos novos pobres, como resultado da transformação de parte dos desempregados em inempregáveis. (VE-Col-02)
- (169) Dada a posição crucial de importações no aparelho produtivo, os ajustes de preços relativos entre produtos comercializáveis e não-comercializáveis, mesmo quando não se desdobram em propagação inflacionária após os choques, implicam em geral maior variabilidade na taxa local de inflação ao longo do tempo. (VE-Col-02)

A interpretação de ‘inempregável’ em (166) é a de ADJ para ‘não podem ser empregados’. O N em (167) inspira-se em ‘desemprego’ e o mistura criativamente com

‘possibilidade de (não) ser empregado’. Isso é confirmado em (168), desta vez sem ser marcado entre aspas. No dado em (169), é o mais neutro ‘não-’ que faz prevalecer a interpretação de maior verbalidade, portanto, de maior produtividade.

5.6 Síntese do capítulo 5

Mostrou-se, neste capítulo, que, na LEsp da economia há um grupo de UTs cujo valor especializado não depende apenas do conteúdo lexical do N nuclear, mas que uma UT se constrói na interação entre informação especializada, modalidade, construções de foco, predicados referenciais e categoria lexical. Nesse tipo de UT, as construções, que são determinadas por marcos e esquemas pragmáticos, semânticos e morfossintáticos, freqüentemente se sobrepõem às categorias. A confluência de posições especiais nos marcos e esquemas, de referenciação e de recursos morfossintáticos que realçam determinados constituintes nominais propiciam a individuação das unidades lingüísticas. As bases conceituais, por exemplo, realidades pertinentes à área de especialidade, reforçam a tendência dessas unidades à designação. São algumas conclusões importantes da discussão:

- O falante desempenha papel importante, pois seleciona marcos pragmáticos e semânticos para transmitir e destacar a informação, além de tomar posição diante do comunicado;
- Fatores pragmáticos, como a Modalidade, aplicam-se a diversos tipos de construção, por meio de primitivos que entram na configuração das construções, sintagmáticas e oracionais, e, também, por meio de determinados morfemas;
- As categorias semânticas, ou seja, os tipos de entidades relevantes nas construções para indicar perspectiva na AE são principalmente eventos, estados e posições, também situações e AE;
- As categorias lexicais estão subordinadas à tipologia de entidades, ou a determinadas construções de predicação, por exemplo, predicados referenciais e V-lig;
- Os conceitos pertinentes à área são realçados pela categoria N, mas isso não os impede de entrar em diversas categorias e construções.

Entre as marcas morfossintáticas, foram discutidas aquelas que dizem respeito à Modalidade, ou seja, à apresentação da informação e ao posicionamento do falante. Conforme a hipótese inicial, verifica-se que quanto mais referencial um SRef – e quanto mais genérico o

núcleo – mais amplo será seu uso lingüístico com base em categorias semânticas, assim como a tendência de passar por mais categorias lexicais. Além disso, constata-se que o surgimento de UTs da AE também ocorre em função de fatores interpessoais: participantes, conhecimento da AE e expressão da modalidade para apresentá-lo nas condições e circunstâncias particulares da comunicação especializada.

Capítulo 6 – Modificação, categorias e sintagmas na LEsp da economia

6.1 Introdução

Depois de tratar, nos capítulos anteriores, da nominalidade e da referencialidade na LEsp e de examinar as categorias lexicais em função de núcleo na elaboração e no estabelecimento de conceitos especializados, discute-se a modificação por meio de recursos lexicais e morfossintáticos envolvidos nas estruturas complexas. Procura-se seguir o percurso de conceitos com flexibilidade categorial, ou seja, conceitos que ocorrem na sua forma nominal até sua expressão como ADJ e ADV; desta vez, não por individuação e por referenciação, mas por causa da sua função de modificador, que acrescenta aspectos importantes em relação à AE. Assume-se que, quanto mais predicativo o lexema de base e quanto mais proeminente uma categoria semântica para a AE, maior sua presença em diversas categorias lexicais e maior a flexibilidade para integrar cadeias produtivas de derivação, indo até a classe de ADJ e ADV em ‘-mente’. Nisso, o papel de sufixos categoriais demonstra ser um dos recursos para relacionar tipos de entidades gerais com base nominal com a AE.

A interação entre fatores categoriais, conceituais e contextuais na expressão lingüística de modificação é mostrada para ADJs relacionais, em 6.2, e para um tipo produtivo de ADV em ‘-mente’, os ADVs delimitadores, em 6.3. Será mostrado como os conceitos relevantes perpassam as categorias de modificação, entre outros, em diversas formas deverbais de modificação, e como estes se fixam, nos predicados nominais complexos, pela ordem. A seção 6.4 discute a questão de classificação por meio dos modificadores delimitadores e enfoca o exemplo da NLZ regressiva. Finalmente, 6.5 aborda as interrelações e conseqüências para a explicação funcional de unidades terminológicas e de características estruturais e estilísticas da área de especialidade, ressaltando a tendência à linguagem sintagmática como uma das características mais salientes da LEsp da economia. O resumo do capítulo está em 6.6.

6.2 Adjetivos relacionais

Entre diversas classificações de adjetivos (Neves, 2002; Perini, 1996), os ADJs relacionais (doravante AR) representam uma classe especial e relevante para o estudo do léxico e suas categorias na LEsp. Os ARs possuem características formais e funcionais marcantes: são lexemas derivados, denominais, com todas as características formais da categoria lexical ADJ. Ligam-se a bases nominais – relacionais ou não – e representam um dos complementos possíveis da estrutura argumental de nominais. Assumem não só a forma de ADJ, mas, em parte, também a função de modificador. A importância do papel gramatical é evidente, pois a partícula ‘de’ é necessário para assinalar a mudança de função de um sintagma referencial para um sintagma modificador. Como tal, representa relações semânticas variadas, que correspondem à relação nominal de genitivo em outras línguas e refletem uma multiplicidade de relações semânticas (Alves, 2004). Além disso, seu uso é freqüente na linguagem erudita e formal. Desta forma, os ARs desempenham um papel lexical e gramatical importante.

Em termos lexicais, os ARs provêm de N e formam lexemas que, freqüentemente, se referem a áreas de conhecimento e de saber específico. Algumas dessas ARs têm origens clássicas e, muitas vezes, preservam sufixos atualmente pouco produtivos. Várias dessas formas são parte fixa do vocabulário de ADJs do português, ou permitem a coocorrência tanto da forma analítica em ‘de’ quanto do ADJ. Os sintagmas referenciais introduzidos por ‘de’ constituem as formas analíticas para suas contrapartes sintéticas em sufixo relacional. Assim, ‘metas inflacionárias’ pode ser parafraseado por ‘metas relativas à (área de) inflação’ ou ‘metas de inflação’. Como elemento da classe ADJ, o AR liga as duas entidades ‘meta’ e ‘inflação’ e delimita a área de abrangência da base, classificando-a. Isso levou à inclusão desse tipo de ADJ na classe dos adjetivos classificadores (ou classificativos) e à denominação ‘adjetivos delimitadores’ (Neves, 2000).

Quanto às características morfológicas, os ARs são formas condensadas de SRef introduzidos por ‘de’, as quais desempenham funções de um SMod no sintagma referencial novo. Alguns morfemas produtivos de formação de AR em geral, e também da área de especialidade da economia, são ‘-al’ (‘cambial’, ‘comercial’, ‘anual’), ‘-ário’ (‘inflacionário’, ‘tributário’, ‘tarifário’), ‘-ico’ para indicar áreas de conhecimento (econômico, jurídico, técnico); ‘-eiro’ (‘financeiro’, ‘açucareiro’), ‘-ivo’ (‘produtivo’, ‘automotivo’) e outros, que já

acrescentam valores semânticos diversos. A formação, entretanto, nem sempre é regular, tendo em vista que eventuais ajustes morfológicos são condicionados por regras morfofonológicas do português ('prisional', 'prejudicial', 'gerencial'). Em outros casos, há ARs que não são produtivos sincronicamente (veja 'mensal', 'etário', 'sazonal', entre outros). Além disso, há complementos nominais em função de modificação que não possuem formas de ARs correspondentes, como 'de risco', 'de capital', 'de juros', 'de produção', 'de investimento', e muitos outros. Em parte, isso pode ser explicado porque não há regras morfofonológicas do português para as derivações necessárias e, em parte, porque uma determinada forma lexical de AR não foi instituída pela comunidade lingüística.

Também precisa ser verificado o conceito que está por trás do complemento nominal, assim como o grau da referencialidade do núcleo nominal. Quanto maior o valor referencial de um sintagma referencial, mais resistente à integração do lexema em AR. Presença ou ausência do artigo definido, assim como distinções singular-plural no complemento, indicam noções mais ou menos genéricas deste. Portanto, 'inflacionário' pode-se refletir em 'índices inflacionários', com origem em 'de inflação' (acepção genérica) ou 'da inflação' (de uma determinada inflação, acepção específica). Isso será decisivo para distinguir entre interpretação qualificativa, quando o complemento indica um conceito genérico, ou interpretação classificativa, quando especifica um conceito referencial.

Embora os ARs atuem como ADJs quando em função de modificador de um núcleo nominal, têm um leque de aplicações menor. Dessa forma, são impossíveis a anteposição, o uso modal e, em construções predicativas de modalização, a expressão de grau, entre outras limitações a serem discutidas no decorrer desta seção. Em compensação, os ARs têm versatilidade categorial. Estão inseridos em uma cadeia produtiva que se inicia com um lexema N, passa pelas categorias ADJ, freqüentemente para V e N, e pode chegar à categoria de ADV, empregando os recursos derivacionais e morfológicos disponíveis para o português. Observe, por exemplo, algumas possibilidades do lexema de categoria N COMÉRCIO:

QUADRO XXXV: CADEIA DE PRODUTIVIDADE DO LEXEMA COMÉRCIO

comércio (N) – COMERCIAL (ADJ) – comercializar (V) – comercialização (N) – comercializável (ADJ) – comercialmente (ADV)
--

Na base da cadeia está um lexema de conteúdo semântico mais especializado, embora genérico o bastante para fazer parte da língua comum. Consta-se, no exemplo dos ARs, que esse recurso representa possibilidades morfológicas e categoriais para que conceitos e referentes possam se integrar, como modificadores, a diversos níveis lingüísticos da linguagem em uso, especializada ou não. Por outro lado, já foi discutido que este caminho não é o único, uma vez que exemplos como ‘risco’ comprovam que, no final, é a função de modificação que se sobrepõe à categoria. Um aspecto fundamental é, no entanto, que o português pode contar tanto com a estratégia lexical de composição (‘país-risco’), quanto com a de AR para redução e concisão das expressões lingüísticas em torno do conteúdo informativo. Esta última estratégia é preponderante nos dados da AE.

6.2.1 Adjetivos relacionais argumentais e qualificadores

O recurso de formalmente adaptar N referenciais para funções desempenhadas por ADJ é parte da NLZ do português e é particularmente notável com lexemas recorrentes na linguagem formal e culta em geral. Entre os morfemas derivacionais formadores de ARs da macroárea economia, os mais freqüentes, ‘-al’, ‘-ico’ e ‘-ário’, entram em formas adjetivais sem aportes semânticos, pois apenas indicam uma relação (Basílio, 2004; Azpiazu, 2004). Essa relação é estabelecida entre o N relacional em posição de núcleo e um predicado referencial, que acaba assumindo uma função classificadora. A ocorrência de ‘reajuste tarifário’ e ‘reajuste de tarifas’, com locução adjetiva (Neves, 2000), não sinaliza alteração semântica do elemento de modificação, tanto do complemento quanto do AR. Nesse caso, o ADJ ‘tarifário’ é considerado apenas uma forma sintética de ‘de/das tarifas’. É, portanto, um AR argumental (doravante ARA), que substitui um dos argumentos exigidos pelo núcleo nominal, preferencialmente aquele que representa o Arg-2 com função semântica Paciente. Esse tipo é denominado ‘adjetivo classificador ou classificativo’, em Neves (2000), e ‘classificatório’ por outros autores (Perini, 1996).

Já em outros casos, a mudança formal de um núcleo nominal referencial, com papel de complemento, para um ADJ também acarreta uma mudança funcional. Nesse caso, a função prototípica da classe de ADJ, a de qualificação do núcleo nominal, prevalece. O sintagma ‘crescimento industrial’, no conjunto de dados a seguir, pode-se referir a restrições ‘da

indústria’ ou a restrições ‘do tipo industrial’. Isso leva a ocorrências tanto argumentais (ARs argumentais, ARA), quanto a ARs qualificadores, abreviados aqui como ARQ.

Os ADJs derivados são, freqüentemente, ambíguos entre ARA e ARQ e só podem ser classificados no contexto do sintagma todo, ou do texto. Veja os exemplos do AR ‘industrial’ com uso referencial, em forma de N, em (1), como ARA (2) e como ARQ (3).

- (1) Segundo dados da autarquia, o patrimônio administrado no Brasil via fundos imobiliários chegou a R\$ 1,5 bilhão no ano passado, com projeção de crescimento para R\$ 2 bilhões este ano. Mas o crescimento dessa indústria deve ser visto com cautela, como todo investimento. (VE-EI-02)
- (2) Para ela, essa troca de posições na liderança do crescimento industrial é um componente a mais de incerteza no já conturbado cenário. (VE-11-01)
- (3) Recentemente patenteada pela Embrapa Amazônia Oriental, uma nova tecnologia pode revolucionar o processo de secagem industrial de madeira no país e ampliar o leque de madeiras destinadas à exportação. (VE-10-01)

A construção de complemento nominal em (1) refere-se a um argumento do NAct ‘crescimento’. Também o ADJ ‘industrial’ em (2) é claramente argumental, reduzindo ‘da indústria’ a um único item lexical. No exemplo possível ‘crescimento industrial do país’, o mesmo ADJ é mais ambíguo entre argumental e classificador, já que ‘do país’ indica o Sujeito. O mesmo não acontece em (3). Nesse caso, ‘industrial’ é ARQ e somente qualifica, não importa se com ou sem complemento argumental, ‘de madeira’. Este complemento é o objeto do NAct ‘secagem’, e o núcleo modificado por ‘industrial’ só é compatível com a interpretação qualificativa.

Percebe-se que, além do conteúdo semântico do lexema de base, há fatores semânticos e sintáticos que influem na interpretação de um AR como ARA ou ARQ. No entanto, não é o tipo de entidade do núcleo no sintagma modificador que a determina. Além das restrições morfológicas de uma língua, já mencionadas na seção anterior, não há impedimentos em termos de tipo de entidade, por exemplo. Apenas Ent-zero, quando expressas em forma de ADJ, estão excluídas por definição. As entidades mais freqüentes são Ent-1 (‘comércio’, ‘finanças’, ‘títulos’ etc., para ‘comercial’, ‘financeiro’, ‘titular’), por serem preferencialmente expressas por lexemas básicos. Entretanto, há no português também meios de derivar Ent-2 designadas por lexemas para AR com ‘-ção/-cional’ (OPERAÇÃO vai para ‘operacional’, OPÇÃO para ‘opcional’) e com ‘-nte/-ência’ (GERENTE para ‘gerencial’, EMERGÊNCIA para ‘emergencial’).

Para a alternativa de interpretação entre ARA e ARQ, conta a relacionalidade do núcleo referencial. Foi mostrado acima, no dado com EstC ‘crescimento’, mas também no capítulo 4, que os complementos do predicado têm um lugar intrínseco de acordo com a estrutura argumental obrigatória de bases com sintaxe interna de V. O lugar disponível deve ser preenchido quando se trata de uso eventivo determinado pela natureza verbal da base, mas não continua obrigatório quando a base referencial é condensada lingüisticamente e interpretada como objeto ou indivíduo. A NLZ do tipo NActi torna a especificação opcional, no sentido de que a modificação da Ent-1 só é pertinente quando servir para distingui-la de outras entidades da mesma classe. Com isso, núcleos referenciais de Ent-1 só admitem ADJs em função de modificação, seja como ADJs básicos ou ARs que são qualificadores (ARQ).

Um outro caso verifica-se em relação a Ent-zero como ‘estabilidade’. Estas entidades têm uma relação inversa, predicativa, apesar de a forma deadjetival continuar a expressar propriedades e funcionar como modificador. As propriedades, ou melhor, o estado proveniente expresso, completa um outro núcleo, a não ser que esteja individuado. Verifique o sintagma ‘estabilidade financeira’ (4) e a forma alternativa encontrada nos dados, nos quais há a recuperação de um núcleo prototípico N na forma do termo básico ‘situação’ (5). Nos dados de (4a) e (4c) vêm a Ent-zero como ADJ, no de (4b) como N. As ocorrências do tipo em (4b) e (4c) são tema da seção 6.4.1.

- (4) a. situação financeira estável
- b. estabilidade financeira, estabilidade de/das finanças
- c. financeiramente estável
- (5) "A Ripasa tem uma situação financeira estável. A companhia sofreu pouco com o impacto cambial, o que demonstra que existe uma boa habilidade para lidar com as adversidades da economia", diz. (VE-EI-01)

Isso comprova que, apesar de o lexema ESTÁVEL assumir as características de N na expressão mais sintética, e ‘finanças’, as de um ADJ, a distribuição de entidades continua de zero-ordem (Propriedade) para o modificador e de primeira-ordem para o núcleo. Assim, o lexema que categorialmente expressa o núcleo depende da nominalidade contida em ‘financeira’, ou seja, a sintaxe interna é parcialmente preservada para manter o equilíbrio prototípico entre núcleo (x, e) – modificador (f) e as categorias lexicais N – ADJ.

A distribuição ARA – ARQ pode ser mostrada e exemplificada da seguinte forma, com modificador sintético e analítico:

- Núcleo em f: Modificador somente ARQ: estabilidade financeira, estabilidade de finanças;
- Núcleo em x: Modificador somente ARQ: mercado imobiliário, mercado de imóveis;
- Núcleo em e: Modificador em forma de ARA ou (e) de ARQ: reajuste de tarifas, reajuste tarifário (ARA); acordo comercial, percepção do mercado (ARQ)⁴³.

Em muitos contextos, prevalece a ambigüidade entre ARA e ARQ. As características funcionais da categoria ADJ, as de modificação, tendem a reforçar a qualificação acima da mera síntese formal de um complemento, fato que comprova que as categorias assumidas por mudança categorial também moldam as expressões lingüísticas, além de se subordinarem aos preceitos funcionais.

Um outro fator que influi na interpretação de um AR como ARQ é o grau de especificidade atingida com a modificação de uma base genérica, como em relação à base ‘segmento’ em (6) e ‘modelo’ em (7). A união semântica estabelecida entre núcleo e modificador estreita-se pela relação com outros termos na escala de genérico – específico, podendo chegar à formação de uma UT. Isso também pode abrir caminho para mudanças de acepção, como mostrado em (6) e (7), por meio do exemplo ‘econômico’:

- (6) Nos anos 80 a indústria financeira ... trouxe de carona alterações nas indústrias de pesquisa e recrutamento de executivos para esse segmento econômico. (VE-EI-01)
- (7) A oposição vem propondo um novo modelo econômico, certamente diferente do liberal, mas que também não representa um retorno ao velho modelo desenvolvimentista de substituição de importações ... (VE-Col-01)
- (8) Várias marcas se empenham, neste momento, em oferecer, o mais rápido possível, veículos mais econômicos aos consumidores. (GM-01-11)

Note que ‘econômico’ constitui um ARA na combinação com o N relacional em ‘esse segmento da economia’, em (6), um ARQ em (7) e tem a acepção ‘(veículos) mais em conta’ em (8), sendo, então, claramente qualificador. Observe nos exemplos que a capacidade de um AR poder tornar-se um ADJ qualificador é acompanhada da impossibilidade de a forma alternativa ter uma paráfrase. É possível substituir ‘econômico’ por ‘da economia’ em (6),

⁴³ O SMod do exemplo ‘percepção do mercado’ pode ser interpretado como ARQ em termos funcionais, embora formalmente não haja presença de ADJ. Também permite a interpretação de termo fixo (UT).

mas isso torna-se duvidoso em (7), também devido ao artigo indefinido, já que a paráfrase seria ‘modelo de economia’, com ‘economia’ não-referencial, e não ‘modelo da economia’.

Isso comprova a afirmação anterior de que a perda da referência da unidade lexical complexa como um todo leva a alguns ajustes morfossintáticos que provêm dos ajustes categoriais. ‘Modelo econômico’ e ‘modelo da economia’ distinguem-se pela referência e pela hierarquia dos componentes. No primeiro item, trata-se de um sintagma referencial cujo núcleo é qualificado por meio do ADJ funcionalmente subordinado. No segundo item, há dois núcleos referenciais no mesmo nível hierárquico. As características de lexemas não-referenciais, que podem assumir a função de modificador, serão discutidas com mais detalhes no exemplo dos ADVs delimitadores na próxima seção.

Retomando a questão da assimilação de um SMod-de para uma forma sintética da categoria lexical ADJ, deve ser ressaltado que esta nem sempre é completa. As discrepâncias residuais servem para rastrear algumas diferenças entre ARA e ARQ. Uma propriedade pode ser atribuída não apenas em termos de caracterização de algo, mas também em termos de avaliação e ponto de vista do falante. Uma das possibilidades de atribuir valor reflete-se, sintaticamente, na anteposição de um ADJ prototípico ao núcleo a ser modificado. Nesse aspecto, os ARs evidenciam seu estatuto não-prototípico de ADJ, já que não a anteposição. Vêm sempre pospostos ao núcleo que especificam, do mesmo modo como os correspondentes SMod-de seguem seus núcleos por conterem mais material lingüístico.⁴⁴ Outro indício da presença de um ARA em detrimento de um ARQ – ou, pelo menos, uma possível ambigüidade –, é quando, no mesmo sintagma, um lexema coocorre com uma expressão complexa, tal como o já mencionado exemplo de ‘reajuste de tarifas’ e ‘reajuste tarifário’.

Há testes para verificar se um AR em sintagmas referenciais não-terminologizados deixou de ter uso de ARA e se encaminhou em direção a um ARQ, ou não, todos confirmando atributos típicos e particulares da categoria lexical ADJ. São estes os testes com i) negação (9); ii) prefixação (10); iii) composição (11) e (12); e iv) AR em coordenação, (13) e (14). São marcas lexicais, morfológicas e sintáticas que corroboram as diferenças entre ARA e ARQ.

⁴⁴ A única exceção de posposição e de anteposição observada é o AR ‘potencial’ em ‘potencial crescimento’ (vs. ‘beneficiário potencial’). Remete-se às discussões sobre o SRef, no capítulo 4, e sobre modalidade, no capítulo 5.

i) *Negação de AR:*

- (9) A quantia foi 70,8% menor que o mesmo período do ano passado, mas o resultado financeiro da controladora, em 2000, incluía ganhos não-operacionais, como a venda de dois ativos para a Companhia Vale do Rio Doce, as mineradoras Samitri e Samarco. (VE-EI-01)

Em termos de negação, interessa que esta é feita pela anteposição do ‘não’ ao AR ‘operacional’ em (9), mas não pelo prefixo ‘in-’, como seria de se esperar para um ADJ. Nesse caso, é realçada a particularidade do estatuto de ‘operacional’ como uma Ent-2, o qual também modifica um núcleo de Ent-2. O AR tem origem em uma base deverbal e pode ser negado como qualquer V. Além disso, o prefixo negativo ‘não’ também remete formalmente ao evento todo, designado por ‘operacional’.

ii) *Prefixação de AR:*

- (10) Paradoxalmente, a própria segurança pública tem a ganhar com ... a introdução de um novo modelo de gestão pública e a cooperação e coordenação intergovernamentais. (VE-Col-02)

No exemplo (10), também há marcação da posição intermediária entre expressão da estrutura argumental (‘entre governos’) e um único lexema ADJ (INTERGOVERNAMENTAL). Postula-se, nesse caso, que o prefixo seja aplicado no lexema da categoria ADJ, já que, formalmente, prevalece o tratamento da afixação como se fosse um ADJ. Outras formas, por exemplo ‘multi-’, indicam um estatuto semântico distinto do AR (Neves, 2000) e serão discutidas mais adiante.

iii) *Composição de AR:*

- (11) As políticas de crédito produtivo popular têm ganhado destaque entre as iniciativas de apoio microempresarial no Brasil. (VE-Col-02)
(12) “O que valeu foi a maior proposta econômico-financeira”, diz ele. (VE-08-11)

No exemplo (11), ‘micro-’ não é acrescentado a ‘empresarial’ como AR, mas já vem da forma nominal ‘microempresa’. Essa característica comprova que formas como ‘micro-’, ‘multi-’, etc. exigem um trato diferenciado de ‘não-’ e ‘inter-’ (Neves, 2000). Estão, portanto, mais próximas da composição do que da derivação. O exemplo em (12) mostra que os modificadores compostos por mais de um AR, mesmo com conceitos diferentes, só podem ser do tipo ARQ, já que funcionalmente constituem um único lexema.

iv) *Coordenação de AR:*

- (13) O poder do segmento empresarial é enorme, especialmente do setor das grandes empresas multinacionais, que detém um grande poder financeiro, tecnológico, econômico, político e cultural. Bancos, setores de ponta tecnológicos, empresas de comunicação e entretenimento pertencem, na sua esmagadora maioria, ao setor privado. (VE-02-10-2001)
- (14) Mas como a nova companhia terá necessidade de obter financiamentos junto aos mercados financeiro e de capitais para viabilizar novos projetos, é provável que os minoritários das empresas petroquímicas de capital aberto tenham um tratamento justo. (VE-EI-01)

Também na coordenação de ARs em (13), nota-se que as formas representam uma única modalidade de AR para especificar ‘poder’ nas cinco ocorrências de ARQ. A coordenação de AR pode ser feita de diversas formas e independe de sua expressão formal, analítica ou sintética. É do mesmo tipo, qualificador. Isso pode ser verificado em (14), também pela marcação de plural. Essa propriedade do AR deve-se ao fato de que, pela alta frequência, ‘mercado financeiro’ e ‘mercado de capital’ devem ser consideradas UTs da área. A fixação parcial das UTs é indicada pela separação entre os componentes dos constituintes e mostra que se trata de dois tipos de mercado especificados (co-hipônimos), o que justifica a inclusão dos ARs entre os ADJs classificadores. A expressão formal não impede a coocorrência de AR e de SMod-de e, também, indica o mesmo *status* dos dois adjuntos. Haverá, na próxima seção, mais argumentos a favor da unicidade desses dois termos, principalmente pelos critérios de ordem e de adjacência.

6.2.2 Ordenação de adjetivos relacionais no constituinte referencial

Segundo os princípios de ordenação interna dos constituintes nominais do português, discutidos nos capítulos anteriores, é o ADJ (simples ou derivado) posposto ao N no sintagma nominal. A posição não-marcada do modificador lexical coincide, portanto, com a posposição das construções analíticas introduzidas por relatores. Nesse sentido, está explicado porque os ARs do português, originados nos modificadores frasais, sempre se posicionam no lado direito do núcleo nominal, na camada Loc. Por outro lado, também sua assimilação frequente para ADJ está relacionada à posição prototípica da categoria ADJ. Há, ainda, uma ordenação interna dos modificadores à direita segundo propriedades mais ou menos inerentes. Para os

fins de ordenação dos ARs, assim como de seus derivados (6.3 e 6.4), devem ser considerados os seguintes fatores de modificação que determinam a sintaxe do constituinte nominal:

- núcleo e modificador(es) são vistos funcionalmente, podendo ser formalmente simples ou complexos;
- a ordenação dos modificadores em relação ao núcleo é: modificadores lexicalmente simples antes de derivados, antes de SMod-de; e ARQ antes de ARA;
- os modificadores lexicais que expressam propriedades mais inerentes e mais inseparáveis em relação ao núcleo posicionam-se mais próximo do núcleo do que aqueles referentes a propriedades menos inerentes.

Nessa abordagem específica da ordenação dos componentes no constituinte também se ajustam os ARAs, como menos inerentes, mesmo quando em forma lexical, e os ARQs, como qualificadores e relativamente mais inerentes.

Para tanto, os dados a seguir mostram como a interpretação absoluta ou relativa de ser qualificador ou argumental pesa na interpretação e na ordem de ADJs no constituinte, quando há mais de um AR. O exemplo em (15) não deixa dúvidas sobre a interpretação de um ARQ e uma expressão argumental que representa o Sujeito do NAct de base. Já os dados seguintes, (16) a (18), exigem uma discussão mais detalhada.

- (15) Entre as décadas de 1940 e 1970, as taxas médias de crescimento populacional do Brasil alcançaram 3% ao ano, reduzindo-se gradativamente até aos cerca de 1,3% atuais. (VE-Col-02)
- (16) Embora existam poderosas forças que se opõem ao crescimento comercial brasileiro no exterior, nada obstaculiza mais a expansão das exportações brasileiras do que a nossa própria falta de estratégia nesse campo. (VE-02-10-01)
- (17) Num contexto em que o mercado financeiro brasileiro já incorporou em grande medida a tragédia argentina - sendo a desvalorização do real a figura mais vistosa deste processo - podemos sentir o país mais "descolado" do "efeito tango" . (VE-EI-01)
- (18) Especializado no recrutamento de executivos do setor financeiro, Assumpção reuniu em 300 páginas um material bastante completo sobre as mudanças no mercado brasileiro das finanças nos últimos anos e o efeito sobre os seus executivos. (VE-EI-01)

Embora haja a possibilidade de parafrasear ‘crescimento populacional do Brasil’, em (15), com ‘crescimento populacional brasileiro’ ou ‘crescimento da população brasileira’, a ordenação não se altera. A expressão analítica ‘do Brasil’, ou o seu AR ‘brasileiro’, é claramente da camada Loc, segundo Rijkhoff (2002), e deve ocupar a posição mais periférica

do sintagma. Se houver um outro modificador a expressar Locação, como em (16), prevalece a ordenação segundo LIPOC. Caso contrário, ‘populacional’ em (15) é uma forma derivada, que ainda expressa uma propriedade mais inerente ao núcleo, podendo ser considerado um núcleo complexo em relação a ‘do Brasil’. Já em (16), ‘brasileiro’ assumiu as características de ser mais inerente do que o adjunto ‘no exterior’. Essa mesma argumentação aplica-se ao exemplo (18). O constituinte sublinhado em (17), a UT ‘mercado financeiro’, está sendo lexicalmente especificado por ‘brasileiro’, ou por ‘internacional’, ‘asiático’ ou outros. O constituinte em (18) possui o núcleo ‘mercado’, que é especificado por ‘brasileiro’, e o complemento referencial ‘das finanças’. Assim, a ordenação segue as premissas de maior complexidade lingüística, ou seja, de expressão gramatical, em relação ao núcleo genérico ‘mercado’. É essa característica de delimitar uma área, tanto de conhecimento, quanto de localidade, que leva Neves (2000) a chamar os ARs de ‘adjetivos de delimitação’, expressão também adotada no presente trabalho, embora mais visando a formação de ADV.

As ocorrências com mais de um modificador qualificador de origem relacional merecem uma análise separada. Um exemplo muito comum é a forma com ADJs de proveniência (ou de nacionalidade ou, segundo Perini (1996) também ADJs proventivos), tais como ‘brasileiro’, ‘americano’ etc. Estes também são relacionais na origem (‘do Brasil’, ‘da América’), embora sejam lexicalizados. Fora de contexto, são ambíguos entre ARA e ARQ e arranjam-se em posições periféricas, como os exemplos “crescimento comercial brasileiro”, “setor industrial brasileiro” e dados do tipo de (17). Unem-se a estes aqueles ARs que denominam lugares e localizações em geral (‘mundial’, ‘global’ em (19)) e também ocorrências que representam indivíduos participantes dos EstC envolvidos, como nos exemplos em (20) e (21):

- (19) Enquanto EUA e União Européia trabalham juntos para esboçar uma pauta para as negociações comerciais globais, o Japão, segunda economia mundial, se mantém à parte, enredado em sua própria "paralisia interna", disse Zoellick em Washington. (VE-01-11-01)
- (20) A agenda do encontro já estava esvaziada por divergências, e o governo brasileiro pretendia propor uma "flexibilização" dos compromissos no bloco, que legitimaria mudanças unilaterais de tarifas de importação diferenciadas (o que já vêm acontecendo) e permitiria negociações comerciais individuais dos sócios com outros países. (VE-03-12-01)
- (21) Os entendimentos de Doha deram uma mostra de que o Brasil pode desempenhar um papel importante e efetivo nas negociações comerciais multilaterais, assim como os resultados obtidos nos processos até aqui

levados à consideração da OMC indicam que o Brasil é beneficiário potencial do eventual fortalecimento do Organismo na nova rodada. (VE-Col-01)

Para a coocorrência entre ‘comerciais’ e ‘globais’ em (19), vale a argumentação de que ‘globais’ é periférico em relação a ‘comerciais’ devido a sua interpretação de Locação. Essa explicação não se sustenta convincentemente em (20) e (21), pois ‘individuais’ e ‘multilaterais’ parecem tão qualificacionais quanto ‘comerciais’. Deve-se supor, então, que a relação de ‘comerciais’ com ‘negociações’ é interpretada como mais inerente do que ‘globais/individuais/multilaterais’ e que o primeiro expressa mais Propriedade do que os últimos ARQs. O lexema NEGOCIAÇÃO é deverbal e, semanticamente, prevê lugares embutidos para os participantes da ação, como possesores, uma vez que a noção de participante está expressa em ‘individuais’ e ‘multilaterais’.

Desse modo, postula-se que haja um processo de especificação gradual do termo básico ‘negociações’: as ‘negociações comerciais’, ou só ‘negociações’, podem ser especificadas pelos ADJs qualificadores ‘globais/individuais/multilaterais’ e constituem diferentes graus de qualificação na escala de genericidade – especificidade que engloba esse conjunto: ‘negociações’ – ‘negociações comerciais’ – ‘negociações comerciais globais/individuais/multilaterais’. Nota-se que, em (19) e (21), ocorrem SRefs mais individuados do que em (20), em que um núcleo deverbal preservou até mesmo o Sujeito de ‘negociação’. Nesse caso, ‘individuais’ sublinha o modo de negociações dos sócios. Interessante, no entanto, é que as negociações comerciais se especificam de preferência em termos de sua locação e de seus participantes. Na subseção a seguir, o lexema COMERCIAL é uma das formas em ARs analisadas.

6.2.3 Distribuição funcional de exemplos de AR (econômico, financeiro, comercial, empresarial, industrial, operacional, cambial)

Devido à grande presença de ARs na linguagem em análise, nem sempre há clara classificação entre ARA ou ARQ, pois a relação entre esta categoria e UTs de especialização variadas é complexa. Vale a pena conferir algumas ocorrências frequentes e analisar os aspectos que contribuem para a expressão categorial, assim como medir o grau mais ou menos terminologizado com os respectivos núcleos. Os exemplos de ARs analisados com mais detalhes, e seus (possíveis) núcleos nominais de origem, são:

QUADRO XXXVI: EXEMPLOS DE AR DA LESP DA ECONOMIA

econômico (economia) - financeiro (finanças) - comercial (comércio) -
empresarial (empresa, empresários) - industrial (indústria, indústrias) -
operacional (operações) - cambial (câmbio)

O critério principal de seleção desses ARs é a recorrência, não só como AR, mas também como núcleo nominal em diversas funções. Interessam, em primeiro lugar, as bases funcionais e semânticas marcadas de forma lingüística e algumas conclusões para caracterizar o componente conceitual da área economia/finanças. Os lexemas e seus contextos foram analisados em relação:

- à capacidade de alternância entre complementos analíticos e AR de uso qualificador;
- à referencialidade de componente modificador;
- às características funcionais, semânticas e conceituais do N contido no núcleo nominal do AR;
- ao grau de flexibilidade categorial e tipologia de conceitos.

Formalmente, existe a possibilidade de alternância entre AR e SMod-de em todos os casos para indicar um alto grau de equivalência, principalmente com ‘econômico’, mas também com os outros ARs, porém há diversos aspectos envolvidos nessa variação a serem considerados. O AR corresponde a SMod-de não-referenciais (22), a referenciais (23) ou a ambas as possibilidades (24). Também é possível uma descrição lingüística mais livre, sintática, como em (25) e (26).

(22) rodada comercial mundial – rodada de comércio

(23) comportamento empresarial – comportamento do empresariado

(24) crescimento do comércio mundial – crescimento comercial brasileiro

(25) O caráter sincronizado da desaceleração nas economias avançadas traduziu-se em reverberação mútua de impactos negativos sobre os lucros e os investimentos empresariais, face à intensidade do grau de investimentos cruzados e da interdependência macroeconômica alcançada nos anos 90. (VE-Col-02)

(26) A Turquia financia 75% dos investimentos que empresários turcos fazem no exterior, através de um banco local. (VE-Col-02)

O uso não-referencial de um SMod-de como ‘de comércio’ em (22), mais freqüente para núcleos nominais como ‘câmbio’, ‘operação’, ‘finanças’, indica que o componente tem apenas função modificadora, qualificadora, sem constituir ele mesmo núcleo de outra especificação. Postula-se, então, que se trata de um conceito mais genérico, ou de um termo básico, que tem um correspondente formal no português. Nessa função, é preferida a forma de AR (‘cambial’, ‘operacional’, ‘financeiro’), quando é uma forma mais livre (22). Nos casos de formas fixas da área (UT), pode haver um ou outro (taxa de câmbio, custo operacional, mercado financeiro (29)). Dos exemplos acima, (24) já foi discutido em (17). Nos exemplos (23), (25) e (26) atente-se para a correspondência freqüente de ‘empresarial’ com ‘do empresariado’ e ‘empresários’. Esse fato é pertinente para o tipo de conceito de base, que se refere ao agente, ou à instituição que agrega o conjunto de agentes. Discutir-se-á essa questão mais adiante.

Os dados analisados anteriormente não só representam a variedade de aplicação dos ARs, mas também servem para discutir a referencialidade e sua relação com as funções de modificação e com os conceitos de base. O conjunto ‘financeiro’ – ‘de finanças’, por exemplo, mostra claramente a distinção entre modificação (27) e referenciação (28).

- (27) “Vale a pena recomprar pois as ações estão abaixo da percepção do valor econômico da empresa”, afirma Agílio Leão de Macedo, diretor financeiro e de relações com o mercado da Aracruz. (VE-27-10)
- (28) Para o diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central (BC), Carlos Eduardo de Freitas, o fato de os empregados do Banespa terem passado os últimos dias de braços cruzados não vai causar prejuízo algum à venda do banco. (GM-06-11)
- (29) E tudo isso para quê? Para sustentar a crença de que o mercado financeiro (inclusive de câmbio) sem interferência estatal se equilibra espontaneamente? (VE-Col-01)
- (30) Em sua visão, a melhora no cenário financeiro não chega a ter impacto positivo imediato no Brasil, mas pode trazer benefícios marginais: “O fluxo para ativos de maior risco só deverá ocorrer quando os investidores confiarem mais no futuro”. (VE-27-10)

Embora ambas as formas se relacionem a títulos e nomes de funções, nos dois primeiros exemplos, a forma em AR indica uma qualificação genérica e a analítica refere-se a uma especificidade da área de finanças, com o núcleo ‘finanças’. A referencialidade não está somente na expressão formal (presença do artigo definido, possibilidade de modificação), mas também no tipo de conceito de base. Assim, não há necessidade de o núcleo ser sempre

especificado, porque os próprios termos ‘economia’, ‘comércio’, ‘indústria’ e ‘finanças’ já remetem a áreas maiores. Com isso, o dado em (27) assemelha-se ao uso qualificador em (28). Para provar que o AR não se alterna exclusivamente como não-referencial, mas que já se lexicalizou para referir-se a uma área de especialidade, observe-se ‘cenário financeiro’, em (30).

Por causa da concisão, um AR nem sempre distingue entre nuances que vêm expressas na categoria N. Os dados com ‘financeiro’ também interessam em termos de tipologia de N, pois ‘finanças’ é um *pluralia tantum* que expressa um N de massa. Do mesmo modo, ‘industrial’ pode estar para ‘indústria’ (genérico, N não-contável) e ‘indústrias’ (particular, N contável, no plural). Mostra-se claramente em dados como (31) que ‘industrial’ expressa os dois tipos de N, particularmente quando modifica o núcleo de uma Ent-1 que indica um local, tais como ‘setor/área/parque industrial’. Na primeira ocorrência, com ‘política’, predomina a noção genérica (ARQ), mas também, na maioria das ocorrências, há ‘industrial’ mais em função de modificador do que de núcleo.

(31) Afirmou que sua política industrial ("não-nomeada") mudou todo o setor industrial brasileiro. (VE-Col-02)

Um outro aspecto importante é que a referencialidade do componente em função de modificador é marcada de forma lingüística para assinalar a menor unicidade semântica com o seu núcleo. Mostrou-se que, em casos não-marcados, o relator entre um elemento da categoria N em função modificadora e seu núcleo nominal é a partícula ‘de’. Ao lado de ‘crise da economia mundial’, a referência do segundo componente pode vir realçada por um relator distinto, já mais lexical que gramatical como o ‘de’ (32). Isso correlaciona com o fato de que conceitos da economia costumam ser modificados por ADJs proventivos (32). Além disso, há espaço para alterações semânticas, tais como metáforas, (33) e (34), mas também a interpretação de Local, com ‘em’, em (32). O exemplo (33) é uma renumeração de (25).

(32) A crise na economia mundial faz muitas coisas se tornarem urgentes e também importantes porque dizem respeito à vida, à liberdade e ao sucesso. (VE-EI-2001)

(33) O caráter sincronizado da desaceleração nas economias avançadas traduziu-se em reverberação mútua de impactos negativos sobre os lucros e os investimentos empresariais, face à intensidade do grau de investimentos cruzados e da interdependência macroeconômica alcançada nos anos 90. (VE-Col-02)

(34) Parte substantiva das contribuições - destinadas a países que mantinham uma política de abertura ao comércio e investimento estrangeiro - foram canalizadas através de transferências a firmas americanas. (VE-Col-01)

Os conceitos mencionados que expressam áreas especializadas (por exemplo, 'economia', 'finanças', 'comércio', em parte, também 'indústria') ligam-se, como N ou como AR, a ADJs proventivos que indicam o local de abrangência ('mundial', 'internacional', 'global', 'brasileiro' e outros), já que a atividade especializada se situa em um local e engloba participantes (32) e (33). Essas variáveis fazem a modificação do SRef em posição de modificador. Os relatores, as preposições 'em' no exemplo (30) e 'a' em (31), designam bem a noção de espaço, mas também relacionam argumentos da Ent-2 da base. Fora disso, SMod referenciais permitem a combinação com diversos tipos de base e a seleção, pelo falante, de itens lexicais que expressam subjetividade e ponto de vista. Podem surgir metáforas em adequação ao tipo de conceito expresso, por exemplo, 'desaceleração', 'desaquecimento', 'retração', 'reaquecimento' para 'economia'; 'abertura', 'barreiras', 'organismos', 'rodada', 'laços', 'estratégias' para 'comércio/comercial'; 'estratégias', 'respostas', 'esforço' para 'empresarial'; 'saneamento', 'braço', 'saúde', 'fôlego', 'tormenta', 'pacote', 'volume', 'receitas', 'giro' para 'financeiro'; 'parque' para 'industrial', e muitos outros.

A tipologia semântica de conceitos em termos de entidades é acompanhada pela função que estes desempenham nos constituintes da especialidade. Conceitos que abrangem áreas ou subáreas ('economia', 'comércio', também 'finanças' e 'indústria') são mais bem individuados e mais referenciais. Por isso, contêm conceitos mais gerais e categorialmente flexíveis – como será mostrado mais adiante. Entre esses, 'economia' e 'comércio' já têm mais acepções; 'comércio' e 'indústria' referem-se a locais; e 'empresariado' e 'comércio' envolvem participantes. Pela sua abrangência, esses lexemas podem ser núcleos e modificadores, e, ainda, ser modificados e especificados.

Já 'operações' e 'câmbio' são mais restritos. O primeiro é da área específica de bolsa de valores e designa uma atividade (EstC) e o último, uma Ent-1. 'Operação', por exemplo, é de emprego preferencialmente genérico e não-referencial nos SMod-de ('de operação). O AR 'operacional' sempre qualifica e indica modo, como em (35). Quando em forma analítica, o evento de operação possui propriedades que combinam com EstC (36) ou valores modais em termos de possibilidades de sua ocorrência (37).

- (35) Sobraram, portanto, R\$ 5 bilhões a título de lucro operacional. (VE-Col-02)
- (36) "Isso é tarefa do gestor, que tem todas as ferramentas para isso. Se alguém quer tentar ganhar mais ficando pré ou pós-fixado na hora certa, deve buscar um fundo que permita essa flexibilidade de operação", recomenda Pereira da Silva. (VE-EI-02)
- (37) Oficialmente, o BNDES informa que ainda está estudando a viabilidade da operação. (VE-EI-01)

Essas características semânticas e formais indicam um conceito que representa uma Ent-2. A forma verbal de base é um V de ação genérico e possui diversas formas verbais, também fraseológicas ('operar', 'operar hotel', 'operar cenário', 'operar na internet', 'operar na informalidade', 'operar em alta', 'operar em câmbio'; 'operacionalizar'), assim como outros deverbais além de 'operação' ('operador de bolsa', 'máquina operatriz', 'decisão operante', 'operacionalização'). Caso não seja assim, sua forma adjetival (o AR) designa o modo de algo ser feito ou alcançado (35).

A função predominante de modificação relaciona o conceito 'operação' a 'câmbio'. O último não distingue funcionalmente entre 'cambial' e 'de câmbio'. As duas formas podem alternar ('regime cambial' – 'regime de câmbio', 'risco cambial' – 'riscos de câmbio'), ou são fixas em UTs da área com AR ('política cambial', 'títulos cambiais', 'papel cambial', 'volatilidade cambial') ou com 'de' ('taxa de câmbio', 'mercado de câmbio'). Para exemplificar, as diversas ocorrências a seguir destacam o papel principal de modificação, mesmo em formas mais fixas. Em (38) e (39), há alternância entre 'câmbio flutuante' e 'flutuação cambial'. O dado em (39) especifica a base 'títulos' como um dos termos de modificação de 'estoque' e em forma variante com a UT 'títulos cambiais' (40).

- (38) Após a adoção do regime de câmbio flutuante em 1999, esta relação já não é direta. (VE-EI-01)
- (39) No regime de flutuação cambial, a maior entrada de capital externo e a redução do déficit comercial redundam ambos no "controle da desvalorização" ... (VE-Col-02)
- (40) O mercado também espera uma ação do BC sobre o estoque de títulos públicos cambiais em mercado, a exemplo da operação que ocorreu em meados de dezembro. (VE-Col-02)

'Câmbio' tem o estatuto de Ent-1, podendo ser subespecificado por tipos: 'câmbio fixo', 'câmbio flutuante', 'câmbio volátil', 'câmbio real', 'câmbio duplo' etc. Na sua forma genérica, desempenha a função de modificador por meio de AR ou SMod-de. Foi observado que conceitos que representam IndObj mais claramente propiciam a transferência das

características básicas para modificar outras entidades. Nessa função, a expressão lingüística de modificador, ou adjunto, é passível de ser extremamente reduzida, como consta na forma de composto endocêntrico em (41) e permite paralelos com ‘risco’, discutidos no capítulo anterior. Contudo, há diferenças entre ‘risco’ e ‘câmbio’ (42).

- (41) Com a pauta concentrada em commodities agrícolas, agroindustriais e minerais é baixa a elasticidade-câmbio das exportações, especialmente num contexto de crescimento lento do comércio mundial em que os preços destas tendem a cair ainda mais. (VE-Col-01)
- (42) As novas exigências fizeram com que o capital dos bancos para cobrir riscos de câmbio dobrasse. (VE-EI-01)

Com base em (42), ressaltam-se algumas diferenças semânticas entre ‘risco’ e ‘câmbio’. Quando especificado, ‘câmbio’ é modificado por um ADJ que o qualifica com propriedades inerentes. Já que não foram encontradas formas como ‘câmbio de risco’ ou modificação de ‘câmbio’ como núcleo por estruturas relacionais, supõe-se que seja um conceito básico da área de finanças e investimento, tais como ‘juros’ e ‘dólar’ em (43). Isso é reforçado pelo seu estatuto semântico de Ent-1. Ao contrário disso, ‘risco’ é um conceito originalmente relacional. É, em termos semânticos, uma caracterização de uma Ent-2, mas é passível de ser individuado (ou ‘entificado’).

- (43) Juros e câmbio acabaram caindo e a bolsa subiu, embora o dólar tenha permanecido acima de R\$ 1,95, o Ibovespa abaixo de 15 mil pontos e o Tesouro tenha pago juros superiores a 18,3% para vender LTN. (VE-08-11)

A análise do estatuto conceitual expresso pelos ARs dos dados mostrou, no entanto, que não há como determinar quais sejam ‘conceitos absolutos’. Os fatos lingüísticos apenas estão apontando para características relacionadas aos tipos semânticos e como estes se agrupam segundo categorias. Mostrou-se que ‘cambial’ tende a ser mais modificador que ‘operacional’ e ‘industrial’ e, sobretudo, mais do que conceitos amplos como ‘economia’ e ‘comércio’.

Postula-se, por um lado, que conceitos que designam Ent-1 tenham a expressão em diversas categorias relativamente restritas e somente chegam à categoria ADJ por meio de ARs (veja ‘cambial’). Ent-2, por serem relacionais, já oferecem maior flexibilidade para mudança categorial. Assim, é possível correlacionar um conceito mais predicativo com maior flexibilidade categorial, considerando que o AR é um dos membros da cadeia. Com base nessas premissas, comprova-se que a distribuição mais ampla do conceito de base nas categorias lexicais, entre o grupo de ARs analisados, se dá em ‘operacional’, pois não

somente inclui diversas categorias lexicais, mas também, formas fraseológicas e colocacionais no lexema básico e segue sua formação de lexemas até o ADV em ‘-mente’. Entre outros, constam da cadeia do Quadro XXXVII:

QUADRO XXXVII: CADEIA DE PRODUTIVIDADE DE OPERAR

OPERAR (V) – operação (N) – operador (N/ADJ) – operante (ADJ) – (in)operância (N) – operacional (ADJ) – operacionalizar (V) – operacionalização (N) – operacionalmente (ADV)

A riqueza de formas derivadas tem conseqüências para a distribuição das funções de Núcleo, nas formas de V e N, e de Modificador, portanto, nas formas de ADJ e ADV. Os conceitos com formas verbais derivadas em ‘-izar’ (como ‘industrializar’, ‘comercializar’, ‘industrializar’, ‘operacionalizar’, mas também ‘financiar’, com base em regras morfológicas distintas) aproximam-se mais dessa flexibilidade categorial. Observe que ‘economizar’ origina-se de uma acepção específica de ‘economia’, ou como de uma das acepções do AR ‘econômico’.

Os lexemas mencionados caracterizam-se pela facilidade de formar outros Ns e ADJs, por exemplo em ‘-(izá)vel’, em ‘-dor’ e de ADV em ‘-mente’, já que este se baseia no AR. Por exemplo, não foram encontrados ADVs com base em ‘cambial’ e tampouco em ‘industrial’. Como este último entra, pelo menos na formação de V, em ‘-izar’, justifica-se a hipótese de que ‘cambial’ tenha menos flexibilidade categorial. Isso, por sua vez, corrobora o postulado de que, entre todos, ‘cambial’ contenha um conceito mais nominal que dificulta a predicação. ‘Cambial’ e ‘industrial’ foram considerados, anteriormente, como AR que melhor desempenham a função de modificador.

Em termos de distribuição semântica e tipos de entidades e noções do Quadro XXXVI, verifica-se que os ARs analisados possibilitam a função de modificador para as seguintes entidades apresentadas no Quadro XXXVIII. Usa-se aqui ‘noção referente a’ em oposição aos tipos de entidade para mostrar que a modificação feita pelos ARs serve para estabelecer a relação das entidades com a área e suas atividades, seus fatos, agentes e lugares.

QUADRO XXXVIII: DISTRIBUIÇÃO DE CATEGORIAS SEMÂNTICAS DE ALGUNS ARS EM NOÇÕES

<p>Ent-1: câmbio (parcialmente: indústria, comércio, empresário) Ent-2: operação (parcialmente: comércio, indústria) Noção referente à área de especialidade: economia, finanças, comércio, indústria Noção referente aos agentes/participantes da área: empresários Noção referente a atividades da área: indústria, comércio, operação (em parte: empresário) Noção referente ao local das atividades da área: indústria, comércio</p>
--

Em uma escala de flexibilidade categorial, ‘cambial’ situa-se no lado menos flexível, seguido por ‘industrial’ e talvez por ‘empresarial’. Já ‘operacional’ estaria no lado dos mais flexíveis. Os conceitos amplos e os de área estão em posição intermediária, comprovando a influência do tipo de entidade. As noções que remetem à área de atividade e à aplicação das entidades localizam-se no campo do meio. Essa distribuição em função de entidades e noções, entre outros aspectos, será elucidativa para a discussão do ADV em ‘-mente’ e suas estratégias, já que este possui um papel especial na LEsp.

6.3 O morfema ‘-mente’ (ADVs delimitadores)

Não é proposta deste trabalho tratar da área ampla e muito controvertida do advérbio, mas apenas de um grupo produtivo dessa categoria: o dos ADVs em ‘-mente’, e, particularmente, dos ADVs que são formados a partir de ARs. Os ADVs com base em AR são chamados, além de delimitadores, também de advérbios classificadores (Neves, 2000) e fazem parte dos advérbios predicativos. Desempenham diversas funções e atuam com diversos escopos. Para os fins deste trabalho, então, segue-se o percurso dos modificadores que contêm um N referencial, seja na qualificação como ADJ, seja como ADV. Além disso, interessa a função de ‘-mente’, já que parece ser um morfema multifuncional (Castilho &

Moraes de Castilho, 2002). Este aspecto será discutido em detalhe no decorrer das próximas seções.⁴⁵

Um ponto fundamental é o estatuto categorial dos ADVs em ‘-mente’. A princípio, sustenta-se que, no português e em outras línguas românicas, este morfema leva à transposição de um lexema da classe ADJ para um da classe ADV, um ADV de modo, como, por exemplo, em ‘alegre – alegremente’. Todavia, a categoria lexical ADV é muito diversificada e até mesmo questionada como PdD pelos estudiosos das partes do discurso (Hengeveld, 1992a e b, 2005b), já que os estudos tipológicos confirmam que não ocorre em todas as línguas e que nem todas as línguas têm um morfema próprio para a transposição. Não só modifica o morfema ‘-mente’ uma única classe de palavras, mas, também, constituintes, predicções, enunciados ou trechos de texto. Embora o morfema se aplique ao nível lingüístico ‘palavra’, juntando-se ao constituinte circunstancial condensado em AR, ocorre uma ampliação considerável do escopo de aplicação de um morfema preso.

Tudo isso justifica a afirmação de que os ADVs em ‘-mente’ são mais do que uma mera categoria lexical, ou seja, são categoria lexical e funcional, pois desempenham, em primeiro lugar, a função de modificação, ou melhor, de atribuição circunstancial. Assim, há paralelismo evidente em casos como nos do exemplo (44), em que ambas as formas modificam um núcleo com traços verbais (NActi e V).

(44) ajuste mensal – ajustar mensalmente
ajuda financeira – ajudar financeiramente

A exemplo dos ADVs modais, discutidos no capítulo anterior, nota-se que ‘-mente’ atua como modificação do não-nominal, em oposição ao verbal, redistribuindo a função de modificador de acordo com o tipo de núcleo, nominal ou não-nominal. Um fato que reforça o valor funcional de ‘-mente’ é que, uma mesma forma, por exemplo ‘tradicionalmente’, pode dar idéia atributiva tanto a um sintagma quanto a uma oração e situar os respectivos núcleos, como o constituinte adjetivo predicativo (45) ou oração (46), em contexto discursivo maior.

⁴⁵ Veja uma discussão funcionalista mais detalhada sobre ADV em Hengeveld (1997, 2004) e, para o português, em Castilho & Moraes de Castilho (2002), Ilari *et al.* (2002), Hattner *et al.* (2001), Neves (2001) e Pezatti (2005).

Além da mudança categorial do ADJ ‘tradicional’ para o ADV ‘tradicionalmente’, o escopo de aplicação foi ampliado.

- (45) "A companhia é tradicionalmente conservadora quanto aos gastos com propaganda. (VE-EC-02)
- (46) Tradicionalmente a maior concentração de clientes ficava acima de 42 anos. Agora, a participação que mais aumenta é na faixa entre 22 e 40 anos. (VE-EC-02)

Ainda para corroborar a afirmação de que há mais em jogo do que uma mera transposição de um lexema ADJ para outra categoria, repare-se em ‘financeiramente’ (45). A base que recebe o morfema ‘-mente’ não é um lexema puro da categoria ADJ, como seria ‘financeiro’, mas, sim, uma palavra-ocorrência, pois é usado o ADJ flexionado em gênero feminino ‘financeira’ (Azpiazu, 2004, Basílio, 2004). Com isso, o ADV, como PdD autônoma, é questionável, pois um ADV em ‘-mente’ é construído com base em um lexema da classe ADJ e, praticamente, forma uma extensão da função qualificadora do ADJ (45). As diferenças restringem-se apenas ao funcionamento. Também resulta dessa predominância funcional que outras categorias lexicais, como o N e o V, com as devidas adaptações, possam ser integradas para fins de modificação.

A isso se somam exemplos como aqueles em (47), nos quais há, de acordo com Basílio (2004), ‘uma motivação semântica e gramatical’ na formação de ADV. Os ARs de base do tipo de ADV em discussão são sempre os de uso qualificador (ARQ). ‘Racial’ e ‘econômico’ qualificam os Vs em forma participial de uso verbal e não reproduzem os argumentos ‘de/das raças’ e ‘de/da economia’. Essa característica semântica da base ficou clara não só com a interpretação da maneira de discriminação pelos ADVs, mas também pela redução lingüística e compactação informacional típica a partir de N, que não permite outra interpretação que a qualificadora.

- (47) A proposta da Inroads é fazer uma ponte entre as empresas e os estudantes de melhor desempenho em cada país, que pertençam a minorias discriminadas racionalmente ou economicamente. (VE-EI-02)

A questão categorial tampouco pode ser desvinculada da discussão da origem de ‘-mente’. Segundo Ramat & Ricca (1998), é o morfema ‘-mente’ uma inovação das línguas românicas, diferentemente das desinências *-(i)ter* ou *-e* do latim, como estratégia para formar ADVs a partir de ADJs. De fato, ‘-mente’ surgiu de uma forma analítica, semicomposicional, a partir da base nominal ‘mens’, de gênero feminino. Isso explica, então, a palavra-ocorrência

flexionada de base da construção deadjetival do português, assim como as características inusitadas que levam à inclusão de ‘-mente’ nos sufixos do português: o acento preservado, seja no ADJ original, seja no morfema ‘-mente’ (Basílio, 2004), e a possível separabilidade na coordenação (48).

(48) Inegavelmente é preciso reformar a polícia e os cárceres, mas é urgente fazer com que a economia volte a crescer rápida e sustentadamente, para gerar ocupações e renda para milhões de ociosos involuntários. (VE-Col-02)

O tipo de ADV expresso em (48) é de modo, mas o morfema ‘reinventado’ tem uso amplo para marcar ADVs de todos os tipos (além de modo, também de grau, ADVs circunstanciais, modais, sentenciais e outros). Isso leva à conclusão, compartilhada com Azpiazu (2004), de que ‘-mente’ adquiriu significado muito genérico e que, à semelhança de ‘-al’ para os ARs, tornou-se particularmente versátil nas línguas ibero-românicas. Para isso, certamente contribuiu sua origem analítica e a subsequente lexicalização. Em relação à expressão analítica e à sintética, devem ser lembrados os exemplos dos ADVs modais do capítulo anterior, já que estes substituem, de forma sintética, o uso predicativo dos ADJs modais (é possível que – possivelmente). Tudo isso indica que ‘-mente’ é um elemento funcional para expressar modificação lexical no sentido mais amplo.

Por fim, faz-se necessário retomar a questão derivação e flexão, pois também fornece argumentos para o estatuto categorial e semântico de ‘-mente’. Já foi mostrado que, em termos diacrônicos, a formação de ADV em ‘-mente’ se situa a meio caminho entre composição e derivação (Azpiazu, 2004) e que atua na mudança categorial. As origens composicionais e a existência de formas analíticas com valor funcional semelhante, as chamadas locuções adverbiais, levaram a interessantes discussões a respeito do estatuto derivacional ou flexional (Haspelmath, 2002; Bauer, 2004; Basílio, 2004; Rocha, 1998, entre outros). A posição da F(D)G é de que, ao par do fator lexical, está o componente gramatical e, com isso, a codificação morfossintática, que determina a aplicação desse morfema como expressão de um operador conforme o escopo lingüístico (Hengeveld, 1997 e 2004c, entre outros). No entanto, não há como negar algo de derivacional, já que se trata de um fenômeno

lexical também. Afinal, a estratégia de formação de ADV em ‘-mente’ permite a ampliação do fundo lexical por meio de modificadores lexicais, assim como a mudança categorial.⁴⁶

As formas de ADVs em ‘-mente’ têm também características flexionais, pois observam-se os critérios de generalidade, regularidade e produtividade (Haspelmath, 2002), além de a formação em ‘-mente’ abarcar contextos sintáticos maiores e ser relevante para a sintaxe. O significado genérico de ‘-mente’ se assemelha às noções abstratas do paradigma flexional (Número, Pessoa, Caso etc.), com a grande diferença de que as categorias flexionais provêm das exigências da sintaxe e prevêm padrões de concordância nas orações e nos constituintes. Diferentemente disso, o uso do ‘-mente’ é de base funcional e semântica e é ditado pelo falante, pela situação comunicativa e pela AE, em alternância com expressões analíticas, como será mostrado mais adiante.

Assim, justifica-se assumir a distinção entre flexão inerente e flexão contextual (Booij, 1993). Na presente abordagem, essa diferenciação é fundamental, já que a flexão contextual é levada em consideração para as categorias flexionais referentes ao contexto sintático e funcional. São estas, entre outras, a concordância verbal e nominal, a distinção entre indicativo e subjuntivo nas orações subordinadas, algumas ocorrências do comparativo e do particípio passado. Na flexão contextual igualmente se incluem os ajustes necessários entre a sintaxe interna e a externa, assim como alguns casos de mudança categorial, uma vez que a transposição é tarefa da sintaxe e a produtividade alta uma de suas conseqüências.

Nessa perspectiva, a mudança categorial não é exclusivamente dependente de morfemas derivacionais e, sim, de flexionais. A exclusividade da derivação para proceder a transposições categoriais já foi convincentemente refutada em Haspelmath (1996 e 2002). Por exemplo, mostra este autor que algumas formas transposicionais nas línguas do mundo são claramente flexionais, e cita, para o inglês, os morfemas ‘-ing’, o ‘-ly’ e alguns usos do particípio passado. O ‘-do’ do particípio o o ‘-mente’ dos ADVs são, de fato, relevantes para o português também. Então, a mudança categorial entre ADJ e ADV situa-se no âmbito da

⁴⁶ A FG considera a derivação responsável pelo enriquecimento do fundo de predicados e a flexão para a aplicação da forma correta de expressões lexicais em contextos sintáticos específicos (Dik, 1997a). No fundo lexical, também localizam-se regras lexicais produtivas, enquanto as regras gramaticais se aplicam durante a produção lingüística por meio de regras de expressão. Assim, a derivação é considerada lexical, de incumbência do fundo lexical; e a flexão gramatical, executada pelas regras de expressão.

flexão contextual, portanto em lugar especial entre flexão inerente e derivação. Se os ADVs em ‘-mente’ podem são considerados mais derivacionais ou mais flexionais, é questão de tipo de ADV e será discutido minuciosamente nas seções a seguir.

6.3.1 Advérbios delimitadores: ADV de perspectiva e de âmbito

Entre as diversas classificações de ADV, interessam as de Hengeveld (1997 e 2004c) e as dos trabalhos de Wanders (1993), de Mackenzie (1998), publicações de estudiosos funcionalistas no Brasil (Neves, 2000 e 2001), Castilho & Moraes Castilho (2002), Ilari *et al.* (2002), Hattner et al. (2001), Nogueira e Pezatti (2005) e trabalhos importantes sobre ADVs em geral (Bellert, 1977; Ramat & Ricca, 1998). A preocupação está, em primeiro lugar, com os ADVs baseados nos ADJs delimitadores, os já discutidos ARs. Estes contêm um núcleo nominal, que sofreu adaptações morfológicas para expressar de forma concisa um argumento e que atua como lexema da categoria lexical ADJ e como modificador de um núcleo nominal. Esta mesma função é mantida com a mudança categorial para ADVs em ‘-mente’, com a diferença de que o núcleo modificado é não-nominal. Devido à origem, sua constituição formal e suas características, segue-se aqui a denominação ADVs delimitadores. Veja, novamente, o exemplo de ‘comercial – comercialmente’ (49).

(49) comércio (N) – comercial (ADJ) – comercialmente (ADV)

(50) O processo de secagem rápida, desenvolvido em parceria por Embrapa e Escola Nacional de Engenharia Rural da França (Engref), pode modificar a exploração comercial de espécies nobres como carvalho, mogno, hetre, jatobá e tatajuba. (VE-01-10-01)

(51) A pupunha só é encontrada, quase sempre crua, em lojas e supermercados de alto padrão, o que limita o consumo popular e mostra que este é um mercado ainda pouco explorado comercialmente. (VE-EC-02)

Em termos semânticos, os ADJs ou ADVs delimitam uma área, ou uma propriedade relacionada àquela área e aplicam-na ao núcleo, no caso dos exemplos, à área de comércio. Em (50), o ADJ delimitador ‘comercial’ classifica (e qualifica) o núcleo nominal ‘exploração’ e, em (51), o ADV indica o modo como o consumo da pupunha é explorado, portanto qualifica uma predicação, ou seja, o predicado verbal com seu argumento obrigatório. É importante lembrar que o ADV se baseia no AR de interpretação qualificadora. São possíveis paráfrases para o ADJ ‘relativo a comércio’ e para o ADV (‘de modo comercial’ ou ‘em

termos comerciais’), lembrando sempre que, neste caso particular com ‘comercial’, o ADJ é ambíguo.

Como, então, estes ADVs podem ser classificados em termos funcionalistas, considerando os diversos aspectos já conhecidos sobre os ADVs delimitadores? Inicialmente, trabalha-se aqui com diversos critérios de classificação para depois enquadrá-los adequadamente e, em cada classificação, apontar-se-á para eventuais diretrizes já existentes. Assim, são levadas em conta as seguintes classificações:

- classificação semântica e semântica textual, próxima da gramática tradicional;
- classificação mais sintática;
- classificação semântico-funcionalista;
- classificação funcionalista adaptada às LEsp, com base no morfema ‘-mente’.

Em uma classificação mais semântica, ou semântica e textual, tal como: ADV de modo, de tempo, de espaço, ADV modalizador, avaliativo etc., não se consegue acomodar satisfatoriamente os ADVs delimitadores, pois estes se aplicam a diversas áreas. Podem ser de modo, como em (51), mas também podem fazer referência a um tipo peculiar de modo e perspectiva (52) ou situar uma predicação ou proposição em determinada AE ou âmbito, por exemplo do comércio (53).

(52) Uma garrafa de vinho ou um bom perfume, exemplifica, são comercialmente acessíveis e também podem pertencer ao Olimpo das mercadorias. (VE-EC-02)

(53) Depois de ter se firmado no mercado como potente mucolítico e expectorante, a N-Acetilcisteína, comercialmente conhecida como Fluimucil, começa a ser usada com outra finalidade: combater os radicais livres, que causam doenças e envelhecimento precoce, segundo boa parte dos médicos. (VE-EC-02)

Também há complicações, se quisermos incluir os ADVs delimitadores nas classificações sintáticas (Neves, 2000; Castilho & Moraes Castilho, 2002; Ilari *et al.*, 2002 e Ramat & Ricca, 1998). Estas classificações distinguem os tipos de ADVs pela unidade sintática que modificam: se é constituinte (verbal, nominal ou adjetival), se é uma oração inteira ou se é enunciado. Os ADVs delimitadores não se restringem a um único tipo de unidade sintática, mas aplicam-se para todas. Observe a modificação de constituinte verbal em (54), de constituinte nominal em (55), de constituinte adjetival em função predicativa em

(56), de oração em (57) e de enunciado em (58). Os exemplos (56) e (58) são renumerações de (45) e (46) da seção anterior.

- (54) Só resta às multinacionais seguirem à risca aquela velha máxima de marketing de pensar globalmente e agir localmente. (VE-EC-02)
- (55) A mudança segue a estratégia de ter marcas mundialmente fortes. (GM-01-11)
- (56) "A companhia é tradicionalmente conservadora quanto aos gastos com propaganda. (VE-EC-02)
- (57) Mas era difícil administrativamente exercer a função fora do quartiere generale da empresa. E como hierarquicamente era complicado voltar a ser diretor-geral para a França após ter sido responsável por todo o continente, a companhia decidiu colocar também sob seu comando as butiques da Inglaterra e da Espanha. (VE-EC-02)
- (58) Tradicionalmente a maior concentração de clientes ficava acima de 42 anos. Agora, a participação que mais aumenta é na faixa entre 22 e 40 anos. (VE-EC-02)

Hengeveld, nos seus trabalhos sobre ADVs e adverbiais (1997 e outros), procede a uma classificação semântico-funcionalista que atende o modelo de camadas elaborado anteriormente (Hengeveld, 1989; Dik, 1997a e b) e que também foi aplicada ao português (Neves, 2000 e 2001; Castilho & Moraes Castilho, 2002; Hattner et al., 2001; Mougueira & Pezatti, 2005; também Ilari et al., 2002). O autor distingue entre ADV de predicado (por exemplo ADV de modo), de predicação (por exemplo, ADV de tempo, de espaço, de frequência), de proposição (por exemplo, ADVs modais), de ilocução (por exemplo, ADVs com um dos usos de *frankly*) e de enunciado (por exemplo, *finally*).⁴⁷ Essa classificação é pertinente, dado que a presente tese trabalha com as entidades de diversos tipos e suas variáveis (Ent-1: f, Ent-2: e, e Ent-3: p). Separar os ADVs em níveis de atuação será, portanto, interessante para estudar a questão de escopo e de posição.

A abordagem mencionada, e também a de Wanders (1993), é uma das poucas classificações a destacar um lugar especial para os ADVs de perspectiva (*viewpoint adverbs*) e os ADVs de âmbito (*domain adverbs*), isto é, como ADV de proposição.⁴⁸ Hengeveld

⁴⁷ Os exemplos citados são para ADV de ilocução, *Frankly, I don't like him* (1997:130) e, para ADV de enunciado, *Finally, I see no reason to go on like this* (1997:131).

⁴⁸ Embora a expressão 'ADV de domínio' tenha-se estabelecido para muitos autores de língua portuguesa com base no trabalho de Bellert (1977) e Ramat & Ricca (1998), considero essa tradução inadequada para os estudos das AE, visto que se usa, nos estudos terminológicos, o termo 'área' para *domain*, não 'domínio'. A denominação 'ADV de domínio' também é ambígua e não caracteriza bem as particularidades desse tipo de ADV. Perfere-se a denominação 'ADV de âmbito'.

(1997) não distingue entre as duas classes, apenas menciona que esse tipo de ADVs especifica a perspectiva que serve de base para a consideração de um determinado CProp. Há, então, subjetividade e avaliação do falante em jogo, como já foi discutido em relação à tipologia de ADJs em 6.2.3. É por causa disso, que se adota, nesta tese, a denominação geral ‘ADV delimitadores’, de forma paralela a ‘ADJ delimitadores’.

No entanto, é a consideração exclusiva do modelo de camadas de FG insuficiente para abarcar todos os detalhes dos ADVs em foco; em primeiro lugar, porque os ADVs delimitadores se situam no nível, ou acima, da proposição e porque, de antemão, são considerados de difícil classificação. Em segundo lugar, ainda não há naquele modelo uma abordagem satisfatória para incluir as variáveis relacionadas aos componentes conceitual e contextual, tampouco ao discurso em geral e ao que abrange as LEsp, com seus conceitos e sua informatividade, participantes e conteúdo comunicativo específico. Nesse sentido, a FDG está tentando preencher a maioria das lacunas. Contudo, as considerações sobre tipologia de entidades, de categoria e escopo serão essenciais para a classificação adotada aqui.

Já mais relevante para a classificação dos ADVs em ‘-mente’ envolvidos é o trabalho de Wanders (1993), que chama os ADVs delimitadores de ‘ADV de perspectiva’. Além da perspectivização, a autora salienta o alto grau de informatividade expressa na designação de um conjunto abstrato de normas, regras e valores e a função proeminente de delimitação de uma determinada área. Suas observações sobre as diferenças de posicionamento do V serão retomadas e aprofundadas na próxima seção, assim como o fato de esses ADVs indicarem principalmente uma relação geral entre o modificador (ADJ ou ADV) e a entidade modificada. Interpreta-se aqui a alta informatividade mencionada como característica do conteúdo conceitual e da referencialidade, a delimitação como estratégia efetuada pelo falante ao situar o discurso na perspectiva e na área de conhecimento ou de área especializada, e o morfema ‘-mente’ como o meio morfossintático de expressar a relação modificadora estabelecida.

Com base nas características particulares do morfema ‘-mente’, que, por um lado, expressa relações entre núcleo e modificador e que, por outro lado, liga-se a um conteúdo especializado em base nominal, distinguem-se dois tipos de ADVs delimitadores: os ADVs de perspectiva e os ADVs de âmbito. Esta divisão foi parcialmente inspirada em Azpiazu (2004) e na distinção entre o que a autora chama de ‘ADV aspectivos’ e ‘ADV de perspectiva’ (ou

‘ADV de compêndio’). Para a autora, os ADJs de compêndio constituem um subgrupo semântico de lexemas relativos a áreas de conhecimento, por exemplo, ‘historicamente’, ‘biologicamente’, ‘geograficamente’ etc. para as áreas de história, biologia, geografia etc. Já a denominação ‘aspectivos’ para o tipo do ADV de âmbito, definido a seguir, não foi levada em conta por causa da falta de clareza conceitual. Aqui, os ADVs aspectivos de Azpiazu correspondem aos ADVs de perspectiva e os ‘ADV de compêndio’ aos ADVs de âmbito.

Para maior contraste entre os tipos de ADVs delimitadores, inclui-se também um terceiro grupo, o de modo ou ‘ADV de perspectiva com interpretação de modo’, já que há exemplos de ADVs delimitadores que permitem essa subdivisão e, de fato, abrangem os três tipos. Uma classificação que contemple os ADVs em ‘-mente’ na AE, como expressão de entidades e noções em função de modificação, é a seguinte:

- advérbios de perspectiva
- advérbios de âmbito
- advérbios (de modo ou perspectiva) com interpretação de modo

Para melhor ilustração, veja exemplos dos três tipos: em (59), para ADVs de âmbito; em (60), para ADVs de perspectiva; e em (61), para ADVs de modo/perspectiva com base em AR.

- (59) Contabilmente, os juros da dívida doméstica são despesa pública (transferências), mas são também renda do setor privado. (VE-Col-02)
- (60) O esporte, para ela, é uma terapia, um espaço para esquecer os problemas diários, mas foi em campo que ela se recolocou profissionalmente quando decidiu voltar a trabalhar. (VE-EC-02)
- (61) 'Nosso trabalho mostra que é possível medir cientificamente a percepção que o público tem de uma empresa que faz investimentos sociais', afirmou ele a este jornal. (GM-06-11)

As ocorrências dos ADVs acima mostram que o grupo de modificadores em questão merece uma classificação própria, já que não se encaixa bem nas existentes. Como base de análise, tomam-se preceitos claros cuja caracterização distintiva se fará pelos seguintes três critérios. Por meio destes, mostrar-se-á que a classificação dos ADVs delimitadores se justifica por motivos funcionais, semânticos e sintáticos, mas igualmente pela possível variação entre formas sintéticas e analíticas:

- Critério 1: posição e escopo

- Critério 2: possibilidade de paráfrase
- Critério 3: referência a áreas especializadas estabelecidas ou instituídas

O **Critério 1** é semântico e formal e pode ser exemplificado pelos dados de (59) a (61). Nota-se que não é o conteúdo semântico expresso pelo AR (ou pelo seu núcleo nominal) que leva à diferenciação, mas, sim, a referência e a função do lexema. O ADV de perspectiva em (59) assemelha-se funcionalmente ao ADV de modo, pois modifica o constituinte verbal, portanto tem escopo sobre a predicação. A particularidade está no AR de base que não indica um modo de fazer algo ou de algo ocorrer e, sim, a perspectiva sobre a ação verbal que o falante situa em determinada área de saber ou atuação. A recolocação em (59) é especificada em termos profissionais e ocorre do ponto de vista profissional. Já em (61), o ADV de perspectiva original parece ter sofrido alteração semântica para o modo de ‘medir a percepção’, apesar de ainda haver uma área envolvida, a da ciência. O escopo é, a predicação. O ADV do exemplo (59) tem escopo sobre um enunciado inteiro e o situa, por meio do ADV de âmbito, em uma área de conhecimento específico, a da contabilidade. Assim, cada ADV modifica um núcleo diferente: o de perspectiva e de modo modificam uma predicação (EstC) e o de âmbito, uma proposição (CProp).

Em todos os tipos, o ADV corresponde a um argumento circunstancial acrescido na estrutura argumental da oração. Nota-se, que, entre estes, a noção circunstancial Modo equivale com maior naturalidade a um lexema da categoria lexical ADV e, por isso, integra-se à estrutura oracional, como os ADVs de modo típicos. No português, o ADV de modo ocupa a posição imediatamente após o V (61). Mesmo com núcleo nominal referencial, também o ADV de perspectiva (59) segue o mesmo padrão e, da mesma forma, possibilita a correta interpretação como argumento circunstancial. Já no ADV de âmbito, o escopo sobre um enunciado inteiro e as possibilidades morfossintáticas do português não permitem a integração perfeita no interior da oração. O ADV posiciona-se, então, em lugar periférico, precisamente em P1, que é a posição reservada no português para destaque e ênfase. Expressa, por hipótese, a interpretação da área de especialidade como ‘lugar’,

Em relação ao componente circunstancial que abarca os núcleos nominais dos ADVs nos exemplos (59) a (61), Azpiazu (2004), Wanders (1993) e Neves (2000) apontam para a possibilidade de paráfrase, conforme o **Critério 2**. explica-se, com isso, que a expressão analítica, em forma de locução adverbial, pode ser reduzida pelo ADV em ‘-mente’ para uma

expressão sintética de base nominal. De certa forma, ocorrem, em muitos casos, as formas alternantes como ‘com relação a’, ‘em termos de’ ou ‘no âmbito de’, tendo um lexema nominal como núcleo. A locução adverbial refere-se a uma circunstância. Isso comprova a presença de um argumento circunstancial, mas em forma sintética, e confirma a divisão entre ADV de âmbito e ADV de perspectiva. Pelo critério de paráfrase, está evidenciado de que as relações estabelecidas coocorrem com determinadas locuções adverbiais que explicitam relações específicas das formas em ‘-mente’. No quadro a seguir, o número do exemplo relacionado está entre parênteses.

QUADRO XXXIX: ESCOPO DOS ADVÉRBIOS DELIMITADORES

	ADV delimitador:	paráfrase:	escopo sobre:
a. ADV de modo (61)	cientificamente (área: ciências)	de modo/forma científica/ em termos científicos	predicação
b. ADV de perspectiva (59)	profissionalmente (área: atividade profissional)	em termos profissionais/ do ponto de vista	predicação
c. ADV de âmbito (60)	contabilmente (área: contabilidade)	no âmbito da contabilidade/ em termos contábis	proposição

As diferenças são sutis e gradativas, principalmente entre ADV de modo e de perspectiva, e também dependem da noção semântica do lexema de base e do conceito contido no N nuclear, mas os extremos com o ADV de modo (a.) e de âmbito (c.) mostram contraste maior. Os ADVs delimitadores iniciam-se tipicamente pela perspectiva – e ‘em termos de’ é, de fato, sempre uma das possibilidades de paráfrase. A perspectiva pode se lexicalizar em Modo ou fixar em uma área que é instituída tanto pelo falante no discurso e na apresentação do conteúdo, quanto em uma AE oficializada. Nesse caso, haveria o **Critério 3**, o de áreas de especialidade já estabelecidas epistemologicamente. Assim, existem as áreas ‘de compêndio’ e as áreas de saber instituídas, tais como ‘tradição’, ‘profissão’, ‘mundo’, ‘indivíduo’ etc., como resultados da categorização do mundo e da realidade do homem.

Entretanto, há também subáreas, as quais dependem de determinadas especialidades, por exemplo ‘finanças’, ‘comércio’, ‘contabilidade’, ‘operações’ (na bolsa), e muitos outros na heterogênea macroárea ‘economia’. É significativo que essas subáreas sejam de conhecimento dos especialistas e compartilhadas entre eles, ou pelo menos sejam instituídas na comunicação para serem logo compreendidas. Outras subáreas criam-se por inovações, por

reinterpretações, por necessidade. Assim, alguns exemplos de lexemas relacionados a essas subáreas prestam-se bem para a aplicação do primeiro critério distintivo entre ADV de modo, de perspectiva e de âmbito.

Ilustra-se a distinção entre os três tipos de ADVs por meio dos três critérios nas diversas ocorrências com ‘financeiramente’. Cita-se (62) como ADV de modo, ou de perspectiva, com possível interpretação de modo. Os exemplos (63) e (64) apresentam o lexema como ADV de perspectiva e, finalmente, em (64), como ADV de âmbito. Este último ocorre pelo critério de área de especialidade instituída. Em termos de critério de paráfrase, aplica-se ‘de modo/em termos financeiro’ para (62), ‘em termos financeiros’ para (63) e (64), e ‘no âmbito financeiro’ para (65).

- (62) Após um ano passado na França revolucionária (onde ele e uma mulher chamada Annette Vallon tiveram uma filha, que o poeta sempre ajudaria financeiramente), o jovem voltou para a Inglaterra e foi morar com Dorothy. (VE-EC-02)
- (63) "A TAM é agressiva no mercado, mas conservadora financeiramente. Esta foi um ação estudada e apostamos numa demanda positiva." (VE-EC-02)
- (64) Apesar de admitir que financeiramente estaria ganhando mais na iniciativa privada, Faoro tem nas mãos a chance de conseguir uma projeção rápida na carreira nos próximos dois anos se a sua experiência for bem sucedida no BNDES. (VE-EI-02)
- (65) O mesmo carro zero sai R\$ 115 mil. "Financeiramente, sem dúvida vale a pena optar pelo modelo usado. São carros que saem de casa apenas no final de semana, para dar um vóltinha no quarteirão", explica Deleu. (VE-EC-02)

Considerando a questão de posição, percebe-se que os tipos de ADVs também se ordenam em relação ao núcleo que modificam. Quanto mais inerentes ao predicado e ao EstC, mais próximos dos ADVs se localizam. Os de modo e perspectiva aparecem nas ‘margens’ da predicação em (62) e (63), seja antepostos quando com escopo maior, seja pospostos ao V, como em (59). Percebe-se que quanto menos inerente e quanto maior for o escopo, mais periférica a posição, também visível nos ADVs em (64) e (65). Além da independência estrutural, ainda aumentam o valor referencial e, com isso, focalidade e saliência prosódica.

Com o ADV de âmbito destacado e separado do enunciado (pausa, vírgula) em (65), ficou mais claro ainda que a noção de ‘área de especialidade’ é uma noção não-inerente aos participantes obrigatórios na expressão lingüística. O escopo do ADVs estende-se sobre o enunciado todo e não permite que os recursos morfossintáticos o integrem. Muitas vezes, a noção ‘AE’ não está relacionada a estruturas lingüísticas menores, mas refere-se a unidades

lingüísticas maiores, tais como episódios (ep) e trechos textuais, como exemplificado em (66). Esse fato comprova que a noção se estrutura na complexa interação dos componentes conceituais, comunicativos e da gramática.

(66) Conjunturalmente ela [a economia] não está muito ruim se compararmos com o atual quadro internacional: 1) crescimento de 2,6% em 2001; 2) taxa de inflação de 13%; 3) saldo positivo de 6 bilhões de dólares em conta corrente; 4) saldo comercial de US\$ 10 bilhões; 5) reservas da ordem de US\$ 18 bilhões e 6) déficit fiscal nominal de 2,5% do PIB. Estruturalmente, entretanto, a situação é uma lástima, porque 3/4 das suas exportações são de petróleo. (VE-Col-01)

Um outro fator relevante é o uso de ‘-mente’ como parte de estratégias do falante para estruturar o conteúdo comunicativo e situar o discurso na AE. Essa estratégia claramente extrapola o conceito tradicional de ADV, pois caracteriza, em (66), a economia inteira de um país e pode, até mesmo, prescindir de predicado verbal, por exemplo quando parte de enumerações. Em termos de categoria, confirma-se, então, que a seleção de um lexema da categoria lexical ADV baseado em um conceito nominal é um recurso disponível do português para expressar perspectiva em relação ao contexto especializado e para compactar a informação. Na próxima seção, será investigado o papel das funções pragmáticas, do falante e da expressão de Modo.

6.3.2 Ordem, foco e referencialidade

A discussão anterior reforça a necessidade de analisar as categorias lexicais que entram na função modificadora do português sob o ângulo de especificar áreas, situações, eventos, estados, participantes e locais. Essas categorias lexicais – ADJ e ADV – dependem de um núcleo, ao qual se relacionam estruturalmente por meio de ordem e eventuais marcas. O ADJ se restringe, na sua função atributiva, à modificação de um núcleo nominal no nível do sintagma, além do seu uso predicativo. No sintagma nominal do português, está na posição *default* logo após o núcleo nominal e só permite anteposição sob determinadas condições pragmáticas e com um grupo restrito de ADJs.

Ao contrário do ADJ, o ADV modifica, além de predicados verbais, também unidades lingüísticas maiores e tem relativa mobilidade na oração (Ilari et al., 2002; Neves, 2000), que depende do tipo de ADVs e do escopo, de acordo com os níveis lingüísticos (Hengeveld,

1997, Nogueira & Pezatti, 2005, Pezatti, 2005). As diferentes posições permitidas estão sempre próximas ao núcleo modificado e seguem os esquemas morfossintáticos do português (conforme o capítulo 2):

- ADV de modo: é posposto ao núcleo verbal, enquanto ADVs de grau são antepostos ao ADJ ou a outro ADV.
- ADV com escopo sobre predicação, proposição ou trechos maiores localizam-se nas margens das unidades nucleares, no caso de proposições, geralmente antes delas.

Para o presente trabalho, interessam as posições do ADV de modo, de perspectiva e de âmbito. Entre eles, os dois primeiros integram a estrutura oracional e, por isso, parecem mais variáveis. Entretanto, estão subordinados a princípios que provêm da distinção semântico-funcional entre eles, além de refletir fatores pragmáticos, como foco e ênfase. Já o de âmbito não só está em posição periférica, mas também em posições mais marcadas. Por isso, e pelo N que representa uma área ou subárea, é reconhecido com mais facilidade. Por mais que diferentes posições pareçam estar envolvidas na ordem do enunciado, mostrar-se-á que a flexibilidade posicional do ADV é regular e funcional.

Para Dik (1997a), a noção de Modo está implícita no nível do predicado e está vinculada a um V de ação ou a um predicado que expressa o parâmetro semântico [+controle] ou [+dinâmico]. Com base nessa premissa, Mackenzie (1998) aprofunda o assunto e afirma que as ações sempre ocorrem de um determinado ‘modo’, podendo ser o modo implícito na forma em ‘-mente’ ou lexicalmente explícito em forma de ADV ou de locuções adverbiais. Isso leva ao postulado de que haja um subtipo de entidade envolvido, que se expressa por meio de um operador π quando em forma morfossintática (‘-mente’) e por meio de uma forma lexical (σ) quando como construção perifrástica com núcleo genérico (‘de modo’, ‘de forma’, ‘em termos de’ etc.). Por um lado, a interpretação do ‘-mente’ como operador corrobora as considerações sobre flexão – derivação feitas anteriormente. Por outro lado, explicar o fenômeno com base em uma categoria semântica, traz implicações para o tratamento dos ADVs em ‘-mente’ e suas formas analíticas paralelas, pois permite uma explicação semântica, bem como uma classificação mais adequada, que, de fato, apresenta conseqüências formais no português.

Mackenzie também enfatiza que a expressão de Modo em locuções traz a informação em Foco e é comunicativamente saliente. Isso já foi demonstrado no exemplo dos ADVs modais que equivalem às construções de foco ‘é possível/provável/necessário/evidente que’. Já que os ADVs delimitadores têm base nominal, é fundamental lembrar que um núcleo nominal é sempre mais apropriado para ser referido e focalizado, até mesmo quando incorporado em um ADV de origem nominal. A expressão de diversas relações circunstanciais faz supor que o caráter referencial também inclui relações a situações consideradas relevantes no tipo de comunicação. Desse modo, explicam-se as características de informatividade e posicionamento do falante nos ADVs delimitadores, pois indicam o valor referencial e pragmático desse tipo de ADVs (Wanders, 1993; Azpiazu, 2004).

A inclusão do argumento circunstancial que está na base do ADV vincula-se geralmente a um V de ação (Wanders, 1993) e também à presença obrigatória de uma forma oredicativa com um mínimo de verbalidade, ou seja, com sintaxe interna, tais como participípios e outros ADJs deverbais para ADVs de perspectiva. Esse aspecto será fundamental não só para distinguir entre os tipos de ADV, mas também para identificar o valor categorial do núcleo que é modificado pelo ADV. Como já foi discutido na parte teórica, é a natureza verbal um indicador de EstC, mesmo quando extremamente reduzida, por exemplo, para uma unidade sintagmática. Portanto, desde que haja um predicado verbal, também pode haver funções pragmáticas, tais como Foco e Foco Enfático, com suas conseqüências na ordem dos componentes (Mackenzie, 1998).

Do mesmo modo como, em uma oração sem marcação pragmática particular, o argumento circunstancial expresso em forma sintética se posiciona após o V em função de Foco, também pode haver anteposição do ADV ao núcleo verbal. Essa posição marcada está, no português, reservada para Foco Enfático e realiza-se com a ordem inversa: [ADV + predicado]. De acordo com a diferença de posição do ADV em relação ao seu núcleo, um argumento com ou sem Foco Enfático determina diferentes graus de referencialidade e justifica as distinções de modificadores σ discutidas no capítulo 4. Supõe-se que, para os diferentes tipos de ADVs delimitadores, esta se reflita na relação entre posição e função pragmática: quanto mais focalizada e, para tanto, deslocada, mais referencial se torna. Assim, um ADV de modo tem o mínimo de referencialidade, um ADV de perspectiva, uma parte relativa e o ADV de âmbito, uma referencialidade maior. Conclui-se disso que as formas

deslocadas da ordem *default* são as mais referenciais e que os ADVs que podem ocupar diversas posições e representar diferentes tipos, as mais flexíveis.

Para ilustrar que a distinção entre ADV de perspectiva e de âmbito se dá pela ordem, observem-se os exemplos em (67) e (68) com ‘comercialmente’.

(67) A pupunha só é encontrada, quase sempre crua, em lojas e supermercados de alto padrão, o que limita o consumo popular e mostra que este é um mercado ainda pouco explorado comercialmente. (VE-EC-02)

(68) Uma garrafa de vinho ou um bom perfume, exemplifica, são comercialmente acessíveis e também podem pertencer ao Olimpo das mercadorias. (VE-EC-02)

No primeiro exemplo, o ADV é de perspectiva (ou de perspectiva com possível interpretação de modo): está em posição não-marcada após o predicado verbal participial e, como um ADV dessa posição, tende a indicar também Modo. Já o de (68) é anteposto ao ADJ deverbal, tem Foco Enfático e deve ser interpretado como ADV de âmbito. Nota-se que o conteúdo semântico e referencial não é tão genérico como o de perspectiva de (67) e que o argumento embutido continua reconhecível como relativo a uma área e atividade especializada. Fora disso, parece haver uma união semântica e sintática entre o ADV e o ADJ deverbal nuclear maior, formando um ‘bloco’ altamente condensado. De qualquer forma, as posições diferentes em relação ao núcleo são indicativas de diferentes tipos de ADVs delimitadores, pois refletem aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos particulares.

Essas reflexões deixam claro que a noção de Modo expressa no ADV é um tipo de referente, embora, segundo Mackenzie (1998) não seja uma entidade como Lugar e Tempo. As paráfrases como ‘(explorar) em termos comerciais’ ou ‘de modo comercial’ indicam que os referentes podem ser parcialmente individuados e referidos, tanto que usam núcleos nominais genéricos para isso (‘termos’, ‘modo’). Mackenzie aponta para certas semelhanças entre Modo e entidades como Lugar e Tempo, mas também ressalva que há diferenças. Os termos que referem a Modo se aproximam dos termos com função locativa, pois situam o referente, de forma metafórica, em um determinado espaço, seja na situação de fala, seja no âmbito de uma área de conhecimento. A diferença consiste no fato de que, para Modo – e, conseqüentemente, para perspectiva e âmbito –, é o falante que cria o referente, enquanto,

para Lugar e Tempo, os referentes são mais concretos, são entidades (variáveis l e t).⁴⁹ De fato, já foi mencionada anteriormente a relação metafórica com Lugar, mais notável nos ADJs delimitadores.

Para melhor compreender a abrangência dos ADVs delimitadores e algumas outras de suas características, observem-se os dados com ‘historicamente’, a seguir. O ADV foi escolhido devido ao uso mais flexível, com formas lexicalizadas (69), ADV de perspectiva / modo (70) e de âmbito com referência a Lugar (71).

- (69) Ele prevê normalização na entrega a partir de janeiro e fevereiro, período historicamente de vendas menores. (GM-06-11)
- (70) "Cada intelectual tem uma responsabilidade e todos serão julgados historicamente", explica. (VE-Col-02)
- (71) ... dado que as taxas de juros nos Estados Unidos estão historicamente em patamares baixos, foi suficiente para que ultrapassássemos a piora da crise Argentina ... (VE-Col-02)

De início, o ADV ‘historicamente’ faz referência muito clara a uma área de conhecimento (ou área de ‘compêndio’, segundo Azpiazu, 2004). Em (69), essa área está lexicalizada com o N genérico ‘período’, que se refere à entidade Tempo e a um atributo que acrescenta propriedades ao núcleo do sintagma. O atributo vem em forma de locução, e o complexo modificador todo ‘historicamente de vendas menores’ especifica o núcleo nominal ‘período’. A posição é, então, de ADV de modo e o ‘adjetivo’ é analítico. O ADV de (70) é de perspectiva e modifica um V. Sua posição em relação ao núcleo aponta para um ADV com interpretação de modo, entretanto sem deixar de prevalecer a noção de âmbito no núcleo e na estrutura toda. O dado em (71) situa um EstC de situação ou estado (‘estar em patamares baixos’) no âmbito da história.

A análise de ‘historicamente’ mostrou que os ADVs de âmbito também podem se referir a EstC e, com isso, levar a interpretação de Modo. É fato, porém, que o significado original prevalece e dificulta a passagem a ADVs de modo, pois o traço de Lugar (ou Tempo em (70))

⁴⁹ Mackenzie (1998) sugere a variável m para referência a Modo e chama a atenção para as marcas de localidade nas locuções de paráfrase: por exemplo, são preferidas preposições típicas para ADV mais próximas à entidade Lugar, tais como o ‘em’ em ‘em termos de’ e ‘no âmbito de’, em comparação com o mais neutro ‘de’ em ‘de modo/de forma’. Acrescenta-se aqui também a categoria do núcleo, ora o N, que é mais referencial (portanto, mais entidade) quando prevalece a interpretação de perspectiva e de âmbito, ora o ADJ na locução ‘de modo+ADJ’.

transparece na referencialidade do argumento e na individuação da área de conhecimento. Quanto mais bem delimitada e quanto mais importante for uma determinada área, mais facilmente prevalecerá a interpretação de âmbito para o ADV, mesmo quando está no interior de oração ou formalmente expresso como se fosse um ADV de modo. Em outros casos menos instituídos ou em AE de grande heterogeneidade, ‘área’ e ‘âmbito’ de aplicação se confundem. Isso se mostra com frequência na LEsp da economia. Por exemplo, além da flexibilidade categorial dos ARs (6.2.3), também na modificação por meio de ADVs, permanece a relevância de áreas/atividades como ‘finanças’, ‘operações’ e ‘comércio’ para expressarem ADVs de âmbito, mas sem restrições para interpretação de modo e perspectiva. Já ‘economicamente’, ‘comercialmente’ e ‘empresarialmente’ não facilitam o uso como ADVs de âmbito. Tudo indica que isso se deve a maior generalidade de muitas áreas da economia, já que são menos delimitadas e têm acepções específicas nas formas com ‘-mente’ lexicalizadas.

Uma das conclusões preliminares em relação à tipologia, à distribuição semântica em termos de escopo e ao posicionamento de ADVs é de que a distinção entre três tipos de modificadores, discutidos para o ADJ anteriormente, também se aplica para os ADVs delimitadores. Assim, há um paralelismo marcante, que, de fato, se encaixa na compreensão sobre a proximidade entre ADJ e ADV do português. Com base nos dados examinados, há como estabelecer correspondências claras entre ADVs de perspectiva e modificadores de discurso (Σ^R), entre ADVs de âmbito e modificadores de referência (σ^x) e, também, entre ADVs delimitadores de modo e modificadores de referente (σ^f). Essas relações explicam não só o posicionamento, ou seja, a maior flexibilidade de ordem, mas confirmam que, além da categoria discursiva ‘sintagma’, também as de ‘texto’ e ‘oração’ são receptivas para valores interpessoais por via de modificadores, por exemplo ‘AE’, do mesmo modo como o sintagma.⁵⁰ Dado isso, percebe-se que os conceitos da AE, que se ‘incorporam’ a partir de expressões em N, não se restringem à função de núcleo nas expressões sintagmáticas e oracionais, mas possuem também flexibilidade categorial.

⁵⁰ Enquanto haja relação entre núcleo e tipo de modificador σ no SN, na oração, a posição obedece a fatores pragmáticos, como, por exemplo, Foco Enfático. Esse tipo mostrou-se como candidato para ser atualizado também no nível sintagmático.

Para o presente trabalho, interessa que as LEsp também se servem dos recursos morfossintáticos gerais do português, como os sufixos dos Ns pluriformes, o ‘-al’ dos ARs, o ‘-mente’ dos ADVs delimitadores, e os inserem em construções com núcleos nominais. Esse procedimento também é freqüente em outras línguas românicas e não-românicas, por exemplo, no alemão, em que a forma presa específica *-mäßig* (‘em termos de’, ‘-mente’) se liga produtivamente a modificadores com conteúdo especializado (*ausbildungsmäßig* – ‘em termos de formação’, *wissensmäßig* – ‘em termos de conhecimento’, etc.). Já o morfema correspondente do inglês (*-wise*) é bem mais restrito. O ‘-mente’ do português assemelha-se, em alguns usos, ao *-mäßig*, mas não se limita ao contexto especializado e culto deste, e, sim, aplica-o aos três usos mencionados.⁵¹

Ao investigar o ‘-mente’, nota-se o escopo particularmente flexível e a ligação a núcleos de base semântica variada. A noção transmitida é ampla e serve-se tanto de construções analíticas (lexemas isolados e partículas nas locuções), quanto de construções sintéticas (morfema preso) em forma de palavra da categoria lexical ADV. Com isso, pode-se afirmar que a escolha de uma ou outra variante cabe ao falante e inclui, portanto, um recurso que se estabelece no nível interpessoal. Verifica-se que o ‘-mente’ constitui um morfema multifuncional que expressa valores interpessoais na LEsp de forma sistemática e produtiva. São estes:

- o conteúdo comunicativo C (a informação especializada)
- o contexto de uso da AE (a situação comunicativa e o local)
- a avaliação do falante (participante) em relação à informação e à área especializada.

6.3.3 A ordem como indicador categorial no sintagma referencial: o participio

Já foi visto que, com a pré-posição do ADJ, a ordenação dos componentes de um sintagma nominal é sensível a fatores sintáticos e pragmáticos. Nesta seção, haverá a análise dos ADVs delimitadores no âmbito do sintagma nominal, sua tendência para interpretação de

⁵¹ Em termos de expressão por operadores em forma de morfemas presos, o alemão distingue entre ADV de modo com *-weise* e ADV de perspectiva/âmbito com *-mäßig*. Já no português, o morfema ‘-mente’ aplica-se aos três tipos.

ADVs de modo e de grau e do seu papel fundamental na definição categorial de algumas formas ambíguas de ADJs deverbais, quando em função nuclear. A ênfase será nos fatores sintáticos, como a ordem e concordância, uma vez que as construções são complexas. Isso justifica a denominação ‘grupos sintáticos’ (ou frases nominais) para esses agrupamentos nominais de núcleo verbal e modificador em ‘-mente’ (Azpiazu, 2004). Para determinar a categoria na oração, é o tipo de ADV que deve ser levado em conta para definir a posição de acordo com o escopo. Há, portanto, confluência de fatores funcionais, semânticos e morfossintáticos que ‘obrigam’ os lexemas referenciais individuais a tomarem uma posição diante da categoria. Quando isso não é possível em termos de uma classe de palavras particular, marcada por morfemas próprios, será tarefa da ordem indicá-la. No modelo de gramática da FDG, isso cabe ao NM.

Quanto aos ADVs delimitadores do português, postula-se aqui que estes estão subordinados às mesmas regras morfossintáticas de ordenação e variação que os sintagmas analíticos, visto que esses lexemas e grupos sintáticos representam argumentos circunstanciais em forma sintética. A ordem desse tipo de argumentos já foi abordada como relativamente flexível. Isso vale para os ADVs de perspectiva e, em parte, também para os de âmbito. O ADV de modo, no entanto, sempre segue o núcleo quando este é da categoria V, mesmo quando passou por mudança categorial e carrega marcas de sintaxe interna e externa. Essa posição fixa, que é definida por um esquema morfossintático, auxilia na distinção entre ADVs não-argumentais, os de modo, e ADVs argumentais, os de perspectiva e de âmbito, na estrutura oracional, assim como oferece alguns parâmetros para a análise no sintagma nominal também.

Os tipos de ADVs que ocorrem na oração não são os mesmos do sintagma nominal, pois também as categorias semânticas diferem. Os tipos oracionais e textuais já foram mencionados no decorrer das últimas seções: Modo, Tempo, Lugar, Frequência, além de ADVs modais, de âmbito, de perspectiva e outros. No âmbito sintagmático, a modificação de núcleos por ADV se aplica a lexemas da categoria ADJ, formando um sintagma adjetival, e não diretamente ao núcleo N. No sintagma adjetival, a modificação inclui a categoria Grau, mas também aqui os ADVs delimitadores estão presentes, seguindo as regras morfossintáticas de ordenação. Uma das exigências para sua ocorrência é, no entanto, a presença da sintaxe interna. Este requisito é preenchido pelos ADJs deverbais, por exemplo, os ADJs em ‘-vel’, ‘-dor’ e os participios passados, que são produto da mudança categorial de V para ADJ e tanto

contêm a sintaxe interna quanto a sintaxe externa. Para acomodar o modificador no grupo sintático, há reduzidas possibilidades de expressão e ordenação dos componentes no nível do sintagma, além da reinterpretação do ADV para os tipos de modificação possíveis no sintagma. Esse fato delimita as possibilidades de expressão a poucos morfemas e à ordenação.

Conforme os critérios de produtividade e regularidade já discutidos, o morfema ‘-do’ é sufixo flexional, principalmente por ter papel gramatical, por exemplo na passiva, em tempos compostos etc, assim como papel lexical, no próprio ADJ deverbal. Em relação ao particípio passado, observa-se, portanto, que este pode desempenhar função mais verbal (72) ou mais adjetival (73) e que a posição de um eventual modificador delimitador em ‘-mente’ constitui um claro teste de categoria.

(72) No Brasil, ele ainda responde por uma fatia pequena do mercado: dos 350 milhões de metros quadrados de revestimento vendidos nacionalmente - que fazem do País o maior mercado interno mundial para a cerâmica - apenas 12 milhões são de porcelanato. (GM-06-11)

(73) Pesquisas feitas no Brasil e nos EUA demonstram que para o país ter amanhã jovens e adultos criativos, competitivos e socialmente integrados, seria necessário investir hoje, prioritariamente, na educação infantil, mais especificamente na faixa etária de zero a 6 anos. (VE-EI-02)

Os exemplos apresentam os dois tipos de modificadores de ADJs possíveis: ADV de modo para a forma verbal (72) e ADV de grau, ou delimitador, (73) para o ADJ. No primeiro exemplo, prevalece a sintaxe interna. O particípio no SRef resulta de um tempo composto cujo auxiliar foi apagado. Quando o particípio assume a função de modificador, indicada pela concordância, atua a sintaxe externa. Na modificação do constituinte, como em (72), o adverbial em ‘-mente’ afeta a predicação toda e é posposto, mesmo com Arg-1 e V auxiliar omitidos. O papel de desambiguação aparece no contraste com (73). ‘Integrados’ deixou de ter a sintaxe interna e, com isso, seu modificador anteposto, na posição de um ADV de ‘grau’ (ou de ‘modo de ser’) marca um núcleo adjetival.

A interpretação de Grau apóia-se na informação lexical do núcleo e abrange o âmbito, fato que o faz diferir dos ADVs de grau comuns (‘muito’, ‘pouco’, e outros). Esse tipo possui natureza de foco e será discutido a seguir para o uso predicativo. É relevante que a exigência principal para testar a categorialidade pela ordem do ADV somente se aplica para núcleos verbais. Para ADJs comuns e particípios adjetivais, como em (68), somente é possível a

anteposição do ADV e valem as diretrizes de ordenação já tratadas na subseção anterior (Quadro VIII).

Nos SRefs, o ADV delimitador serve como indicador de categoria do particípio passado, já que um particípio verbal exige posposição. Isso é ainda mais evidente quando há particípios deverbais com estrutura argumental preservada, cujos complementos exigem proximidade com o núcleo para sua melhor interpretação. Nesse caso, os complementos vêm pospostos por causa do ‘peso lingüístico’ (LIPOC). Veja um exemplo com Arg-3 do particípio (74) e um com Agente explícito na expressão modificadora (75). Essa restrição sintática torna-se mais clara em (76), uma vez que o ADV não aceita uma eventual interpretação de ADV de âmbito.

(74) Outra parte, esta ainda mais preocupante, deve-se ao fato de que, mesmo controlando pela educação dos pais, ainda assim o mero fato de ser negro está estatisticamente associado a uma menor escolaridade. (VE-Col-01)

(75) Aliás, a teoria que rege o sistema de metas de inflação, entusiasticamente adotada por Armínio Fraga, deixa muito claro que a taxa de juros deve pautar-se exclusivamente pelo nível de inflação. (VE-Col-02)

Um particípio verbal combinado com um ADV delimitador também pode ocupar o seu lugar periférico de circunstancial no final da oração (76). As duas interpretações desse tipo são: i) paralelismo com a expressão analítica (‘em termos internacionais’) e ii) posição periférica, típica de ADVs de perspectiva, embora o mais comum seja a posição inicial.

(76) A Vale do Rio Doce é uma das maiores empresas mineradoras do mundo e suas ações estão sendo negociadas com um desconto em relação a empresas do mesmo setor internacionalmente. (VE-EI-02)

Para finalizar esta seção sobre a função gramatical do ‘-mente’, é preciso lembrar que as formas com este morfema contêm um núcleo nominal e, como um todo, modificam um núcleo verbal ou deverbal, ou pelo menos predicativo. A posição segue um conjunto de esquemas que vai de núcleos com maior ou menor verbalidade. O uso confirma que a nominalidade do todo se dá via modificadores, entre outros por ADJs e ADVs, e não só via núcleos, ou seja, é o modificador que apóia a categorização em determinadas categoria lexical. Por isso, os grupos sintáticos com os diversos ADVs em ‘-mente’ são um exemplo claro de marcação categorial que depende de fatores morfossintáticos. Além disso, a posição *default* do ADV de modo com outras estruturas verbais facilita a lexicalização e a formação de colocações, que contribuem para a constituição de UTs da AE.

6.3.4 ADVs predicativos no sintagma adjetival

Já foram abordados os ADVs delimitadores tanto em contextos predicativos quanto em contextos atributivos, como peças-chave das predicções nominais. Aqui, pretende-se mostrar que a modificação por ADVs delimitadores e denominais é menos restrita no contexto atributivo, já que permite outros ADJs deverbais além dos participípios. Isso se dá por causa das características nominais predominantes nos grupos sintáticos, pois todas as informações estão sendo transferidas para o nível sintagmático, cujo núcleo, por sua vez, assume diversas funções de predicção nominal. No componente verbal, predominam as formas semanticamente esvaziadas para contrapor-se à alta nominalidade dos complementos. Se, nos NAct, podem ser observados os V-sup, é nos grupos sintáticos com modificação interna que, na parte verbal, somente permanecem os V-lig, como expressão da predicção.

Constata-se, então, que a frequência de Vs conectores, conforme discussão do capítulo 4, realmente se explica pela alta nominalidade do constituinte nominal, por um lado de NLZ, por outro lado com grupos sintáticos. Além da presença do V-lig ‘ser’, subentendido nos sintagmas e constituintes ou nas orações reduzidas com formas verbais, observam-se também outros, que possuem mais conteúdo semântico, sem, no entanto, chegar a ser V-sup. As formas ‘estar’, ‘tornar-se’, ‘manter-se’, ‘considerar’, ‘classificar como’, entre outros, também se aplicam nos predicados nominais. Hengeveld (1992b), quando trata da predicção não-verbal, denomina-as ‘pseudo-cópulas’, o que para Lorente Casafont (2002) são Vs conectores e Vs discursivos. Interessa aqui seu uso como ‘relatores’, portanto elementos gramaticais, entre grupos nominalizados. São esses Vs que, junto ao V-lig ‘ser’, possibilitam que haja uso predicativo de categorias lexicais como ADJs e, para o português, às vezes também como Ns.

Os ADJs em função predicativa, por sua vez, são modificáveis por ADVs delimitadores. Desse modo, confirma-se que também os ADJs podem constituir núcleos de PNSs. O exemplo em (77) traz o recurso freqüente de predicções em função apositiva, com o V-lig subentendido. Já os dados com V-lig e ADVs delimitadores em (78) os expressam na formação de grupos sintáticos. Em (79), há um dado com o V conector ‘estar’ e, em (80), com ‘tornar-se’.

- (77) O direito trabalhista foi inventado para impedir o emprego sub-humano, socialmente intolerável, que reduz o empregado à condição de pária e permite

ao empregador conceder benefícios, de acordo com a correlação momentânea entre oferta e demanda de trabalho. (VE-Col-01)

- (78) Para obter tais efeitos da creatina de forma natural, um atleta teria que comer pelo menos cinco quilos de carne por dia, o que é, em tese, humanamente impossível. (VE-EC-01)
- (79) O mercado está operacionalmente preparado para uma de duas decisões que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) poderá tomar nesta quarta-feira: manter ou baixar em 25 pontos-base ou 0,25 ponto percentual o juro básico da economia encarapitado há sete meses em exorbitantes 19% ao ano. (VE-Col-02)
- (80) A Aliança eleita na Argentina estava em minoria no Congresso e não contava com o apoio de nenhum dos governadores dos estados mais importantes do país (Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé) que eram todos eles da oposição, tornando o governo politicamente frágil. (VE-Col-01)

É notável que este uso parece mais acentuado nos contextos escritos menos formais, como em colunas e comentários (Col), em dicas de consumo (EC) e de investimento (EI), embora seja freqüente na linguagem formal toda quando em forma de apostos (86) e orações reduzidas.⁵² São típicos σ^x (modificadores de referência), com possível anteposição. Ao contrário da não-ocorrência em atribuição no SRef (6.3.3), este uso também abarca ADJs deverbais em ‘-vel- e ‘-dor’, (81) e (82), além daqueles em ‘-do’, já tratados anteriormente.

- (81) "A razão é cientificamente comprovável: com a ingestão de proteína animal, a vaca se encheria de ácido úrico e de urato ...” (VE-EC-01)
- (82) A tecnologia, por fim, estima a última estatística: quantos inimigos, em média, um combatente esperto e eficiente pode abater. Tudo considerado, percebe-se que era muito pouco provável que o Paraguai terminasse militarmente vencedor. (VE-Col-01)

Geralmente, é a posição anteposta ao ADJ reservada para ADV de grau (‘muito comprovável’, ‘altamente vencedor’). O esquema morfossintático para modificação de sintagma adjetival (SAdj) configura-se de acordo com o esquema do Quadro VIII do capítulo 2, que mostra o ADV de grau anteposto ao ADJ nuclear. Uma restrição importante é que o SMod só se aplica para ADVs de grau e para o grupo de ADVs predicativos discutidos nesta subseção. Esse fato confirma, por um lado, a natureza predicativa do ADJ e, por outro lado, a capacidade de o ‘-mente’ vincular argumentos modificadores a núcleos não-verbais. Os ADVs sem posição de σ^x (‘cientificamente’ e ‘militarmente’) introduzem o âmbito no ponto em que a propriedade expressa no ADJ se aplica, mas também de modo, já que se trata de

⁵² Na base de dados, Col refere-se aos arquivos com colunas; EC, ao caderno ‘Eu Consumo’; e EI, ao suplemento ‘Eu Investimento’.

ADJs deverbais, mostrando capacidade ('pode ser comprovado') em (81) ou agentividade ('que vence') em (82). Quando o ADJ não é deverbal, (83) e (84), é mais adequado falar em 'modo de ser' sobre o ADV anteposto, o que não deixa de expressar uma forma de Grau. A focalidade do argumento circunstancial ('oticamente fascinante') revela-se quando é destacado, como em (83), mas igualmente quando parte de um SRef (84).

(83) O diamante é fascinante, não apenas oticamente, mas por sua condutividade térmica e outras coisas. (VE-EC-02)

(84) Talvez o que esse eleitorado tenha desejado menos, até aqui, seja precisamente consagrar a projeção de si mesmo, com a cara mais fotograficamente semelhante de que é capaz o realismo socialista. (VE-Col-02)

Para a distinção desse tipo de modificação dos ADVs de grau, observa-se que, no caso de acúmulo de formas em '-mente', apenas um é delimitador (de âmbito), enquanto o outro é de grau. Ambos são ADVs predicativos, o ADV de âmbito predica um estado e o ADV de grau diz respeito ao grau de aplicação do âmbito. Veja em (85) um ADV de grau/'modo de ser' que modifica um adverbial lexicalizado com o ADJ ('politicamente correto') e, em (86), uma expressão redundante de modo, que evidencia que o que indica modo é 'casual' e não 'impecavelmente'. Este último assume a função de 'grau' da casualidade do *maître*. Algo semelhante verifica-se em (87), em que o ADV de âmbito 'financeiramente' acompanha o ADJ anteposto ao núcleo nominal 'site' por indicar o grau/modo de relevância da área para a propriedade.

(85) Restaurantes, como o Granita ... servem uma comida européia moderna, num ambiente agradável onde os clientes falam baixinho e o garçom, extremamente politicamente correto, antes de servir o vinho pergunta quem vai prová-lo: o homem ou a mulher. (VE-EC-01)

(86) O maître vestido de modo impecavelmente casual é demagogo como ele só. (VE-EC-01)

(87) Nos últimos meses, Savoy injetou dinheiro na revendedora "online" de carros usados iMotors.com, investiu US\$ 7,5 milhões no financeiramente combalido site de notícias financeiras TheStreet.com Inc. e reforçou com US\$ 63 milhões as participações da Vulcan no site da Internet Priceline.com Inc. (GM-06-11)

Apesar de haver exemplos com o ADV anteposto, também há exemplos com posposição ao ADJ não-deverbal, como (88) e (89), estes mais marcados. A ocorrência em (87) também permite a explicação de que a posposição é de evitar ambigüidade no SRef complexo. Já o uso em (89) leva ao postulado plausível de que, também no sintagma

adjetival, há a oposição entre modificação de referência e de referente. A de referência segue o ordenamento *default*, e a de referente modifica o todo e é mais enfático.

- (88) Não apenas como um mecanismo de controle gerencial de programas específicos, ou como parte integrante de acordos internacionais pouco conhecidos domesticamente. (VE-Col-02)
- (89) Há países com enormes dívidas externas e passivos internos diminutos e vice-versa, nações que já deram calotes ou que são instáveis politicamente. (VE-EI-02)

A lexicalização é um fenômeno recorrente nos ADVs de grau (Azpiazu, 2004), por exemplo, em ‘grandemente’, ‘otimamente’, ‘extraordinariamente’, ‘totalmente’, mas também pode-se expandir para o ADV e seu núcleo adjetival, como em ‘politicamente/ecologicamente correto’, ‘propriamente dito’, ‘mundialmente conhecido’, entre outros. Conta, para tanto, a adequação com a posição *default* de [ADV de grau + ADJ], a qual pode ser ampliada para ADVs delimitadores. A unidade resultante origina-se na manutenção do esquema morfossintático e nas possibilidades gramaticais. A presença do ADJ (modificador de referência), significa que os dois formam uma unidade que tende a ser colocacional, por exemplo, ‘financeiramente combatido’, em (87). O paralelismo semântico entre os esquemas [ADV de grau + ADJ] e [V + ADV de modo] deriva das características mais inerentes especificadas pelos modificadores e explica a adjacência. Assim, a função de modificador representa um dos fatores a aumentar a coesão interna de alguns tipos de UT e será examinada na seção a seguir.

6.4. Alguns recursos lingüísticos para lexicalização e classificação na área de especialidade

Esta seção examina uma estratégia comum na LEsp da economia e visa a abordar funcionalmente um fenômeno de coocorrência que contribui para a formação de UTs. A perspectiva de análise é a de explicitar Ent-2 em termos funcionais e aplicar seus preceitos à formação de grupos sintagmáticos. A presença de modificadores (ADJ e ADV) é vista como recurso classificador para EstC e estados, embora os modificadores não sejam especificadores, no sentido clássico, mas, antes, sirvam para situar eventos e estados em determinados âmbitos e circunstâncias. Com isso, explica-se a recorrência de expressões

lingüísticas complexas na mudança categorial, assim como a inserção das predicções altamente informativas na LEsp da economia.

6.4.1 A nominalização regressiva

A discussão sobre o papel dos modificadores nas estruturas sintagmáticas já mostrou que também estes estão envolvidos na nominalidade e na formação de predicções nominais. De fato, a nominalização e as mudanças categoriais em geral abarcam não só palavras isoladas, mas todo o conjunto de uma predicção que designa um EstC. Já foi mostrado nos PNSs (capítulo 4) e na predicção nominal em geral, que, nesses agrupamentos, entram diversos argumentos e modificadores, que se caracterizam pela integração lingüística e pela fixação na predicção nominal. Isso também ocorre na NLZ regressiva, analisada nessa subseção (Azpiazu, 2004:272). Trata-se de um fenômeno particular de NLZ que forma sintagmas com especial coesão entre o núcleo N e o atributo, cujo modificador é representado pelas categorias lexicais de ADJ ou ADV. Os sintagmas designam Ent-2 e ligam-se tipicamente a ADJs relacionais (ARQ) e ADVs delimitadores, portanto formas de base nominal. A distribuição da categoria dos modificadores obedece aos esquemas de cada tipo de núcleo: ADJ para núcleos em N (90) e ADV para aqueles em V, conforme os exemplos em (91). Os sintagmas formam expressões colocacionais frequentes na LEsp da economia.

- (90) ganho financeiro, lançamento oficial, exploração comercial, integração social etc.
- (91) ganhar financeiramente, lançar oficialmente, explorar comercialmente, socialmente integrado etc.

O paralelismo observado está de acordo com a discussão da escala das expressões nominais, assim como com os recursos de desambiguação por meio de modificadores. Como os núcleos possuem uma parcela maior ou menor de verbalidade e, com isso, flexibilidade categorial, os modificadores dependentes enquadram-se em uma ‘supercategoria’. Tanto o ADJ quanto o ADV representam posições argumentais, seja de Arg-1 ou Arg-2 para os ADJ, seja de circunstanciais para os ADVs. No caso das formas verbais em (92), percebe-se que o ADV serve como indicador da verbalidade de base. De acordo com Azpiazu (2004), a função dos tipos de ADVs em (91) é ‘passiva’, pois não corresponde ao ADV de modo esperado (do tipo posposto) e tampouco ao tipo puramente delimitador. Também nas formas mais nominais (90), o ADJ deixou de ser AR para tornar-se ‘classificador’ e indicar uma relação semelhante

a genérico – específico. Assim, ‘ganho financeiro’ é um tipo particular de ganho, que herdou do modificador o conteúdo lexical, mas não a relação original expressa entre o núcleo e o AR. Ressalte-se que a classificação em constituintes com Ent-2 difere da de entidades de outras ordens e será o tópico da próxima subseção.

A expressão ‘nominalização’ para o tipo tratado aqui justifica-se por se tratar de uma unidade toda que designa um EstC e por envolver as mesmas categorias na expressão de um sintagma, prototipicamente a partir de V e ADV. A diferença é que, na NLZ direta, o processo parte do núcleo (V) e se espraia pelos outros componentes, enquanto, na NLZ regressiva, tudo se origina no modificador de um termo que designa uma Ent-2 (ADV ou supercategoria ADJ/ADV delimitador) para se expandir para sintagmas de Ns e ADJs. Os argumentos da estrutura predicacional completa, oracional (Arg-1, Arg-2, circunstanciais, entre outros), são condensados ainda mais para construir um EstC em uma unidade sintagmática – por isso a denominação ‘regressiva’ e ‘NLZ regressiva’. Por fim, o fato de o sintagma de núcleo N constituir uma unidade informacional condensada da estrutura predicacional comprova que a colocação se origina na variante verbal.

O argumento principal de Azpiazu para falar em NLZ – a maior frequência da forma nominal (90) sobre a verbal (91) – não foi verificado quantitativamente neste trabalho. No entanto, há muitas formas paralelas nos textos de LEsp da economia. Os fatores de coesão consistem i) na função básica distintiva do modificador, que possibilita inúmeras formas a partir dos ARs em (90) e (91) e, em parte, ii) na semelhança do esquema de ordenação, isto é, o modificador está posposto nas duas variantes. Sob determinadas condições, a função de modificador, ou a estrutura sintagmática que funciona como tal, pode passar da mera posição de dependência para se impor no núcleo, fato que comprova que uma Ent-zero em função de modificador também pode constituir uma UT. No presente trabalho, as consequências da NLZ para a denominação de UT justificam o respaldo nessa hipótese.

O fenômeno não se restringe apenas aos Ns com núcleos deverbais, mas também se aplica a bases deadjetivais, como pode ser conferido nos exemplos (92) e (93). A explicação da natureza predicativa está na base semântica de ‘Estado’, assumida pelas formas deadjetivais a partir de propriedades (Ent-zero), conforme discussão do capítulo 5. Em parte, é o morfema ‘-vel’ que garante o mínimo de ‘verbalidade’ (sintaxe interna), assim como o parâmetro [+controle] do tipo de entidade ‘Estado’. Essa regularidade conforma-se à Regra 3,

de formação de ADJs em ‘-vel’ com produtividade parcial (Quadro XXXIV em 5.5.3), e será retomada mais adiante.

(92) viabilidade econômica, estabilidade política, sustentabilidade financeira etc.

(93) economicamente viável, politicamente estável, financeiramente sustentável etc.

O núcleo em ADJ apresenta, além da natureza predicativa, o esquema morfossintático típico de modificação de um sintagma adjetival. O modificador posposto em (92) e anteposto em (93) é o caso não-marcado. Ao contrário das ocorrências de (90) e (91), os esquemas não coincidem, pois os exemplo de (92) seguem o esquema morfossintático de um SN e aqueles de (93), o esquema de um SAdj (Quadro VIII da seção 2.5.1). Os exemplos com as duas posições, (94) e (95), devem-se à interpretação posterior de ADV de âmbito em (95). Note-se que o sintagma nominal não possibilita a anteposição do ADJ por ser AR e ainda estar relativamente próximo a um argumento (‘viabilidade da economia’ etc.). No exemplo em (95), confirmam-se a maior flexibilidade e a maior autonomia do ADV em relação ao ADJ, já discutidas anteriormente.

(94) Entretanto, para que o projeto torne-se economicamente viável, o banco indica que o governo federal deverá desembolsar US\$ 250 milhões 'a fundo perdido'. (GM-29-10)

(95) Refraseando, o valor de uma patente está associado a um potencial desenvolvimento de produto que pode vir ou não a ser viável economicamente. (VE-EI-01)

A ocorrência de NLZ regressiva com ADJs demonstra que esse processo não se limita a ADJs em ‘-vel’, tampouco a deverbais. É procedimento regular para núcleos verbais, já que estes são freqüentemente usados como participios, por exemplo em (96) e (97), e permitem uma dupla função devido à presença de sintaxe interna e sintaxe externa. Além disso, a ampliação para sintagmas com ADJs comum é possível (98), desde que o núcleo expresse EstC (‘venda’) ou Estado (‘austeridade’) e que ambos tenham o traço de [+controle]. Interessa que o modificador também pode-se expandir para Ent-1 (agentes), como em ‘vendedora direta’, sublinhado em (98).

(96) O lançamento oficial foi na quarta-feira, em Foz do Iguaçu. (VE-27-10)

(97) Dias está investindo o equivalente a US\$ 50 mil no marketing e distribuição dos charutos, que serão lançados oficialmente nesta semana, em São Paulo, e que custam R\$ 120 a caixa. (VE-EC-01)

(98) austeridade fiscal – fiscalmente austero; venda direta – vender diretamente – vendedora direta

Outro fato que comprova a pertinência e produtividade da NLZ regressiva, por exemplo, a partir do ADJ ‘eleitoral’, é a flexibilidade categorial desse lexema para modificar núcleos de categorias semânticas em Ent-1 (IndObj), assim como a formação de Vs incoativos em ‘-izar’ de (99) a (102). Observe que o ADV em (99) é de âmbito. Em (101) e (102), ‘eleitoral’ modifica um N e um V deadjetival, mostrando ‘viável’ na sua produtividade de poder levar não só a N (estados), mas também à verbalização de estados. Esse caminho produtivo confirma a discussão no capítulo 4.

- (99) São vários os instrumentos de ação social que podem ser eleitoralmente capitalizados pelo candidato oficial. (VE-Col-02)
- (100) Além disso, há um franco interesse do presidente em preservar o capital eleitoral do PSDB. (VE-Col-02)
- (101) O prazo até tem viabilidade eleitoral, mas impõe dificuldades políticas. (VE-Col-02)
- (102) É aí que se abre outra discussão: será que para viabilizar-se eleitoralmente Serra precisa realmente dividir o bolo do futuro governo com os aliados antes mesmo de ter conquistado o direito a saboreá-lo? (VE-Col-02)

O dado em (99) representa uma NLZ regressiva que não faz uso de N deverbal na base (‘capitalização’), mas de sua forma verbal resultativa, o particípio ‘capitalizado’. A presença da Ent-1, em (100), comprova a não-restritividade do núcleo para ser modificado por ‘eleitoral’. Com ‘viável’, ocorre a verbalização mais previsível em ‘-izar’. Por outro lado, ‘eleitoral’ também contém sintaxe interna por ser AR e, além disso, por ser um conceito de relevância na época de coleta de dados. Todos esses dados demonstram a importância do componente de modificação, bem como a questão categorial e sua relação com a base semântica. Modo (para ADV) e Propriedades (para ADJ) são noções básicas da função de modificação, tanto faz se o modo se refere a Vs em forma finita ou participial, a outras formas verbais, ou ainda a ADJs para Estado. O importante, no entanto, é que as categorias lexicais das expressões lingüísticas que passam por mudança se definam claramente em termos de N, V, ADJ ou ADV.

Fora da coesão interna de SN e SAdj proveniente da interação das funções de núcleo e modificador, como na NLZ regressiva, essas construções lexicalizam-se com facilidade, sobretudo quando ocorre distanciamento da prototipicidade dos componentes e não atentam às restrições já mencionadas, tais como núcleos que designam outras entidades além de Ent-2, ou

modificadores que não se originam em ARs. A lexicalização pode-se limitar ao escopo do constituinte verbal ou adjetival (103), ou alastrar-se para o SRef inteiro (104).

- (103) vendido nacionalmente, discriminado racialmente, embasado cientificamente, mundialmente reconhecido/famoso, geneticamente modificado, entre outros.
- (104) Pesquisa que será divulgada hoje em Brasília mostra que em 1999 o setor mantinha 4,4 milhões de trabalhadores, o equivalente a 6,1% da população economicamente ativa. (VE-EC-02)

Por fim, deve-se lembrar que também os PVNs permitem a modificação a partir da interpretação de SRef do núcleo nominal. No exemplo (103) do capítulo 4, a expressão com V-sup ‘(sofrer um) aumento significativo (do patrimônio)’ optou pelo ADJ para modificar o SRef, já que o elemento verbal básico de suporte não faz parte do sintagma. Isso mudou em ‘aumentar significativamente (o patrimônio)’: o núcleo é considerado como completamente verbal e, por conseguinte, é modificado por ADV. Deve ser concluído, então, que é o componente nominal que é núcleo e componente predicativo de um PVN. As possíveis variações entre os dois tipos de modificação estão apoiadas em diferentes relações de dependências.

6.4.2 Classificação de entidades de ordem mais alta por modificação

A distinção clássica entre ‘genérico’ e ‘específico’ exige uma análise diferenciada para entidades que não são de primeira ordem e não se sustenta para os núcleos relacionais de ordem mais alta ou para aqueles com funções de modificação. Dessa forma, a predicabilidade de eventos em sintagmas dificilmente se encaixa em hierarquias com níveis de especificidade. A abordagem hierárquica tampouco se aplica para todas as categorias lexicais que podem constituir núcleos de unidades complexas, uma vez que os constituintes com base verbal, adjetival ou oracional são modificados – ou ‘classificados’ – por uma ‘supercategoria’ que inclui ADJs e ADVs delimitadores. Estas duas categorias contêm um núcleo nominal e expressam circunstanciais condensados em forma de lexemas das classes ADJ ou ADV. O argumento circunstancial situa a entidade – EstC, estados e propriedades, CProp – na área ou nas subáreas às quais o conteúdo comunicativo se aplica e diz respeito ao modo, grau e local de sua aplicação. Quando estas variáveis são condensadas em lexemas ou em sintagmas, o entrosamento lexical e gramatical permite mais informatividade e concisão.

A presente densidade informativa ajuda a classificar EstC na categoria verbal ou nominal (nominalizadas) e estados na categoria adjetival ou nominal (igualmente nominalizadas), segundo os âmbitos de aplicação. Como são formas dependentes de um núcleo, sua expressão categorial é resolvida de acordo com os esquemas morfossintáticos nos quais se inserem. Desse modo, os lexemas, têm interpretação mais genérica até que sejam atualizados em palavras-ocorrências, inseridas em esquemas e construções. Observa-se, portanto, que a individuação das categorias semânticas da área está muito ligada à expressão lingüística e categorial, pois a atualização e uma eventual mudança categorial exigida pela sintaxe externa reforçam e destacam a palavra-ocorrência. A classificação de eventos e fatos cria diversos ‘tipos específicos’ de eventos a partir do componente modificador, como ocorre na NLZ regressiva. Nota-se, no entanto, que a especificação é duplamente exigida: i) pela valência do núcleo nas entidades de ordem mais alta e de ordem zero ii) para a inserção dos referentes na LEsp. Assim, o modificador não é opcional na LEsp, mas é parte do referente expresso pelo conjunto todo. A particularidade desse tipo de conceito é confirmada pela relacionalidade entre núcleo e modificador(es), assim como por produtividade e variabilidade de unidades complexas.

De fato, o modificador de uma NLZ regressiva pode criar independência conceitual e forma classes com outros núcleos. Em relação à subárea ‘comércio’, por exemplo, há, além de Ent-1 (105), também Ent-2 (106) e outras entidades de classificação mais difícil (108). As entidades expressas na categoria nominal de (105) são colocacionais, de maior ou menor grau; as de (106) representam eventos; e as de (107) podem ser de estado, resultado, lugar ou de mais de uma interpretação.

(105) balança comercial, parceiro comercial, carteira comercial, dólar comercial, diretor comercial, saldo comercial, superávit comercial, etc.

(106) exploração/integração/intercâmbio/operação/crescimento comercial, etc.

(107) liberalização/motivação/abertura/política/embargo/estratégia/sala comercial, etc.

O que ainda justifica a denominação ‘classificação’ para essas expressões é que os modificadores na NLZ regressiva, tanto nas formas nominais como nas verbais, deixam de ser ‘delimitadores’ para atuarem como qualificadores, principalmente os ADJs que integram as formas de (105) a (107). Em termos semânticos, a categoria lexical ADJ adscrive propriedades a entidades e é, portanto, relacional. Também em termos formais, os ARs e os ADVs em ‘-mente’ criam uma unidade semântica com seus núcleos com mais facilidade, por

serem lexemas simples. Assim, os modificadores são essenciais para descarregar seu conteúdo semântico no núcleo e completar seu significado (Harder, 1992). Isso implica que o significado de um núcleo modificado é mais genérico. Quando o núcleo é Ent-1, a genericidade decorre da interpretação como tipo de N, e quando é Ent-2 (106) ou outra (107), é motivada pelo tipo de entidade de base.

Um outro tipo de classificação parte do interlocutor e diz respeito à avaliação do conteúdo transmitido. Está relacionada à realidade, à probabilidade ou possibilidade de ocorrência, assim como à perspectiva dada às circunstâncias relevantes e ao destaque dado. As construções e estratégias empregadas, examinadas no capítulo 5, igualmente levam à classificação no sentido mais amplo. É relevante, no entanto, que a tendência de adequar as estruturas segundo as funções núcleo e modificador, ou núcleo e seu complemento, leva a expressões lingüísticas próximas ao protótipo de categoria lexical, isto é, a N e ADJ/ADV, mesmo quando complexas.

A própria NLZ é um processo que sistematicamente cria classes de descrição de entidades. A NLZ direta cria Ent-zero, Ent-2 e Ent-1, e a indireta, entidades de ordem mais alta. Com a individuação lingüística do núcleo em N, as estruturas sintagmáticas ressaltam o conceito e também tendem a assumir a função de designação. Assim, as UTs da AE da economia freqüentemente são, ou surgem, de sintagmas inteiros, que já incluem modificadores, determinantes etc., e menos de lexemas isolados, aos quais são acrescentados modificadores. Esse processo particular de classificação, por predicação e modificação, distingue as UTs de LEsp como a economia de outras terminologias, freqüentemente oriundas de taxonomias.

6.5 A linguagem sintagmática da LEsp da economia

Em vista do discutido nas seções anteriores, cabe retomar a afirmação de Azpiazu (2004) sobre as quatro estratégias de predicação nominal, mencionadas no capítulo 4 – composição nominal, predicções nominais subordinadas (PNSs), predicados verbo-nominais (PVNs) e frases nominais e grupos sintáticos – e constatar que estas se confirmam na LEsp. Entre essas estratégias, a composição nominal é a menos produtiva, embora se tenha demonstrado que a delimitação com os processos derivacionais e analíticos não seja sempre

nítida. Já as diferentes formas de NLZ são comuns. Também são frequentes os PVNs e os grupos sintagmáticos construídos com base na função de modificador, mas sem formas verbais finitas, as frases nominais. Além disso, há recursos morfossintáticos não só para marcar o grau de nominalidade, mas também para condensar constituintes complexos, como os diversos morfemas para formas deverbais (os de NLZ; também ‘-do’, ‘-vel’, ‘-nte’, ‘-ndo’, entre outros), os sufixos para formar ARs (‘-al’, ‘-eiro’, ‘-ivo’, ‘-ório’, entre outros) e, principalmente, ‘-mente’ para sintetizar adverbiais e transcategorizar constituintes complexos. Esses recursos enquadram os processos mencionados nos da formação de palavras. A questão é que ‘-mente’ não forma somente palavras em torno de conceitos ‘nominais’, como foi discutido no decorrer deste capítulo, mas também abarca categorias de discurso maiores e unidades de base relacional.

Os ADVs em ‘-mente’ são, de fato, sintagmas sintéticos de argumentos circunstanciais, expressos na unidade lingüística ‘palavra’ por ‘univerbação’ (Azpiazu, 2004). Como esses ADVs sintetizam só partes de orações ou textos, criam uma linguagem sintagmática, que é caracterizada por ‘reduções’ nos discursos formais escritos, como o jornalístico e o econômico. No processo de ‘redução’ em unidades sintagmáticas, há apagamento de diversas marcas para categorias gramaticais (Pessoa, Número, TAM e outros) e maiores restrições de ordenamento. Uma das vantagens desse recurso sintético é que também a concordância se reduz, permanecendo apenas nos participios deverbais em ADJ para distingui-los dos participios dos tempos compostos. No caso das unidades ‘nominais’ em ‘-mente’, observa-se que as estruturas em função de modificador não concordam com seus núcleos e que unem construções encaixadas complexas e extensas apenas pela ordem.

Assim como as formas nominais, os grupos sintáticos em ‘-mente’ desempenham determinadas funções no interior da oração: funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. Como funções sintáticas, cita-se a de modificador (adjunto adverbial), que é fundamental nos contextos de especialidade, apesar de frequentemente ser considerada opcional. Em relação às funções pragmáticas, note-se que, embora não tenham o mesmo tipo de referencialidade das estruturas com núcleo N, as estruturas com ‘-mente’ são focais. Os exemplos (108) e (109) ilustram a tendência à formação de sintagmas, ou seja, à formação de unidades lingüísticas maiores.

- (108) Como conseqüência da intrínseca "fragilidade financeira externa", torna-se tendencialmente mais acentuada a volatilidade na demanda por divisas e nas taxas nominais de câmbio associada aos choques, qualquer que seja a natureza destes. (VE-Col-02)
- (109) Não apenas como um mecanismo de controle gerencial de programas específicos, ou como parte integrante de acordos internacionais pouco conhecidos domesticamente. (VE-Col-02)

Nos exemplos, comprova-se a formação de unidades sintagmáticas predicativas, que, de acordo com o seu estatuto de adverbial, se agrupam em torno de ‘-mente’, mas, em relação ao núcleo modificado, preservam essas mesmas marcas de dependência. Isso indica, por um lado, a atuação da sintaxe externa como adverbial e, por outro lado, a da sintaxe interna nas relações entre núcleo N e modificador ADJ. O primeiro dado (108) chama a atenção pela extensão de escopo de ‘-mente’. Observe-se o paralelismo com estruturas discutidas no capítulo 5 (CPR), como ‘a tendência é’, seguidas por complementos em CProp. A relação com estruturas modais do tipo ‘é possível que’ – ‘possivelmente’ e o papel do V-lig ‘tornar-se’, uma pseudocópula, é evidente. Também foi o lexema TENDÊNCIA considerado como conceito proeminente da LEsp da economia, que, além de modal, também diz respeito à ontologia da área. Desse modo, a estrutura de Foco continua sendo expressa em forma sintética (‘tendencialmente’), assim como aceita anteposição. O que faz a diferença é que atua como uma unidade lingüística complexa que refere a um conceito da área e o apresenta em bloco, isto é, como estrutura sintagmática.

O exemplo (109) representa a modificação de um EstC, que é expresso por sintagma nominal. Neste caso, o escopo mais restrito é sobre um ADJ (‘conhecido’) e o escopo mais amplo sobre a predicação. A interpretação de ‘domesticamente’ é de ADV de âmbito. Há condensação de informação na predicação nominal (de núcleo N) e a redução de argumentos circunstanciais. Porém, é fato que a complexidade desse tipo de construção se restringe à linguagem formal e escrita, pois seria de processamento difícil na fala. A ocorrência na parte de comentários e colunas, aponta para esse fenômeno como estratégia do falante com fins de organizar e focalizar as informações. Por outro lado, são as características do português, assim como a disponibilidade de um morfema próprio, que possibilitam esse recurso, além do contexto de comunicação da LEsp em questão.

Ainda em relação às estratégias de NLZ, observa-se o uso freqüente do V-lig, já que as NLZs (PNSs) não têm forma pessoal do V, ou, como no caso de PVNs, forma pessoal mínima

(Meillet, 1906, *apud* Azpiazu). Os V-lig apóiam a predicação, como já foi visto para o uso nos ADVs modais e nas construções de predicados referenciais (CPRs), ou acrescentam alguns valores semânticos (PVNs). Muitas vezes, os V-lig até mesmo constituem as únicas formas verbais nas orações. Assim, as configurações dos subatos T e R e, com isso, a apresentação (saliência, foco, referencialidade) seguem em descompasso com o conteúdo lexical, embora a informatividade esteja preservada. Isso confirma, por um lado, que o V-lig é um elemento fundamental na distribuição de sintagmas e, por outro lado, caracteriza a linguagem sintagmática, em conjunto com os sintagmas propriamente ditos. Em comparação, os PVNs procedem à distribuição mais equilibrada entre os componentes nominal e verbal e estão mais próximos ao esquema de uma predicação prototípica, com categorias lexicais ‘plenas’, como núcleos de SPred e SRef. Devido a essa configuração particular, comprova-se que, na comunicação especializada, a unidade ‘sintagma’ é tão importante quanto a unidade ‘palavra’, já que ‘sintagma’ é uma unidade mais adequada para referenciação e conceitualização do que ‘palavra’, enquanto ‘palavra’ é principalmente uma unidade formal e portadora de categoria lexical.

Um ponto fundamental é que os sintagmas são referenciais. Para melhor compreensão, o Quadro XLI mostra a distribuição dos subatos T e R e o tipo de V envolvido em quatro nominais que atuam na predicação: 1. Predicações Nominais Subordinadas (PNSs) e outros grupos sintagmáticos, 2. Perífrases verbo-nominais, 3. Colocações com V genérico, 4. Predicação com V pleno.

QUADRO XLI: SUBATOS T E R E TIPOLOGIA DE V NA PREDICAÇÃO

		T	R
1a. PNS e b. grupos sintagmáticos	V-lig	(ser)	a. o aumento do preço de petróleo b. o preço de petróleo internacionalmente aumentado
2. PVN	V-sup	ter	aumento do preço de petróleo
3. Colocações	V genérico	registrar	aumento de preço de petróleo
4. Predicação – V pleno	V pleno	aumentar	o preço de petróleo

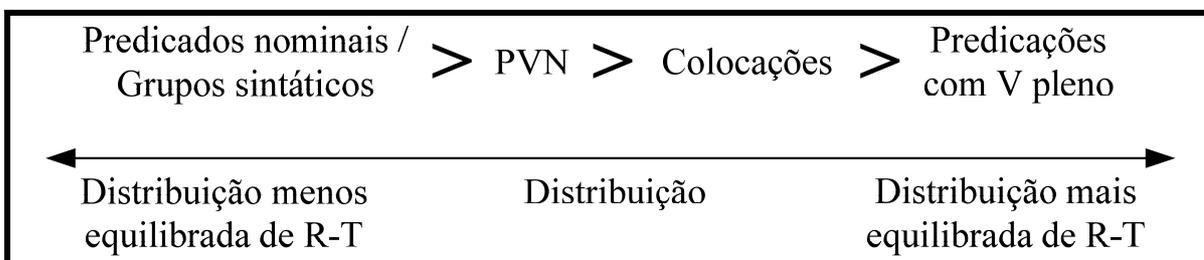
Os tipos de V (V-lig e pseudocópula, V-sup, V genérico e V pleno) da coluna T relacionam-se com SRefs que completam a predicação da coluna R. Pelo quadro, é possível estabelecer uma hierarquia de predicações, segundo a distribuição equilibrada de conteúdo comunicativo (C) e funções de adscrição e referenciação. A apresentação do conteúdo

comunicativo concentra-se nos lexemas de conteúdo semântico, isto é, nos SRefs e nos Vs plenos de 4. De 3. para 1., a informatividade diminui nos Vs e se reduz ao valor de relator.

Quanto à distribuição de subatos R e T dos quatro tipos de predicacões, o Quadro XLI mostra maior ou menor equilíbrio entre nominalidade e verbalidade que se estabelece entre R e T, ou seja entre a parte verbal e nominal. A distribuição vai de nominalidade mais centralizada no componente referencial – também com R e T no interior do SRef –, para a nominalidade-verbalidade mais distribuída em ambos, que separa nitidamente o nominal e o verbal. Predicacões nominais subordinadas (NLZ), mas também grupos sintagmáticos, atuando como modificador, e seu V-lig, concentram a informação lexical e de especialidade no subato R, e menos no T (1a. e 1b.). Já os PVNs com V-sup descentralizam um pouco mais (2.), sem, no entanto, se igualar às predicacões comuns (4.). Colocações com V genérico (3.) aproximam-se das predicacões com V pleno (4.), sendo que estas estão no outro extremo da escala.

Deve ser lembrado que isso parece afetar menos a informação do que a apresentação do conteúdo e de seus objetivos. É também o fator ‘falante’ e a configuração de funções pragmáticas que determinam a apresentação e, com isso, as características sintagmáticas, conforme as possibilidades da língua. Uma hierarquia de predicacões segundo nominalidade – verbalidade, como no Quadro XLII, indica que prevalecem os V-lig no lado esquerdo da hierarquia, contra os Vs plenos no lado direito. Os tipos de nominais no lado esquerdo predominam na linguagem sintagmática e, com isso, indicam maior polarização do nominal em relação ao verbal.

QUADRO XLII: HIERARQUIA DE PREDICAÇÕES SEGUNDO A ESCALA DE NOMINALIDADE-VERBALIDADE:



A tendência para construções sintagmáticas mais ou menos integradas por meio de agrupamentos de núcleo e modificador é, em parte, determinada pelo caráter referencial de

um conceito que designa uma entidade de qualquer ordem e, em parte, por fatores morfossintáticos e de lexicalização. Esses aspectos implicam pelo menos duas conseqüências importantes para o estudo do sintagma nas LEsp:

- 1) a possibilidade de analisar expressões com categorias semânticas de diferentes ordens, além de Ent-1 prototípicas;
- 2) a possibilidade de tratar as UTs complexas.

Em relação à primeira conseqüência (1), vale lembrar que a investigação da expressão de categorias semânticas como Ent-2, Ent-zero e Ent-3 são tradicionalmente relegadas ao segundo plano, já que não se enquadram nas entidades prototípicas. Contudo, são conceitos que contêm eventos, estados, propriedades e fatos muito comuns na LEsp da economia, portanto, fazem parte da categorização da área. Quanto aos estudos terminológicos desse tipo de UT, há autores que as incluem na tipologia de conceitos, embora com denominação diferente. Correspondem aos ‘conceitos funcionais’ de Sager (1990) e L’Homme (2004), ou à tipologia de ‘unidades de conhecimento’ de Temmerman (2000). Particularmente interessante é a atribuição desses elementos relacionais à função de articulador do discurso, chamado ‘vocabulário científico geral’ por Phal (*apud* Morgenroth, 1994), que inclui V-lig e V-sup, assim como formas deverbais de ação que assinalam a intervenção de um agente humano na atualização do vocabulário específico, para neutralizar a ‘objetivação científica’ ocorrida devido à supressão de referências pessoais e da maior nominalização em relação à língua comum. Isso reforça a relevância de analisar os conceitos que designam entidades de ordem zero e de ordem mais alta, assim como seu uso no nível sintagmático, já que estas entidades se expressam em formas nominais e derivacionais.

Para atender à segunda conseqüência (2), isto é, a compreensão da formação e estrutura de unidades complexas com valor especializado (UT), comprovam-se os postulados discutidos até agora, a saber, que o sintagma é uma unidade gramatical e o local genuíno de referência. Essa característica funcional promove a formação de sintagmas e a coesão semântica entre os seus componentes, com diversos graus de fixidez. A referência reforça a designação da unidade inteira e pode chegar a predominar de tal modo que siglas e acrônimos se equiparam à individuação conceitual ‘Nome’ (4.2.2). Com exceção desse caso extremo, as UTs continuam em geral relativamente produtivas, independentemente do tipo categorial do núcleo. As diversas relações internas entre núcleo e modificador permitem construções

analíticas, variáveis e com possibilidade de expansão por outros especificadores que, eventualmente, se fazem necessários para corresponder ao conceito expresso.

A consideração de unidades lingüísticas maiores do que o nível ‘palavra’ para veicular a informação especializada na LEsp está relacionada à unidade ‘sintagma’. Isso justifica a denominação ‘sintagma terminológico’ de Boulanger (1989), mas igualmente justifica a consideração de unidades lingüísticas da LEsp que se referem a conceitos da AE, por exemplo, as ‘unidades de conhecimento especializado’ (UCE) de Cabré (1999b), as já referidas ‘unidades de compreensão’ de Temmerman (2000) e as ‘unidades funcionais’ de Rastier et al. (2002). De fato, a unidade ‘sintagma’ é central nas áreas de especialidade. Pode conter predicções reduzidas e, conseqüentemente, entrar no nível da oração como constituinte. Do mesmo modo, alcança o nível da palavra, pois constitui-se de palavras que, quando complexas, contêm morfemas agregados ao lexema de base. A especialização pode estar em todas as unidades lingüísticas referidas, também em morfemas com valor especializado, como os N superordenados. Além disso, permite a especificação das categorias semânticas de base a distribuição nas funções de núcleo e modificador, com a distribuição relacionada em categoria lexical.

Uma vez que a categoria lexical N constitui núcleos prototípicos de sintagmas, pode-se concluir que as questões de natureza sintagmática e nominal estão relacionadas. Em sintonia com Bauer (2004), Azpiazu (2004), Cavazza (Rastier *et al.*, 2002), Glušak (2001), e outros, confirma-se a elevada e produtiva nominalidade em textos cultos e escritos de LEsp, como na área econômica, administrativa, política, acadêmica, e outras. Assume-se que aquilo que, às vezes de forma vaga, é atribuído pelos autores a uma questão estilística (‘estilo nominal’), é explicável pelo papel preponderante da linguagem sintagmática, já que esta se baseia na referência dos núcleos nominais e usa recursos lingüísticos disponíveis para organizar a apresentação da informação especializada.⁵³

Quanto à expressão dos constituintes nominais e nominalizados em diversas CL, sobressaem os recursos derivacionais para a mudança categorial entre os representantes mais predicativos (V), os mais referenciais (N) e os representantes categoriais mais próprias para

⁵³ Conferir as questões de estilo em Jakobs & Rothkegel (2001). Na tradição alemã, há a denominação *Nominalstil*, ou *Funktionalstil* (Glušak, 2001).

modificar, para indicar dependência e para estabelecer relações entre entidades e noções (ADJ e ADV predicativo). Assim, há características sintagmáticas não só nas diversas formas lexicalizadas e fraseológicas e outras maiores, mas também nos lexemas das seguintes categorias lexicais, sabendo que a apresentação formal também influencia a categorização e a estabilização categorial:

- N: Ns pluriformes, Ns compostos;
- V: Vs terminológicos, verbalizações com construções com V-sup;
- ADJ: ARs, ADJs deverbais em ‘-vel’, ‘-dor’, ‘-do’;
- ADV: ADVs em ‘-mente’ (de perspectiva e de âmbito).

O lugar de aplicação das funções de núcleo e modificador para referir e especificar, prototipicamente, ocorre nas unidades lingüísticas maiores, por exemplo, nos sintagmas e nos grupos sintagmáticos. Além disso, é o N a categoria mais adequada para ser núcleo, para ser referida e constituir Foco e para apresentar informações de uma AE de forma concentrada. Esta segunda característica é mantida mesmo quando esses conceitos integram predicções complexas (PVNs, predicções nominais, orações reduzidas) ou estruturas de modificação (ARs, ADVs delimitadores com ‘-mente’, Ns compostos, formas deverbais etc.) que são expressas em outras categorias lexicais predicativas, além de N. Isso significa que a mesma informação pode ser repetida, no mesmo texto, em diversas estruturas sintáticas em torno de um mesmo lexema. Com isso, comprova-se que

- i) as LEsp escritas caracterizam-se por maior complexidade morfossintática;
- ii) as categorias semânticas recorrentes são eventos, estados, propriedades, fatos, situações;
- iii) o alto grau de informação das LEsp, entre outros da economia, com suas particularidades cognitivas e comunicativas, está refletido nas UTs de diversas categorias lexicais e categorias de discurso;
- iv) a mencionada forma de ‘redundância’ informativa serve para fixar o conhecimento transmitido e para integrá-lo na ontologia da área.

Em vista disso, observem-se alguns exemplos de ‘alto grau de nominalidade’, como aqueles em (111) e (112). De acordo com a discussão feita até agora, ‘maior nominalidade’ não significa só a maior incidência de lexemas da categoria N do que da categoria V no texto, mas também mais nominais ou formas verbais não-finitas (infinitivo, participios e outros

ADJs deverbais, advérbios). Isso também inclui que, por meio da mudança categorial, lexemas em N podem ser expressos em forma de outras categorias, por exemplo, ARs, ADVs em ‘-mente’, Vs terminológicos. Além disso, ocorrem menos lexemas plenos de V e a predicação é garantida por V-lig, V-sup e Vs genéricos. As partes sublinhadas incluem morfemas que podem ser considerados como de mudança categorial e como elementos que representam categorias semânticas por aglomeração de EstC e orações reduzidas no nível de sintagma.

- (110) Esta política gerou um imenso passivo dolarizado privado e uma vulnerabilidade cambial e dependência de capital externo volátil associada a uma elevação brutal da taxa de juros, que promoveram um acelerado processo de endividamento e fragilização financeira pública e privada. (VE-02-10)

O exemplo demonstra que a maioria dos núcleos dos nominais é deverbal e deadjetival e expressa ações, estados e propriedades. Mesmo conceitos que designam Ent-1 (‘passivo’) estão inseridos em eventos, por exemplo por via de modificadores deverbais (‘passivo dolarizado’). Entre os modificadores há ARs (‘cambial’, ‘financeira’), participios com uso adjetival (‘dolarizado’, ‘associada’, ‘acelerada’), mas também ADJs ‘evidenciais’ para reforçar o destaque dos fatos apresentados (‘imenso’, ‘brutal’). Os predicados verbais, no entanto, são Vs gerais (‘gerar’, ‘promover’) e formam colocações (‘gerar passivo’, ‘promover um processo’). A apresentação da informação segue uma listagem que descreve uma situação complexa.

Essa mesma característica repete-se no exemplo seguinte (111), uma ‘fala direta’, um discurso preparado, que mostra o posicionamento do falante em relação a um conjunto de fatos (eventos) apresentados em lista. O escopo de ‘-mente’ abrange os eventos enumerados (do tipo ‘episódio’), assim como os modificadores deverbais (‘geradores’) também abarcam um conjunto de Ent-1, entre outros em subordinação.

- (111) Colocamo-nos firme e claramente a favor da estimulação aos mercados concorrenciais, geradores das melhores idéias, dos processos mais eficientes, dos produtos mais procurados, dos salários mais bem pagos, da renda melhor distribuída, da maior riqueza, enfim. (VE-02-10)

Nesse exemplo, a tendência predicativa de grupos sintagmáticos nominais é levado ao extremo, já que a oração com a informação compactada dispensa formas verbais finitas, até mesmo V-lig. Embora todos os processos presentes sigam as regras lingüísticas do português,

nota-se que há dimensões cognitivas e comunicativas particulares que, nos grupos sintagmáticos, põem as categorias ontológicas da área em relevo: eventos, estados, propriedades, situações, participantes, área e subáreas, locais e modo.

6.6 Síntese do capítulo 6

Neste capítulo, foi analisada a função de modificação e sua relação com categorias e estruturas de modificação na LEsp da economia, com o objetivo de explicar a flexibilidade categorial de conceitos relevantes da economia. Foi mostrado que o elemento nominal, além da função de núcleo, pode também desempenhar a função de modificador, enquanto preserva suas características referenciais e focais. No exemplo dos ADJs e ADVs delimitadores, ou seja, dos ADJs relacionais e de suas derivações de ADVs em ‘-mente’, foi verificado que estes são argumentos circunstanciais compactados que formam a base de uma supercategoria ‘Modificador’ do português, com o objetivo de situar os eventos, estados, propriedades e fatos na área e nas atividades especializadas da economia.

Como nessas expressões complexas prevalece a função de núcleo e modificador acima das categoria lexical, há um paralelismo de operadores entre as categorias do discurso ‘oração’ e ‘sintagma’, que se reflete na marcação morfossintática no constituinte, entre outros pela ordem. Já a mudança categorial se encarrega de equilibrar as exigências da sintaxe interna e da sintaxe externa. Os esquemas morfossintáticos que se aplicam a essas formas complexas fornecem pistas para uma classificação funcional de alguns fenômenos morfossintáticos. Mostrou-se que a concentração das predicções nominais na categoria ‘sintagma’ reforça a coesão interna da UT e que esta se explica por fatores categoriais, referenciais e de informação, enquanto cria padrões particulares, ‘estilísticos’, nesse tipo de LEsp.

Nesta tese, foi posta em prática uma abordagem que possibilita analisar as UTs de uma LEsp do tipo ‘economia’ de forma lingüística, considerando a multidisciplinaridade, a heterogeneidade das áreas e subáreas, a escassez de taxonomias próprias, assim como as particularidades conceituais e comunicativas da AE da economia, que a caracterizam como objeto atípico dos estudos terminológicos de base ontológica, mas também a distinguem da língua comum. Isso abre perspectivas para a análise de UTs de LEsp de outras áreas, mas também para processos básicos de categorização, de formação e de variação de unidades lingüísticas de forma geral, bem como pode levar a uma reconsideração de diversos fenômenos lingüísticos já muito estudados.

A investigação da distribuição lexical e categorial de unidades terminológicas complexas da área mostrou que a expressão de conceitos se dá nas diversas classes de palavras predicativas e em diversas unidades lingüísticas, principalmente em grupos sintagmáticos com núcleo nominal. Mostrou-se que os processos próprios de expressão e categorização da língua não se distinguem dos processos lingüísticos da língua comum, na qual lexemas básicos passam por mudança categorial para se adaptar, em conjunto com seus núcleos e elementos dependentes, às exigências de expressão das funções de referência e modificação.

O que molda as unidades lingüísticas, mais especializadas ou não, são, de fato, as categorias semânticas de base que se atualizam, pelos atos referencial e adscritivo, em lexemas e construções (marcos e esquemas) da língua, com o fim de transmitir a informação mais ou menos especializada da área. A distinção das categorias semânticas em tipos de entidades, bem como a necessidade de relacioná-las entre si e à área de aplicação, ou seja, à AE, explica os processos de formação e variação, usando os recursos derivacionais e

morfossintáticos da língua portuguesa. Entre as categorias semânticas que podem ser expressas por meio da linguagem, destacam-se, na AE, os eventos, estados, propriedades, situações, proposições, lugares, além de um reduzido conjunto de objetos e entidades concretas e abstratas. Portanto, as categorias semânticas da LEsp não constituem categorias ontológicas particulares em relação à língua comum. Com isso torna-se evidente que a expressão lingüística dos conceitos da área está mais subordinada a preceitos semânticos e funcionais e – principalmente – estruturais e morfossintáticos do português, do que a uma eventual ontologia da área.

Diferentemente da língua comum, no entanto, a LEsp é caracterizada por diversas noções e orientações, direcionadas por estratégias interpessoais e morfossintáticas, que relacionam essas categorias semânticas básicas à AE e à perspectiva de comunicação especializada e que delimitam o âmbito de aplicação das entidades. São estratégias fixadas no sistema da língua, que realçam aspectos como a informação, os participantes e lugares relevantes e a situação comunicativa particular da AE nos textos analisados. Estes recursos estão de acordo com as possibilidades estruturais da língua e expressam a mudança categorial entre as categorias nucleares (V e N) e modificadoras (ADJ e ADV). São estratégias que vinculam unidades lingüísticas da língua comum, assim como itens lexicais de pouca especialização, à área e estruturam UTs complexas. A categoria semântica de base das UTs está sendo situada na AE por meio de morfemas, construções referencias e de foco e expressões modais, que participam ativamente na distribuição sistemática da informação nas UTs. É também esse um dos fatores que comprova que as UTs da área, de fato, possuem características predicativas e descritivas e que, por isso, apresentam variação na sua constituição formal.

A abordagem funcional possibilitou, então, que, na análise das expressões lingüísticas que envolvem UTs, sejam, além do conteúdo especializado, considerados três fatores: i) o fator semântico (os tipos de entidades e a individuação conceitual), ii) o fator funcional (as funções interpessoais Adscrição e Referência, as funções gramaticais Núcleo e Modificador) e iii) o fator morfossintático ou estrutural da língua. O mapeamento das categorias semânticas e lexicais confirmou o papel fundamental da nominalidade, já que os processos de conceitualização, referência, focalização e estabilização privilegiam a categoria N como categoria prototípica de núcleo de expressões referenciais. No entanto, são as outras categorias – e os processos de mudança categorial necessários para desempenhar as funções

prototípicas – tão essenciais para criar relações e especificações quanto as categorias nucleares. Uma das conseqüências desse mapeamento segundo categorias é que a forma das categorias lexicais – as mais fixadas no sistema da língua – pode reforçar o estatuto do tipo de entidade do conceito de base e estabilizar as UTs.

Essas conclusões ainda preliminares parecem promissoras para futuros estudos na área do léxico e da terminologia, mas também na dos estudos lingüísticos em geral e dos diferentes tipos de linguagens.

Referências bibliográficas

- AARTS, B., DENISON, D., KEIZER, M. E., & POPOVA, G. *Fuzzy grammar: a reader*. New York: Oxford University Press, 2004.
- AERTSEN, H., HANNAY, M. & LYALL, R. (orgs.). *Words in their places. A Festschrift for J. Lachlan Mackenzie*. Amsterdam: Faculty of Arts, Vrije Universiteit Amsterdam, 2004.
- ALVES, E. *Uma perspectiva léxico-funcional de cristalização e variação nos fraseologismos verbais: A linguagem de especialidade 'Economia / Negócios / Finanças'*. [Dissertação de Mestrado] Brasília, Universidade de Brasília, 2002.
- ALVES, E. *An FDG analysis of Portuguese 'de' in nominal contexts of languages for specific purposes*. Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Gramática Funcional (ICFG11), Gijón – Universidade de Oviedo, em setembro de 2004.
- ANSTEY M. P. & MACKENZIE, J. L. (orgs.). *Crucial readings in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 26). Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.
- AZPIAZU, S. *Las estrategias de nominalización*. Frankfurt/Main: Peter Lang, 2004.
- BAKKER, D. The FG expression rules: A dynamic model. In: María Jesús Pérez Quintero (org.). *Challenges and Developments in Functional Grammar*. (Revista Canaria de Estudios Ingleses 42). La Laguna: Servicio de publicaciones, 2001.
- BARBOSA, M. A. Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: Relações. In: *Acta Semiotica et Linguistica*. SBPL. Editora Plêiade, 1998.
- BARÓN, I. & HERSLUND, M. Support verb constructions as predicate formation. In: OLBERTZ, H. et al. (orgs.). *The structure of the lexicon in Functional Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998. p. 99-116.
- BASÍLIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- BAUER, L. The function of word-formation and the inflection-derivation distinction. In: AERTSEN, H. et al. (orgs.). *Words in their places. A Festschrift for J. Lachlan Mackenzie*. Amsterdam: Faculty of Arts, Vrije Universiteit Amsterdam, 2004.
- BELLERT, I. 1977. On semantic and distributional properties of sentential adverbs. *Linguistic Inquiry*, v.8, 1977. p.337-51.

- BENVENISTE, É. Fundamentos sintáticos da composição nominal. In: *Problemas de Lingüística Geral, Vol. II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BEVILACQUA, C. *Unidades fraseológicas especializadas eventivas: descripción y reglas de formación en el ámbito de la energía solar*. [Tese de doutorado]. Barcelona, Universidad Pompeu Fabra, 2004.
- BOOIJ, G. Against split morphology. In: BOOIJ, G. & VAN MARLE, J. (orgs.). *Yearbook of Morphology 1993*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- BOOIJ, G. & VAN MARLE, J. (orgs.). *Yearbook of Morphology 1993*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- BOOIJ, G., LEHMANN, C., MUGDAN, J. & SKOPETEAS, S. (orgs.). *Morphology – An international handbook on inflection and word-formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.
- BOLKESTEIN, A. M., GROOT, C. de., MACKENZIE, J. L. (orgs.). *Predicates and terms in Functional Grammar*. Dordrecht/ Cinnaminson: Foris, 1985.
- BOULANGER, J.-CL. Le statut du syntagme dans les dictionnaires genereaux monolingue. *META*, XXXIV, n. 3, 1989.
- BUTLER, C. S. *Structure and function: A guide to three major structural-functional theories. Part I: Approaches to the simplex clause*. Amsterdam: Benjamins, 2003.
- BUTLER, C. S. (n.p.). Interpersonal meaning in the noun phrase. In: GARCÍA VELASCO, D. & RIJKHOFF, J. (Ed.). *The Noun Phrase in Functional (Discourse) Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- BYBEE, J. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: Benjamins, 1985.
- CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra (Sèrie Monografies, 3), 1999a.
- CABRÉ, M. T. Hacia una teoría comunicativa de la terminología: aspectos metodológicos. In: CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, (Sèrie Monografies, 3), 1999b.
- CABRÉ, M. T. Theories of Terminology: their description, prescription and explanation. *Terminology*, 9.2, 2003. p.165-200.
- CABRÉ, M. T., ESTOPÁ, R. & LORENTE, M. Terminología y fraseología. *Actas del V Simposio Iberoamericano de Terminología: Terminología, ciencia y tecnología*. México: Colegio de México & Unión Latina, 1998. p. 67-81.
- CAFÉ, L. *La description et l'analyse des Unités Terminologiques Complexes en langue Portugaise*. [Tese de doutorado] Québec, Université Laval, 1999.

- CAMACHO, R. G & PEZATTI, E. G. As subcategorias nominais contável e não-contável. In: KATO, M. A. (Org.). *Gramática do português falado. Volume V: Convergências*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CARVALHO, E. A. *Colocações conceituais e lexicais em linguagens de especialidade*. [Dissertação de Mestrado] Brasília, Universidade de Brasília, 2005.
- CASTILHO, A. T. de & MORAES de CASTILHO, C. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do Português falado. Vol II: Níveis de análise lingüística*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado. Volume I: A ordem*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. & CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 1995.
- CAVAZZA, M. The description of lexical content. In: RASTIER, F. et al. (orgs.). *Semantics for description: From Linguistics to Computer Science*. Stanford: CSLI Publications, 2002.
- CLARK, E. V. & CLARK, H. H. 1979. When nouns surface as verbs. *Language*. v. 55, n. 4, 1979, p. 767-811.
- COMRIE, B. & THOMPSON, S. A. Lexical nominalization. In: SHOPEN, T. (org.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CONNOLLY, J. Constituent ordering in the expression component of Functional Grammar. In: GROOT, C. de & HENGEVELD, K. (orgs.). *Morphosyntactic expression in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 27). Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.
- CORREIA, M. *Denominação e construção de palavras*. (Coleção Estudos Lingüísticos). Lisboa: Colibri, 2004.
- CROFT, W., DENNING, K. & KEMMER, S. *Studies in typology and diachrony*. Amsterdam: Benjamins, 1990.
- CRUSE, A. *Lexical semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- DEPECKER, L. *Entre signe et concept. Éléments de terminologie générale*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 1999.
- DIK, S.C. *Studies on Functional Grammar*. London and New York: Academic Press, 1980.
- DIK, S.C. Formal and semantic adjustment of derived constructions. In: BOLKESTEIN, A. M. et al. (orgs.). *Predicates and terms in Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1985.

- DIK, S.C. *The Theory of Functional Grammar. Part 1*. Ed. by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997a.
- DIK, S.C. *The Theory of Functional Grammar. Part 2*. Ed. by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.
- FAULSTICH, E. *Base metodológica para pesquisa em Socioterminologia*. Brasília, UnB – LIV, 1995.
- FAULSTICH, E. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. *TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*. São Paulo: FFLCH/USP, n.7, 2002.
- FAULSTICH, E. & ABREU, S. P. de (orgs.). *Linguística aplicada à Terminologia e Lexicologia*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003.
- FELIU, J., VIVALDI, J. & CABRÉ, M. T. Ontologia: a review. *Papers de la Série Informes*. Barcelona: IULA, Universitat Pompeu Fabra, 2001. Disponível em <http://www.iula.upf.edu/paps1ca.htm>
- FORTESCUE, M., HARDER, P. & KRISTOFFERSEN, L. (orgs.). *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, 1992.
- GALLÉN, E. B. *Els sufixos verbalitzadors del català. Relacions semàntiques i diccionari*. [Tese de doutorado] Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 2000.
- GARCÍA VELASCO, D. & HENGEVELD, K. Do we need predicate frames? in: MAIRAL USÓN, R. & PÉREZ QUINTERO, M. J. (orgs.). *New perspectives on argument structure in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 25). Berlin: Mouton de Gruyter, 2002.
- GAUDIN, J. *Sociotérminologie: approche sociolinguistique de la terminologie*. Paris: Duculot, 2002.
- GEERAERTS, D. Prospects and problems of prototype theory. *Linguistics*. v.27-4 (302), 1989, p.587-61.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GLUŠAK, T. Konzept der Funktionalstile im Spiegel der Tendenz zur Nominalisierung. In: JAKOBS, E. M. & ROTHKEGEL, A. (orgs.). *Perspektiven auf Stil*. Tübingen: Max Niemeyer, 2001.
- GROOT, C. de & HENGEVELD, K. (orgs.). *Morphosyntactic Expression in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 27). Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.
- GUTIÉRREZ RODILLA, B. M.. *La ciencia empieza en la palabra. Análisis e historia del lenguaje científico*. Barcelona: Ediciones Península, 1998.
- HAIMAN, J. Dictionaries and encyclopedias. *Lingua*, v.50, p.329-357, 1980.

- HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (orgs.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: Benjamins, 1988.
- HALLIDAY, M. A. K. *Functional Grammar*. (2a ed.) London: Arnold, 1994.
- HANNEY, M. & BOLKESTEIN, A.M. (orgs.). *Functional Grammar and Verbal Interaction*. Amsterdam: Benjamins, 1998.
- HANNEY, M. & KEIZER, M.E. On assigning pragmatic functions in English. In: ANSTEY M. P. & MACKENZIE, J. L. (orgs.). *Crucial readings in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 26). Berlin: Mouton de Gruyter, 1991/2005.
- HARDER, P. Semantic content and linguistic structure in FG. On the semantics of Nounhood'. In: FORTESCUE et al. *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, 1992.
- HASPELMATH, M. Word-class-changing inflection and morphological theory. In: BOOIJ, G. & VAN MARLE, J. *Yearbook of Morphology 1995*. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 1996. p.303-327.
- HASPELMATH, M. *Understanding Morphology*. London: Arnold, 2002.
- HATTNER, M. M. D. A., BASTOS, S. G., GONÇALVES, S. C. L., GALVÃO, V. C. C. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: Neves, M. H. M. (org.). *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001. p. 103-144.
- HENGEVELD, K. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics* v. 25.1, 1989, p. 127-157.
- HENGEVELD, K. Parts of speech. In: FORTESCUE, M. et al. *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, 1992a.
- HENGEVELD, K. *Non-verbal predication: theory, typology, diachrony* (Functional Grammar Series 15). Berlin: Mouton de Gruyter, 1992b.
- HENGEVELD, K. Adverbs in Functional Grammar. In: WOTJAK, G. (org.). *Hacia una lexicología funcional*. Frankfurt: Peter Lang, 1997.
- HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE J. L. & GÓMEZ-GONZÁLEZ. M. A. (orgs.). *A new architecture for Functional Discourse Grammar* (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter, 2004a.
- HENGEVELD, K. Epilogue. In: MACKENZIE J. L. & GÓMEZ-GONZÁLEZ. M. A. Gómez-González (orgs.). *A new architecture for Functional Discourse Grammar* (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter, 2004b.
- HENGEVELD, K. Illocution, mood, and modality. In: BOOIJ, G. et al. (orgs.). *Morphology – An international handbook on inflection and word-formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004c.

- HENGEVELD, K. State-of-Affairs concepts. BOOIJ, G., et al. *Morphology: A handbook of inflection and word formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004d.
- HENGEVELD, K. Dynamic expression in Functional Discourse Grammar. IN: GROOT, C. de & HENGEVELD, K. (orgs.). *Morphosyntactic Expression in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 27). Berlin: Mouton de Gruyter, 2005a.
- HENGEVELD, K. & MACKENZIE, J. L. Interpersonal functions, representational categories, and syntactic templates in Functional Discourse Grammar. In: GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. Gómez-González & MACKENZIE, J. L. (orgs.). *Studies in Functional Discourse Grammar* (Linguistic Insights 26), Bern: Peter Lang, 2005b. p. 9-27.
- HENGEVELD, K. (n.p.). The noun phrase in Functional Discourse Grammar. In: GARCÍA VELASCO, D. & RIJKHOFF, J. (Ed.). *The Noun Phrase in Functional (Discourse) Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- HENGEVELD, K. & MACKENZIE, J. L. Functional Discourse Grammar. In: BROWN, K. (org.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. 2nd Edition, Volume 4, 668-676. Oxford: Elsevier, 2006.
- HOFFMANN, Lothar. *Kommunikationsmittel Fachsprache*. Berlin: Akademie-Verlag, 1987.
- HOFFMANN, Ludger. (org.). *Sprachwissenschaft: ein Reader*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.
- HOPPER, P. & THOMPSON, S. The discourse basis for lexical categories in universal grammar. *Language* 60.4, 1984. p. 703-752.
- ILARI, R., CASTILHO, A. T. de, CASTILHO, C. M. de, FRANCHI, C., OLIVEIRA, M. A. de, ELIAS, M. de, NEVES, M. H. de M. & POSSENTI, S. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado. Volume I: A ordem*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- INCHAURRALDE, C. Behind the scenes: Cognition and Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L. & GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (orgs.). *A New Architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.
- ISQUERDO, A. N. & KRIEGER, M. da G. (orgs.). *As ciências do léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Volume II*. Campo Grande : Editora UFMS, 2004.
- JAKOBS, E. M. & ROTHKEGEL, A. *Perspektiven auf Stil*. Tübingen: Max Niemeyer, 2001.
- KEIZER, M. E. *Reference, predication and (in)definiteness in Functional Grammar. A functional approach to English copular sentences*. [Tese de doutorado] Amsterdam, Vrije Universiteit te Amsterdam, 1992.
- KEIZER, M. E. Term structure in FG: a modest proposal. *Working Papers in Functional Grammar* 78. Amsterdam: University of Amsterdam, 2004. Disponível em <http://www.functionalgrammar.com>.

- KOCH, I. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOPTJEVSKAJA-TAMM, M. *Nominalizations*. London: Routledge, 1993.
- LEHMANN, Ch. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (orgs.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: Benjamins, 1988.
- LEHMANN, Ch. Towards lexical typology. In: CROFT, W. et al. Croft, K. Denning & S. Kemmer. *Studies in typology and diachrony*. Amsterdam: Benjamins, 1990.
- L'HOMME, M.-CL. *La terminologie: principes et techniques*. Montréal: Les Presse de l'Université de Montréal, 2004.
- LORENTE, M., BEVILACQUA, C. & ESTOPÁ, R. *El análisis de la fraseología especializada mediante elementos de la lingüística actual*. Trabalho apresentado no VI Simposio Iberoamericano de Terminología. La Habana, 16-20/11/1998.
- LORENTE CASAFONT, M. Verbos y discurso especializado. *Estudios de Lingüística Española* (Elies). Revista eletrónica, 2002.
- LORENTE, M. A lexicologia como ponto de encontro entre a Gramática e a Semântica. In: ISQUERDO, A. N. & KRIEGER, M. da G. *As ciências do léxico. Vol. II*. Campo Grande: Editorea UFMS, 2004.
- LYONS, J. *Semantics. Volume I and II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MACKENZIE, J. L. Nominalization and valency reduction. In: BOLKESTEIN et al. *Predicates and terms in Functional Grammar*. Dordrecht/ Cinnaminson: Foris, 1985.
- MACKENZIE, J. L. Aspects of nominalisation in English and Dutch. *Working Papers of Functional Grammar 15*. University of Amsterdam, 1986.
- MACKENZIE, J. L. Places and things. In: FORTESCUE, M. et al. (orgs.). *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, 1992. p. 253-276.
- MACKENZIE, J. L. English nominalisations in the layered model of the sentence. In: B. DEVRIENDT, L. Goossens & J. van der Auwera (orgs.). *Complex structures: a functionalist perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996.
- MACKENZIE, J. L. On referring to manners. In: AUWERA, J. van der, DURIEUX, F. & Lejeune, L (orgs.). *English as a human language*. Munich: LINCOM, 1998. p. 241-251.
- MACKENZIE, J. L. Entity concepts. In: BOOJ, G. et al. (orgs.). *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 973-982.
- MACKENZIE, J. L. & GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (orgs.). *A New Architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.
- MACKENZIE, J. L & HANNAY, Mike. Prepositional predicates and focus constructions in a Functional Grammar of English. *Lingua* 56, 1982. p. 43-57.

- MACKENZIE, J. L. & KEIZER. On assigning pragmatic functions in English. *Working Papers of Functional Grammar* 38. University of Amsterdam, 1991.
- MAIRAL USÓN, R. & PÉREZ QUINTERO, M. J. (orgs.). *New perspectives on argument structure in Funcional Grammar* (Functional Grammar Series 25). Berlin: Mouton de Gruyter, 2002.
- MAIRAL USÓN, R. & FABER, P. Introduction. *New perspectives on argument structure in Funcional Grammar* (Functional Grammar Series 25). Berlin: Mouton de Gruyter, 2002.
- MONDADA, L. & DUBOIS, D. Construção dos objetos do discurso e categorização. In: CAVALCANTE, M. M. et al. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 [1995].
- MORENO ORTIZ, A. & PÉREZ HERNÁNDEZ, C. In: *New perspectives on argument structure in Funcional Grammar* (Functional Grammar Series 25). Berlin: Mouton de Gruyter, 2002.
- MORGENROTH, K. *Le terme technique. Approches théoriques, études statistiques appliquées à la langue de spécialité économique du français et de l'allemand*. Tübingen: Max Niemeyer, 1994.
- MOUTAOUAKIL, A. Beneveniste's "Récit" and "Discours" as discourse operators in Functional Grammar. In: HANNEY, M. & A.M. BOLKESTEIN, A. M. (orgs.). *Functional Grammar and Verbal Interaction*. Amsterdam: Benjamins, 1998.
- MOUTAOUAKIL, A. Discourse structure, the General Paralelism Hypothesis and the architecture of Functional Grammar. In: MACKENZIE, J. L. & GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (orgs.). *A New Architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.
- NEVES, M. H. de M. A delimitação das unidades lexicais: o caso das construções com verbo-suporte. *Palavra*, Número 5, 1999.
- NEVES, M. H. M. (org.). *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- NIRENBURG, S. & RASKIN, V. *Ontological semantics*. Cambridge: MIT Press, 2004.
- NOGUEIRA, M. G. & PEZATTI, E. G. Os advérbios em -mente na elocução formal: uma perspectiva funcional. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 34, 2005. p. 1093-1098.
- NUYTS, J. Remarks on layering in a cognitive-functional language production model. In: MACKENZIE, J. L. & GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (orgs.). *A New Architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.
- OLBERTZ, H. *Verbal periphrases in a Functional Grammar of Spanish*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996.

- OLBERTZ, H., HENGEVELD, K. & SÁNCHEZ GARCÍA, J. (orgs.). *The structure of the lexicon in Functional Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.
- OTMAN, G. *Les représentations sémantiques em terminologie*. Paris: Masson, 1996.
- PAVEL, S. A fraseologia na língua de especialidade. Metodologia de registro nos vocabulários terminológicos. In: FAULSTICH, E. & ABREU, S. P. de (orgs.). 2003. *Linguística aplicada à Terminologia e Lexicologia*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003.
- PÉREZ QUINTERO, M. J. (org.). *Challenges and Developments in Functional Grammar*. (Revista Canaria de Estudios Ingleses 42). La Laguna: Servicio de publicaciones de la Universidad de La Laguna, 2001.
- PERINI, M. O sintagma nominal. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, ano 5, no. especial, jul/dez 1996.
- PEZATTI, E. G. *A ordenação dos constituintes opcionais no Português Falado Brasileiro e Europeu*. Trabalho apresentado no 53o Seminário do GEL, São Carlos, UFSCar, em julho de 2005.
- POLGUÈRE, A. *Lexicologie et sémantique lexicale. Notions fondamentales*. Montréal: Les Presse de l'Université de Montréal, 2003.
- PUSTET, R. *Copulas – Universals in the categorization of the lexicon*. Oxdors / New York: Oxford University Press, 2003.
- RAMAT, P. & RICCA, D. Sentence adverbs in the languages of Europe. In: AUWERA, J. van de & BAOILL, D. P. O. (orgs.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998.
- RASTIER, F., CAVAZZA, M. & ABEILLÉ, A. *Semantics for description: From Linguistics to Computer Science*. Stanford: CSLI Publications, 2002.
- RIJKHOFF, J. *The noun phrase*. New York : Oxford University Press, 2002.
- ROBINS, R. H. The development of the word class system of the European grammatical tradition. In: HOFFMANN, L. (org.). *Sprachwissenschaft: ein Reader*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000 [1966].
- ROCHA, L. C. de A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E & LLOYD, B. B. (orgs.). *Cognition and Categorization*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978.
- ROSCH, E & LLOYD, B. B. (orgs.). 1978. *Cognition and Categorization*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978.
- ROSS, J. R. Nouniness. In: AARTS, B. et. al. (orgs.). *Fuzzy grammar: a reader*. New York: Oxford University Press, 2004 [1973].

- SAGER, J. C. *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1990.
- SANDMANN, A. J. O que é um composto? *D.E.L.T.A.*, vol.6, no 1, 1990. p. 01-18.
- SANTANA, L. *A expressão da estrutura argumental dos nomes derivados*. [Dissertação de Mestrado] São José do Rio Preto, UNESP, 2005.
- SAPIR, E. *Language: An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace, 1949.
- SHOPEN, T. (org.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SCHACHTER, P. Parts-of-speech systems. In: SHOPEN, T. (org.). *Language Typology and Syntactic Description Vol I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SINCLAIR, J. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- TAYLOR, J. R. *Cognitive grammar*. New York: Oxford University Press, 2002.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. New York: Oxford University Press, 2003.
- TEMMERMAN, R. *Towards new ways of terminology description: The sociocognitive approach*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 2000.
- VENDLER, Z. *Adjectives and nominalizations*. The Hague/Paris: Mouton, 1967.
- VOSSSEN, P. *Grammatical and conceptual individuation in the lexicon*. Amsterdam: IFOTT, 1995.
- WANDERS, G. *Cómo actuar adverbialmente*. [Dissertação de mestrado] Departamento de Estudios Hispánicos, Universidade de Amsterdã, 1993.
- WOTJAK, G. (org.). *Hacia una lexicología funcional*. Frankfurt: Peter Lang, 1997.

OBRAS LEXICOGRÁFICAS, GRAMÁTICAS E MATERIAL DE CONSULTA DA ÁREA DE ESPECIALIDADE

- ALVES, I. *Glossário de termos neológicos da Economia*. São Paulo: Humanitas/USP, 1998.
- BECHARA, B. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BORBA, F. da S. (coord.). *Dicionário gramatical de verbos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.
- HOUAISS, A. e VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio – Aurélio – Século XXI – versão 3.0*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

International Organization for Standardization (ISO). ISO Standards: Generalities. Terminology. Standardization. Documentation. ICS Field 01. <http://www.iso.org/iso/en/ISOOnline.frontpage>

LUQUET, M. *Guia Valor Econômico de finanças pessoais*. São Paulo: Globo, 2000.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PINHO, M. O. de M. *Dicionário de termos de negócios. Português – Inglês, Inglês – Português*. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 2000.